

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DOUTORADO

**CONTEXTURAS DA TERRA: FAMÍLIA, TRABALHO E
ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NO VALE DO IGUAPE (1871-1963)**

ANA PAULA BATISTA DA SILVA CRUZ

Sob orientação do Prof. Dr. Álvaro Pereira do Nascimento

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação **em História** da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em História.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

Seropédica, RJ

(dez,2022)

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C983c Cruz, Ana Paula Batista da Silva , 11\09\1988-
CONTEXTURAS DA TERRA: FAMÍLIA, TRABALHO E
ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NO VALE DO IGUAPE (1871-1963) /
Ana Paula Batista da Silva Cruz. - Seropédica , 2022.
208 f.: il.

Orientador: Álvaro Pereira do Nascimento.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, 2022.

1. Famílias Negras. 2. Lutas por Terras. 3.
Politizações Ancestrais . 4. Comunidades quilombolas.
5. Vale do Iguaape. I. Nascimento, Álvaro Pereira do,
08\08\1964-, orient. II Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro. INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



TERMO Nº 1303 / 2022 - PPHR (12.28.01.00.00.49)

Nº do Protocolo: 23083.076702/2022-19

Seropédica-RJ, 19 de dezembro de 2022.

ANA PAULA BATISTA DA SILVA CRUZ

TESE submetida como requisito parcial para obtenção do grau de DOUTORA EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História - Curso de DOUTORADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

TESE APROVADA EM 16 de dezembro de 2022

Banca Examinadora:

Dr. GEORGE REID ANDREWS, OUTRO Examinador Externo à Instituição

Dra. HEBE MARIA DA COSTA MATTOS GOMES DE CASTRO, UFJF Examinadora Externa à Instituição

Dr. MARCUS AJURUAM DE OLIVEIRA DEZEMONE, UFF Examinador Externo à Instituição

Dr. WALTER DA SILVA FRAGA FILHO, UFRB Examinador Externo à Instituição

Dr. ALVARO PEREIRA DO NASCIMENTO, UFRRJ Presidente e orientador

(Assinado digitalmente em 20/12/2022 11:31)
ALVARO PEREIRA DO NASCIMENTO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptH/IM (12.28.01.00.00.88)
Matrícula: 1542358

(Assinado digitalmente em 19/12/2022 11:45)
GEORGE REID ANDREWS
ASSINANTE EXTERNO
Passaporte: 657416708

(Assinado digitalmente em 09/01/2023 22:15)
MARCUS AJURUAM DE OLIVEIRA DEZEMONE
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 085.302.637-82

(Assinado digitalmente em 20/12/2022 14:17)
WALTER DA SILVA FRAGA FILHO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 359.160.105-59

(Assinado digitalmente em 03/01/2023 17:07)
HEBE MARIA DA COSTA MATTOS GOMES DE CASTRO
(HEBE MATTOS)
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 512.175.467-15

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **1303**, ano: **2022**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **19/12/2022** e o código de verificação: **d590f042f4**

A Miguel, meu sobrinho, que representa a mais recente geração de quilombolas da minha família.

*Nós, caminhando pelos penhascos,
atingimos o equilíbrio das planícies.
Nós, nadando contra as marés,
atingimos a firmeza dos lajeiros.
Nós, habitando nos rincões,
atingimos a proximidade da redondeza.
Nós somos o começo, o meio e o começo.
Existiremos sempre,
Sorrindo nas tristezas
Para festejar a vinda das alegrias.
Nossas trajetórias nos movem,
nossa ancestralidade nos guia.
(Começo, meio e começo- Nêgo Bispo)*

AGRADECIMENTO

Ao longo de todo processo de construção da tese, me imaginei escrevendo essa parte dela. Refiz inúmeras vezes os caminhos traçados, lembrando das pessoas que fizeram desse trajeto uma caminhada menos solitária. Fomos juntas e juntos, nos fortalecendo em comunidade.

À Álvaro do Nascimento, meu orientador que apoiou os caminhos da pesquisa, indagando-me sobre algumas certezas, levando-me sempre mais longe. Álvaro me acolheu muito bem quando cheguei ao Rio de Janeiro, as reuniões de orientação e encontros do grupo de estudo sobre mundos do trabalho e pós-abolição em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense eram verdadeiros momentos de fortalecimento em comunidade, aproveito e estendo os agradecimentos aos membros do grupo. Obrigada Álvaro pelos momentos de convívio, paciência e muita compreensão, sem eles não seria possível chegar até aqui com alegria e ternura.

Aqueles que abriram as portas de suas casas, descortinaram suas histórias de vida, os meus interlocutores, grande parte deles minha parentela, nascidos e criados no Vale do Iguape. Parafraseando Conceição Evaristo- Digo isto apenas: “escrevi suas histórias, o que captei de muitas vivências”. Aprendi muito com suas experiências.

Aos profissionais dos arquivos públicos, cartórios e centros de documentação pelos quais passei ao longo da trajetória de pesquisa, Seu Guilherme, Dona Angélica, Dona Rita, Seu Thiago, Seu Fernando, Seu Raimundo. Por serem tão solícitos, sempre dispostos a ajudar, em alguns desses espaços as condições de pesquisas não eram as mais favoráveis, no entanto, a gentileza com a qual sempre fui recebida conferia leveza ao ato de folhear e fotografar as folhas amareladas.

Agradeço a Professora Ione Celeste, minha orientadora do mestrado, por nunca ter me deixado a deriva nesse mar revolto que, por vezes é, o mundo acadêmico. Ione fez as leituras iniciais ao projeto de doutorado, é uma amiga muito querida, um farol.

À Prefeitura Municipal de Conceição da Feira, no estado da Bahia, onde sou funcionária pública. A Prefeitura de Conceição da Feira, através da sua Secretaria de Educação, me concedeu licença remunerada por três anos para que eu pudesse cursar o doutoramento em sua fase inicial. Agradeço também aos meus colegas de trabalho, e o faço através da figura da professora Eliane Leal, a qual divide comigo a gestão da Escola Constantino Ferreira de

Miranda, concluir uma tese trabalhando não é uma tarefa fácil, no entanto, as boas relações cultivadas suavizam o processo. Aos queridos estudantes das comunidades rurais que compõem o território da nossa unidade de ensino, obrigada por me fazerem perseguir no horizonte o sonho de um amanhã melhor, e ter certeza que só através de uma educação pública e de qualidade construiremos esse amanhã, vocês inundam minha vida de sentido.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Rural, A seus coordenadores e professores. Ao Paulo, secretário do PPHR, pelo acolhimento e estímulo para a realização desta tese. O deslocamento para o Rio de Janeiro me permitiu construir muitas pontes. Agradeço a minha turma de pós-graduação pelos debates em Seropédica e Nova Iguaçu.

Agradeço a minha banca de qualificação- Prof^a Dr^a Hebe Mattos, Prof^o Dr^o Marcus Dezemone e Prof^o Dr^o Carlos Eduardo Costa, suas considerações trouxeram indicações precisas, as quais conferiram densidade ao presente estudo. Nesse sentido, estendo meus agradecimentos a turma *Mark Cluster Mamolen Dissertation Workshop|2021* e as contribuições preciosas dos professores Alejandro de la Fuente, George Andrews e Sidney Chalhoub, que em muito enriqueceram a elaboração dessa tese.

Construí laços de amizade de muito valor ao compartilhar a experiência da pós-graduação. Ayalla, Marcelo e Everton, baianos que conheci no Rio e foram essenciais, meu Ilê fora da Bahia. Ayalla tornou-se uma das minhas melhores amigas, acompanhou de perto cada passo da construção dessa tese. Marcelo, estudioso do PCB e sua atuação na Bahia, contribuiu para o redirecionamento dos meus estudos. Em uma das suas idas a Salvador, antes de retornar levando para nós azeite de dendê e farinha da boa, me mandou uma foto despretensiosa do jornal comunista *O Momento*, onde aparecia os lavradores do Iguape e suas lutas em torno do acesso à terra, foi o meu primeiro contato com Rufino José da Costa. Marcelo meu amigo, privilégio ter te encontrado no caminho.

Marcela, Felipe, Richard, Luara, Alessandra, compartilharam momentos de angústias e conquistas, incentivaram nas diversas fases da pesquisa. Alê apresentou generosas contribuições em suas leituras do capítulo da qualificação. Felipe que também busca apreender a população negra na sociedade de pós-abolição no mundo social rural sempre indicou leituras e perspectivas teóricas. A jornada com vocês foi incrível, obrigada.

Aos amigos conhecidos de longas datas, Jacó e Uelton, sou grata por compartilharem fontes e reflexões sobre o Recôncavo da Bahia. Edilon, Conceição e Ivonildes, amigos da Graduação agradeço o privilégio de ter seguido com vocês. Obrigada pelas mensagens

cheias de saudades e promessas de reencontros e, sobretudo, pelas gargalhadas nos encontros. Estendo minha gratidão pela leveza e alegria que trazem a minha vida a Rayssa e Ezno, minha comadre e meu afilhado.

A minha irmã Suele, meus primos e primas, aqui representados por Walter Matheus, os quais me ensinaram a arte da partilha. Peço desculpas pelas ausências e agradeço por não desistirem de me incluir nos momentos mais divertidos de convívio familiar, a despeito das recorrentes negativas. Meu cunhando Sinaldo, receba esses agradecimentos também.

A Miguel, meu sobrinho, o sol que ilumina minha vida! Não tenho nem palavras para agradecer a sua existência.

Como me ensinou bell hooks o amor é uma ação, nunca simplesmente um sentimento! E assim eu agradeço ao meu companheiro Alan, pela parceria, incentivo e todo amor.

E, por fim, mas não menos importante agradeço aos amores de minha vida, “painho e mainha”, seu Edinaldo e dona Núbia, que são, sem sombras de dúvidas, os maiores entusiastas do meu sucesso. Sem vocês eu não chegaria na esquina, obrigada!!!

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo a apreensão das diversas táticas de acesso e permanência à terra agenciadas pela população negra do Vale do Iguape no Recôncavo da Bahia, no contexto de emancipação e pós-abolição. O território privilegiado por esta abordagem foi marcado pela grande concentração de terras nas mãos da elite senhorial, detentora dos engenhos e fazendas açucareiras. Na contemporaneidade é o lócus de comunidades quilombolas em processo de titularização. Diante da estrutura territorial da região, as tramas que envolvem as lutas por terras no Vale do Iguape foram investigadas nesta tese a partir da perspectiva da longa duração, com um recorte temporal que contempla das duas últimas décadas da escravidão até o período que antecedeu o golpe civil-militar (1871-1963). No entanto, as periodizações não aparecem ao longo do estudo de forma pré-estabelecidas, mas a partir das experiências dos sujeitos aqui acompanhados em relação aos processos mais amplos da sociedade. Esse diálogo entre os tempos teve como fio condutor as experiências de cinco gerações da família Almeida Costa. Através desse núcleo familiar e suas redes de solidariedade, foi possível apreender como a sociedade escravista e a invenção da liberdade foram mobilizadas por sujeitos comuns. A hipótese que norteia essa tese é a de que em meio às lutas por cidadania, em especial o acesso à terra, a população negra do Vale do Iguape acionou diferentes categorias identitárias: rendeiros, camponeses, posseiros, quilombolas, gestando uma cultura política negra.

Palavras-chave: Vale do Iguape; Famílias negras; Lutas por terras; Politizações Ancestrais; Cultura Política Negra.

ABSTRACT

The present study aims at apprehending the various tactics of access to and permanence on the land used by the black population of the Vale do Iguape in the Recôncavo da Bahia, in the context of emancipation and post-abolition. The territory privileged by this approach was marked by the great concentration of land in the hands of the landlord elite, owners of the sugar mills and farms. Nowadays it is the locus of quilombola communities that are in the process of become the title (of Quilombola community). In view of the territorial structure of the region, the plots involving the struggles for land in the Vale do Iguape were investigated in this thesis from the perspective of long term, the time frame contemplates from the last two decades of slavery time to the period preceding the civil-military coup (1871-1963). However, the periodizations don't appear throughout the study in a pre-established way, but based on the experiences of the subjects how ware studied here and their relation to the broader processes in society. This dialogue between times had as a guiding thread the experiences of five generations of the Almeida Costa family. Through this family nucleus and its solidarity networks, it was possible to comprehend how the slaveholding society and the invention of freedom were mobilized by ordinary subjects. The hypothesis that guides this thesis is that in the midst of the struggles for citizenship, especially in relation to access to land, the black population of Vale do Iguape activated different identity categories: tenant farmers, peasants, squatters, quilombolas, creating a black political culture.

Keywords: Vale do Iguape; Black Families; Land Struggles; ancestral politicizations; Black Political Culture.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

FIGURAS:

Figura 1: População do Vale do Iguape na reunião do CQVI.	26
Figura 2: Mapa do Recôncavo da Bahia, Século XIX.....	36
Figura 3: Engenho Victória do Paraguaçu- Gravura meados do Século XIX.....	56
Figura 4: Professor Cincinato Franca.....	72
Figura 5- Pitanga e Morro Bitedô.....	77
Figura 6: Aniversário de Prestes em Cachoeira.....	124
Figura 7: Operários de Santo Amaro na sede do Sindicato dos operários do Assucar e Anexos.....	127
Figura 8: Camponeses do Iguape.....	131
Figura 9- Zona Terra Vermelha.....	136
Figura 10: Lavrador Oscar de Jesus e sua família.....	142
Figura 11: Prédio da Antiga Escola São Paulo.....	144
Figura 12: Fazenda Nossa Senhora da Vitória.....	147
Figura 13: Seu Reinado Melo antigo tesoureiro da STL.....	169
Figura 14: Seu Aguinaldo Costa, filho de Rufino José da Costa.....	172
Figura 15: Plantação no Sítio São José- Terra Vermelha.....	175
Figura 16: Eurico Venâncio de Melo e Família.....	179
Figura 17: Quatro Gerações da Família de Noberta Pereira.....	181
Figura 18: Retrato de Família- Maria Nunes, a matriarca da família Pereira.....	183
Figura 19: Dona Catarina Conceição.....	184
Figura 20: Procuração assinada por Rufino José da Costa.....	188

TABELAS

Tabela I: Mães Africanas na Freguesia do Iguape.....	39
Tabela II: Carlota Africana e sua família.....	42
Tabela III: Mães da Freguesia do Iguape, condição jurídica X cor X nação.....	43
Tabela IV: Noivas da Freguesia do Iguape, condição jurídica X cor X nação.....	46
Tabela V: mães, condição jurídica X cor X nação.....	51
Tabela VI: Família Negra- Engenho Victória (1871).....	59-60
Tabela VII: Casais escravizados e seus legítimos.....	61
Tabela VIII: Condição jurídica dos padrinhos e madrinhas do Engenho Victória.....	63
Tabela IX: Condição jurídica dos padrinhos e madrinhas do Engenho Calolé.....	63
Tabela X: Gerações de famílias negras- Engenho Victória. (1871-1888).....	68
Tabela XI: Núcleo familiar de Caridade D’Almeida.....	87
Tabela XII: Núcleo Familiar de Adelia D’Almeida.....	89
Tabela XIII: Núcleo familiar de Nympha.....	90
Tabela XIV: Núcleo Familiar de Merencia.....	92
Tabela XV: Casamentos Coletivos no Engenho Calolé (1899).....	94
Tabela XVI: Ex-escravizados incluídos na qualificação de votante (1893-1894).....	104

LISTA DE ABREVIACÃO E SIGLAS

Centro de Educação e Cultura do Vale do Iguape (CECVI)

Movimento Negro Unificado (MNU)

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)

Conselho Quilombola do Vale do Iguape (CQVI)

Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT)

Movimento de Educação de Base (MEB)

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

Sociedade dos Trabalhadores da Lavoura da Terra Vermelha e do Iguape (S.T.L)

Movimento sem-terra (MST)

Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (FETAPE)

Partido comunista Brasileiro (PCB)

Comitê Nacional de Libertação (CNL)

SUMÁRIO

PRÓLOGO	15
INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO I- Na fronteira entre a escravidão e a liberdade: famílias de escravizados na Freguesia de São Thiago do Iguape -	34
I.1- Viver entre os seus no Iguape: Comunidade Africana na Diáspora	38
I.2 O Amargo Sabor da Crise do açúcar: famílias negras nas últimas décadas da escravidão	47
I.2.1- Arranjos familiares de dois engenhos do Iguape: uma análise comparativa entre o Engenho Victória e o Calolé.....	54
CAPÍTULO II- Viver em comunidade nos tempos de liberdade: libertos e seus descendentes no Iguape após a abolição	69
II.1 Dos prenúncios abolicionistas à aurora do 13 de maio.....	69
II.1. 1-Sonhos de liberdade e os projetos de vida após a abolição	74
II.2- Entre Parcerias, Aforamentos e rendas: permanecer como forma de resistência	79
II.2.1. Libertos vivendo em comunidade no Engenho Calolé	85
II. 2.2 Libertos vivendo em comunidade no Engenho Victória.....	96
II. 3 Outros Sentidos de Liberdade: Lutas pela participação na política institucional	102
CAPÍTULO III- “As Famílias Camponesas só faltam a terra”: novos personagens, velhas disputas	109
III.1 Conflitos entre fazendeiros e rendeiros	109
III.1.1 O Associativismo como tática de luta: caminhos para fundação da Sociedade dos Trabalhadores da Lavoura da Terra Vermelha e do Iguape	116
III.2- Os lavradores do Iguape e o PCB- novos repertórios de luta.....	123
III.3- Ações da Sociedade dos trabalhadores da Lavoura nos antigos engenhos do Iguape	134
CAPÍTULO IV-Entre esperanças de vida e conquistas efetivas: famílias de posseiros do Iguape e o direito às terras devolutas	146
IV.1- De terras de engenho a terras do IAA: as disputas que não cessam	156
IV.1.1 Novos repertórios de luta: Aproximações entre a STL e as Ligas Camponesas de Julião.....	160
IV.2 “Reforma Agrária Nasceu Aqui”: Memórias da Ocupação e Desapropriação de Parte da Usina Victória do Paraguaçu	169

CONSIDERAÇÕES FINAIS	190
FONTES	196
ARQUIVO	196
ENTREVISTA	197
PERIÓDICO	197
REVISTA	198
SITE	198
BIBLIOGRAFIA	198

PRÓLOGO

Afirmo que ao registrar essas histórias contínuo
no premeditado ato de traçar uma
escrevivência.¹

Primeira década dos anos 2000, momento que a minha comunidade Santiago do Iguape, localizada no Vale do Iguape, recebeu a certificação de comunidade quilombola, emitida pela Fundação Cultural Palmares. O Vale do Iguape é uma microrregião pertencente ao município de Cachoeira no Recôncavo da Bahia, composta por 18 comunidades quilombolas que se constituíram em espaços de antigos engenhos de açúcar da Freguesia de São Thiago do Iguape.²

Defendo, a partir das premissas lançadas pelo historiador Walter Fraga Filho, que as comunidades dessa região são frutos de um dos sentidos de liberdade acionados pela população egressa do cativo – a permanência.³ Continuar nos espaços onde viveram experiências de escravidão, preservando laços familiares, de solidariedade e, sobretudo, a possibilidade de acesso à terra, é representativo das lutas da população negra do Iguape.

Nesse mesmo período, início dos anos 2000, eu estava finalizando o ensino fundamental e minha escola não oferecia o ensino médio – dentro de uma lógica racista que estrutura nosso país, a qual orientava quem deveria ter acesso ao letramento. E “eu nascida e criada” no território quilombola do Iguape, precisei experimentar o movimento de deslocamento da zona rural para a cidade, a fim de acessar à educação escolar formal. Estava acionando outro sentido de liberdade reapropriado ao longo do tempo por diferentes gerações – o itinerário.

Cursei todo o ensino médio na cidade de Cachoeira, finalizando o terceiro ano em 2005, quando as primeiras comunidades do Vale do Iguape já haviam sido reconhecidas enquanto quilombolas, momento que a população de Santiago do Iguape encabeçou um movimento associativista quilombola culminando em sua certificação em 2006, ano que a UFRB surgia. Os “Kairós” reinavam. Em 2007 ingressei no curso de História do Centro de

¹ EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulher**. Belo Horizonte: Nandyala, 2011.

² A maioria dessas comunidades carregam até os dias atuais os nomes desses antigos engenhos.

³ FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006.

Artes Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, quando o movimento quilombola do Iguape estava em pleno vapor.

“Todo historiador tem seu próprio tempo de vida, um poleiro particular a partir do qual sonda o mundo”. Eric Hobsbawm, ao refletir sobre a História do Tempo Presente, destacou que os recortes de dados, as questões abordadas e os marcos selecionados estão em grande medida articuladas ao entendimento particular de mundo do pesquisador.⁴ E assim foi comigo, a força do movimento quilombola nos anos iniciais da minha graduação direcionou o meu olhar para o tema, não só como uma moradora curiosa, mas também como pesquisadora.

Tornei-me uma estudiosa do meu lugar social, passei a forjar através da linguagem, o direito de narrar a história dos meus antepassados, e o faço na primeira pessoa do singular, através de uma subjetividade consciente,⁵ discordando da máxima que o distanciamento emocional, social e político é sempre condição favorável à produção de conhecimento científico.

O primeiro contato com os moradores da comunidade quilombola de Santiago do Iguape, como historiadora, foi marcado por desconfiança e acolhimento. Uma relação paradoxal, pois ao mesmo tempo em que os meus depoentes me acolhiam pelo fato de me conhecerem, eles também se sentiam intimidados em revelar suas experiências para uma pessoa próxima.

A desconfiança foi quebrada quando me apresentei, não somente como uma conterrânea curiosa, mas também, como uma intelectual que desejava conhecer e revelar a comunidade de Santiago do Iguape a partir das histórias de vida dos seus moradores, trazer as experiências dessa população para superfície da História. Os diálogos, realizados com os sujeitos entrevistados, revelaram trajetórias que se entrelaçaram com as minhas lembranças familiares, contribuindo para construção de saberes históricos dos trabalhadores e trabalhadoras da região.

Ao utilizar nos primeiros anos da pesquisa majoritariamente fontes orais, pude Co construir com meus conterrâneos uma História do nosso lugar, narrando os seus cotidianos.

⁴ HOBBSAWN, Eric. *Introdução*. In: HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A Invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

⁵ É também uma escrevivência, categoria operacionalizada por Conceição Evaristo, o direito político da mulher negra a escrita de si e dos seus. Ver: KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação; episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. P.83.

Através das várias camadas de ligação de memórias individuais e coletivas, o passado era enunciado em sua pluralidade por diferentes narradores.

Através dessas memórias foquei minhas reflexões no processo de construção da identidade quilombola na região, organização política em torno dessa categoria identitária, cultura do trabalho e cotidiano. Inventariei as principais atividades produtivas dos moradores da região, produção de roças e pesca artesanal, enfatizando como os modos de fazer e viver desses sujeitos correlacionavam-se com o território.

Foi justamente dessa relação com o território, bem como, das lutas em defesa do direito de viver em comunidade, que emergiram as perguntas as quais orientaram a construção da minha tese de doutorado: Quais formas de acesso à terra os escravizados e seus descendentes experienciaram no Iguape? Quais táticas de legitimação das relações familiares? Quais relações de parentesco ritual e legal contribuíram na formação das redes de sociabilidade? Até que ponto a formação de laços familiares foram fatores de fixação para os egressos do cativo no Iguape?

Para articular as lutas contemporâneas em torno da titularização das terras com a politizações ancestrais da população negra⁶, foi necessário acompanhar um longo recorte temporal, dentro do que compreendo como contexto de escravidão e liberdade. Acompanhei a população escravizada do Iguape nas duas últimas décadas da escravidão, período marcado pelas influências das leis emancipacionistas, até a década de 1960, no pré-golpe civil militar do Brasil, momento o qual trabalhadores e trabalhadoras organizados em associações modificaram as estruturas territoriais seculares de uma antiga fazenda escravista, através da desapropriação de parte da Fazenda Victória para fins de redistribuição entre os posseiros.

Transitar por uma historicidade longínqua foi possível, metodologicamente, pois acompanhei cinco gerações de uma mesma família, os Almeida Costa e suas redes tecidas ao longo do tempo. Este foi o fio condutor na apreensão de famílias negras em situações

⁶ A ideia é pensar ancestralidade como uma categoria analítica que permite a população negra quilombola gestar projetos políticos e sociais pautados na valorização da experiência, da vida comunitária, da relação com a natureza, levando em consideração suas próprias significações. Ancestralidade é pensada nessa tese articulando os conceitos de Corpo-Kilombo de Beatriz Nascimento e Amefricanidade de Lélia Gonzalez. A reflexão perpassa por compreender que esse corpo ancestral é um corpo-documento que carrega territórios africanos e os redefinem no contexto americano, incorporando processos históricos de transmissão de experiências, adaptação e resistências, que são acionadas em momentos de crises. Ver: GONZALEZ, Lélia. *A categoria político-cultural de amefricanidade*. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, 1988. Pp. 69-82. E NASCIMENTO, Beatriz. **Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

similares na região. Assim como estudos que optaram por ampliar o recorte temporal, a investigação aqui desenvolvida tem um caráter mais panorâmico, pois aborda uma variedade de temas.⁷ No entanto, ganha ao passo que observa mais de perto como as temáticas abordadas foram vivenciadas por um grupo específico, quais táticas foram agenciadas por famílias negras para lidar com os desafios da sociedade escravista e de pós-abolição.

A presente tese correlaciona politizações agenciadas pela população negra do Iguape em diferentes períodos. Ao recuperar a História Social desses trabalhadores e trabalhadoras demonstrou a participação de ex-escravizados e seus descendentes na formação da classe trabalhadora brasileira, por muito tempo estudada a partir da chegada dos imigrantes italianos nas fazendas de café. Evidenciou também como a partir das lutas por cidadania, acesso e permanência às terras, esses sujeitos acionaram diferentes categorias identitárias gestando uma cultura política negra revolucionária, pedagogicamente acionada em tempos de crise.

Estou em diálogo com Ângela Davis concernente a sua afirmação de que a liberdade não é algo permanente, sempre precisou ser recriada.⁸ E assim a população quilombola do Iguape continua recriando-a. Enquanto pesquisadora de “dentro”, ao acompanhar o movimento quilombola e as demandas frente à titularização das terras na região, defendo que a presente tese de doutorado caminha no sentido interseccional entre produção de conhecimento histórico e militância política e busca contribuir com as lutas históricas da população negra e quilombola pelo direito de existir enquanto grupo livre, e o acesso à terra é parte fundamental nesse processo.

Recusar a suposta neutralidade epistemológica é algo presente em discursos de intelectuais negros que compreendem a importância dessa intersecção. A própria Davis destacou que a partir dessa relação é possível pensar em um novo modelo de sociedade menos hierarquizada. As páginas que se seguem estão impregnadas desse desejo. Ao recuperar a História Social dos trabalhadores da região desde a escravidão até a década de 1960, entrelaçam narrativas de muita gente que, de diferentes formas, reivindicaram e reivindicam a construção de uma sociedade menos excludente.

⁷Ver: BERLIN, Ira. **Gerações de cativo**. Uma história da escravidão nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006. COOPER, Frederick; HOL, Thomas C.; SCOTT, Rebecca. **Além da Escravidão: investigação sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Felisberta e sua gente: consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-abolição rio-grandense**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

⁸DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

Acompanhar a trajetória de luta da população negra no contexto da escravidão e pós-abolição, não é uma tarefa fácil, nesse sentido, foi necessário utilizar diferentes tipologias de fontes. Para cruzá-las, recorri ao método onomástico proposto pela micro-história italiana, seguindo os nomes no corpo documental e interligando as partes ao todo, a fim de reconstruir as contexturas da terra no Vale do Iguape. A presente tese está dividida em quatro capítulos, nos quais apresento famílias negras vivendo em comunidade e mobilizando alternativas para a construção, inserção e participação nos projetos políticos da sociedade.

No primeiro capítulo, intitulado "Na fronteira entre a escravidão e a liberdade: famílias de escravizados na Freguesia de São Thiago do Iguape," destacam-se os sujeitos que vivenciaram o cativeiro na Freguesia de São Thiago do Iguape, principalmente nas décadas que antecederam a abolição legal da escravidão. No capítulo, são elencados os principais engenhos e fazendas que compunham a Freguesia, enfatizando a estrutura territorial estudada. Além disso, aborda-se o contexto de crise açucareira do final do século XIX. As famílias de africanos e seus descendentes são apresentadas para evidenciar que a construção desses laços foi a base de sobrevivência em experiências de diásporas. São espaços privilegiados de análise da capacidade de indivíduos escravizados, especialmente mulheres, recriarem esses vínculos no além-mar, vivenciar a maternidade e reivindicar direitos para si e para seus familiares.

No segundo capítulo, "Viver em comunidade nos tempos de liberdade: libertos e seus descendentes no Iguape após a abolição," acompanham-se os núcleos familiares de escravizados apresentados no primeiro capítulo. Isso é feito com o objetivo de perceber os sentidos de liberdade acionados na sociedade pós-abolição, os projetos concebidos e suas possibilidades de materialização no momento da constituição de novas hierarquias baseadas na racialização das relações. Embora sejam apresentados outros caminhos percorridos por libertos, como o deslocamento para o centro da cidade de Cachoeira, a ênfase recai na permanência dos ex-escravizados nos antigos engenhos de açúcar como uma forma de ampliar seus direitos e acessar a cidadania.

O terceiro capítulo, "As famílias camponesas só faltam a terra: novos personagens, velhas disputas", concentra-se no contexto de intensas mobilizações, caracterizado pela eclosão de diversos movimentos reivindicatórios por melhores condições de vida e trabalho na cidade e no campo. O capítulo apresenta a organização política dos lavradores do Iguape em torno da Sociedade dos Trabalhadores da Terra Vermelha e do Iguape (S.T.L). Nesse período, os lavradores do Iguape estreitaram os laços com o Partido Comunista Brasileiro e,

como grupo, acionaram a categoria de camponês. Portanto, também se aborda como se deram os diálogos com novos personagens na tentativa de fortalecer antigas disputas em relação ao acesso à terra.

No quarto e último capítulo, intitulado "Entre esperanças de vida e conquistas efetivas: famílias de posseiros do Iguape e o direito às terras devolutas", aborda-se a falência da Usina e a transferência das terras da Fazenda Nossa Senhora da Vitória para o Instituto do Açúcar e Alcool, uma autarquia da administração federal brasileira. Esse processo ocorreu entre as décadas de 1950 e 1960, um momento intenso de discussões sobre as Reformas de Base. O capítulo expõe como a S.T.L participou dessas contendas ao destacar a presença de representantes dessa associação nas conferências estaduais e nacionais de trabalhadores agrícolas. Também apresenta como os lavradores ampliaram seus repertórios de lutas e acionaram outras categorias político-identitárias, como a de posseiros. Por fim, aborda como os trabalhadores rurais rememoram o processo de ocupação e desapropriação de parte da Fazenda Vitória para fins de Reforma Agrária.

INTRODUÇÃO

“Eu nasci e me criei aqui”: Famílias de Quilombolas no Vale do Iguape.

Na primavera de 2002, aos vinte e nove dias de setembro, reuniram-se na Avenida Gonçalo, os sócios fundadores da associação civil Centro de Educação e Cultura do Vale do Iguape (CECVI) para Assembleia Geral de discussão e aprovação do estatuto e eleição da diretoria e coordenação geral da associação.⁹

O coordenador geral eleito foi Ananias Nery Viana, importante articulador político da região. A finalidade do CECVI, de acordo com o estatuto, era apoiar e desenvolver ações para a defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida do ser humano e do meio ambiente. Para isso, tinha como foco a realização de ações voltadas para o resgate de conhecimentos tradicionais, geração de trabalho e renda comunitária, manutenção da memória cultural e popular, preservação do meio ambiente e execução de serviço de radiodifusão sonora com intento educativo, artístico e cultural entre as comunidades.

A partir desta associação civil, em 2004 líderes de nove comunidades negras rurais que compõem o território do Vale do Iguape encaminharam para a Fundação Cultural Palmares um requerimento solicitando a certificação destas enquanto comunidades quilombolas. Assinaram esse documento lideranças comunitárias como Dona Maria Januária dos Santos, nascida no Calolé em 1915, Raimundo Santiago do Engenho da Vitória, nascido em 1923, Maria das Dores Santos, nascida no Calembá em 1931.

Nós moradores do Distrito do Iguape, representamos um conjunto de núcleos rurais distantes uns dos outros por média de 1,5 km nominados como Caonge, 13 famílias, Dendê 15 famílias, Calembá, 27 famílias, Engenho da Ponte 30 famílias, Imbiara 25 famílias, Engenho Vitória 79 famílias, Engenho Calolé e Tombo 72 famílias. Somamos 269 famílias descendentes de povos africanos trazidos a partir do século XVI para trabalhar na plantação de cana de açúcar e outros serviços, na condição de mão de obra escrava, onde, nos dias atuais estamos nos mesmos espaços físicos ou território, privados do direito à terra em dimensão suficiente e necessária

⁹Relatório Técnico Científico para reconhecimento das comunidades quilombolas do Vale do Iguape- Caonge, Dendê, Calembá, Engenho da Ponte, Imbiara, Engenho Vitória, Engenho Calolé e Tombo\Nº 205 DPA-FCP-inC-2004.

para produzir gerando renda satisfatória para uma sobrevivência familiar com dignidade.¹⁰

A evidência dada aos anciãos das comunidades na organização do movimento de lutas por terras na perspectiva quilombola, se deu buscando destacar que essa sempre foi uma reivindicação ancestral. Os sócios do CECVI finalizaram o referido requerimento reforçando que continuavam organizados e que haviam amadurecido, ampliando suas táticas, através das políticas educacionais desenvolvidas pelo centro. No mesmo ano, essas comunidades receberam a carta da Fundação Palmares certificando-as enquanto remanescentes de quilombo.

A categoria Remanescente de Quilombo foi desenvolvida no final da década de 1980, nos debates acerca dos direitos das populações negras rurais. São pesquisas fundantes sobre tema: a de Clóvis Moura, que discutiu acerca da complexidade dos quilombos do Brasil; Carlos Vogt e Peter Fry sobre Cafundó, no estado de São Paulo, onde os autores enfatizaram o papel da reinvenção das “línguas africanas” nas relações sociais; e a coletânea organizada por João José Reis e Flávio Gomes sobre quilombos situados em diversos locais do Brasil.

A palavra Quilombo passou por algumas transformações semânticas ao longo do tempo. Nos períodos colonial e imperial, o termo estava diretamente ligado às ações de repressão, uma vez que, o escravizado era entendido como um objeto pertencente a outrem. “Aquilombar-se” nesse contexto representava a prática de violação do direito de propriedade, por isso, a necessidade de reprimir esses espaços. A forma como o Quilombo dos Palmares era descrito nos documentos oficiais (um agrupamento de escravos fugidos) é ilustrativo dessa noção semântica. A mobilização militar contra Palmares demonstra, sobretudo, que a administração colonial defendia o direito de propriedade reivindicado pelos escravistas.

Com a abolição legal da escravidão e a Proclamação da República, entrou em cena a máxima de que todos eram cidadãos, dessa forma, os agrupamentos de ex-escravizados não mais ameaçariam a ordem social. Na segunda metade do século XX, quando o país passava pelo processo de redemocratização, o Movimento Negro Unificado (MNU) buscava símbolos representativos da luta antirracista. O Quilombo passou a ser compreendido como

¹⁰ Idem.

uma das principais formas de resistência da população negra, como um modelo de organização social a ser seguido.

Nesse contexto, militantes dos movimentos sociais, com destaque o Movimento Negro Unificado (MNU), lideranças das comunidades negras rurais e acadêmicos dedicados aos estudos da temática, participaram de intensos debates acerca dos direitos das comunidades negras rurais. Esses debates culminaram na operacionalização do conceito de Comunidades Remanescentes de Quilombo e sua inserção na Constituição Federal de 1988, através do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que diz: “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecido a propriedade definitiva devendo o Estado emitir-lhes os seus títulos respectivos”.¹¹

Os chamados Quilombos Contemporâneos, ou Comunidades Remanescentes de Quilombos, são nomenclaturas que surgiram a partir da ressignificação à qual me referi anteriormente, que abrangem as diversas formas de resistências que caracterizam a população quilombola. Os históricos de formação dessas comunidades são bastante variados: fuga e ocupação do território por escravizados/as; permanência de ex-escravizados(as) nos territórios dos antigos engenhos e outras áreas rurais no pós-abolição; doações de terras; direito às terras devolutas; e até mesmo compras de terras. Durante gerações, os egressos da escravidão e os seus descendentes, em diferentes regiões do Brasil, reivindicam o acesso e a permanência às terras, secularmente ocupadas.

No Artigo 68 (ADCT/CF-1988) não ficou estabelecida uma avaliação dos possíveis desdobramentos práticos da constitucionalização na forma de demandas fundiárias. Abrindo assim um leque de interpretações, tanto para os acadêmicos quanto para os militantes do movimento negro. José Maurício Arruti chamou atenção para dois pontos importantes do referido artigo.¹² O primeiro ponto gira em torno do direito que seria reconhecido; o segundo, em torno da historicidade dos sujeitos que reivindicavam esse direito.

O debate oscilou em colocar as terras dos remanescentes de quilombos ora como as terras indígenas, que têm o seu reconhecimento apenas pela posse, ora como uma espécie de usucapião especial, que necessitaria de um tempo mínimo de ocupação, e finalmente como patrimônio apenas com a proposta de tombamento das terras.

¹¹BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

¹² ARRUTI, José Maurício. *Quilombos. Um objeto aberto*. In: SANSONE, Lívio; PINHO, Osmundo Araújo (Org.). **Raça: Novas perspectivas antropológicas**. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia, EDUFBA, 2008.

Nos últimos anos, significativas narrativas sobre os quilombos foram desenvolvidas. É preciso levar em consideração o fortalecimento dos movimentos negros no país ao longo da década de 1980 e a revisão que propuseram quanto à memória pública da escravidão e da abolição.¹³ As pesquisas acadêmicas em história social da escravidão também contribuíram para essa revisão, ao enfocarem o escravizado como sujeito atuante. A aprovação deste artigo sobre os direitos territoriais das comunidades dos quilombos culminou no processo de revisão histórica e de mobilização política, que conjugaram a afirmação de uma identidade negra no Brasil e a difusão de uma memória das lutas contra a escravidão.

O reconhecimento dos direitos das comunidades quilombolas às suas terras implica no reconhecimento da diferença racial como pressuposto para o estabelecimento de direitos específicos. Dessa forma, é necessário romper com os postulados de quilombo que servem como referência para fundamentar o discurso jurídico colonial e imperial associado à ideia única de fuga e resistência. Apontando assim categorias alternativas que deem conta da complexa variedade de situações que envolvem as comunidades quilombolas.

Classificar a noção de quilombo tendo como parâmetro apenas os documentos oficiais é insuficiente, pois, muitas vezes, se choca com os relatos dos descendentes desta terra e suas experiências de acesso e permanência ao território. Em vista disso, as revisões conceituais abrem caminho para novas leituras de como os negros escravizados e livres utilizaram-se de diversas formas políticas e alianças com outros grupos sociais para viver em comunidade.

Devido à complexidade do que foi a experiência de “aquilombamento” no Brasil, é cabível o entendimento das várias designações concedidas às comunidades remanescentes de quilombos: quilombos contemporâneos, terras de preto, comunidades negras rurais e comunidades quilombolas. Esse intrincamento demonstra também as peculiaridades nas lutas enfrentadas por esses grupos no confronto com poderosos para a sobrevivência física e cultural.

As vivências variadas que as populações quilombolas trazem à tona para explicar o acesso à terra no passado expressam também que, por meios diferentes, esses indivíduos permaneceram em seus territórios de origem, preservando e renovando costumes para se adaptarem a uma sociedade nacional que, muitas vezes, não os reconhecem como autênticos sujeitos históricos de direitos.

¹³ MATTOS, Hebe. Remanescente das comunidades dos quilombos: memória do cativo e políticas de reparação no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 104-111. Dezembro-Fevereiro 2005-2006.

A ressemantização política e/ou jurídica da categoria quilombo aponta para novos caminhos da afirmação identitária e da mobilização desses grupos. O Decreto 4887, de 20 de novembro de 2003, que regulamentou o Artigo 68 (ADCT/CF-1988), também contribuiu para a ressignificação e abrangência do termo “quilombo”, incorporando o direito ao autorreconhecimento, prevendo a possibilidade de desapropriação, valorizando as experiências históricas de formação dessas comunidades.

O referido Decreto estabeleceu o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como responsável pelo processo de regularização fundiária das comunidades quilombolas, deixou de lado a exclusividade nesse processo da Fundação Cultural Palmares. Também incluiu para efeitos fundiários, não só os sujeitos que ocuparam as terras em momentos específicos da história, mas os espaços de usos, costumes e tradições dos seus descendentes – espaços, enfim, que possibilitam a manutenção de uma memória coletiva e a construção de identidades de determinados grupos.

No início dos anos 2000, esse debate em torno da categoria de quilombolas chegou de forma mais intensa no Vale do Iguape, favorecendo novas formas de politização. Ananias Viana, o coordenador geral do Centro de Educação e Cultura do Vale do Iguape, morador da Comunidade Quilombola Caonge, interlocutor nas minhas pesquisas, narrou que foi possível ampliar essa discussão na localidade a partir dos trabalhos com a educação, dança afro e a valorização da cultura ancestral.

A gente montou uma companhia de dança começou lá no Caonge e depois vimos para aqui (Santiago) e agregamos muita gente. Eu fiquei o tempo todo trabalhando com dança, mas a minha intenção não era só trabalhar os jovens, os pais dos jovens, era articular um projeto maior formar uma organização o CECVI (Centro de Educação e Cultura do Vale do Iguape) e através do CECVI a gente pediu a certidão quilombola de 5 comunidades de início essas comunidades foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares.¹⁴

Segundo Viana, as lideranças locais optaram por montar uma Companhia de Dança, desenvolver um trabalho cultural e articular um projeto mais amplo, visando à organização política da população. A estratégia utilizada pelo líder comunitário reforça o papel das manifestações culturais na luta antirracista. Foi devido à criação do CECVI, que as primeiras comunidades da região tiveram seus territórios quilombolas reconhecidos e certificados pela Fundação Cultural Palmares.

¹⁴ Ver: Entrevista com Ananias Nery, morador da comunidade do Caonge, situada no Vale do Iguape.

A partir do processo de reconhecimento das primeiras comunidades do Iguape, além do Centro de Educação e Cultura, que os trabalhadores passaram a se organizar através do Conselho Quilombola do Vale do Iguape (CQVI), órgão que tem por finalidade agregar todas as Associações Quilombolas que foram fundadas no Vale. Trata-se de uma organização coletiva, potente e que vem contribuindo com as lutas contemporâneas numa microrregião atravessada por experiências de resistências.

Figura 1: população do Vale do Iguape na reunião do CQVI.



Fonte Acervo Particular de Ananias Viana.

As reuniões do Conselho, como da foto acima, são importantes espaços de encontro geracional. Nesses momentos estratégias para a reintegração das terras são traçadas, os mais velhos narram suas memórias, trazendo à tona diferentes núcleos familiares, suas vivências, relatos de fé, das festas e anedotas acerca de contendas com fazendeiros locais.

Essas memórias são fontes históricas utilizadas nos processos que envolvem a titularização das terras, o projeto de futuro perseguido pela população local, mas também, contribuem para o fortalecimento da Identidade Quilombola no Iguape, ao despertar na juventude um sentimento de pertença, uma vez que, a luta pelo território para os quilombolas é também uma batalha pelo direito de existir enquanto coletividade, uma possibilidade de preservação e transmissão dos modos de vida.

No Vale do Iguape, o campesinato negro sempre foi uma arena de conflito, situações de concorrência e ameaça à integridade do grupo social. As tentativas de expropriação dos

espaços de plantação contribuem para a mobilização de uma memória coletiva, a qual exerce um papel fundamental na defesa dos direitos.

No decorrer do século XX, grande parte das comunidades que se formaram em espaços de antigos engenhos do Recôncavo da Bahia se tornaram enclaves para os ex-senhores ou seus descendentes, principalmente quando os herdeiros senhoriais buscavam converter essas fazendas em pastos para gado ou modernizá-las por meio das usinas.¹⁵ A população negra rural da região do Iguape, a partir desses conflitos vivenciados ao longo da trajetória de lutas por terras, reivindicaram a efetivação dos direitos acumulados ainda no período escravista, direitos esses ressemantizados na categoria de comunidades quilombolas no tempo presente.

As experiências das famílias que vivem no Vale do Iguape na contemporaneidade foram o ponto de partida da presente pesquisa sobre os trabalhadores negros e as táticas agenciadas para acessar e permanecer em terras de engenhos na sociedade de pós-abolição. Inspirada na reflexão e ação conclamada por Marc Bloch no texto “Apologia da História”, defendo que a pesquisa histórica deve expressar um compromisso com a transformação social.

As lutas por terras engendradas ao longo do tempo pela população negra do Iguape contribuíram para que diferentes identidades fossem acionadas – rendeiros, camponeses, posseiros, quilombolas. Nesse sentido, a partir das demandas do movimento quilombola na região, seus desafios diante da titularização do território, tracei um “diálogo entre os tempos”,¹⁶ demonstrando como essa nova politização coaduna com culturas políticas ancestrais.

O conceito de quilombo operacionalizado por Beatriz Nascimento orientou a construção dessa tese.¹⁷ Isto é, o quilombo a partir da metáfora do corpo, uma corporeidade negra entendida como sapiência, a continuidade de vida. O corpo documento, que representa uma memória diaspórica não cristalizada, mas a que se movimenta. Uma possibilidade de construção de si e em comunidade em tempos de destruição.

¹⁵ FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006. P. 290.

¹⁶ RIOS, Ana Maria Lugão e MATTOS, Hebe Maria. **Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Felisberta e sua gente: consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-abolição rio-grandense**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

¹⁷ BEATRIZ, Nascimento. **Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

O quilombo é um avanço, é produzir ou reproduzir um momento de paz. Quilombo é um guerreiro quando precisa ser guerreiro. E também é recuo se a luta não é necessária. É sapiência, uma sabedoria. A continuidade de vida, o ato de criar um momento feliz, mesmo quando o inimigo é poderoso, e mesmo quando ele quer matar você. A resistência. Uma possibilidade nos dias da destruição.¹⁸

Quilombo é pensado aqui a partir de Nascimento como forma específica de organização da população negra. Como locus de referência sociocultural onde noções de liberdade, de insurgência se cruzam favorecendo a construção de projetos de vida alternativos aos pensados para os corpos negros atravessados pelo racismo.

“Eu nasci e me criei aqui”, uma das declarações mais recorrentes nas minhas pesquisas de campo, proferida pelos sujeitos interlocutores dos meus estudos, minha parentela de sangue ou não, remete à afirmação de uma ancestralidade e pertencimento ao território, o quilombo, onde descendentes de ex-escravizados se reinventaram e reivindicaram a cidadania.

A trama que envolve as lutas por terras no Iguape, investigada a partir do diálogo entre os tempos, teve como fio condutor as experiências de cinco gerações da família Almeida Costa. Através desse núcleo familiar negro e suas redes de solidariedade foi possível apreender como a sociedade escravista e a invenção da liberdade foram mobilizadas por sujeitos comuns.

¹⁸ O conceito de quilombo pensado por Maria Beatriz Nascimento, Intelectual Negra, Feminista e Ativista dos Movimentos Negros, encontra-se na coletânea organizada e editada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas. Ver: BEATRIZ, Nascimento. **Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

Árvore Genealógica

Maria Victória Almeida (ex-escravizada) **Rufino de Jesus Costa e Basília de Jesus Costa**

Filhos

Lydia Almeida Costa (ex-escravizada)

José Rufino Costa

Prisciano(Nascido Livre)

Adelaide (Nascida Livre)

Lydia Almeida Costa e José Rufino Costa

Filhos

Belisa (1875)

Minias (1877)

Messias (1880)

Rufino José (1896)

Jaime (1882)

Belisa
Filhos

Maria Anna (1902)

Anna Maria (1902)

Rufino José da Costa e Maria da Glória Silva Costa

Romilda Silva Costa (?)

Valdelice Silva Costa (?)

Aguinaldo Costa
(1945)

Aguinaldo Silva Costa

Filhos

Elionice Costa (?)

Eliene Costa (?)

Elivaldo Costa (?)

Edenilton Costa

Aguinaldo Filho

Ao longo dos capítulos, os membros que compõem a família Almeida Costa vão aparecendo, ao passo que, são acessados nas diferentes tipologias de fontes utilizadas nesta abordagem. O fio que confere coesão entre os tempos pôde ser seguido a partir da apreensão

de cinco gerações de uma mesma família em suas redes – a geração de escravizados, geração de libertos, geração de camponeses, geração de posseiros e geração de quilombolas, possibilitando a aproximação com cenários complexos de trabalhadores e trabalhadoras do Iguape, que questionaram noções de direito de propriedade no mundo social rural pós-escravista.

Diálogos possíveis e aproximações teóricas.

A pesquisa aqui apresentada aborda experiências da população negra no Iguape no contexto da escravidão e liberdade. O recorte de tempo compreendido como demarcador de uma sociedade de pós-abolição abalada pelas tensões de lidar com o fim do sistema escravista. O campo de estudo sobre o pós-abolição é uma chave de análise importante para compreender as agências de ex-cativos e seus descendentes em meio a reestruturação dos recursos de poder, no mundo rural.¹⁹

A família foi uma categoria norteadora desse estudo, no entanto, percebida numa perspectiva mais ampla, a qual abre espaço para recuperar tessituras de comunidades negras que se formam a partir de laços consanguíneos, mas também, espirituais e de solidariedade, ao vivenciarem experiências comuns.

De forma pioneira na Bahia, os estudos sobre famílias negras foram desenvolvidos por Maria Ines Cortes Oliveira, os quais abordaram aspectos da reorganização da comunidade africana em torno de laços de nação.

A maioria dos africanos, no entanto, foi forçada a refazer todas as suas relações na Bahia e estas teriam como ponto de partida a comunidade dos seus parentes de nação onde seriam criados alguns vínculos substitutivos do apoio e proteção anteriormente assegurados pela família.²⁰

A partir dos núcleos familiares reificados, a metáfora do “viver e morrer no meio dos seus”, foi uma estratégia metodológica que a pesquisadora encontrou para apresentar significados que os próprios africanos deram para suas vidas, dando sentido as trocas culturais e os espaços de autonomia, um emprego de uma memória genealógica essencial para recriação transmissão e recriação de heranças ancestrais.

Experiências familiares revelam as lutas por sobrevivência e seus significados para constituição de dinâmicas sociais de africanos e seus descendentes. O tráfico transatlântico de escravos marcou o rompimento da população africana com seus núcleos familiares e

¹⁹RIOS, Ana Maria Lugão e MATTOS, Hebe Maria. **Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

²⁰ OLIVEIRA, Maria Ines Cortes. Viver e morrer no meio dos seus: Nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX. **Revista USP**. São Paulo (28): 174-193, Dezembro\Fevereiro 95\96.

sociais de origem, isolando-a em um novo ambiente. Dessa forma, conseguir rearticular e restabelecer suas vidas em torno da família, foi uma das formas mais incipientes agenciadas nas diásporas, evidenciando que o tráfico não havia retirado a condição social do indivíduo.

A ampliação e conservação das relações familiares foram também práticas de inserção na sociedade de pós-abolição. Utilizo nesta abordagem o conceito de família em correlação com a perspectiva geracional categorizada por Iran Berlin.²¹ O historiador organizou gerações de africanos e seus descendentes a fim de compreender a sociedade escravista norte americana, em sua formação e reformulação da escravidão ao longo de cerca de três séculos. A partir das premissas lançadas por Berlin, opero o fenômeno geracional como experiências individuais com sentidos coletivos que extrapolam as dimensões biológicas, sendo definido também pelo compartilhamento de problemas comuns, específicos a um determinado grupo social.

As discussões sobre os pilares da História Agrária e História Social da Propriedade, ajudam-me a alargar o debate acerca da relação emancipados\terra, o acesso e a dificuldade para manutenção desta, durante a primeira metade do século XX. Márcia Mendes Motta e Elione Guimarães, ao revisitarem o texto clássico “História Social da Agricultura,²² demonstraram como a produção historiográfica sobre o tema nos últimos anos incorporou as sugestões de Linhares e Silva, bem como, apresentou novas possibilidades de fontes para pesquisas que se debruçam sobre a temática da terra, assim como, destacou as contribuições do historiador Edward Thompson sobre as noções de justiça, do costume e das leis frente a problematização das relações sociais no ambiente rural brasileiro.²³

O campo da História Social da Propriedade é fundamental, pois permite a reflexão sobre as condições de realização da propriedade privada, historicizando as ações de diferentes sujeitos sociais.

O sistema de direitos de propriedade de uma comunidade é o conjunto de relações econômicas e sociais que define a posição de cada indivíduo em relação à utilização de determinados recursos. Direitos de propriedade podem ser proibidos, restritos, partidos, destruídos e negociados de acordo com as regras, leis, costumes e objetivos dos grupos sociais que os manipulam, depende do consentimento e garantias sociais para sua reprodução.²⁴

²¹BERLIN, Ira. **Gerações de cativoiro**. Uma história da escravidão nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

²² SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; LINHARES, Maria Yedda L. Região e História Agrária. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. v.8, n. 15, 1995.

²³ MOTTA, Marcia Mendes e GUMARÃES, Elione. História Social da Agricultura Revisitada: Fontes e Metodologia de Pesquisa. **Diálogos**, v.11, n.3, 2007.

²⁴ PEDROZA, 2018, p.37

O conceito de propriedade precisa ser desnaturalizado, deve ser visto como fruto das relações sociais, um feixe de direitos sujeitos a mudanças. São principalmente nos conflitos, nas tensões em torno das relações de poder e nas lutas de classe que legitimam o que podem ou não fazer os proprietários. Mais do que isso, nesses embates são gestados diferentes projetos para lidar com a terra e formas variadas de ser proprietário.

Amparado nos debates propostos por Rosa Congost, o referido campo analítico convocou pesquisadores preocupados com a questão da terra a repensar as perguntas feitas às fontes.²⁵ Ao invés do empenho em descobrir quem eram\ são proprietários de determinadas terras, a questão deve girar em torno da percepção de quem exerce o direito de propriedade.

O conceito de propriedade, enquanto fruto das relações sociais, revela-se, sobretudo, como um campo de análise privilegiado na reconstrução do campesinato negro. Entendido na presente tese enquanto uma arena de conflito marcada pela racialização, onde é possível recuperar a resistência do trabalhador negro rural frente às tentativas esbulho, em que os direitos de propriedades podem ser contestados.²⁶ Os tipos de campesinato negro identificados por Ana Maria Lugão Rios e Hebe Mattos em “Memórias do Cativo”,²⁷ são essenciais para essa abordagem, pois contribuem para demonstrar a caráter não estático do conceito, atribuindo-lhe movimento, disputa e mudanças.

O campesinato itinerante, onde as famílias se movimentam em diferentes fazendas para acessar terras, o pacto paternalista, marcado pela permanência no mesmo espaço onde seus ancestrais foram escravizados, e as terras de preto descritas como comunidades que se formaram a partir de doações de terrenos desvalorizados e isolados, foram táticas agenciadas pela população negra no pós-abolição, na luta pela manutenção do projeto de vida camponês, do direito de viver sobre si, de resistir a proletarização em usinas de açúcar, a possibilidade de plantar, colher e fazer uso do excedente, de gerar espaços de autonomia.

Cultura política é uma categoria que perpassa toda tese. Ao analisar núcleos familiares, seus projetos de vida e sonhos de liberdade, as associações civis e diferentes

²⁵ CONGOST, Rosa. **Tierras, Leyes, Historia:** estúdios sobre la gran obra de la propiedad. Barcelona: Crítica, 2007.

²⁶ THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e Caçadores:** a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. FONER, Eric. **Nada Além da Liberdade.** São Paulo: Paz e Terra, 1983.

²⁷ RIOS, Ana Maria Lugão e MATTOS, Hebe Maria. **Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

noções de direitos reivindicadas, busco explicar as ações políticas de atores individuais e coletivos privilegiando suas próprias lógicas, memórias, vivências e sensibilidades.²⁸

A partir desse conceito articulo outros dois: a memória e identidade.²⁹ Uma vez que, a memória opera no sentido de trazer à tona pontos em torno do cotidiano, da cultura e das experiências. Estes se estruturam na memória individual e se inserem na memória da coletividade, definindo o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fortalecendo o sentimento identitário e de pertencimento.

As leituras compartilhadas de um passado comum, acessadas também como o auxílio da memória, contribuem para criação e fortalecimento de identidades. A presente tese contém questões e interpretações úteis a reflexão de uma cultura política negra em função de sua historicidade, associada às diferentes politizações, recepcionadas e transmitidas no Iguape através dos núcleos familiares de escravizados e seus descendentes, associações civis e movimentos de lutas por terras organizados e liderados por trabalhadores e trabalhadoras negros e negras.

²⁸ABREU, Martha. SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca. (orgs) **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. & SCOTT, Rebecca J., **Emancipação Escrava em Cuba**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

²⁹ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1996. POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. v. 5. n. 10, 1999.

CAPÍTULO I

Na fronteira entre a escravidão e a liberdade: famílias de escravizados na Freguesia de São Thiago do Iguape

Santiago do Iguape, a freguesia que fazia parte do município de Cachoeira, situava-se próximo da foz do rio Paraguaçu na margem oeste da baía de Todos os Santos, e mais ou menos 60 km de Salvador. Localiza-se, portanto, em pleno Recôncavo baiano. No início do século XIX, nessa época, Santiago do Iguape onde os primeiros engenhos foram construídos no final do século XVI já era conhecido como uma das freguesias açucareiras mais ricas e mais produtivas da Bahia³⁰.

São Thiago do Iguape, freguesia foco desta abordagem, pertencente ao Termo da Comarca da Cachoeira. No período colonial e imperial era o lócus de 21 engenhos açucareiros, moentes e correntes, como destacou o brasilianista Bert Barickman ao pesquisar os aspectos socioeconômicos do Recôncavo da Bahia, na primeira metade do século XIX.

A parte côncava da Bahia tem um cenário socioeconômico complexo, fruto de relações construídas e desconstruídas ao longo do tempo, o que Milton Santos classificou como os “vários recôncavos”,³¹ dentre elas: o do açúcar, que utilizava as terras do massapé; a do fumo, que era mais recuado do litoral; o da agricultura de subsistência ou o “recôncavo da mandioca”, área descontínua com roças de mandioca, milho, feijão, hortaliças, frutas, associada ao pequeno criatório de ovinos, caprinos, aves e bovinos.

O Termo da Comarca da Cachoeira, com suas freguesias representam essa diversidade, o açúcar e o fumo permeavam a dinâmica econômica local. No entanto, algumas delas, considerando sobretudo os aspectos geográficos, focaram na produção de gêneros específicos. Em diálogo com Uelton Freitas Rocha³² destaco a área urbana composta por São Felix e Cachoeira caracterizadas pela presença do comércio, em especial, pela localização privilegiada às margens do Paraguaçu, onde pulsava o trânsito que ligava a cidade de Salvador e o Sertão da Bahia. A capital da Bahia não podia ser dissociada da sua hinterlândia, o Recôncavo era o seu elo com o mundo exterior.³³ As Freguesias de São Gonçalo do Campos, Conceição da Feira, Umburanas e Santo Estevão do Jacuípe

³⁰BARICKMAN, B.J.E se a casa-grande não fosse tão grande? Uma Freguesia Açucareira do Recôncavo Baiano em 1835. **Afro-Asia**. Salvador, n. 29-30, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21055>. Acesso em: 25 out. 2022.

³¹SANTOS, Milton. “A rede urbana do Recôncavo”. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1988.

³²ROCHA, Uelton Freitas. **“Recôncavos” Fortunas: a dinâmica da riqueza no Recôncavo da Bahia: Cachoeira, 1834-1889**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal da Bahia, 2015.

³³MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia século XIX: uma província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

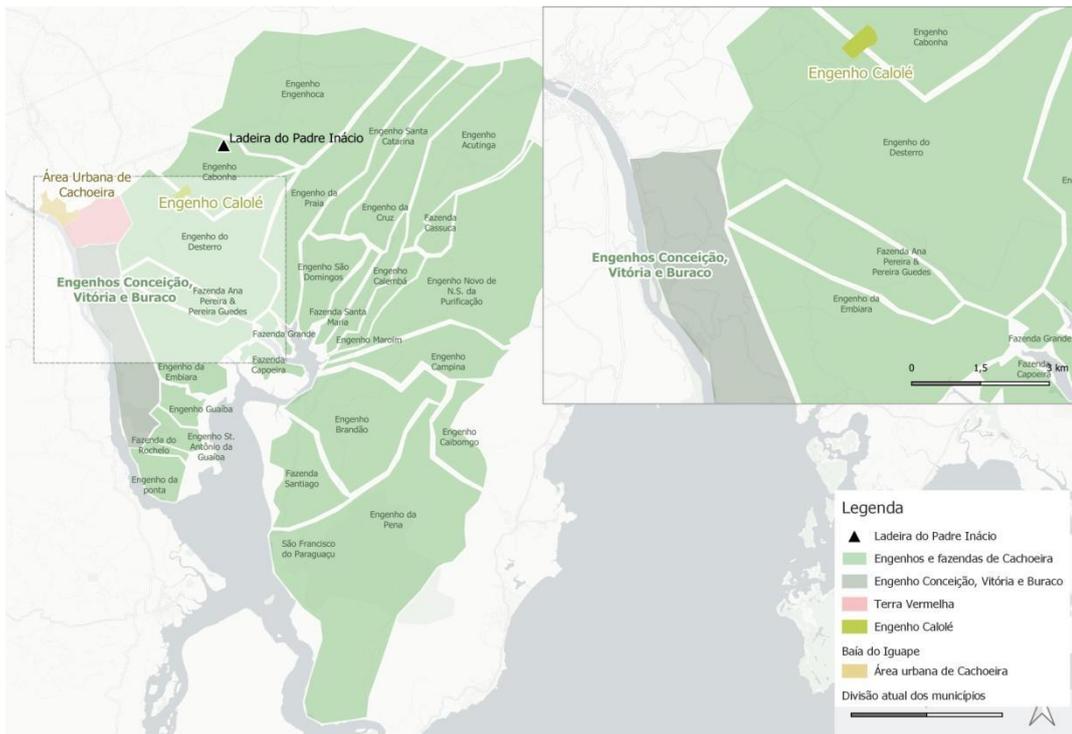
empenhavam-se na produção de fumo, enquanto Outeiro Redondo, Muritiba e Cruz das Almas produziam café e desenvolviam a pecuária.

Situando o Iguape dentro dos “vários recôncavos”, a Freguesia representava a opulência e riqueza oriundas do açúcar. Ao estudar sobre os engenhos da região, Bert Barickman evidenciou sua importância para produção açucareira do país, haja vista que, se tratava de uma microrregião com grandes plantéis e considerável população escravizada, uma média de 125,4 escravos por engenho. O memorialista Luís Vilhena descreveu a localidade como o Célebre Iguape, em suas palavras: “Terras de massapé legítimo era tão valente que apesar de muitos anos de cultivo, ainda não mostrava sinais de fraqueza, produzia o melhor açúcar”.³⁴

O traçado cartográfico dos engenhos da Freguesia de São Thiago do Iguape não dá conta dessa opulência. A análise de inventários e registros paroquiais balizadas com a bibliografia específica aponta para existência de 26 engenhos compondo a Freguesia nas últimas décadas da escravidão, a saber: Engenho Conceição, Engenho da Victória, Engenho Buraco, Engenhoca, Engenho Cabonha, Engenho Santana dos Patos, Engenho São José do Açú, Engenho da Praia, Engenho Santa Catarina, Engenho Novo, Engenho da Cruz, Engenho Acutinga, Engenho São Domingos, Engenho Maroim, Engenho do Meio, Engenho Campina, Engenho Brandão, Engenho Caimbongo, Engenho Pena, Engenho da Ponta, Engenho Santo Antônio da Guaíba, Engenho Desterro, Engenho Calembá, Engenho Calolé, Engenho Embiara, Engenho da Ponte.

³⁴VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no Século XVIII**, v. I. Salvador: Itapuã, 1969.

Figura 2: Mapa do Recôncavo da Bahia, Século XIX.



Fonte: Produzido a partir dos registros de terras eclesiásticas e inventários da região.

No limiar da abolição legal da escravidão, os senhores de engenho do Iguape monopolizavam a propriedade da terra com destaque para a família Moniz Barreto de Aragão, proprietária dos engenhos Conceição, Victória e Buraco, administrados pelos herdeiros Francisco Moniz Barreto de Aragão e Pedro Moniz Barreto de Aragão. A família Dutra, chefiada por Inácio Rodrigues Pereira Dutra, o Barão do Iguape, proprietário do Engenho da Cruz e Calembá, os descendentes do Barão de Alagoinhas, Francisco Pereira Sodré, responsável pelo Engenho Campina, a Família Moncorvo e os planteis da Engenhoca, O Engenho Acutinga de propriedade da família Bulcão, na figura de Joaquim Ignácio de Siqueira Bulcão e Barão de Belém Jozé Maria de Almeida chefe do Engenho Calolê.

Nominar as famílias senhoriais ajuda a seguir o rasto da população negra no Iguape após a abolição Walter Fraga Filho chamou atenção para o fato de ex-escravizados em regiões de passado escravista adotarem o sobrenome de uma família poderosa, como uma forma de se movimentar numa sociedade que valorizava as relações pessoais.³⁵ O historiador destaca também que o uso de sobrenomes e nomes de engenhos apresentava-se como uma possibilidade de fortalecer vínculos e identidades entre grupos.

³⁵FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006.

A Freguesia de São Thiago do Iguape teve o seu nome diretamente ligado ao número de indivíduos escravizados que viviam nos planteis dos engenhos de açúcar, africanos e crioulos construíram esse território em seus aspectos socioeconômicos e culturais. Os escravistas do Recôncavo defenderam a utilização da mão de obra escrava “até as vésperas da abolição”, prova disso é que nas últimas décadas da escravidão a população servil baiana era a terceira maior do Brasil.

Na província da Bahia achava-se mais de uma terça parte de toda população do Nordeste. Em 1872-73, 173.639 escravos foram matriculados, quase 36% dessa população encontrava-se no Recôncavo, e até 1887 nada menos que 10% de toda população escrava do Brasil morava na Bahia.³⁶

De acordo com o primeiro censo nacional, na Freguesia de São Thiago do Iguape, na última década que antecedeu a abolição legal da escravidão, havia 7.163 habitantes (4.243 homens e 2.920 mulheres). Destes e destas eram 42% pardos, 43% pretos e 7% caboclos, ou seja, 94% eram não brancos. A população livre totalizava 5.074. Dentre estes, 55% eram pardos, 22% pretos, 3% brancos e 11% caboclos. Os escravos totalizavam 2.089, ou seja, 30% da população. Dentre os quais, 68% eram pretos e 32% pardos. Desse total 98% eram crioulos nascidos no Brasil e 2% eram estrangeiros. Os dados nos dão uma dimensão do perfil da população estudada nas décadas de 1870 e 1880.³⁷ Apesar da luta dos escravistas para manutenção da escravidão, muitos pretos e pardos já viviam em liberdade nesse período, demonstrando que o sistema vigente estava ameaçado.

I.1- Viver entre os seus no Iguape: Comunidade Africana na Diáspora

Em 05 de outubro de 1875, a africana liberta Mafalda compareceu a Igreja Matriz de São Thiago do Iguape para batizar sua rebenta Joanna. Mafalda firmou laços na pia batismal com a escrava Leocadia e Hilarino D´Aragão.³⁸ Não havia na documentação

³⁶BARICKMAN, B. J. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 21 e 22, 1998-1999. p. 194. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21055>. Acesso em: 25 out. 2022.

³⁷Os dados do censo de 1872 permitem compreender a dimensão geral da população de São Thiago do Iguape no período, embora o censo apresente algumas falhas no seu processo de coleta de dados, haja vista que, as autoridades locais não davam a devida importância ao recenseamento, pois entendiam que o censo servia para estabelecer novos impostos e para o recrutamento militar. Ver: BARICKMAN, B. J. E se a casa-grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do Recôncavo Baiano em 1835. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 29-30, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21055>. Acesso em: 25 out. 2022.

³⁸ Ver: **Family Search**. Livro de registros de batismos. Paroquia da Freguesia de São Thiago do Iguape. (1856-1884). Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-8PXZ-N?owc=M7ZY-J6D%3A370077401%2C370077402%3Fcc%3D2177272&wc=M7ZB>

detalhes em relação ao engenho onde vivia a família da africana. No entanto, pelo sobrenome do padrinho, acredito se tratar de terras que circundavam o Engenho Acutinga, que tinha como proprietário de uma das fazendas Jozé de Araújo Aragão Bulcão.

As famílias negras majoritariamente matrilineares são apresentadas nesta pesquisa com a intenção de demonstrar sua importância para a sobrevivência de africanos e seus descendentes em experiência da diáspora. O Brasil foi o principal destino dos africanos na era do comércio transatlântico de escravos, sendo o Porto da Bahia- Salvador o terceiro no *ranking* geral, ao lado do Rio de Janeiro e Liverpool respectivamente.³⁹

O perfil dos núcleos familiares recuperados na Freguesia do Iguape é bastante diverso, sobretudo, pela influência do tráfico e reprodução endógena nos plantéis de grande porte. O tecido social construído em torno das famílias negras é um espaço privilegiado de análise da capacidade de indivíduos escravizados, sobretudo mulheres, de refazer laços no além-mar, vivenciar a maternidade, reivindicar direitos para si e para os seus.

Ao recuperar a experiência de famílias negras no contexto da Bahia escravista da segunda metade do século XIX, Isabel Reis destacou o acúmulo de pecúlio como objetivo de materializar projetos de vida desses sujeitos.⁴⁰ Esse espaço de autonomia aliado a relações patronais que culminaram na concessão da alforria, assim como as ações de sociedades abolicionistas, contribuíram para que, africanas como Mafalda, conquistassem a liberdade legal.

Acumular pecúlio demandava muito esforço, o cativo precisava conseguir uma renda superior a aquela determinada por seu proprietário. Por isso, fundos levantados por associações beneficentes, a exemplo da Sociedade Libertadora Cachoeira na, eram fundamentais, pois ajudavam a complementar o valor da carta de alforria. Essas características das redes de solidariedade mútua, desvelavam espaços de autonomia frente à força do sistema escravista.

No livro eclesiástico datado após a Lei do Ventre Livre de setembro de 1871 até a década de 1884, dentre os 624 assentos de batismos, foi possível recuperar, além do registro de batismo de Joanna, filha da africana liberta Mafalda, sete africanas e um africano com filhos recém-nascidos. Desses, só Mafalda foi identificada com o estatuto jurídico de liberta, os demais eram escravizados.

³⁹REIS, João José, SILVA Jr., Carlos da. (Org's) **Atlântico de dor: faces do tráfico de escravos**. EDUFRRB: Cruz das Almas. Fino Traço: Belo Horizonte, 2016.

⁴⁰REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **A Família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888**. Tese (Doutorado em História). Unicamp. São Paulo, 2007.

Tabela I: Mães Africanas na Freguesia do Iguape.

Mãe Africana	Condição jurídica	Senhor (a)	Filho (a)	Cor\Nação	Data do batismo
Claudiana	Escrava	Jozé de Araujo Aragão Bulcão	Manoel	Crioulo	25\06\1872
Victoria	Escrava	D. Maria Américo de Aragão Moncorvo	Bento	Crioulo	25\12\1872
Felicianiana	Escrava	Cap.m Bernardino da Costa Pinheiro	Bento	crioulo	06\09\1874
Felicianiana	Escrava	Cap.m Bernardino da Costa Pinheiro	Sotéro	N\C	09\06\1878
Mequelina	Escrava	Manoel José do Nascimento Pacheco	Domingos	crioulo	28\09\1874
Mafalda	Liberta	_____	Joanna	crioula	05\10\1875
Adelaide	Escrava	D. Maria Emília Américo	Marcellina	crioula	25\12\1875
Carlota	Escrava	D. Maria Emília Américo	Miquelina	crioula	25\12\1875

Fonte: Livro de Registros de Batismos. Paroquia da Freguesia de São Thiago do Iguape. (1871-1884). **Family Search.** Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-8PXZ-N?owc=M7ZY-J6D%3A370077401%2C370077402%3Fcc%3D2177272&wc=M7ZB>. Acesso em: 16 nov. 2022.

As mães africanas acessadas nos registros oficiais da década de 1870, vivendo em comunidade, apontam para o fato de que, nos últimos anos do sistema escravista os crioulos da Freguesia do Iguape experienciaram trocas culturais, marcando a construção de uma história afro-brasileira. A família era para essas africanas lugar de transmissão e recriação de heranças ancestrais que o tráfico transatlântico tentou apagar.

A tessitura social concebida entre africanos e crioulos nas Américas se deu através de relações complexas de distanciamentos, aproximações, hierarquias e redes. Como as

recuperadas a partir da família legítima de Idalina, crioula, e João, africano, ambos viviam nas terras do Calolé e eram escravos de D. Mariana Luzia de Almeida. Os laços entre os diferentes grupos que compunham as senzalas se deram na Freguesia através das uniões consensuais ou dos matrimônios,⁴¹ mas em maior escala, via batismo.

Rachel (1873) e Christiano (1877), os filhos do casal Idalina e João(?), foram batizados por padrinhos com estatutos jurídicos diferentes, nenhum deles africanos. Apadrinharam Rachel os escravizados da família Moniz, Aristeu e Hilena. Já os padrinhos de Christiano foram Francisco Xavier de Souza e Maria Eugenia dos Santos os quais não tiveram destacadas suas categorias jurídicas – o que para as convenções do período era comum de ocorrer quando se tratava de pessoas livres. As redes da crioula Idalina e do africano João revelam possibilidades de viver sobre si, desde o casamento à possibilidade de compadrio por pessoas livres, e escravizados de outras fazendas.

Das sete mães africanas apresentadas aqui, além de Mafalda, que dentro de uma noção de família extensa estabeleceu laços com uma escravizada, somente Claudiana teve seu rebento batizado por indivíduos categorizado juridicamente como escravos. Não encontrei essas mães e pais africanos estabelecendo compadrio com outros africanos. Os demais compadres e comadres não tiveram a condição jurídica mencionada. Esses silêncios dizem muito sobre experiências de liberdade numa sociedade escravista.

Claudiana era escrava de Jozé Araujo Aragão Bulcão, a cerimônia de batismo do seu filho natural ocorreu na capela de São João de Deos da Acutinga, em junho de 1872, Nicolau e Catharina apadrinharam Manoel. A madrinha pertencia à mesma escravaria de Claudiana, enquanto Nicolau vivia no Engenho da Cruz, propriedade da família Dutra. As fazendas eram circunvizinhas, mas, ainda assim, isso demonstra que para mães africanas a mobilidade entre os engenhos era uma realidade palpável.

As famílias negras da segunda metade do século XIX também foram marcadas pela fronteira africano-crioulo. Nicolau Parés, ao refletir sobre o processo de criouliização demográfico e cultural no Recôncavo da Bahia, destacou que os africanos crioulizaram-se culturalmente pela descendência, enquanto os crioulos se africanizaram pela ascendência.⁴² As instituições de matrimônios e apadrinhamentos possibilitavam a transmissão de

⁴¹Não foi possível encontrar o registro de casamento desse casal nos livros de matrimônio da freguesia do Iguape.

⁴²Parés classificou o processo de criouliização cultural como a transformação a que estiveram sujeitas as culturas africanas no Brasil, enquanto a demográfica tratava-se do crescimento da população crioula, o aumento no número da natalidade de indivíduos negros no Brasil. Ver: PARÉS, Luis Nicolau. O processo de criouliização no Recôncavo Baiano (170-1800). *Afro-Ásia*, 33, 2005.

referenciais africanos para novas gerações, mas também, pela mesma descendência aqueles que viveram a experiência do tráfico se enraizavam no novo território, o que Jonis Freire classificou de rearticulação de valores culturais e identitários.⁴³

Causou-me estranhamento não encontrar nenhum africano ou africana apadrinhando essas crianças. Visto que, dentro de uma realidade onde “viver e morrer no meio dos seus”⁴⁴ na diáspora, era uma forma de criar vínculos substitutivos ao apoio e proteção anteriormente assegurados.

A fim de observar laços de solidariedade entre africanos, podemos, a partir de um cruzamento nominativo, analisar uma dessas famílias, como por exemplo, o núcleo matrilinear de Carlota revela:

Tabela II: Carlota Africana e sua família.

25\12\1865- Maria	
25\12\1870- Salvador	Justo e Helena (escravos)
25\12\1875- Miquelina	Justo e Helena (escravos)
	Justo Vianna e Helena Vianna

Fonte: Livro de registros de batismos. Paroquia da Freguesia de São Thiago do Iguape. (1856-1884). **FamilySearch** Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-8PXZ-N?owc=M7ZY-J6D%3A370077401%2C370077402%3Fcc%3D2177272&wc=M7ZB-> Acesso em: 16 nov. 2022

Carlota e sua família viviam no Engenho da Ponte, propriedade de D. Maria Emília Américo, mãe de cinco filhos naturais – Fiel, Brasília, Maria, Salvador e Miquelina. Como é possível observar na tabela, Justo foi o padrinho de todos. Já Helena batizou três dos rebentos. Até a promulgação da Lei do Ventre Livre de setembro de 1871, todos os compadres e comadres eram escravizados. Os laços de Carlota com os padrinhos se davam a

⁴³FREIRE, Jonis. **Escravidão e Família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista**. Tese (doutorado). Unicamp. Campinas, SP, 2009

⁴⁴OLIVEIRA, Maria Inês Cortes. Viver e morrer no meio dos seus: Nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX. **Revista USP**. São Paulo, n.28, p.174-193, dez-fev, 95-96.

partir do fortalecimento das relações com quem vivenciava com ela o cotidiano perverso da escravidão.

Foi recuando o recorte temporal que consegui recuperar a família extensiva da africana. Através desse recuo identifiquei que, antes das leis emancipacionistas, Justo Vianna, como foi identificado ao batizar a ingênua Miquelina em dezembro de 1875, era africano e escravizado do Engenho Desterro, administrado pela família Vianna. Através do assento de batismo de Brasília pude acessar a nação de Justo, africana, para tornar o cruzamento nominativo mais efetivo. E com isso, seguir Justo partindo do princípio de que ele vivia da propriedade do Barão de Vianna.

Dessa forma, pude encontrá-lo identificado como africano em outro assento de batismo. No Natal de 1869, no Engenhoca, Justo e Helena apadrinharam Jovita, a filha natural da africana Victória. Tanto Justo, quanto Helena deveriam ser destacados membros na comunidade africana, já que, a presença deles na pia batismal era recorrente.

Era comum em comunidades com um número considerável de africanos, a constituição de laços entre eles. Por esse motivo, o estranhamento ao não os encontrar africanos apadrinhando os filhos de outras africanas. A aliança entre africanos e crioulos era só uma face dessa relação. A outra era a política dos grupos fechados em si, tendo como exemplo o fato de algumas irmandades de homens pretos exigirem membros exclusivamente africanos ou crioulos.

A conjuntura emancipacionista permitiu a ampliação da interação entre indivíduos de diferentes estatutos jurídicos. Não encontrar o termo liberto ou forro junto ao nome de Justo Vianna no ano de 1875, quando ele batizou Miquelina, pode ter sido uma estratégia utilizada pelo então cidadão para afastar-se dos estigmas da escravidão, assim como, fazer uso do sobrenome da família senhorial.

A sociedade imperial escravista impunha limitações às formas de organização da população escravizada e forra. Mariza Soares, ao refletir sobre categorias de inserção social de africanos no império português do século XVIII, demonstrou como africanos aprenderam a se mover no interior dessa sociedade, sustentados por redes étnicas, religiosas, profissionais, territoriais, financeiras e de parentesco.⁴⁵ Os dados referentes à população africana da Freguesia de São Thiago do Iguape, na segunda metade do XIX, são

⁴⁵SOARES, Mariza de Carvalho. A “nação” que se tem e a terra de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no Império Português século XVIII. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 2, pp. 303-330, 2004.

fundamentais para a apreensão da complexidade dessas comunidades no Recôncavo da Bahia.

Tabela III: Mães da Freguesia do Iguape, condição jurídica X cor X nação.

Condição Jurídica das mães.	cabra	Crioula	N\C	Parda	africana	Jêje	nagô	Total
Escrava	56	286	295	30	76	05	21	769
Forra	---	---	---	---	1	---	---	1
Liberta	1	4	5	1	2	---	---	13
Livre	---	---	2	---	---	---	---	2

Fonte: Livro de registros de batismos. Paroquia da Freguesia de São Thiago do Iguape. (1856-1871). Family Search. Disponível: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-8PXZ-N?owc=M7ZY-J6D%3A370077401%2C370077402%3Fcc%3D2177272&wc=M7ZB->

Para acessar um número maior de mães africanas tabulei os dados registrados no livro de batismo do período de 1856 a 1871, alguns anos após o advento da Lei Eusébio de Queirós que estabeleceu o fim do tráfico.⁴⁶ Das 785 pessoas batizadas, 105 eram filhos e filhas de africanas, numa perspectiva de adscrição temos nos engenhos do Iguape a maioria identificados como pertencentes à nação africana, seguido da nagô e um número pequeno de jêjes.

A reunião dos escravizados em torno das nações foi uma característica da organização comunitária desses sujeitos nas Américas. Essas divisões poderiam ser encontradas em vários níveis institucionais. Maria Inês de Oliveira pontuou que as nações tais quais ficaram conhecidas no Novo Mundo, não guardavam uma relação direta com as formas de identificação correntes na África, eram designações atribuídas aos africanos no circuito do tráfico transatlântico.⁴⁷ Entretanto, foram fundamentais no processo de organização de suas comunidades, em experiência de diáspora.

⁴⁶José Neto estudou sobre o combate ao tráfico transatlântico no Grão-Pará entre os anos de 1850-1860, elencou com apoio da historiografia sobre o tema algumas razões para o fim do tráfico- debate parlamentar, pressão inglesa, convergência de interesses das elites agrárias e políticas e temores de revolta e africanização. Ver: NETO, José Maia Bezerra. *O Africano Indesejado: Combate ao Tráfico Segurança Pública e Reforma Civilizadora: Grão-Pará, 1850-1860*. In: REIS, João José, SILVA Jr., Carlos da. (Org) **Atlântico de dor: faces do tráfico de escravos**. EDUFRB: Cruz das Almas., 2016.

⁴⁷OLIVEIRA, Maria Inês Cortes. *Viver e morrer no meio dos seus: Nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX*. **Revista USP**. São Paulo. n.28, p.174-193, dez-fev.1995-96. Disponível em: Acesso em:

Os escravos africanos eram trazidos de diversos portos da costa africana. Como ponderou João Reis, a primeira metade do XIX foi a idade do ouro do comércio negreiro brasileiro.⁴⁸ Na época que ocorreu a Revolta dos Malês em Salvador, no ano de 1835, a grande parte dos escravizados embarcava nos portos do golfo de Benim e falava o grupo étnico linguístico iorubá, estes eram conhecidos na América Portuguesa como nagôs. Os Jêjes, outro grupo recuperado na documentação eclesiástica do Iguape, também vieram do Benim, mas falavam as línguas fon e mahi.

Os Nagôs e Jêjes foram nações que se preservaram como tradições culturais e religiosas, em especial sob a forma de candomblés. A nação africana, como locus de sistemas sociais abrangentes, foi o maior dos grupos de procedência identificado na Freguesia do Iguape, possivelmente o fim do tráfico tenha contribuído para diminuição da utilização dos designativos oriundos desse processo.⁴⁹ A divisão e hierarquias que, porventura, surgiram com as novas identidades coloniais, podem ter cedido espaço para uma nova forma de se organizar, pautada na certeza de que era uma comunidade formada por sujeitos nascidos em África.

Nos anos finais da sociedade escravista, obedecendo à ordem natural das coisas, houve uma diminuição no número de mães africanas nos registros eclesiásticos. A análise do livro datado de 1871 a 1884 confirmou essa redução: de 621 rebentos batizados, somente 9 mães foram identificadas como não crioulas, nenhuma adscrita como jêje, duas eram nagôs e 7 africanas. Os grupos de procedência que viveram no Iguape, seja devido a linguagem comum ou a uma herança ancestral, construíram espaços importantes de africanização.

Os lares nucleares formados a partir dos casamentos eram ambientes onde as transmissões culturais e linguísticas africanas se fortaleciam. Para Freire, essas permanências podem ser observadas na formação dessas famílias, na análise de uma memória genealógica.⁵⁰ Núcleos familiares se tornaram extensos com o nascimento dos filhos, características marcantes das comunidades afro-brasileiras em sua complexidade.

O debate sobre a importância da família escrava na compreensão da dinâmica da sociedade escravista é bastante amplo. Eu caminho na defesa de que a família, para além

⁴⁸Revolta dos malês, citar.

⁴⁹Mariza Soares categoriza o conceito de grupos de procedência inspirada nos trabalhos do antropólogo Fredrik Barth. O conceito contempla a existência de sistemas sociais abrangentes, os quais interagem indivíduos de diferentes grupos étnicos. Ver: SOARES, Mariza de Carvalho. A “nação” que se tem e a terra de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no Império Português século XVIII. Estudos Afro-Asiáticos, nº2, PP. 303-330, 2004.

⁵⁰FREIRE, Jonis. **Escravidão e Família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista.** (tese de doutorado). Campinas, SP, 2009

deste lugar de recriação de identidades, era para os escravizados, libertos e forros a base para sua sobrevivência. Isabel Cristina Ferreira dos Reis colocou que, independentemente de serem consensual ou legitimada, nuclear ou parcial, essas relações foram extremamente importantes para os negros no tempo da escravidão. Numa conjuntura em que a solidariedade e o amparo mútuo eram elementos indispensáveis para diminuição dos momentos de maior dificuldade.⁵¹

Através da análise dos livros matrimoniais da Freguesia de São Thiago do Iguape foi possível recuperar africanos legitimando suas famílias a partir do casamento. Os dados encontrados sobre famílias negras nos confirmam a premissa lançada por Robert Slenes de que a sociedade escravista não destruiu a possibilidade da família escrava.⁵² A recuperação dos casamentos entre escravizados, moradia, acesso a espaços para o cultivo indicam que, dentro de uma política de dominação senhorial, esses espaços de autonomia revelam que havia lugar para conflitos e negociações.

Tabela IV: Noivas da Freguesia do Iguape, condição jurídica X cor X nação.

Condição\ nação das noivas.	Africana	Preta	Crioula	Parida	N\C	Total
Escrava	1	1	1	1	6	10
Liberta	2	---	1	---	2	5
Livre	---	---	---	---	1	1
N\C	---	---	1	---	3	4
Total	3	1	3	1	12	20

Fonte: Livro de registros de batismos. Paróquia da Freguesia de São Thiago do Iguape. (1856-1884). **FamilySearch**. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-8PXZ-N?owc=M7ZY-J6D%3A370077401%2C370077402%3Fcc%3D2177272&wc=M7ZB>

Na segunda metade do XIX, 20 famílias negras firmaram laços matrimoniais no Iguape, uma das freguesias no Recôncavo da Bahia com maior número de indivíduos

⁵¹REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **A Família negra no tempo da escravidão**: Bahia, 1850-1888. Tese (Doutorado em História) Unicamp. São Paulo, 2007.

⁵²SLENES, R. W. **Na senzala, uma flor**: Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. São Paulo: Editora Unicamp. 2011.

escravizados. O que pode representar um número sem muita expressão, mas se tratando de uma sociedade que desumanizava corpos negros, esse contingente representava a luta para preservar laços familiares e devolver a esses sujeitos a humanidade.

Grande parte dos nubentes não teve a sua condição jurídica, cor e nação, descritas nos registros de casamento. Dos 15 % das noivas e 35% dos noivos não foi possível, a partir dos dados eclesiásticos, afirmar se eram escravizados, libertos ou livres. Dentre os nubentes escravizados, 60 % das noivas e noivos não tiveram seus designativos de cor identificados. A única noiva livre também não teve sua cor\nação destacada, assim como 40% das noivas libertas. Referente à população africana, encontrei 3 noivas, uma escravizada e duas libertas, e 4 noivos, um escravizado e três libertos, esses dados apontam para relação conjugal em tre indivíduos nascidos na África e crioulos.

Desse quantitativo de africanos, somente José Sabino, liberto, casou-se com uma crioula também liberta, Emilia Pitta filha de Maria Januaria da Costa. O casamento ocorreu em julho de 1874, na Igreja Matriz de São Thiago do Iguape, tendo como testemunhas Manoel Fernando Marinho e Fausto dos Reis. Os demais africanos firmaram laços endógenos dentro do grupo de procedência africano.

Os africanos escravizados Alexandrina e Beda experienciaram a escravidão nas terras de Pedro Moniz Barreto de Aragão – no decorrer da pesquisa foi possível encontrar o nome de Pedro associado ao engenho Buraco. As testemunhas do casal foram dois escravizados, apontando uma o fortalecimento de relações horizontais, fortalecidas a partir de vivências compartilhadas do cotidiano dos plantéis de açúcar ao interior das senzalas.

Tanto Constança do Carmo e Marcolino Lima, como Aut Moncorvo e Lino Moncorvo, eram africanos libertos que tiveram como testemunhas indivíduos livres. As comunidades negras no período imperial revelam uma tessitura social complexa e heterogênea. Firmar laços com escravizados, libertos ou livres eram estratégias dessas famílias para concretizar seus projetos de vida. Os africanos e africanas, aqui recuperados através dos casamentos, em sua maioria, optaram por se relacionar dentro do mesmo grupo de procedência, dando indícios de que essas comunidades eram permeadas pela solidariedade, mas também pelas hierarquias, onde gestaram para si e para as suas famílias alternativas de sobrevivência.

I.2 O Amargo Sabor da Crise do açúcar: famílias negras nas últimas décadas da escravidão

Sendo de alguma importância os sacrificios gastos nos últimos anos para amparar a indústria açucareira do paiz e contra a concorrência da indústria similar, é incontestável que mais do que a indiferença as causas naturais é devida a improdutividade de tais sacrificios, uma das principais tem sido a dificuldade de congregar os esforços esparsos na vasta região da cultura da canna, para o estudo e a aplicação dos meios indispensáveis ao melhoramento desta produção, desde o cultivo da canna até a colocação dos seus produtos nos mercados consumidores⁵³.

A correspondência expedida pelo Centro da Industria e Commercio de Assúcar para João Capristano Bandeira de Mello, então presidente da Província da Bahia nos idos de 1887, às vésperas da abolição legal da escravidão, evidencia a crise pela qual passava a indústria açucareira na segunda metade do século XIX. O centro da Industria e Commercio de Assucar era uma associação com sede no Rio de Janeiro, que surgiu no final do século XIX, momento de crise da indústria açucareira, com o intuito de centralizar as associações que já existiam nas províncias produtoras de cana de açúcar do Brasil e coordenar as ações visando conter a crise.

Esse período caracterizou-se pelo recrudescimento das dificuldades enfrentadas por esse setor, dentre elas: queda nos preços do mercado externo, grande concorrência, falta de capitais para investimento em modernizações necessárias. Dessa forma, as tentativas para reerguer a indústria açucareira marcaria profundamente as políticas do final do Império. A partir dos dados do Relatório da diretoria da Sociedade Commercio de 1875, Waldir Freitas Oliveira considerou que a lavoura canavieira repercutiu de tal modo sobre a economia, ao ponto de fazer com que a capital da Bahia deixasse de ser o segundo grande centro comercial do país, a cidade da Bahia só ficava abaixo do Rio de Janeiro.⁵⁴

Uma das estratégias apoiadas pelas instituições empenhadas no desenvolvimento das políticas imperiais, que visavam solucionar o problema em questão, foi garantir o investimento na modernização e melhoramento da produção do açúcar. O que resultou no

⁵³ Correspondência expedida para o Presidente da Província da Bahia pelo Centro da Industria e Commercio do Assucar. APEB. Colonial.maço 4591.

⁵⁴ OLIVEIRA, Waldir Freitas. **A crise açucareira do Recôncavo na segunda metade do século XIX**. Salvador: FCJA, 1999. P.52.

advento dos engenhos centrais. Medida amparada no Decreto Legislativo nº 2.687, de 6 de novembro de 1875, que concedia juros de 7% sobre o capital empregado na fundação das fábricas, visando criar condições de competitividade no comércio de exportação.

O decreto autoriza o governo a conceder, sob certas cláusulas, ao Banco de Crédito Real que se fundar segundo o plano da Lei nº 1237 de 24 de setembro de 1864, garantia de juros e amortização de suas letras hypothecarias, e bem assim para garantir juros de 7% às companhias que se propuserem a estabelecer engenhos centraes para fabricar assucar de canna.⁵⁵

Essa transição ocorreu como resposta do Governo Imperial às pressões que os senhores de engenho em especial do Nordeste fizeram, visando incentivar a indústria açucareira.

A principal diferença entre o Engenho Banguês e Central era a separação das atividades agrícolas das industriais. Legalmente, quem possuía a estrutura de fabrico, não poderia ser responsável pelas plantações de cana, fator que gerou desconforto na elite do açúcar. Segundo Peter L. Eisenberga insatisfação se deu, pois as concessões não eram feitas diretamente aos senhores de engenho, mas sim, a companhias econômicas, fator que contribuiria para maior abertura de pessoas que não estavam estreitamente vinculadas à economia açucareira.⁵⁶

O projeto dos engenhos centrais obteve importante apoio do Governo Imperial com a concessão de juros sobre o capital investido. Todavia, o projeto era bastante complexo e precisava de uma série de fatores para que pudesse alcançar o sucesso. Não se tratava somente da importação de novas técnicas para a produção do açúcar, era preciso mudanças estruturais.

A empresa responsável pela implementação dos engenhos na Bahia foi a Companhia Bahia Central Sugar Factories Limited ligada ao grupo inglês Denis Blair & Companhia. Quatro engenhos centrais foram as primeiras tentativas no estado, sendo eles: Pojuca, Bom Jardim, Rio Fundo e Iguape. Apesar dos esforços empreendidos, essa estratégia não atendeu às expectativas esperadas, e tiveram curta duração até o surgimento das primeiras usinas.

A necessidade de incrementar os meios de transportes para facilitar o escoamento da produção,⁵⁷ revisar direcionamentos políticos e incentivar a formação de mentalidade

⁵⁵BRASIL. Decreto Legislativo nº 2.687, de 6 de novembro de 1875. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2687-6-novembro-1875-549775-publicacaooriginal-65293-pl.html>>. Acesso em: 25 out 2022.

⁵⁶EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco: 1840-1910**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

⁵⁷Essas linhas férreas eram vistas como investimento no futuro da produção agrícola. Esse foi o argumento utilizado para defesa dos investimentos estatais na estrada de ferro de Santo Amaro no Recôncavo da Bahia,

empresarial, restrita a um segmento da classe dos senhores de engenho, foram alguns motivos elencados por pesquisadores da temática⁵⁸ para a falta de sucesso da estratégia de melhoramento da produção do açúcar.

O grau e o tempo que as técnicas de melhoramento levaram para serem implantadas foram questionadas. Senhores de engenho, evitando grandes investimentos, fizeram somente modificações básicas, renovando apenas uma parte do velho engenho, como parece ter sido o caso do Engenho Central de Santiago do Iguape, que começou a funcionar no mesmo ano da sua fundação em 1883, era necessário capital e no Iguape o mesmo estava empregado em escravos.⁵⁹

Uma das teses defendidas para o malogro desse empreendimento foi a permanência de uma estrutura econômica com heranças coloniais. Os grupos agrários dominantes não estavam dispostos renunciar à concentração de poder, social, político e econômico no Recôncavo da Bahia, enfim, essa medida vigorou com muitos problemas entre os anos de 1874-1890.⁶⁰

Os debates acerca da produção açucareira, nas últimas décadas da escravidão, são, sobretudo, uma discussão a respeito dos mundos do trabalho. A análise desse momento histórico permite a compreensão dos debates acerca da abolição, da mão-de-obra que seria empregada e dos contratos de trabalho. A classe senhorial do Recôncavo da Bahia não poupava argumentos quando o assunto era a crise do açúcar e a abolição da escravidão. Para os senhores de engenho da região conceder liberdade aos escravizados agravaria a crise e provocaria uma desorganização social do trabalho sem precedentes.

No Parlamento baiano os planos para substituição de trabalho escravo gradual giravam em torno da utilização da população nacional livre, do projeto imigratório e a utilização do escravo como trabalhador livre. A imigração europeia não se concretizou na Bahia, mas houve várias contendas em torno dessa possibilidade. Mesmo que tardiamente, pois somente em 1886, dois anos antes da abolição, os escravocratas baianos tomaram uma

que teve suas obras iniciadas em 1870, contexto de crise da lavoura açucareira. Os engenhos centrais baianos não puderam contar com a eficácia da estrada de ferro de Santo Amaro, uma vez que, esta passou por sucessivas administrações e reparos intermináveis. Ver: APEB\Colonial\maço 4596.

⁵⁸MEIRA, Roberta Barros. **Banguês, engenhos centrais e usinas: o desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e sua correlação com as políticas estatais (1875- 1941)**. São Paulo: USP, 2007. ARAÚJO, Tatiana Brito de. **Os engenhos centrais e a produção açucareira no Recôncavo Baiano**. Salvador: FIEB, 2002.

⁵⁹Ver: Correspondência recebida da repartição fiscal dos engenhos centrais e fábricas de açúcar 1846-1888. APEB\Colonial\maço 4596.

⁶⁰ Ver: ALVES, Vinicius Bonifacio Santos. **Os Engenhos Centrais no Recôncavo Baiano: 1874-1890**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2019.

medida concreta no sentido de substituir o trabalho escravo, ao fundarem a Sociedade Bahiana de Imigração.⁶¹

Comparando as realidades entre a Zona da Mata Pernambucana e o Recôncavo da Bahia, Barickman defendeu o argumento da desorganização do trabalho atrelado ao fim da escravidão. A justificativa se deu sob a prerrogativa de que no Recôncavo, os engenhos de açúcar fizeram uso do trabalho escravo até quando puderam. O autor afirmou ainda que a indústria açucareira baiana não absorveu em larga escala o emprego de trabalhadores livres. Diferente do que aconteceu em Pernambuco, para o brasileiro a reorganização das relações de trabalho no Recôncavo foi menos conturbada, pois a população livre e pobre também eram trabalhadores do engenho.

A utilização da mão-de-obra livre nos engenhos do Recôncavo não foi descartada por completo pelo pesquisador. Ao se debruçar sobre as listas de gastos dos inventários de senhores de engenhos da região, Barickman evidenciou investimentos em trabalhadores livres, no entanto, a maior parte deles não se ocupavam dos trabalhos com a lavoura de cana, como a população escravizada.

Dentro da perspectiva dos vários recôncavos, tratada anteriormente, as regiões oeste e sul com seus plantéis de pequeno e médio porte, solos mais leves e arenosos propícios para o cultivo de fumo e café, representavam alternativas viáveis à monocultura do açúcar. A necessidade de menos mão-de-obra era demasiado atraente para os senhores de engenho e lavradores não abastados dessa região, que utilizavam a população livre e pobre como mão de obra assalariada. Além disso, uma alternativa viável em busca de evitar o trabalho nos canaviais eram as fábricas e oficinas de charutos, que se estabeleceram no Recôncavo na segunda metade do século XIX.

Diálogo com Barickman e concordo com sua afirmação de que a elite que comandava a produção do açúcar nas terras côncavas da Bahia defendeu de forma ferrenha a escravidão como força de trabalho. No entanto, os dados utilizados para construção dos argumentos apresentados ao longo desse texto chamam atenção para presença marcante de egressos da escravidão trabalhando nas fazendas escravistas em experiência de liberdade, o que me faz questionar a tese da desorganização do trabalho associada à abolição.

Defendo que, nesse contexto houve novos contratos de trabalho amparados em negociações que a classe senhorial não estava acostumada a lidar. As relações

⁶¹BRITO, Jailton Lima. **A abolição na Bahia: uma História Política. 1870-1888.** Dissertação (Mestrado de História). Universidade Federal da Bahia, 1996. P.136.

socioeconômicas que se estabeleceram no pós-abolição, em alguns momentos, foram taxadas de desorganizadas por serem frutos de conflitos sociais, no qual libertos tinham uma participação central.

As famílias negras do Iguape, no contexto de intensificação da crise açucareira, eram marcadas por mães escravizadas e seus filhos naturais livres pela força da Lei do Ventre Livre.

Tabela V: mães, condição jurídica X cor X nação.

Condição\ cor\ nação das mães.	Preta	Cabra	Crioula	Parda	Mulata	Africana	Nagô	N\C	Total
Escrava	29	26	289	25	1	7	2	237	616
Liberta	---	---	1	---	---	1	---	3	5
Total	29	26	290	25	1	8	2	240	621

Fonte: Livro de registros de batismos. Paroquia da Freguesia de São Thiago do Iguape. (1871-1884). **FamilySearch**. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-8PXZ-N?owc=M7ZY-J6D%3A370077401%2C370077402%3Fcc%3D2177272&wc=M7ZB>

Entre os anos de 1871 e 1884, só foi possível identificar 5 mães libertas, duas delas com as designações de cor e nação. Clemencia, crioula, que batizou seu filho Faustinião em 1874 e a africana Mafalda já citada nesta pesquisa, a qual batizou a sua rebenta Joanna, um ano após o batizado de Faustinião, filho de Clemencia. Nesse período, muitas mães não tiveram os designativos de cor e nação identificados, sobretudo, as escravizadas.

É possível observar a falta desse dado por alguns ângulos – pela prática do responsável pelo registro ou pelas agências das mães, sobretudo, pelo fato de que o uso social da cor, como afirmou Cacilda Machado, foi um fenômeno tributário destinado/ que visava produzir diferenças no interior dos grandes grupos.⁶² A cor enquanto uma categoria sociológica se constituía a partir de inúmeras variáveis de relações políticas conflituosas, essas favoreciam a subjetividade frente às designações de cor no Brasil. Este fator ajuda a produzir e reproduzir hierarquias sociais.

Não podemos esquecer de considerar que, o aumento de mães escravizadas sem a discrição de cor e nação no Iguape se deu numa conjuntura emancipacionista do ponto de

⁶² MACHADO, Cacilda. Cor e hierarquia social no Brasil escravista: o caso do Paraná, passagem do século XVIII para o XIX. **Topoi**, v.9, n 17, 2008, p.45-66.

vista de uma política de Estado e dos usos que eram feitos dessas leis pela população negra, que nesse período se interligavam a partir de estatutos jurídicos diferenciados. Certamente para esses sujeitos afastar-se das demarcações comumente utilizadas no período escravista para demarcar escravos, forros e libertos representava uma tentativa de se aproximar da cidadania no limiar da abolição.

Referente aos dados encontrados para os indivíduos que foram batizados, a maioria absoluta foi classificada como livre nos primeiros meses de promulgação da Lei 2040 de 28 de setembro de 1871, seguindo da condição jurídica de ingênuo – termo utilizado para classificar o filho livre da mãe escrava.⁶³ Chamou atenção também o fato de que, passados três meses da instituição do Ventre Livre, foram batizadas 38 crianças escravas, todas contendo a informação de que nasceram antes da Lei.

A referida legislação causou grande agitação na sociedade escravista. No Recôncavo, lócus de debates sobre o fim da escravidão que, de acordo a classe senhorial deveria ser gradual e respeitando o direito de propriedade, não foi diferente. Os dados da Freguesia do Iguape levam a crer que os proprietários de escravos estavam preocupados com a diminuição do número de cativos obtidos através da reprodução endógena, assim como as responsabilidades delegadas à referida classe a partir da prática da tutela dos ingênuos.⁶⁴

A análise dos livros de batismo da Freguesia de São Thiago do Iguape, demonstrou que no ano de 1872 houve um movimento por parte dos senhores de engenhos de encaminhar a pia batismal crianças escravas que teriam nascido antes da lei do ventre livre. Em outubro de 1872, o Coronel Manoel de Lima Rocha Pitta e Argolo, proprietário do Engenho da Praia, batizou 11 escravos. Nessa condição, destaco os casos de Manoel Olavo, pardo, filho natural de Aginda Crioula, nascido em 1857, mas batizado em 1872, passados quinze anos do seu nascimento e o de Venuslan, crioulo, filho natural da crioula Generoza que teria nascido em 20 de setembro de 1871, oito dias antes da promulgação da Lei do Ventre Livre.

⁶³BRASIL. Lei 2040. 28 set. 1871. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm> Acesso em: 25 out. 2022.

⁶⁴“A lei também determinou sobre as responsabilidades dos senhores e senhoras de escravas mães quanto à criação e o tratamento que deveria ser dispensado aos ingênuos, sobretudo, a instrução. A partir de oito anos a criança ingênuo poderia ser entregue ao governo, sem indicação se o provincial ou imperial, e abrigada em instituições que deveriam ser especialmente criadas para este fim. Caso preferisse mantê-lo o senhor da mãe escrava poderia dispor da mão de obra do ingênuo até os vinte e um anos, sob o dispositivo da tutela”. Ver: SOUSA, Ione Celeste. Aceitar, Admitir e Registrar: Notas sobre ingênuos nas aulas públicas da Bahia Provincial. 1877-1890. *Revista Nordestina de História do Brasil*, Cachoeira, nº1, 2018. Disponível: Acesso em: COLOCAR

Não sei até que ponto esse movimento pode ter sido uma estratégia para burlar a legislação. No entanto, a bibliografia sobre o tema demonstra que os proprietários de escravos se valiam de diferentes artimanhas para manter sua escravaria. Melina Kleinert Perussatto, ao estudar os ingênuos no Sul do país, recuperou dados de crianças em escrituras de compra e venda, cartas de alforrias e inventários. O autor constatou que estas crianças não apareciam acompanhadas de suas mães escravizadas, eram avaliadas e tinham seus serviços discriminados como os demais cativos, demonstrando serem empregadas como força de trabalho escravo.⁶⁵

Resolvi observar de forma mais detalhada os arranjos familiares de dois engenhos focos dessa análise, o Engenho Victória, de propriedade dos Monizes Barreto de Aragão, terras marcadas por disputas políticas lideradas pela população negra campesina do Iguape, e o Engenho Calolé administrado, no final do período escravista, pelos Almeidas, território que ganhou centralidade por ter sido lócus da família Almeida Costa, apresentada na introdução e utilizada como o fio condutor dessa abordagem.

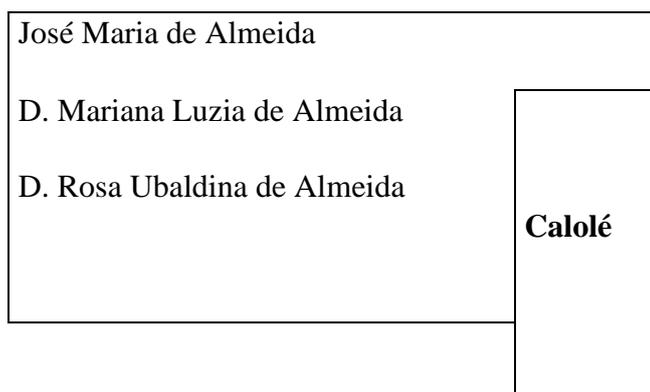
I.2.1- Arranjos familiares de dois engenhos do Iguape: uma análise comparativa entre o Engenho Victória e o Calolé.

Antes de apresentar as famílias que se formaram nos referidos engenhos no período escravista, farei uma breve apresentação dos territórios analisados. Ao longo da pesquisa conseguimos mais informações sobre a dinâmica socioeconômica referente ao engenho Nossa Senhora da Victória. Atribuo isso ao fato desta propriedade ter ficado por mais de um século na mão de uma única família, considerada como a elite de açúcar no Recôncavo.

O Engenho Calolé localiza-se numa zona de fronteira entre a Terra Vermelha e os engenhos Victória, Desterro e Imbiara. Na década de 1850, com o frisson causado pela Lei de Terras, a maioria dos proprietários do Iguape registraram suas propriedades. Diante disso, pude ter acesso ao Calolé, descrito ainda como uma fazenda e pertencente ao escravista Thomaz Pereira Gerimoabo. Não foi possível encontrar informações que apontem para a transição dessas terras para os Almeidas.

⁶⁵PERUSSATO, Melina Kleinert. **Como se de Ventre Livre Nascesse**: experiências de cativo Rio Pardo-RS C. 1860- c.1888. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2010. Sobre a temática na Bahia ver: SOUSA, Ione Celeste Jesus de. Porque a Ociosidade é a mãe de todos os vícios: Tutelas e soldadas de ingênuos na Bahia 1871-1899. In: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; CASTILHO, Celso (orgs). **Tornando-se livre: agentes histórias e lutas sociais no processo da abolição**. São Paulo: UNESP, 2015.

Proprietários de escravos no Engenho Calolé.



Um dos principais administradores do Calolé era o Barão do Iguape, José Maria de Almeida, escravista que, a época da abolição, era o presidente da câmara municipal de Cachoeira. Por sua posição privilegiada, em especial na política, participou ativamente das discussões sobre a crise açucareira, o fim da escravidão, a organização e reorganização do trabalho, também sobre o projeto de imigração. Com a aurora da abolição, muitos senhores de escravos que defenderam a utilização da mão-de-obra escrava até o limite, buscaram participar das comemorações em decorrência da assinatura da Lei Áurea, estrategicamente, para afirmar-se enquanto abolicionistas, porém, não radicais.

Além de José Maria, também apareceram nas fontes eclesiásticas duas mulheres chefiando seus fogos. A análise do quantitativo de escravizados que estabeleceram laços de solidariedade na Igreja Matriz, capelas e oratórios particulares revelou que, seguido do Barão de Belém, D. Mariana Luiza de Almeida detinha um número considerável de escravos, Rosa Ubaldina possuía um número menor, mas que, demarcava a sua presença no painel territorial balizado pelo desmembramento.

O engenho Nossa Senhora da Victória está localizado na zona fronteira do Iguape com Cachoeira, na porção oeste, que se desloca em direção ao Rio Paraguassú até a localidade denominada Guaíba. Luiz Cláudio Nascimento destacou que esse engenho se incluía entre os mais importantes do Brasil, em especial, por sua produtividade e diversificação industrial, haja vista que, funcionou ininterruptamente de 1812 até 1950.⁶⁶

Pedro Rodrigues Bandeira registrou o Engenho Victória na primeira metade do século XIX, como consta no registro de matrícula dos engenhos da Bahia. Além do Engenho Victória, o Comendador Bandeira possuía outros três engenhos, Buraco, Moinho e

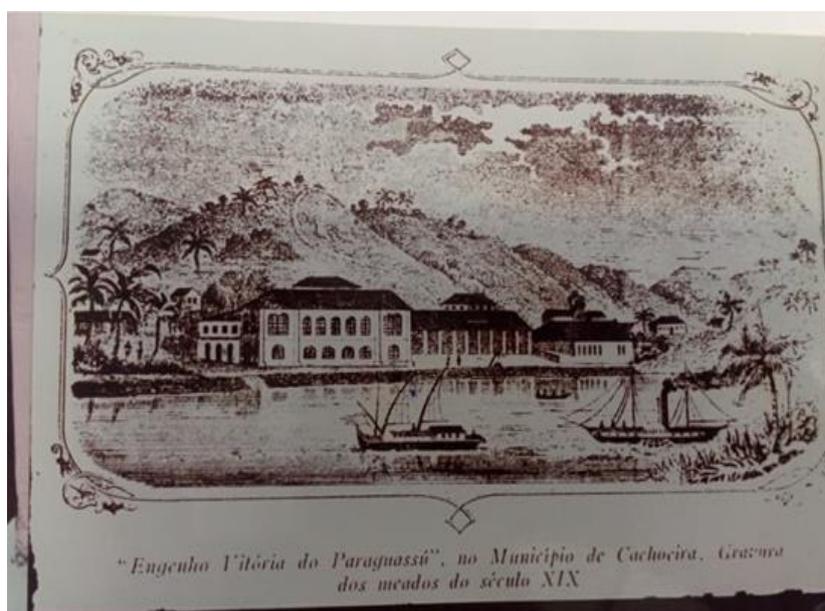
⁶⁶NASCIMENTO, Luiz Cláudio. **Aspectos Históricos do Engenho Nossa Senhora da Vitória**, s/d. Disponível em: <<https://borandar.files.wordpress.com/2017/03/engenho-vitoria.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

Conceição, que concentravam grande contingente de escravizados. José João Reis, em estudos sobre revoltas escravas no Recôncavo da Bahia, descreveu Pedro Bandeira como um riquíssimo comerciante e importante armador da região.⁶⁷

Na década de 1850, os engenhos pertenciam a Salvador Moniz Barreto de Aragão, o Barão do Paraguassú, que registrou as terras recebidas de herança. Pedro Bandeira não tinha filhos reconhecidos e deixou os referidos engenhos de herança para sua sobrinha, cônjuge de Salvador Moniz. Seguindo a dinâmica de transmissão das terras, Egas Moniz Barreto de Aragão, herdeiro direto do Barão do Paraguassú tornou-se, na segunda metade do século XIX, proprietário do Engenho Victória.

Egas de Aragão tornou-se um dos senhores de engenho mais influente do Recôncavo, tinha propriedades em São Francisco do Conde e Santiago do Iguape, importantes freguesias açucareiras da região. De acordo com Uelton Freitas Rocha, a soma da sua riqueza ultrapassava os 400:000 \$ (quatrocentos contos de réis), entre os seus engenhos, Conceição, Mataripe e Victória, viviam 367 escravizados sendo 309 crioulos e 58 africanos.⁶⁸

Figura 3:Engenho Victória do Paraguaçu- Gravura meados do Século XIX.



Fonte: Setor de arquivos privados- Arquivo Público do Estado da Bahia.

⁶⁷ REIS, João José. Revoltas escravas nos engenhos baianos. *Afro-Ásia*, Salvador, n.15, p. 100, 1989. Disponível em: Acesso em:

⁶⁸ROCHA, Uelton Freitas. **“Recôncavas” Fortunas:** a dinâmica da riqueza no Recôncavo da Bahia. (Cachoeira, 1834-1889). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, 2015.

Avé-Lallemant, ao longo do século XIX, fez excursões por alguns rios da Província da Bahia e visitou o Engenho Victória, localizado às margens do Rio Paraguaçu. Nos relatos do viajante, os planteis de cana ganharam notável destaque, assim como, a importância da família Moniz. Em suas palavras,

A uma pequena milha de Cachoeira, descendo o Paraguaçu fica, bem perto da margem, a grande e notável plantação de cana de açúcar, o Engenho Vitória. Egas Moniz de Aragão, juntamente com seus dois irmãos, originários duma das famílias brasileiras mais distintas, com cujo irmão, Francisco, eu tinha em 1835 estudado em Heidelberg.⁶⁹

A estima da família, segundo Lallemant, não estaria associada somente às posses, mas em especial, ao europeísmo visível nos menores detalhes da fazenda.

A matriarca da família D. Maria Luiza Gabe de Massarellos Moniz de Aragão era uma alemã nata. Os filhos mais velhos do casal a época não moravam no Brasil. Um de 18 anos estudava na escola politécnica alemã e outro também vivia na Europa, os demais que viviam na Fazenda e falavam o alemão tão bem quanto o português, uma vez que tinham em casa além da figura materna o professor Sr. Koch, que ensinava na fazenda Victória há nove anos.

A classe senhorial brasileira trazia consigo matrizes coloniais que foram usadas como elementos de distinção social, a saber: enorme vastidão de terras, escravos, roupas quentes de seda, porcelanas e da prataria ostentadas pelos portugueses. A educação dos filhos também era um elemento de diferenciação, e os descendentes de aristocratas, como Egas de Aragão, investiam nesse aspecto.

O fenômeno do bacharelismo iniciava sua difusão entre as famílias do país que tinham condições de enviar seus filhos para estudar fora. Gilberto Freyre, ao tratar destas práticas, considerou que o anel no dedo do bacharel ou do doutor brasileiro, os óculos ou pincenê eram usados como sinal de sabedoria ou de requinte intelectual e científico.⁷⁰

A casa de morar representada na gravura acima foi descrita pelo viajante como um espaço de muito bom gosto, com paredes das salas claras e mobílias asseadas. Além das informações contidas no relato de Avé-Lallemant, o inventário do comendador Egas Moniz Barreto de Aragão iniciado em 1871, ao listar e descrever seus bens, destacou que o casarão foi construído em cima de pilões de tijolos.

⁶⁹Arquivo Público do Estado da Bahia. Setor Judiciário colocar infos do documento 62\2226\13

⁷⁰FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2001. P. 349-350.

Além da casa grande, a propriedade era composta de um oratório, casa de purgar, casa de caldeira, casa de confraria de alambique, casa de bagaço, casa de enfermaria, estrebaria, olaria, casa do administrador do engenho e casa para o feitor. Dados que apontam para diversidade da produção econômica nesse espaço, o qual criava-se animais, cultivava-se cana, produzia-se açúcar, cachaça, cerâmica, formando uma estrutura complexa característica dos grandes engenhos açucareiros do Recôncavo da Bahia.

Após a conclusão do inventário, a matriarca da família Moniz, Maria Luiza Gabe, mudou-se para Alemanha. O Engenho Victória, às fazendas Moinho, Varginha Grande e Capoeira foram arrendadas por seu filho Francisco Moniz Barreto de Aragão que administrou as propriedades até os primeiros anos da abolição.⁷¹ Uma das cláusulas do contrato de arrendamento referia-se ao fato da locadora reservar-se o direito de aceitar o dinheiro de qualquer escravo ou escrava que desejasse comprar sua liberdade, ao passo que, cabia ao locatário findar o contrato em caso de emancipação da escravatura, em virtude da resolução dos poderes do Estado ou qualquer ato violento.

Ponderações que refletiam a preocupação da classe senhorial com uma abolição da escravidão que não ocorresse de forma lenta e gradual. A abolição da escravidão é considerada um fato central da história brasileira. Dessa forma, as discussões sobre o fim dessa instituição ecoavam na imprensa, na sociedade civil, e provocaram mudanças no comportamento de senhores e escravos, uma vez que, tratava-se da destruição de práticas centenárias que moldavam o cotidiano brasileiro.⁷²

A preocupação com as leis emancipacionistas estava expressa no contrato de arrendamento que foi lavrado em 20 de novembro de 1873, tanto referente à compra da liberdade pela população escravizada através do acúmulo do pecúlio, quanto no tocante às condições de restituição dos “objetos”, que deveriam ser devolvidos na mesma quantidade que foram recebidos, exceto os cativos, por motivo de falecimento, mas também devido os benefícios da lei de 28 de setembro de 1871.

As deliberações do governo, como a lei de 28 de setembro de 1871 que embasou o contrato de arrendamento do Engenho Victória, devem ser percebidas como um índice de enfraquecimento do domínio senhorial e ampliação das margens de ação escrava, bem como, as expectativas e tensões em torno do ventre livre. A atuação de associações civis que

⁷¹Arquivo Público do Estado da Bahia. Setor Judiciário colocar infos do documento 62\2226\13

⁷²Ver: CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. E COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à Colônia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. ALONSO, Ângela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)**. São Paulo: companhia das letras, 2015.

promoviam a alforria de cativos, as ações de liberdade e as próprias lutas e revoltas de escravos provocaram mudanças no comportamento de senhores e escravizados, contribuindo para golpear a escravidão.

A constituição de famílias foi uma das primeiras táticas agenciadas pela população escravizada, visando golpear esse sistema, ao abrandar a dureza da escravidão gestando espaços de autonomia. Em busca dessas redes analisei mais ao “rés-do-chão” as famílias que se formaram no Calolé e Victória, engenhos fundamentais para essa abordagem.

A listagem inicial dos núcleos familiares do Engenho Vitória foi construída a partir do inventário de Egas Moniz de Aragão. Em relação ao Calolé, as famílias foram recuperadas a partir dos registros de batismos. Os principais escravagistas da localidade presenciaram a abolição legal da escravidão, não sendo possível acessar inventários do Calolé com a presença da população cativa. Dessa forma, é possível que algumas famílias do engenho não sejam apresentadas nessa pesquisa por razões diversas que não permitiram sua presença na pia batismal.

A época do falecimento de Egas de Aragão, influente senhor do escravo do Recôncavo do século XIX, viviam entre seus engenhos e fazendas 367 escravizados. Deste contingente, 281 eram crioulos naturais da Freguesia de São Thiago do Iguape. Nesse quantitativo foi possível encontrar um número considerável de famílias negras listadas no inventário do comendador.

Tabela VI: Família Negra- Engenho Victória (1871)

Mãe	Filho (a)	Filhos (as) por mãe
1-Corinta	Mathildes	1
2-Esméria	Tacião e Epifânia	2
3-Ceilerina	Félix	1
4-Christiana	Ângela	1
5-Marcella	Simphoroza, Leopoldina Bazílio, Zacarias, Valentina e Margarida	6
6-Clarícia	Marcelino e Eugênia	2

7-Laurentina	Venância, Bernardo e Francellina	3
8-Tranquilina		
9- Odília	Custódio e Porfírio Vicente e José	2 2
10-Clara	Terêncio	1
11-Juvência	Theófilo e Inocência	2
12-Brízida	Berta	1
13-Nathália	Leopoldo e Victorina	2
14- Secundina	Dorothêa e Sofia	2
15-Raimunda	Agripina	1
16 Henriqueta	Ana e Cristina	2
17Cunegundes	Joana e Martinha	2
18- Helena	Cirilo	1
19-Ignez Maria	Teófilo, Juvina e Marcos	3
20-Maria		3
	Jacinto, Margarida e Fortunato	
21 Brazília	Mariana e Claudina Flávio	3
22-Prisca	Germana e Donato	2
23-Lucinda	Fausto e Júlia	2
24-Leopoldina	Raquel	1
25-Umbelina	Euzébio	1
26-Suzana	Silvino	1
27-Marcolina	Emília	1
28-Teodolina	Julío e Rufina	2
29-Rosalina	Melanio e Brígide.	2
30-Paládia	Bibiana, Maximiano e André	3
31-Iria	Emília, Afra e Alexandrina	3

Fonte: APMC, Inventário de Egas Moniz Barreto de Aragão, 1871⁷³.

As famílias escravas que se formaram nas terras administradas por Egas Moniz até 1871, eram matrifocais, representadas por mães não casadas e seus filhos naturais. Para acessar os núcleos familiares do Calolé, tabulei inicialmente as informações registradas no livro de batismo do período de 1871 a 1884. A maioria dos lares também apresentavam a configuração encontrada no Engenho Victória, no entanto, foi possível identificar núcleos familiares com a presença paterna.

Dos vinte e nove núcleos familiares recuperados no Engenho Calolé, vinte e um eram compostos por escravizados do Barão de Belém, e sete por escravizados de D. Maria Luzia de Almeida. Nas terras administradas por D. Rosa Ubaldina de Almeida vivia um núcleo familiar matrilinear, chefiado pela mãe escrava Catharina, que entre os anos de 1871 e 1884, batizou quatro rebentos, o maior número em relação às 29 mães identificadas.

Os vínculos construídos por Catharina através do batismo, ao longo de mais de uma década, se estabeleceram numa perspectiva verticalizada, pois os padrinhos dos seus filhos eram indivíduos livres. As relações de compadrio são repletas de significados que revelam os interesses e visão de mundo tanto dos cativos, quanto dos senhores. Certamente Dona Rosa Ubaldina utilizava o crescimento vegetativo como forma de ampliar sua escravaria.

A formação de famílias, os casamentos, o direito ao cultivo, foram ganhos simbólicos e efetivos disputados em experiência de cativo, onde a solidariedade e o amparo mútuo eram elementos indispensáveis para lidar com momentos de maior dificuldade. Robert Slenes documentou a significativa presença de famílias escravas no Brasil, sobretudo, a nuclear. Ao utilizar a metodologia nominativa recuperou os sentidos atribuídos à família e ao parentesco, encontrando evidências da estabilidade dos laços entre pais e filhos escravizados ao longo do tempo.⁷⁴

No engenho Calolé, cinco casais oficializaram suas relações através do casamento. Na constante defesa da vida em comunidade, lançar mão do enlace matrimonial reforçava a possibilidade de viver entre os seus.

⁷³APMC.Judiciário. 02.158.1544.

⁷⁴SLENES, R. W. **Na senzala, uma flor**- Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. São Paulo: Unicamp. 2011.

Tabela VII: casais escravizados e seus legítimos.

Clementina e Modesto	
Idalina e João (africano)	Ponciano (filha)
Maria da Fé e Laurentino	Rachel e Christiano (filhos)
Esperança e Feliciano	Aurelina e Júlio (filhos)
Benjamim, Maria e David	

Fonte: Livro de registros de batismos. Paróquia da Freguesia de São Thiago do Iguape. (1871-1884). **FamilySearch**. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-8PXZ-N?owc=M7ZY-J6D%3A370077401%2C370077402%3Fcc%3D2177272&wc=M7ZB>. Acesso em: 16 nov. 2022.

A Freguesia do Iguape era caracterizada por seus grandes planteis com presença marcante de escravizados. Em uma amostra de 29 inventários post-mortem do Iguape, Santana localizou 919 escravos, dando ênfase aos influentes senhores e senhora e engenho da região. Egas de Aragão com mais de 300 cativos, Thomé Pereira de Araújo com posse de 142, Francisco Pereira Sodré o Barão de Alagoinhas com 80 e Guilhermina Garcia de Aragão Moncorvo com 102 indivíduos escravizados.⁷⁵

Na primeira década após a implementação da Lei do Ventre Livre foram batizadas 625 crianças no Iguape. Deste quantitativo, somente 13 foram identificadas como legítimas, 8 delas viviam com os casais listados acima, no Engenho Calolé. Na contramão dos dados que Slenes apresentou para o sudeste, onde encontrou um número considerável de famílias conjugais, principalmente em médias e grandes propriedades, as famílias negras formadas no Iguape escravista eram, geralmente, de mães crioulas, não casadas, com filhos e filhas naturais, sem identificação da figura paterna.

O fato de se manterem legalmente solteiras, não significa afirmar a ausência de parceiros afetivos na vida dessas mulheres, ou que estas não mantinham uniões estáveis e duradouras. Porém, os núcleos familiares conjugais eram poucos e concentraram-se no Calolé, talvez pela diversidade territorial e administrativa. Uma vez que, era marcado pela existência de plantéis grandes e pequenos chefiados por diferentes sujeitos, duas delas

⁷⁵SANTANA, Clássio Santos. **Ele queria viver como se fosse homem livre**: Escravidão e liberdade no Termo de Cachoeira (1850-1888) Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, 2014. Pp 69-71.

mulheres, a legitimação das famílias a partir do matrimônio deveria ser uma arena de intensa negociação.

Não é um exercício fácil compreender as várias faces das famílias negras que se constituíram nos plantéis de cana da região do Iguape. Nesse sentido, tanto os laços consanguíneos quanto os arranjos sociais estabelecidos a partir do compadrio contribuem para ampliar a noção de família negra constituída no período escravista.

Esses vínculos religiosos, morais e de solidariedade permitem apreender as redes e alianças tecidas em experiência de cativo e como estas representaram espaços de autonomia dentro de um sistema que se valiam de várias estratégias para continuar existindo. As condições jurídicas dos padrinhos e madrinhas da população escravizada são fundamentais para percepção dos sentidos das redes e da visão de mundo desses sujeitos.⁷⁶

Para os dois engenhos analisados, a tessitura social do compadrio foi bastante diferente, os laços estabelecidos apontam para complexidade das redes construídas em experiência de cativo.

Tabela VIII: Condição jurídica dos padrinhos e madrinhas do Engenho Victória.

	Padrinho		Madrinha	
	N	%	N	%
Escravo	30	69,7%	24	55,8%
Livre	11	25,5%	6	13,9%
São Francisco	1	2,3%	-	-
De Assis				
Nossa Senhora	-	-	6	13,9%
Não Consta	1	2,3%	7	16,2%
Total	43	100%	43	100%

Fonte: Livro de registros de batismos Paróquia de São Thiago do Iguape (1872-1888). **FamilySearch** Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-8PXZ-N?owc=M7ZY-J6D%3A370077401%2C370077402%3Fcc%3D2177272&wc=M7ZB>

⁷⁶No que tange aos espaços de autonomia da população escravizada na prática do batismo, Dezemone, ao encontrar arranjos plurais de compadrio para o Rio de Janeiro, considerou que existia um espaço para o exercício da opção pela mãe ou pelos pais. Ver: DEZEMONE, Marcus. **Do cativo à Reforma Agrária: Colonato, Direitos e Conflitos**. (1872-1987). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.p.98.

A maioria absoluta dos compadres e comadres faziam parte da escravaria de Francisco de Aragão. Na comunidade escrava do Engenho Victória o número de padrinhos livres superou o de madrinhas, isso porque encontramos homens livres junto com mulheres escravizadas batizando ingênuos. Nesses casos, o compadrio ampliava a família extensiva tanto de forma horizontal quanto vertical, ampliando as possibilidades de rede de apoio. No entanto, o número elevado de padrinhos e madrinhas com o mesmo estatuto jurídico das mães das crianças corroboram com resultados apresentados pelas principais pesquisas sobre o tema de que quanto maior o tamanho do plantel, mais comum o desenvolvimento de relações horizontais.

Tabela IX: Condição jurídica dos padrinhos e madrinhas do Engenho Calolé.

	Padrinho		Madrinha	
	N	%	N	%
Escravo	15	21,43%	12	18,18%
Livre	55	78,57%	44	66,67%
Não Consta	--	--	10	15,15%
Total	70	100%	66	100%

Fonte: Livro de registros de batismos Paróquia de São Thiago do Iguape (1872-1888). **FamilySearch**. Disponível em <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-8PXZ-N?owc=M7ZY-J6D%3A370077401%2C370077402%3Fcc%3D2177272&wc=M7ZB>. Acesso em: 16 nov. 2022.

No Calolé a maioria dos laços estabelecidos foram verticais. Em muitos casos, não foi possível identificar a figura da madrinha, aparecia somente a figura do padrinho ou dois homens apadrinhado a criança. Como aconteceu em janeiro de 1877, quando o casal Christina e Modesto escravizados do Barão de Belém ampliaram sua rede de solidariedade com dois homens livres, José Rufino e João Zacharias, ao batizar sua filha Francelina.

Três anos antes, a filha legítima de Maria da Fé e Laurentino escravizados do Barão de Belém, Aurelia, também foi batizada por dois padrinhos, sendo um o escravo Bazílio e o outro o próprio Barão. A constituição de vínculos espirituais entre senhores e escravos no Calolé não era algo excepcional, a filha legítima do africano João e da crioula Idalina, Rachel, já citada neste capítulo, foi apadrinhada por Dr. Pedro Moniz Barreto de Aragão, na época administrador de parte das terras do Engenho Buraco.

Outro herdeiro de engenhos circunvizinhos que se tornou compadre de escravizados do Calolé foi João Francisco Paraiso, padrinho de Juvinião, filho natural de Afra. A

Baronesa de Belém também apadrinhou um filho legítimo de Maria da Fé e Laurentino, Tiberio, batizado no Natal de 1884. A família de Maria da Fé certamente se valia de relações paternalistas para alcançar ganhos simbólicos e efetivos no cativo.

O número de homens e mulheres livres, ou sem o estatuto jurídico identificado nos assentos de batismo do Calolé, analisado junto com o quantitativo de nascimento de crianças legítimas, filhos e filhas de pais casados, são indicativos de que nesse território, a despeito de todo contexto marcado pela força da escravidão na Freguesia do Iguape, foi possível construir espaços de autonomia mais diversos. Atribuo a essa condição ao fato o Calolé ser um engenho com plantéis menores do que o Victória e desmembrado, onde vários proprietários negociavam a partir de visões de mundo distintas com a população escravizada.

Em contrapartida, no Engenho Victória foi possível encontrar 11,8% de padrinhos escravizados que pertenciam a outros senhores de engenho. O trânsito dos cativos entre as fazendas da Freguesia é também uma possibilidade de viver sobre si, agenciadas a partir de muitas tensões. A possibilidade de cruzar informações contidas no inventário de Egas Moniz Barreto de Aragão com as fontes eclesiásticas, revelou um traço interessante das comunidades negras do Victória em suas redes de solidariedade: o compadrio entre crioulos e africanos.

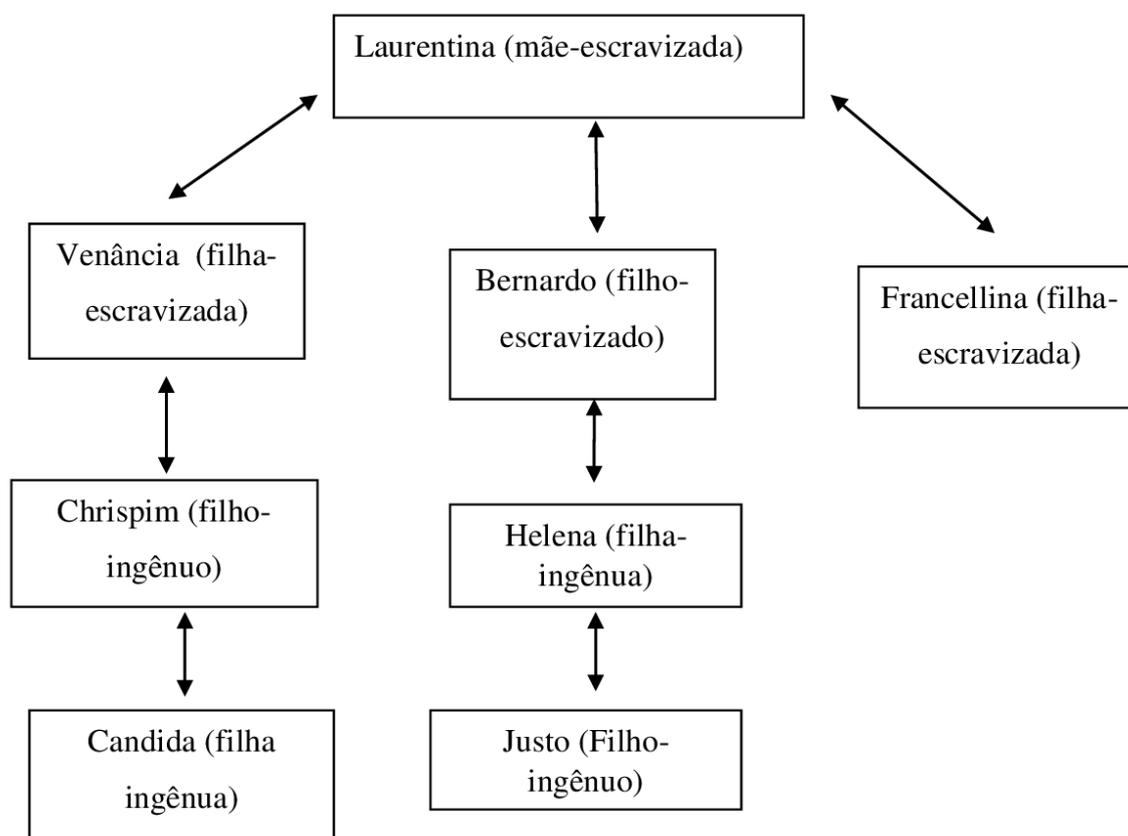
A opção por africanos para apadrinharem seus filhos representava possibilidades de demarcar os seus lugares dentro de um ambiente social marcado pela distinção e hierarquização. Ter como parceiros compadres e comadres que já estavam a mais tempo nas senzalas poderia ajudar no estabelecimento de arranjos sociais mais sólidos. Em 1862, no oratório particular do engenho Victória, o africano Vital de 45 anos, mestre de barca, junto com a crioula Bazília de 30 anos, serviço da lavoura, batizaram Napolião, pardo, filho natural de Marcolina, também parda, todos escravizados do Comendador Egas de Aragão. Já em 1867, o africano Victor, 60 anos, serviço da lavoura, batizou junto com Gulhermina, escrava de Ignácia Ferreira, Júlia, parda de dois meses de idade.

Na segunda metade do Século XIX, a Freguesia do Iguape detinha a maior taxa de africanização do Termo da Comarca da Cachoeira. Ao investigar os inventários da região, Clíssio Santos Santana destacou que os senhores e senhoras de engenho possuíam a porcentagem de 30,5% de escravizados de origem africana. Dados estes confirmados a partir

do inventário do comendador, que em 1871 possuía 51 africanos.⁷⁷ No Iguape foi possível acessar comunidades africanas enraizadas contribuindo para o que Parés classificou de africanização da cultura crioula.⁷⁸

A observação de duas famílias matrilineares extensivas da Freguesia do Iguape é um campo privilegiado para apreensão dos arranjos parentais de escravizados e seus descendentes, sobretudo, nas duas últimas décadas da escravidão, onde conviviam indivíduos de estatutos jurídicos distintos.

Árvore Genealógica 2



A família de Laurentina é uma representante das famílias matrilineares, que ultrapassaram gerações no Engenho Victória, bem como, do crescimento vegetativo

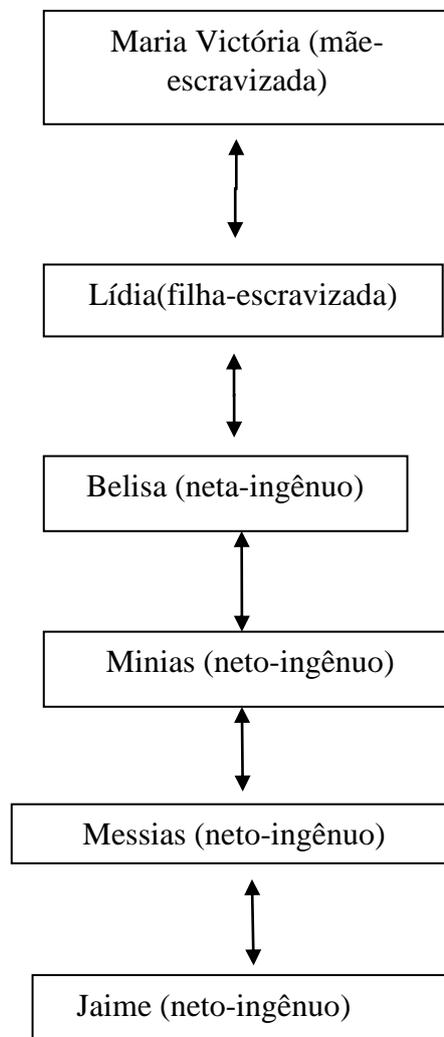
⁷⁷SANTANA, Clássio Santos. **Ele queria viver como se fosse homem livre: Escravidão e liberdade no Termo de Cachoeira (1850-188)** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia, 2014.

⁷⁸PARÉS, Luis Nicolau. **O processo de Crioulização no Recôncavo Baiano (1750-1800)**. Afro-Ásia. n.33, 2005. p. 87-132. P.8.

utilizado como estratégia de ampliação da escravaria dos grandes proprietários de terras. A análise da relação de compadrio firmada pela crioula Laurentina, revelou um aspecto recorrente das famílias extensivas da Freguesia do Iguape, a continuidade dos laços espirituais. O africano Mina Alexandre apadrinhou cinco filhos de Laurentina, os outros três foram batizados pelo escravizado Luciano. Essa constância era uma forma de estreitar os vínculos em experiência de cativo.

A família de Maria Victória escravizada do Barão de Belém vivia no Calolé. Além de Lídia foi possível recuperar mais dois filhos da matriarca, Prisciano e Adelaide, ambos nascidos livres pela força da Lei.

Árvore Genealógica 3



Maria Victória é avó de Rufino José da Costa, líder do movimento campesino no Iguape no Século XX. Através desse núcleo familiar em especial foi possível acompanhar várias gerações, o que evidencia como a permanência de famílias negras em terras de cativo representava sonhos de liberdade. Tanto Maria Victória, quanto Lídia tiveram seus filhos batizados majoritariamente por sujeitos livres, teceram ao logo das suas vivências nos planteis escravagistas do Calolé. Belisa, a primeira filha de Lídia, identificada nas fontes da cúria, foi a única apadrinhada por uma escrava, Dorothea. No entanto, o seu padrinho Isidro Idelphonso de Santa Anna era livre.

Essa tipologia de família também ultrapassou diversas gerações no Engenho Victória. Ao analisarmos os batismos das crianças ingênuas do engenho, recuperei cinco casos de duas gerações da mesma família negra com indivíduos de estatutos jurídicos diferentes. Paládia, Suzana, Marcella, Christina e Maria nasceram escravas, mas seus netos e netas não.

Tabela X: Gerações de famílias negras- Engenho Victória. (1871-1888)

Mãe	Filha	Neta (o)
Paládia, escrava, Crioula.	Bibiana, escrava, Crioula.	Antônia, ingênuas.
Suzana, escrava, Crioula.	Raquel, escrava, Crioula.	Lusia, Ingênuas.
Marcella, escrava, Crioula.	Simphoroza, escrava Cabra.	Pacífico, ingênuo.
Christiana, escrava, Parda.	Ângela, escrava, Parda.	Joanna, Ingênuas
Maria, escrava, Crioula.	Margarida, escrava, Crioula.	Daniel, ingênuo.

Fonte: Livro de registros de batismos Paroquia de São Thiago do Iguape (1871-1888). **FamilySearch**. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-8PXZ-N?owc=M7ZY-J6D%3A370077401%2C370077402%3Fcc%3D2177272&wc=M7ZB>. Acesso em: 16 nov. 2022.

A manutenção do Engenho Vict6ria secularmente sob a administra76o dos Arag6o pode ter contribuído para que fam6lias escravas extensivas continuassem nesse territ6rio, fortalecendo suas redes. Esses n6cleos geracionais evidenciam tamb6m que o impacto do tráfico interprovincial nesses engenhos n6o foi t6o agressivo. As fam6lias negras constru6das no contexto escravista representaram para os escravizados e seus descendentes a base para sua sobreviv6ncia. As t6ticas agenciadas frente à defesa desses lares se desdobram em projetos de vida e sentidos de liberdade ap6s a aboli76o legal da escravid6o.

CAPÍTULO II

Viver em comunidade nos tempos de liberdade: libertos e seus descendentes no Iguape após a abolição.

II.1 Dos prenúncios abolicionistas à aurora do 13 de maio

Agosto de 1884, meses após a fundação da Liga da Lavoura e do Comércio do Município, na comarca de Santo Amaro, os senhores de engenho cachoeiranos se reuniram na Igreja de Nossa Senhora dos Rosários dos Petros para, assim como os seus vizinhos, Santamarenses, fundarem a União Agrícola e Comercial dos Emancipadores de Cachoeira. A elite açucareira do Recôncavo estava preocupada com os avanços das discussões acerca do fim da escravidão.

Os maiores engenhos baianos estavam nas terras côncavas da Bahia, por esse motivo as discussões acerca da libertação legal nessa região eram bastante acaloradas. Para se ter uma ideia acerca da concentração de indivíduos escravizados nessas localidades, no início da década de 1870 a população servil baiana era a terceira maior do Brasil, maior do que a de São Paulo, 173.639 escravos foram matriculados e quase 36% dessa população encontrava-se no Recôncavo. Até as vésperas da abolição (1886-1887) nada menos que 10% de toda população escrava do Brasil, morava na Bahia.⁷⁹

A freguesia de São Thiago do Iguape contribuía para o elevado número de escravizados nas terras que cercam a baía de Todos os Santos. Os dados do primeiro censo nacional demonstravam que na última década de vigência do escravismo 30% da população da freguesia era escravizada, distribuída em sua maioria nas famílias apresentadas no capítulo anterior.⁸⁰ Além de sua importância para as lavouras da região, os trabalhadores escravizados eram importantes medidores de riquezas acumuladas, haja vista que 2\3 do

⁷⁹BARICKMAN, B. J. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 21 e 22, 1998-1999. p. 194.

⁸⁰Os dados do censo de 1872, permitem compreender a dimensão geral da população de São Thiago do Iguape no período, embora o censo apresente algumas falhas no seu processo de coleta de dados, haja vista que, as autoridades locais não davam a devida importância ao recenseamento, pois entendiam que o censo servia para estabelecer novos impostos e para o recrutamento militar. Ver: BARICKMAN, B. J. E se a casa-grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do Recôncavo Baiano em 1835. *Afro-Ásia*, n. 29-30. Universidade Federal da Bahia.

acúmulo de riquezas dos moradores da comarca adivinham da posse de escravos.⁸¹ Essas constatações são fundamentais para compreensão da lógica que girou em torno da libertação legal desses sujeitos.

As fortunas na localidade estavam concentradas nas faixas consideradas muito altas, acima de 100 contos de réis, ao contrário de outras freguesias do Termo da Comarca da Cachoeira, como Umburanas e Santo Estevão do Jacuípe, onde não ultrapassaram a faixa de 10 contos de réis. Além desses dados, Clíssio Santos Santana chamou atenção para o fato de que mesmo na segunda metade do século XIX, com as mudanças relacionadas ao trabalho escravo — (o fim do tráfico de africanos, o tráfico interprovincial e o movimento abolicionista), esses proprietários continuavam a possuir um grande contingente de escravizados.⁸²

Muitos desses senhores de engenho participavam ativamente dos debates em torno da liberdade legal dos escravos. O Barão do Iguape, proprietário do Engenho da Cruz e Francisco Muniz Barreto de Aragão, que administrava o Engenho Victória do Paraguaçu, estavam na reunião de fundação da União Agrícola e Comercial dos Emancipadores de Cachoeira, em defesa de uma abolição gradativa e indenizatória.

As falas reverberadas no encontro expressavam o medo dos senhores de engenho locais. Eles receavam que a província da Bahia seguisse os caminhos do Ceará e do Amazonas que anteciparam a abolição da escravidão em 1884.

De repente no Ceará, meus concidadãos atearam-se a chama do incêndio abolicionista, e o incêndio devorou a propriedade escrava. O coração venceu a razão e libertaram— todos os cativos, houve a extinção da escravatura com violação do direito de propriedade.⁸³

Em meio ao contexto de questionamento da instituição escravidão, diversos temas foram os abordados visando à tomada de posição contra a abolição abrupta e sem respeitar os direitos de propriedade. Os escravocratas demonstraram-se extremamente preocupados com o projeto do deputado Rodolfo Dantas, que, após várias desfigurações, transformou-se na conhecida lei dos sexagenários, aprovada em 28 de setembro de 1885.

A principal pauta do ajuntamento girou em torno de impossibilitar a reeleição de deputados abolicionistas que apoiavam projetos de lei que visavam libertar os sexagenários

⁸¹ Ver: ROCHA, Uelton Freitas. **“Recôncavas” Fortunas:** a dinâmica da riqueza no Recôncavo da Bahia. (Cachoeira, 1834-1889). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2015.

⁸² SANTANA, Clíssio Santos. **Ele queria viver como se fosse homem livre:** Escravidão e liberdade no Termo de Cachoeira (1850-1888). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia, 2014. Pp 69-71.

⁸³ Periódico Gazeta da Bahia. 07 de setembro de 1884. Hemeroteca digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=213454&pasta=ano%20188&pesq=De%20repente%20no%20Cear%C3%A1&pagfis=7704> Acesso em: 31 out. 2023.

sem indenização. Joseli Maria Nunes Mendonça demonstrou que o Projeto Dantas gerou intensos debates acerca do comportamento dos libertos, esses foram marcados pela racialização das relações sociais, pois, a população de cor era vista pela elite econômica e política como perigosa e despreparada para vida em liberdade.⁸⁴

A década de 1980 do século XIX foi demarcadora de embates e tensões envolvendo escravizados, senhores, abolicionistas e população livre. Jacó dos Santos Souza ponderou que nesse período na comarca de Cachoeira os confrontos se radicalizaram, ocorrendo instantes de apreensão nas fazendas e na cidade. Nas ruas e na justiça, a autoridade senhorial era questionada, dando lugar a uma crescente perda de legitimidade do escravismo.⁸⁵

Diante disto, os senhores de engenho já não podiam mais usar o direito de propriedade para validar a recusa em discutir propostas que apontassem para abolição. A escravidão não era mais vista como assunto particular dos escravocratas, foi preciso mudar o discurso, e o tão recorrente direito de propriedade passou a ser acionado para defender a indenização no caso de liberdade legal dos escravizados.

Passou a ser comum a afirmação, por parte desses indivíduos, de que eram emancipacionistas. Prova disso é a fala inicial de Joaquim Inácio Tosta ao presidir a reunião da União Agrícola: “Serei muito franco na exposição das minhas ideias que não são escravagistas, são emancipacionistas”.⁸⁶ Eles começaram a perceber que não tardaria e uma nova aurora chegaria, o sistema escravista estava ameaçado e os escravocratas não queriam sair dele sem lucrar o máximo possível.

Nesse momento, o movimento abolicionista intensificou suas propagandas voltadas para as grandes lavouras de cana-de-açúcar. E a participação popular na pressão para o fim da escravidão foi fundamental para tomada de decisão de alguns senhores de engenho do Recôncavo. No Iguape, Francisco Moniz Barreto de Aragão, administrador do Engenho Victória, em novembro de 1884 alforriou um dos seus escravos e discursou para diversas pessoas demonstrando descontentamento frente às ações dos abolicionistas, os descrevendo como aqueles que se ocupavam em intrigar os escravos alheios ao crime e a revolta contra a sociedade. Os escravocratas da região começaram a usar a concessão de alforrias gratuitas

⁸⁴ MEDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Entre as mãos e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil.** São Paulo: Unicamp, 1999.

⁸⁵ SOUZA, Jacó dos Santos. **Vozes da Abolição: Escravidão e liberdade na Imprensa Abolicionista Cachoeirana. (1887-1889)** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2010.

⁸⁶ Periódico Gazeta da Bahia, 07 de setembro de 1884, Hemeroteca digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=213454&pasta=ano%20188&pesq=De%20repente%20no%20Cear%C3%A1&pagfis=7704> Acesso em: 31 out. 2023.

ou condicionais como forma de revidar as pressões populares e os discursos dos abolicionistas.⁸⁷

Quase quatro anos após esses acontecimentos o Recôncavo da Bahia vivenciou a euforia dos festejos por motivo do fim da escravidão. Na edição do dia 19 de maio de 1888, o Jornal *O Asteroide* divulgou como a notícia como a aprovação do projeto da abolição do elemento servil foi recebida pela população urbana.

Os administradores da folha juntaram-se aos sócios da instituição abolicionista, Club Carigé e percorreram as ruas de Cachoeira soltando fogos e proclamando vivas a abolição. Logo, populares entusiasmados com a notícia começaram a acompanhar o cortejo que se dirigia à freguesia de São Felix. Algumas lideranças locais discursaram, com destaque para o professor abolicionista Cincinato Franca, homem negro, nascido na Freguesia de São Thiago do Iguape – na época da abolição o professor presidia o Club Carigé.⁸⁸

Figura 4- Professor Cincinato Franca.



Fonte: Edição da Livraria Econômica, Bahia, 1914. SOUZA, Jacó dos Santos. **Vozes da Abolição:** Escravidão e liberdade na Imprensa Abolicionista Cachoeirana. (1887-1889) Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2010. P.53.

⁸⁷Ver: FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade:** histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006. P.109.

⁸⁸O Club Carigé, era uma instituição abolicionista e teve sua fundação em 24 de maio de 1887 na cidade de Cachoeira. Ver: *O Asteroide*, 28 de maio de 1888. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=717614&pesq=Club%20Carig%C3%A9&pagfis=223>
Acesso em: 31 out. 2023

No Termo da Comarca da Cachoeira, o periódico de cunho abolicionista *O Asteroide* passou a ser um importante meio de divulgação das reformas sociais. Cincinato Franca, também redator da gazeta, defendia de forma incisiva o programa de instrução pública para libertos – antes mesmo do fim da escravidão o professor havia divulgado um comunicado sobre aulas noturnas para livres e escravos. As aulas eram públicas e gratuitas e aconteciam nas instalações do Club Carigé.⁸⁹

Na criação das escolas noturnas é datada dos finais dos anos 1870, no auge das discussões abolicionistas. Nesse período, que as leis emancipacionistas se expandiram, as aulas para a classe trabalhadora se concretizaram enquanto uma proposta do governo imperial. Ione Celeste Jesus de Sousa evidenciou que o interesse em educar pobres estava no bojo das preocupações das elites na segunda metade do século XIX.⁹⁰

O professor Cincinato Franca foi fundamental na organização dos festejos da abolição em Cachoeira, as comemorações invadiram as ruas da cidade por vários dias. Os articulistas do Jornal *O Asteroide*, nas edições que seguiram o dia 19 de maio, construíram o itinerário das celebrações, indicando as ações desenvolvidas em cada rua, assim como os discursos proferidos, as poesias declamadas nas portas e sacadas dos abolicionistas locais.⁹¹

De acordo com a folha, alguns espaços foram enfeitados com arcos e flores, e à noite, tanto a cidade, quanto a freguesia de São Felix estavam iluminadas. O prédio da Casa de Câmara e Cadeia permaneceu na escuridão, afinal, muitos dos senhores de engenhos da região eram políticos. Não à toa, para os redatores do *O Asteroide*, a Câmara Municipal de Cachoeira representava a velha ordem escravocrata.

As filarmônicas Ophesina, Eaterpe Ceciliana e Minerva Ceciliana se apresentaram no cortejo, entoando o hino nacional, o hino dos cativos e do echo liberal, estes últimos compostos pelo músico abolicionista Tranquilino Bastos. Vários clubes e escolas desfilaram nas procissões em comemoração à libertação dos escravos. Os sócios do Club Carigé se apresentaram uniformizados, com lanternas coloridas, acompanhados pelo Club Obreiros do Futuro, tendo à frente do carro do clube um anjo da liberdade representando os

⁸⁹ SOUZA, Jacó dos Santos. **Outros sujeitos da Abolição:** itinerários de abolicionistas no Recôncavo da Bahia (Cachoeira, 1880-1891). Tese (Doutorado) Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2021.

⁹⁰ SOUSA, Ione Celeste Jesus de. Porque a ociosidade é a mãe de todos os vícios: tutelas e soldadas de ingênuos na Bahia-1871-1899. In: Maria Helena Pereira Toledo Machado; Celso Castilho. (Org.). **Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de Abolição.** 1ªed. São Paulo: UNESP- Universidade de Vanderbilt, 2015.

⁹¹ **O Asteroide.** 23 de maio de 1888. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=717614&pesq=Club%20Carig%C3%A9&pagfis=223>. Acesso em: 31 out 2023.

abolicionistas e chicotes, palmatorias e correntes representando o despotismo dos escravistas.

Outro carro conduziu integrantes do Club Cana Verde, dentre eles, alguns libertos com camisa de algodão, chapéu de palha, lanterna e cana na mão. Os estudantes apresentaram-se segurando estandartes. A escola do professor Cincinato Franca também participou da procissão cívica. Após o préstito houve manifestação popular ao som da filarmônica Minerva Cachoeirana.

Os festejos do 13 de maio surpreenderam os articulistas da época, tendo em vista a quantidade de pessoas que ocuparam as ruas. A presença de libertos nas procissões oficiais era um indicativo da consciência política que esses sujeitos cultivavam, representava os anseios dos egressos da escravidão de participação nos acontecimentos da sociedade brasileira na condição de cidadãos livres.⁹²

A cidade foi tomada pelo entusiasmo da notícia acerca do fim da escravidão. Nos engenhos de açúcar da região também houve comemorações, mas o desalinho tomou conta dos antigos senhores que temiam não ter mais braços para suas lavouras, mais do que isso, receavam a impossibilidade de manutenção do *modus operandi* senhorial.

As reações de um antigo senhor de engenho do Iguape foram descritas por seu sobrinho numa carta enviada ao Barão de Cotegipe.⁹³ Aristides Novis informou que o proprietário do engenho da Ponta, o Barão de Santiago, encontrava-se triste com o fim da escravidão, principalmente pelo fato de não poder mais interferir nas decisões das suas “crias” que, após a assinatura da Lei Áurea, estavam soltas pelas ruas. As relações cotidianas nos engenhos não eram mais as mesmas com a abolição e certamente isso impactou o Barão de Santiago e os demais escravistas do Recôncavo.

II.1. 1-Sonhos de liberdade e os projetos de vida após a abolição.

Em setembro de 1894 Lydia de Almeida,⁹⁴ casou-se com José Rufino da Costa, diante de Doutor Arthur D’ Almeida Boaventura e Carolina Amalia D’ Almeida Dutra, como testemunhas do enlace matrimonial.⁹⁵

⁹² ALBUQUERQUE, Wlamyra. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

⁹³ FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910).** São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006. P.128.

⁹⁴ Em alguns momentos o nome de Lídia será grafado utilizando a letra Y, pois essa é uma variação encontrada nas fontes. Isso acontecerá ao longo do texto com outros sujeitos, busco respeitar a grafia original dos documentos.

José Rufino da Costa era filho legítimo do casal Rufino de Jesus Costa e Basília de Jesus Costa. Não foi possível acessar maiores informações sobre a sua condição jurídica, tudo indica que era livre ou liberto, pois José Rufino apadrinhou a filha de um casal de escravizados no período de vigência da escravidão, e no assento de batismo não constava sua condição jurídica.

A recorrente não classificação desse designativo nos documentos da paróquia de São Thiago do Iguape me faz defender a hipótese de que, mesmo fazendo parte da comunidade negra do Calolé, através dos laços de compadrio, José Rufino não pertencia à escravaria do engenho na segunda metade do século XIX.

Lydia sua esposa era ex-escravizada do Barão de Belém e vivenciou a abolição da escravidão junto com sua mãe D. Maria Victória, ex-escrava do mesmo proprietário, seus irmãos Prisciano e Adelaide, nascidos de ventre livre, e seus rebentos Belisa, Minias, Messias e Jaime. No Engenho Calolé, lugar onde permaneceu após o 13 de maio, ampliou sua família e as possibilidades de negociar outras dinâmicas de trabalho e nutrir projetos de vida e sonhos de liberdade.

As trajetórias individuais e coletivas dos ex-escravizados do Iguape acessadas por essa abordagem são utilizadas para demonstrar que, ao seu modo, esses sujeitos procuravam escapar do tratamento abusivo, demarcado pela racialização das relações. George Andrews, analisando as guerras por liberdade na América Afro-Latina, identificou a família como espaço propício para alimentar projetos políticos fundamentados em princípios de soberania popular e igualdade racial.⁹⁶

Os sonhos de liberdade dessas famílias eram diversos, atrelados à conjuntura do imediato pós-abolição marcada pela hostilidade e tentativa de manutenção do “modus operandi senhorial”. A família Almeida Costa optou pela permanência enquanto tática de defesa e ampliação de ganhos conquistados ainda em escravidão – foi possível recuperar também o trânsito de libertos do Iguape no centro da cidade de Cachoeira.

Uma opção para se distanciar das antigas fazendas e ocupar o espaço urbano das Freguesias era o exercício do ganho, comum entre os escravizados e libertos desde o século XVIII e regulamentado por posturas públicas. A análise do livro de registro das matrículas dos ganhadores das cidades de Cachoeira e São Felix em outubro de 1888 até 1891, revela

⁹⁵ Livro- 1888-1902. **FamilySearch**. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/> Acesso em: 15 nov. 2022

⁹⁶ ANDREWS, George Reid. **América Afro-Latina, 1800-2000**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

dados a respeito das origens dos ganhadores, seus locais de moradia, filiação, idade, estado civil. No livro foi possível mapear crioulos, cabras, pretos e, sobretudo, africanos exercendo a função, dentre estes, alguns sujeitos eram naturais do Iguape.⁹⁷

Os ganhadores eram responsáveis pela circulação de objetos e pessoas no ambiente urbano, esses cargos eram ocupados principalmente por africanos, em especial, da Costa da África. Ao longo do período escravista, os ganhadores se envolveram em diversos movimentos de ruptura com a ordem vigente e contra a tentativa de controle frente à categoria de trabalhadores, episódios importantes para apreensão das disputas em torno dos espaços de liberdade, do direito à rua e sentidos de cidadania.⁹⁸

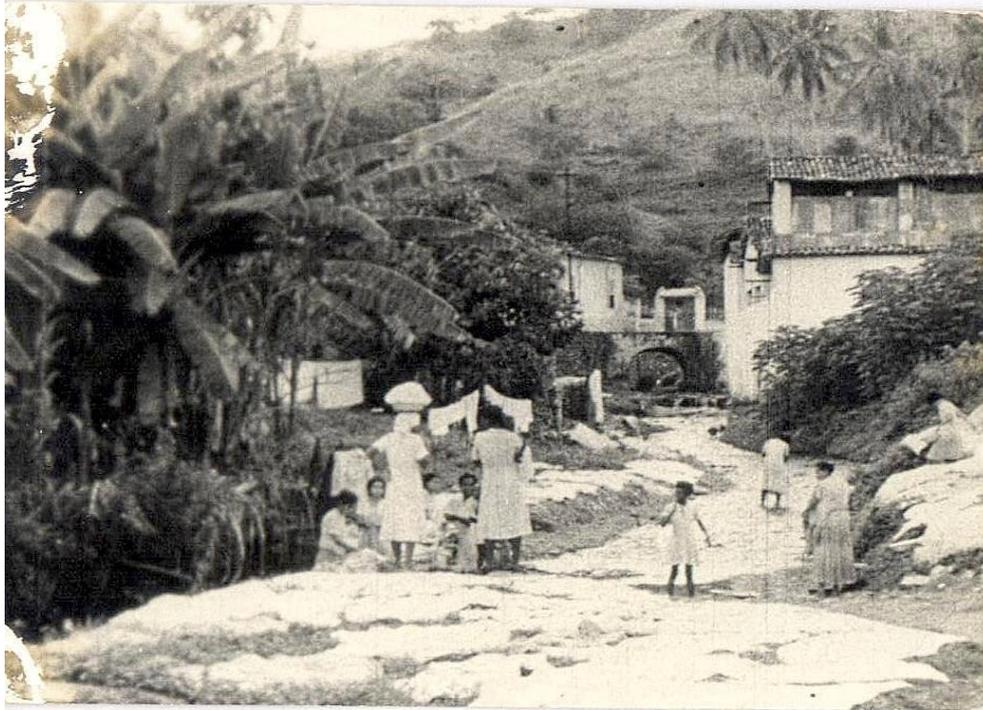
Os egressos do cativeiro que se registram como ganhadores, possivelmente, visando mobilidade social, moravam nas ruas que compunham a Recuada, uma zona de convergência entre a área rural e urbana da cidade de Cachoeira. O historiador Luiz Cláudio Nascimento recuperou alguns núcleos familiares de africanos e africanas vivendo na Recuada, e apresentou a localidade como um espaço de acolhimento de libertos fundamental para construção de identidades africanas no Recôncavo Baiano, sobretudo, no que tange a fundação de terreiros de candomblé Jeje e Nagô.⁹⁹

⁹⁷APMC.Setor Judiciário. Registro das matrículas dos ganhadores (Cachoeira\São Felix, 1888-1891). Documentos Avulsos.

⁹⁸ REIS, João José. **Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

⁹⁹ NASCIMENTO, Luiz Cláudio. **Bitedô onde moram os Nagôs: Redes de Sociabilidades Africanos na Formação do Candomblé Jêje-Nagô no Recôncavo Baiano**. CEAP: Rio de Janeiro, 2010.

Figura 5- Pitanga e Morro Bitedô.



Fonte: Acervo Particular. Fotografia da Rua Pitanga e parte do Morro Bitedô, territórios que compunham a Recuada no início do século XX. Compõe o acervo particular do historiador Luiz Cláudio Nascimento.¹⁰⁰

A maioria dos africanos foi forçada a refazer todas as suas relações na Bahia e estas tinham como ponto de partida a comunidade dos seus “parentes de nação”, onde foram criados alguns vínculos substitutivos do apoio e proteção anteriormente assegurados pela família. Para os africanos no Recôncavo, “viver e morrer no meio dos seus”¹⁰¹ representou a preservação das relações familiares no processo de reificação e construção de relações sociais.

A possibilidade do fortalecimento dessas redes, durante a escravidão e após a abolição, certamente contribuiu para o deslocamento das oito famílias do Iguape para cidade de Cachoeira: Damazio dos Santos, cabra 30 anos, filho de Carolina de Jesus; Arthur Francisco Maria, cabra 25 anos, filho de Josepha de Tal; Antonio Canuto da Rocha, creoulo, casado, 37 anos, filho de Constancia de Tal; Amancio de Assis Tavares, pardo, 21 anos filho de Antonio Joaquim de Assis; Joaquim de Queiroz, creoulo, 60 anos filho de Victoria

¹⁰⁰ Fotografia da Rua Pitanga e parte do Morro Bitedô, territórios que compunham a Recuada no início do século XX. Compõe o acervo particular do historiador Luiz Cláudio Nascimento.

¹⁰¹ OLIVEIRA, Maria Ines Cortes. Viver e morrer no meio dos seus: Nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX. *Revista USP*. São Paulo, v.28, p. 174-193, dez-fev 95-96.

Pereira; Alexandre Camillo, 32 anos, filho de Doméciana Sudrê; Manuel Joaquim de Sant'Ana, crioulo, 42 anos, filho de Victoria Maria da Conceição; e Raphael Pereira, Creoulo, 50 anos casado, filho de Rufina africana.

Os designativos de cor dos ganhadores, cabra e crioulo, remetem ao passado escravista, assim como a classificação de Rufina, africana, que viveu no Engenho Campina, propriedade do Barão de Alagoinhas. Os significados impressos na falta dos sobrenomes numa sociedade que construía hierarquias a partir da nomeação, também aproximam essas famílias das experiências de cativo.

A utilização de um sobrenome era fundamental para transações que envolviam o Estado, assumir nomes religiosos, nomes ligados aos antigos engenhos e ex-senhores eram práticas recorrentes em famílias de ex-escravizados. Raphael Pereira, filho de Rufina, provavelmente incorporou o sobrenome Pereira de Francisco Pereira Sodrê do Barão de Alagoinhas, proprietário do local onde nasceu e possivelmente viveu a experiência de escravidão, no Engenho Campina. Doméciana Sudrê, mãe de Alexandre Camillo, pode ter incorporado o Sodrê do mesmo senhor de engenho. A utilização do nome composto também era uma estratégia de afastamento do passado escravista, isso pode justificar a preferência de Alexandre Camillo.

Os sentidos atribuídos à liberdade dependiam em grande medida de: como a escravidão foi vivenciada em suas práticas cotidianas e em quais condições a escravidão havia sido abolida, com quais ganhos efetivos os simbólicos. Os desafios para livrar-se dos estigmas da escravidão eram muitos, dessa forma, a mobilidade espacial do liberto e seus descendentes, outrora limitada e vigiada, continuava sendo uma zona de conflitos e disputas.

Uma alternativa para gozar da liberdade longe dos antigos engenhos era construindo novas redes de apoio, fortalecendo novas comunidades como as formadas na Zona Recuada. Longe das fazendas escravistas, mas nem tanto, os sujeitos que se movimentaram no Iguape no imediato pós-abolição, recuperados através dos registros dos ganhadores, continuaram vivendo na comarca onde nasceram. Assim como os dados apresentados por Maria Emília Vasconcelos dos Santos para a Zona da Mata Pernambucana, onde só migravam para cidades mais distantes quem tinha motivos específicos para tal empreitada.¹⁰²

A sociedade do pós-abolição foi marcada por uma diversidade de agências na busca por cidadania. Os libertos do Iguape não fugiram a essa realidade e tiveram suas vidas

¹⁰² SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. **Trabalhadores de engenhos: composição e experiências no período abolição e pós-abolição.** (Zona da Mata Sul e Pernambuco 1884-1893). Universitas Humanas, Brasília, v. 11, n.2, p. 11-14. jul-dez, 2014.

marcadas por uma complexidade de itinerários. No entanto, nessa abordagem foca-se na compreensão do enraizamento das comunidades negras nas antigas fazendas e engenhos escravistas, tal como, na apreensão das táticas agenciadas para acessar e permanecer nas terras enquanto forma de defender o campesinato negro, além de reivindicar participação na nova república que se instaurava nas Américas.

II.2- Entre Parcerias, Aforamentos e rendas: permanecer como forma de resistência.

No mundo social rural, marcado por relações tão desiguais, a sociedade de pós-abolição representou para os núcleos familiares que permaneceram nos antigos engenhos uma arena de tensão em torno da ressignificação das hierarquias sociais e reorganização do trabalho. Nesse momento, os discursos da aristocracia baiana voltaram-se para projetos de imigração e permanência dos libertos nas lavouras.

Os questionamentos se davam, sobretudo, referente à rapidez da abolição, que para a classe senhorial não foi gradativa e planejada. Dessa forma, exigiam-se práticas de combate à vadiagem e a não inclinação ao trabalho. Francisco Moniz de Aragão, administrador do Engenho Victória, enviou uma carta para Rui Barbosa, intelectual e abolicionista, em resposta aos seus posicionamentos sobre o sistema escravista e nessas linhas expressou sua visão acerca da população negra no imediato pós-abolição:

V.Excia que foi abolicionista esta em seu direito de atribuir nos por deffeitos à escravidão. Penso que a escravidão em nada contribuiu para estragarmos. Possuí escravos, não observei que o ter sido possuidor de escravos, houvesse feito de mim peor que fui creado por Deus Nosso Senhor. O que estragou-nos foi a convivência com o negro. Isto sim!A desgraça consistiu em introduzil-os no Brazil. [...] Os norte-americanos, matando-os na praça pública, sentem que o elemento negro é incompatível com a civilização e a grandeza de uma nação tão adiantada¹⁰³.

O posicionamento do antigo escravista era defendido por seus pares, o presidente da Câmara Municipal de São Francisco do Conde, o Barão Moniz de Aragão, o qual tinha relação de parentesco com Francisco. Aragão escreveu ao presidente da Província da Bahia

¹⁰³ Correspondência enviada por Francisco Moniz Barreto de Aragão para Rui Barbosa e março de 1892. Ver: CUNHA, Silvio Humberto dos Passos. **Um retrato fiel da Bahia: Sociedade, Racismo, Economia Na transição para o trabalho livre no Recôncavo Açucareiro, 1871-1902.** (Tese de Doutorado) Universidade Estadual de Campinas- Instituto de Economia, 2004, p.146.

relatando que “para infelicidade nossa, a grande maioria dos recém-libertos do município não se tem mostrado dignos da condição de cidadãos a que acabara de ser chamados”.¹⁰⁴

O que os ex-senhores denominaram de incompatibilidade com a civilização, ao se referirem à população negra, foi explorado pela historiadora Wlamyra Albuquerque que problematizou os sentidos de cidadania forjados por diferentes sujeitos na sociedade de pós-abolição. Ela chamou atenção para a profunda racialização das relações no momento de desarticulação do domínio senhorial, onde a construção da cor como elemento de desigualdade foi fundamental no estabelecimento de novas hierarquias sociais.

Nas correspondências trocadas entre senhores de engenhos do Recôncavo, a tônica da desorganização do trabalho nas lavouras de cana era recorrente. A insistência nesse tema visava, sobretudo, a construção de leis punitivas e controladoras frente à população liberta. O papel do Estado, aumentando as forças policiais baianas, contribuiu para restringir as alternativas de mobilidade dos egressos do cativo.

As políticas de repressão à vadiagem funcionavam como pano de fundo para obrigar os ex-escravizados ao trabalho assalariado, nos moldes desejados pelos ex-senhores, garantindo mão de obra barata para os engenhos da região.¹⁰⁵ No entanto, as expectativas dos libertos ante a abolição por vezes frustravam esses planos, seja pelo abandono das antigas fazendas, pela negociação das relações de trabalho ou luta pelo direito à terra como possibilidades de distanciamento dos estigmas da escravidão.

Diante desse cenário, os debates sobre o lugar dos “libertos do 13 de maio” após a abolição se acirraram. Fazendeiros, políticos e abolicionistas buscaram alternativas à inclusão desses sujeitos na sociedade por via do labor e da instrução moral e cívica. Para Celia Maria Marinho Azevedo, a própria formulação da questão básica deste debate carrega em si um viés racista, na medida em que a população negra foi pensada como uma categoria social problemática, ignorando completamente a capacidade desses indivíduos à autodeterminação.¹⁰⁶

A possibilidade do acesso à terra para os libertos também foi pauta de debates acalorados no imediato pós-abolição. Na perspectiva da crítica à grande propriedade, o abolicionista André Rebouças propôs um projeto de Democracia Rural. Este sugeria que

¹⁰⁴ Ver: FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006.

¹⁰⁵ Ver: MATA, Iacy Maia. Libertos na Mira da Polícia: Disputas em torno do trabalho na Bahia Pós-abolição. **História Social**, n. 14\15. Campinas, 2008.

¹⁰⁶ AZEVEDO, Celia Maria Marinho. **Onda negra medo branco. O negro no imaginário das elites no século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

grandes proprietários deveriam repartir suas terras através de vendas e práticas de arrendamento.¹⁰⁷

Os órgãos públicos discutiram possibilidades que garantissem a fixação dos libertos e seus descendentes, sobretudo, como rendeiros trabalhadores das fazendas de açúcar. Diante disso, códigos civis visando à regulamentação das relações entre fazendeiros e não-proprietários legais passou a ser vista como pauta prioritária.

No relatório de Inspeção Especial de Terras Públicas e Colonização, direcionado ao presidente da Província em 1889, o inspetor Dionísio Martins demonstrou preocupação diante da criação de leis que garantissem reciprocidade nas relações no exercício da propriedade.¹⁰⁸ Para tanto, previa a construção de um censo geral da província, uma vez que, havia moradores, rendeiros e meeiros espalhados em todas as fazendas da Bahia.

As questões relativas aos direitos às terras no imediato pós-abolição continuavam sendo embasadas pela Lei de Terras nº 601 de setembro de 1850. Uma Lei que foi aprovada após imenso debate visando a revalidação de títulos possuídos através do registro, bem como, a reserva de terras devolutas para colonização indígena e fundação de povoações.

Com a dificuldade para discriminar as terras públicas das privadas, dificilmente a referida Lei colaboraria para o fim dos conflitos decorrentes de limites imprecisos e ocupação de terras devolutas. Especialmente, porque os senhores de terras consideravam o ato de registrar suas propriedades como um instrumento de poder eficaz na decisão acerca dos seus domínios e os de outrem.¹⁰⁹

As tensões, no interior das fazendas, explicitadas no relatório do Inspetor de terras públicas estavam ligadas a diferentes noções de direito ao solo e ao que nele era produzido.

Não há dúvidas de que existem em quase todas as propriedades agrícolas indivíduos com aquele título que fazem casas e exploram, por conta própria os terrenos do senhorio, na maioria dos casos gratuitamente. O que nada lhes pode dar direito algum a indenização garantida; ainda assim não consta que seja praxe perderem eles o fruto do seu trabalho, quando se retiram da localidade¹¹⁰.

O relatório foi redigido a partir de alguns questionamentos acerca da relação entre grandes proprietários e pequenos cultivadores. Mesmo diante da tentativa da elite agrária e política em disseminar o discurso da desordem após o fim da escravidão, o texto publicado

¹⁰⁷ PESSANHA, Andréa Santos da Silva. **Da abolição da escravatura à abolição da miséria: a vida e as idéias de André Rebouças**. UNIABEU: Rio de Janeiro, 2005.

¹⁰⁸ APEB. Terras Pública, 4850 (1876-1891) \ Relatório do inspetor especial de terras públicas.

¹⁰⁹ MOTTA, Márcia Maria Mendes. **Nas fronteiras do poder**. Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. p.160-163.

¹¹⁰ APEB. Terras Pública, 4850 (1876-1891) \ Relatório do inspetor especial de terras públicas.

pela inspetoria de Terras Públicas reforça a permanência da população egressa do cativo nas fazendas da Província e a regulamentação dos contratos de trabalho aparece como alternativa a resolução dos conflitos entre esses sujeitos sociais.

A euforia dos egressos do cativo e seus descendentes no imediato pós-abolição em consonância com seus itinerários, posição de recusa e negociação frente a determinadas condições de trabalho eram tidas como ameaça à ordem nacional. Em meio à cobrança por medidas coercitivas e a construção de caminhos para manutenção dos trabalhadores, diferentes acordos foram firmados.

O Barão de Belém, temendo a migração da população egressa do cativo após a abolição, optou por instaurar nos seus plantéis o sistema de parceria.

No sábado próximo passado, o Exm Sr. Barão de Belém foi alvo de uma esplendida manifestação por causa dos seus ex-escravos, em seo Engenho Calolé, sito na Freguezia do Iguape. Reunidos todos dirijirão se a casa da sua rezidencia e ali cobrirão no de flores confessando-se agradecidos pelo modo humanitario com que forão tratados e rogando lhe graça de permanecerem em sua companhia d'onde não querião afastar-se, senão pela morte.¹¹¹

A edição do jornal *O Tempo* de 23 de maio de 1888 publicou como foram os primeiros dias após a abolição no Engenho Calolé. *O Tempo* tinha uma tendência conservadora, por esse motivo não é de se estranhar tanta ênfase na benevolência senhorial.

O articulista narrou ainda que o Barão de Belém, preocupado com os rumos da sua produção açucareira, questionou se os libertos estavam dispostos a trabalhar e não pensavam em deixar a lavoura no futuro. Declarou que, devido à gratidão e amizade dos libertos, o barão entregaria a sua propriedade com todos os seus pertences para trabalharem em comum acordo e só tomaria para si uma parte módica da produção.

No contexto de disputa por mão de obra no Recôncavo da Bahia, região que utilizou o trabalho escravo até às vésperas da abolição, onde a política de imigração europeia não teve sucesso, arranjos como o proposto pelo Barão de Belém começaram a ser publicados nos periódicos locais. O intuito era demonstrar a existência de relações harmônicas entre ex-senhores e trabalhadores livres.

O jornal *O Tempo* era patrocinado pela Câmara Municipal do Termo da Comarca de Cachoeira, instituição que em 1888 era presidida pelo Barão de Belém. Em meio a essas relações entre imprensa e a elite agrária e política, os articulistas costumavam enfatizar a força dos contratos de trabalho no pós-abolição. No referido artigo, o acordo de parceria

¹¹¹ O Tempo. 23 de maio de 1888. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=826553&pesq=No%20s%C3%A1bado%20pr%C3%B3ximo%20passado&pagfis=1>. Acesso em: 31 out. 2023.

proposto pelo Barão foi apresentado como uma importante estratégia, tanto para manutenção de parte dos libertos na sua lavoura, como para a atração dos sujeitos oriundos dos itinerários entre engenhos e fazendas da região.

A relação entre a propriedade privada e o modo de produção capitalista, evidenciada por Karl Marx em seus estudos sobre a acumulação primitiva, é uma chave analítica importante na compreensão da tessitura social dos novos arranjos trabalhistas da Primeira República. O acúmulo de uns se deu frente à miséria, fome e exploração de outros. Nesse sentido, a noção de propriedade privada, em seu caráter liberal, abstrato e absoluto, favorecia a exploração da classe trabalhadora, que se via em vários momentos despossuídos dos meios de produção, sobretudo a terra.

Para Marx, dentro da diversidade fundiária pressupunha-se sempre o pagador da renda e foro da terra como o verdadeiro possuidor e cultivador do solo. No mundo social brasileiro do final do século XIX, a prática de aforamento e arrendamento foram fundamentais para permanência dos ex-escravizados nos engenhos onde viveram experiência de cativo.

Marx compreende o aforamento como enfitêutico, uma espécie de contrato vitalício.¹¹² Partindo dessas premissas Manoela Pedroza, em análise sobre o contrato de aforamento português, nos convidou a refletir acerca dos acordos enfitêuticos como domínios partilhados sobre o mesmo bem por pessoas distintas, numa longa duração, criando dois ou mais proprietários.¹¹³

O aforamento dentro dessas condições é compreendido como o contrato agrário que confere amplos direitos – ao foreiro é permitido vender, hipotecar ou legar como herança o seu domínio. Já o arrendamento, representa a forma de extração da renda da terra, com prazos a serem renovados, existindo a possibilidade de efetivar a renda em trabalho, produto ou dinheiro, sendo os direitos sobre o bem menos abrangente.

Os senhores de engenho da Freguesia de São Thiago do Iguape valeram-se de práticas paternalistas nos últimos anos do sistema escravista. Várias alforrias coletivas, gratuitas ou condicionais foram concedidas a fim de conquistar a gratidão dos escravizados. A força dos laços comunitários e familiares também foi acionada na tentativa de conquistar a permanência dos trabalhadores nas fazendas como rendeiros, moradores ou parceiros. Para

¹¹² MARX, Karl. **O capital- Livro I- Crítica da economia política: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. Capítulo 45.

¹¹³ PEDROZA, Manoela. **Por trás dos senhorios: senhores e camponeses em disputa por terras, corpos e almas na América portuguesa (1500-1759)**. São Paulo: Pacto Editorial, 2020. P. 11.

Walter Fraga Filho os senhores buscaram antecipar-se ao governo imperial, para diminuir o impacto político da Lei que aboliria a escravidão.¹¹⁴ Era sobretudo, estratégias senhoriais operacionalizada para manutenção da propriedade privada.

Os libertos do 13 de maio e seus descendentes fizeram diferentes usos das estratégias desenvolvidas pelos ex-senhores que visavam a manutenção da mão-de-obra em suas fazendas. O ato desses indivíduos em permanecerem nas fazendas não significava consonância com as condições de trabalho do período escravista, mas representava a possibilidade de preservação e ampliação de direitos conquistados nos tempos da escravidão.

A família de Lydia Almeida Costa e José Rufino Costa permaneceu nessas terras, certamente as possibilidades de estabelecer o contrato de parceria e ampliar suas redes de afeto contribuíram para a decisão de continuar no espaço onde vivenciaram a escravidão. Tornar-se “parceiro” do seu antigo senhor poderia representar uma forma de se afastar dos signos que os associavam ao cativo.

¹¹⁴FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006. P. 117.

II.2.1. Libertos vivendo em comunidade no Engenho Calolé.

Árvore Genealógica

Maria Victória Almeida (ex-escravizada) **Rufino de Jesus Costa e Basília de Jesus Costa**

Filhos

Lydia Almeida Costa (ex-escravizada)

José Rufino Costa

Prisciano(Nascido Livre)

Adelaide (Nascida Livre)

Lydia Almeida Costa e José Rufino Costa
Filhos

Belisa (1875)

Minias (1877)

Messias (1880)

Rufino José (1896)

Jaime (1882)

Belisa
Filhos

Maria Anna (1902)

Anna Maria (1902)

Lydia e José Rufino casaram-se seis anos após dez anos do fim da escravidão e tiveram os seus destinos ligados às possibilidades de acesso à terra. Essa lógica é a chave analítica fundamental para compreensão das estratégias cotidianas de inserção na estrutura social configurada durante os primeiros tempos da República brasileira. Não foi possível saber se Belisa, Minias, Messias e Jaime filhos de Lydia também eram filhos de José Rufino, se o casal já mantinha uma relação consensual antes de legitimarem a mesma perante a Igreja Católica.

Através da tessitura construída por Lydia dos laços de compadrio ainda em experiência de cativo, foi possível perceber a aproximação com a família Costa, a qual, acredito ser uma extensão da família de Basília de Jesus Costa e Rufino de Jesus Costa, pais de José Rufino. Para os quatro filhos nascidos entre 1875 e 1882, apenas quatro pessoas foram escolhidas por Lydia para serem seus compadres e comadres. José Ferreira Costa batizou os dois que nasceram na década de 1880.

Em maio de 1896, quando Lydia e José Rufino tinham quase dois anos de casados, nasceu Rufino José da Costa, seu pai esteve no Cartório Civil do Distrito de São Thiago do Iguape para registrá-lo.¹¹⁵ No pós-abolição alargar os sentidos de cidadania perpassava também pela legitimação dos lares negros, fosse através do casamento na Igreja ou do registro civil dos seus filhos.

Os registros civis de nascimento são fontes fundamentais na compreensão das constituições de famílias ao longo do período republicano, assim como, dos sentidos que giravam em torno da participação dos sujeitos sociais no aparato burocrático do Estado. Carlos Eduardo Costa considerou que, devido a Promulgação da Primeira Constituição da recém-inaugurada República, possivelmente houve uma campanha para registro em massa da população.¹¹⁶

Nas suas pesquisas sobre a região da Baixada Fluminense, Costa constatou que a legitimação de núcleos familiares não estava ligada só ao desejo de almejar a cidadania brasileira, mas também à possibilidade de mobilidade social entre pretos e pardos. Tendo em vista que, o registro civil permitia uma maior segurança aos indivíduos em torno dos bens conquistados por seus parentes.

No entanto, o batismo continuava sendo uma via importante de reconhecimento da família no pós-abolição. Foi através dos laços firmados na pia batismal que acompanhei a família Almeida Costa vivendo no Engenho Calolé até a primeira década do século XX. Em 1902, a mãe de Lídia, Maria Victória de Almeida, batizou na Igreja Matriz de Santiago do Iguape suas bisnetas Anna Maria e Maria Anna, filhas naturais de Belisa.

Além da Família Almeida Costa, outros núcleos familiares em suas várias gerações que atravessaram a escravidão foram recuperados.

¹¹⁵ Cartório Civil do Iguape. Registros de Nascimento. Livro I.

¹¹⁶ COSTA, Carlos Eduardo Coutinho da. **“Faltam braços nos campos e sobram pernas na cidade”**: famílias, migrações e sociabilidades negras no pós-abolição do Rio de Janeiro (1888-1940). Curitiba: Appris, 2020.

Tabela XI: Núcleo familiar de Caridade D’Almeida.

Mãe	Filha	Condição Jurídica
Caridade (escravizada)	Maria da Glória (1886)	Ingênua.
	Georgina (dezembro de 1888)	—
	Simão (1896)	—

Fonte: livro de registros de batismo. Paróquia da Freguesia de São Thiago do Iguape. (1871-1893). **FamilySearch**.

No imediato pós-abolição, as condições jurídicas demarcadoras de hierarquias foram desfeitas, mas novas foram instituídas. Dentro de uma conjuntura onde todos eram cidadãos, o designativo de cor era utilizado como elemento de diferenciação social. Talvez por esse motivo não encontramos nos registros de batismo a indicação da cor da criança.

Sobre os impactos que a extinção da escravidão causou numa sociedade construída a partir da legitimidade da propriedade sobre as pessoas, Wlamyra Albuquerque considerou que a abolição foi não só um golpe às finanças, mas também ao “modus operandi senhorial” devido à extinção do binômio escravo\senhor.¹¹⁷

Hebe Mattos transformou o silêncio acerca da cor nas fontes em problema de pesquisa e lançou importantes premissas, que nos ajudam na compreensão dos diferentes

¹¹⁷ ALBUQUERQUE, Wlamyra. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 97-98.

sentidos de liberdade para os ex-escravizados.¹¹⁸ Esses silêncios não podem ser entendidos como uma resposta à diminuição das demandas referente à obrigatoriedade em declarar os designativos nos documentos oficiais, nem mesmo como um processo de embranquecimento puro e simples. É preciso considerar que, por vezes, silenciar a cor poderia ser uma reivindicação ao estatuto de cidadão numa sociedade que estava criando hierarquias pautadas na racialização das relações.

Caridade, nos idos de 1886, ainda vivendo experiência de cativo, batizou sua filha ingênua Maria da Glória na Igreja Matriz de São Thiago do Iguape, sendo os padrinhos Hermenegildo D’Almeida e Eltevína D’Almeida, que não eram escravos. Em 26 de dezembro de 1888, Caridade compareceu à mesma Igreja para batizar sua filha Georgina, sendo seus compadres Francisco Salles da Fonseca e Eletorina D’Almeida.

A utilização do sobrenome D’Almeida entre os sujeitos que mantinham algum tipo de relação com os ex-escravizados do Engenho Calolé, é no mínimo intrigante, sendo possível que alguns deles também tenham vivenciado a escravidão enquanto cativos e conseguiram suas alforrias antes da abolição legal da escravidão. Usar o sobrenome dos escravistas era uma estratégia para galgar possibilidades de movimentação social.

Adelia, mãe dos ingênuos Demétrio, Clementina e Roberta, provavelmente foi uma das libertas por força da Lei Áurea, em 1887. Quando nasceu sua filha Roberta, ela ainda fazia parte da população escravizada do Barão de Belém. Com o fim do cativo, seguindo um caminho comum entre os escravizados do engenho Calolé, ela adotou o sobrenome do seu antigo senhor, e, como Adélia D’Almeida, batizou mais três filhos, Iluminata, Enrico e Olyntho, entre dezembro de 1889 a maio de 1892.

¹¹⁸ MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX). São Paulo. Editora: Unicamp, 2013.

Tabela XII: Núcleo Familiar de Adelia D’Almeida.

Mãe	Filhos	Condição Jurídica
Adelia	Demetrio (1881)	Ingênuo
(Escravizada)	Clementina (1882)	Ingênuo
	Roberta (1887)	Ingênuo
	Iluminata (1889)	—
	Enrico (1890)	—
	Olyntho (1892)	

Fonte: Livro de registros de batismos. Paroquia da Freguesia de São Thiago do Iguape. (1871-1893). **FamilySearch**

Dos filhos de Adelia D’Almeida somente Clementina foi batizada por indivíduos escravizados, Carlos e Rosa que também faziam parte da população escrava do Calolé. Os demais laços de compadrio estabelecidos por Adelia eram verticais, com pessoas de categorias jurídicas distintas. Tendo Enrico, um dos seus filhos, sido apadrinhado por uma ex-proprietária de escravos do Iguape, Zarina D’Almeida.¹¹⁹

Zarina, ao longo da sociedade republicana, apadrinhou várias crianças, a maioria delas filhas naturais. Em dezembro de 1888, a ex-escravista junto com o Barão de Belém foram padrinhos de Herminia, filha natural de Maria Clara dos Santos. As pesquisas sobre esses vínculos demonstram o crescimento de ex-senhores batizando filhos e filhas de libertos no imediato pós-abolição, sobretudo, como estratégia paternalista de manutenção dessas famílias nas lavouras de Cana de Açúcar.

O compadrio se estabelece pela escolha, mesmo no contexto da escravidão. Nem sempre é possível precisar as razões para as opções que foram tomadas, mas a variedade dos arranjos encontrados nas comunidades de ex-escravizados do Iguape aponta para

¹¹⁹Zarina de Almeida aparece em dezembro de 1883 junto com D. Luzia de Almeida enquanto proprietárias de Silvinia mãe de Isabel. Ver: Livro:1871-1884. **FamilySearch**. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/pt/>> Acesso em: 15 nov. 2022.

possibilidade de autonomia das mães e pais ao batizarem seus rebentos. Não somente para determinação senhorial, o sacramento ampliava a possibilidade de barganha entre os sujeitos envolvidos no processo.

A recorrência de um mesmo indivíduo batizando várias crianças também contribuía para estreitar relações com sujeitos de destaque das fazendas e engenhos. Antonio Dativo D' Almeida e Flora de Jesus apareceram em vários assentos de batismo no contexto da escravidão e da liberdade, provavelmente eram influentes entre seus pares.

Para a família de Nympha, outra mulher que aqui nos interessa, ter Máxima Conceição como comadre certamente representava que ela era uma pessoa com a qual importava estabelecer vínculos, pois Máxima era madrinha dos seus três filhos. Com a abolição da escravidão, essa tática de estreitar as ligações com um sujeito em específico foi preservada.

Tabela XII: Núcleo familiar de Nympha.

Mãe	Filha	Condição Jurídica
Nympha (escravizada)	Chrizanto(?)	(?)
	Maria (1873)	Ingênua.
	Cordolina (1876)	Ingênua.
	Leonel (1878)	Ingênuo.
Cordolina (Ingênua)	Rosalia (1895)	—
	Maria de Ramos (1896)	—

Fonte: Livro de registros de batismos. Paroquia da Freguesia de São Thiago do Iguape. (1871-1902).
FamilySearch

Através dos registros eclesiásticos foi possível recuperar três gerações de uma mesma família: Nympha, seus filhos e suas netas. Cordolina de Almeida casou-se com Isaias de Almeida e juntos tiveram duas filhas, Rosalia e Maria de Ramos, ambas declaradas no momento do batismo como legítimas. As famílias negras que se formaram na sociedade do pós-abolição seguiam utilizando estratégias parecidas para fortalecer suas redes de afeto. Assim como sua mãe Nympha, Cordolina também firmou laços de compadrio com o mesmo indivíduo, Zacharias de Almeida, que apadrinhou as suas duas filhas.

Foi possível encontrar parentes próximos apadrinhando crianças no engenho Calolé, se fortalecendo na comunidade. Chrizanto filho de Nympha foi identificado em 1878 batizando seu irmão mais novo Leonel, ao lado de Máxima, ambos sem a condição jurídica evidenciada, o que sugere que eram livres. Na primeira década após a abolição, Chrizanto de Almeida se casou com Corina de Almeida. Através do referido registro de matrimônio recuperei o nome do seu pai, João Pires Goes,¹²⁰ que não era casado com Nympha e nem é possível afirmar que mantinham uma relação consensual.

O casamento de Corina e Chrizando representou outra face do fortalecimento em comunidade, pois Merencia e Nympha mães dos noivos, viveram a experiência de escravidão juntas no mesmo plantel de cana-de-açúcar pertencente ao Barão de Belém. Essas duas mulheres egressas do cativeiro viram suas netas nascerem nessas terras.

¹²⁰ João Pires Gomes mantém relações com núcleos familiares do Calolé. Na sociedade de pós-abolição João apadrinhou uma das filhas do casal Manoel Joaquim do Sacramento e Flora de Jesus. **Family Search**. Livro-1893-1902. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

Tabela XIV: Núcleo Familiar de Merencia.

Mãe	Filhos	Condição Jurídica
Merencia (Escravizada)	Corina (1874) Serotina (1877) Xantipa (1877)	Ingênuas
Xantipa. (Ingênuas)	Mathilde. (1899)	—

Fonte: Livro de registros de batismo. Paróquia da Freguesia de São Thiago do Iguape. (1871-1902). **FamilySearch**

A quantidade de famílias de ex-escravizados e seus descendentes vivendo em comunidade no Calolé, em suas relações de solidariedades, contribuiu para o fortalecimento do argumento que associa a permanência de egressos do cativo nos antigos engenhos como um dos sentidos de liberdade. A permanência era uma forma de consolidar e ampliar direitos conquistados a longo prazo.

Além dos batismos, os matrimônios realizados no Iguape na primeira década da abolição são chaves analíticas fundamentais na recuperação dessas famílias que permaneceram na Freguesia. A legitimação conjugal desde o cativo representava espaços de autonomia para população negra, em especial após a promulgação da Lei do Ventre Livre, que proibia a separação entre cônjuges e entre mães e seus filhos menores de doze anos no processo de compra e venda de escravizados.

A legislação emancipacionista também versava sobre o acúmulo de pecúlio. Dessa forma, os laços afetivos legitimados socialmente eram uma forma de garantir a sucessão desses bens. O levantamento dos casamentos entre cativos celebrados na Freguesia de São Thiago do Iguape, apresentado no primeiro capítulo desta tese, evidencia que a possibilidade de ampliação dos direitos da população escravizada a partir do matrimônio, que se dava no contexto contínuo de negociações e tensões no interior do engenho.

Na sociedade do pós-abolição, a oficialização desses enlaces continuava sendo uma forma de experienciar os sentidos da liberdade. O projeto camponês categorizado por Mattos e Ana Rios Lugão ao estudar as famílias negras da Paraíba do Sul foi alimentado também pelos libertos do Vale do Iguape no Recôncavo da Bahia e pode ter contribuído para o aumento do número de casamentos na região entre 1888 e 1900.¹²¹

Mattos e Lugão nos convidaram a refletir sobre a gestação do projeto de vida camponês, tendo os egressos do cativo e seus descendentes como a espinha dorsal das relações de trabalho no campo. Vivessem em comunidades camponesas por gerações ou vagassem entre fazendas como camponeses itinerantes, havia o efeito político estratégico na luta pela efetiva propriedade da terra.

Encontrar os libertos após a abolição não é uma tarefa fácil, principalmente, quando as principais fontes utilizadas para acessar suas vivências silenciam sobre os matizes da cor. Os núcleos familiares apresentados nesse estudo foram recuperados através de um cruzamento nominativo minucioso, os engenhos onde eles viviam, ex-senhores, lares matrifocais, famílias nucleares e estendidas, laços de compadrio, que na maioria das vezes eram estabelecidos com os mesmos indivíduos.

Em alguns momentos esse cruzamento não pôde ser realizado, principalmente quando os nomes das mães não foram identificados. Em fevereiro de 1899, entre os dias 12 e 20, foram celebradas cerimônias de casamentos coletivos em diferentes engenhos da Freguesia do Iguape. No Calolé, doze casais oficializaram suas uniões, além da coincidência referente à data do enlace, os envolvidos não tiveram os nomes das mães e pais destacados.¹²²

¹²¹ RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe Maria. **Memórias do cativo**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

¹²² Além do Calolé, foi possível recuperar cerimônias de casamentos coletivos nos engenhos Desterro, Calembá e Cruz. Ver: Livro- 1888-1902. **FamilySearch**. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/>

Tabela XV: Casamentos Coletivos no Engenho Calolé (1899)

Noiva	Noivo	Testemunhas
1- Maria das Virgens	Manoel Torquato	Arthur de Almeida Boaventura Maria da Conceição Passos Boaventura
2-Maria Sabina da Rocha	Galdino Soares	João de Mattos Rosa Ubaldina de Almeida
3-Raymunda de Mattos	Venancio Roque dos Santos	Norbeto de Mattos Elisa de Oliveira
4-Paula São Pedro da Costa	José Sabino de Souza	Isidoro Pacheco José Jorge de Lima
5-Augusta Lucia	Anselmo Bispo	Cyriaco José de Sant'Anna João Manoel Gomes de Motta
6-Francisca de Sant'Anna Salles	Victor Bispo de Souza	Alfredo Pereira Mascarenhas Maria Gregoria de Sant'Anna
7-Maria Lucia Moreira	Valeriano de Jesus	Simão Paulo das Neves Rosa Ubaldina de Almeida
8-Maria Theresa de Assis	Manoel Praxedes do Salvador	Cyriaco José de Sant'Anna Dorothea Maria Florinda
9-Maria Magdalena Pereira	Deodado Pereira	Manoel Gregorio de Sant'Anna Faustino Dias de Sant'Anna
10-Felismina de Almeida	Joaquim Rodrigues de Almeida	Arthur de Almeida Boaventura Maria da Conceição Passos Boaventura
11-Primitiva Garcia de Aragão	Job Gonzaga Pereira dos Santos	José Jorge de Souza Carolina Analia de Almeida
12-Emília da Conceição	Adolpho Vianna	João Capistrano Maria da Glória Pessôa

Fonte: Livro de registros de batismos. Paróquia da Freguesia de São Thiago do Iguape. (1888-1902).

FamilySearch

Os casamentos coletivos de libertos foi uma prática recorrente após a abolição da escravidão.¹²³ Esse tipo de celebração nos engenhos do Iguape certamente fazia parte das experiências do viver em liberdade. Mesmo sem recuperar o passado de todos os casais envolvidos e comprovar suas ligações com a escravidão, a coletividade da ação, a falta dos nomes dos pais dos noivos e a presença de ex-escravistas no rol das testemunhas são indícios da relação deles com o cativo.

Os três últimos casamentos foram realizados em dias diferentes, Felismina e Primitiva casaram-se no dia 14 de fevereiro de 1899, enquanto Emilia teve a sua cerimônia realizada somente no dia 16 do mesmo mês e ano. Dona Carolina Analia de Almeida, ex-

¹²³Dezemone considerou que os sentidos atribuídos à liberdade no sudeste cafeeiro perpassavam pelo exercício do direito ao matrimônio. Ver: DEZEMONE, Marcus. **Do cativo à Reforma Agrária: Colonato, Direitos e Conflitos (1872-1987)**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. p. 118.

proprietária de escravos, foi testemunha da união de Primitiva de Aragão e Job Gonzaga dos Santos.¹²⁴

Através do levantamento feito nos livros de batismo, acessei Zenaide, escrava de Carolina Amalia, batizando sua filha ingênua Primitiva, em 1875. Um ano antes, Sauriana, crioula, escrava de D. Mariana de Almeida batizou seu filho Job, presumo que se tratava das mesmas pessoas, mas não é possível afirmar, já que, no contexto do pós-abolição, não identifiquei o nome das mães dos noivos, dado fundamental na apreensão dos libertos vivendo em liberdade.¹²⁵

Os diferentes contratos de trabalho também foram alternativas empregadas para reestruturação das relações dessas famílias nas fazendas, através deles, os sentidos de cidadania foram contestados. As negociações giravam em torno dos acordos classificados como colonato – morada, arrendamento e parceria. Uma série de itens eram discutidos nesses contratos, desde a área que poderia ocupar, o tempo de trabalho para os fazendeiros, a concessão para criação de animais, os salários e até mesmo a economia doméstica dos camponeses. Diante dessa diversidade não é uma tarefa recomendável a definição precisa desses arranjos, que tinham natureza interpessoal e informal, que buscavam na política paternalista critérios pessoais para serem concedidos, negados ou rompidos.¹²⁶

Na região sudeste, o sistema de colonato foi utilizado para organização da força de trabalho nas fazendas após o fim da escravidão. Comumente esse tipo de relação trabalhista era associado à mão-de-obra imigrante de origem europeia. Marcus Dezemone, em análise da trajetória da Fazenda Santo Inácio, na região serrana fluminense, demonstrou a relação dos colonos com o passado escravista, ao refletir sobre os contratos implícitos entre partes que não se percebiam como iguais, mas que precisavam uma da outra.¹²⁷

Em seus estudos sobre o município de São Carlos, no Centro Oeste Paulista, Karl Monsma também criticou a tese clássica de que os negros foram excluídos das atividades

¹²⁴ Através da análise no livro de batismo da Freguesia de São Thiago foi possível identificar três mães escravizadas por D. Carolina Anália de Almeida batizando seus rebentos. Ver: Livro: 1871-1884. **FamilySearch**. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/>. Acesso em: 15 nov. 2022

¹²⁵ Livro: 1871-1884. **FamilySearch**. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

¹²⁶ RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe Maria. “Para além das senzalas: campesinato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-abolição”. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes e GOMES, Flávio dos Santos. **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

¹²⁷ Dezemone considerou que os sentidos atribuídos à liberdade no sudeste cafeeiro perpassaram pelo exercício do direito ao matrimônio. Ver: DEZEMONE, Marcus. **Do cativo à Reforma Agrária: Colonato, Direitos e Conflitos (1872-1987)** Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. PP. 23-25.

produtivas centrais, sobretudo, os arranjos de colonato nas fazendas de café, devido às políticas de imigração.¹²⁸

A partir do cruzamento entre o censo municipal de São Carlos do ano de 1907, o qual continha o designativo de cor, com o censo agropecuário estadual de 1904/05, o sociólogo demonstrou que a população negra conseguiu competir com os imigrantes inclusive em ofícios especializados, que proporcionavam oportunidades para acúmulo de pecúlio. No entanto, Monsma apontou que a racialização das relações poderia se potencializar em regiões marcadas pela imigração em massa.

Lygia Sigaud, em estudos sobre os trabalhadores da Zona da Mata pernambucana, destacou que até a década de 1950 a principal força de trabalho nos engenhos da região eram os moradores.¹²⁹ A relação de morada era legitimada por algumas regras, na maioria das vezes pautadas nos costumes. Christine P. Y. Rufino Dabat se debruçou sobre a mesma região, e considerou que o sistema de morada contribuiu para permanência de escravizados e seus desentendes diretos nas antigas fazendas de açúcar de Pernambuco.¹³⁰

O morador do engenho, geralmente o chefe de família, recebia uma casa e a possibilidade de trabalhar em troca de alguma remuneração, além de um pedaço de terra para cultivar produtos de subsistência. Em contrapartida, colocava a sua força de trabalho e da sua família à disposição do fazendeiro, com o compromisso de não trabalhar para outro proprietário. Na relação de parceria a divisão por meação recaía, sobretudo, até mesmo a criação doméstica de animais.

II. 2.2 Libertos vivendo em comunidade no Engenho Victória.

Na esteira das estratégias utilizadas pelos ex-senhores para manutenção da população escravizada nos engenhos, Francisco Moniz Barreto de Aragão, herdeiro e administrador do Engenho Victória, estando a par das discussões que aconteciam na câmara sobre o fim da escravidão se antecipou à abolição e alforriou a população escrava do engenho, em 03 de

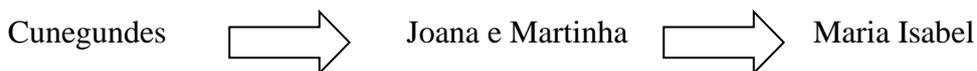
¹²⁸ MONSMA, Karl. **A reprodução do racismo:** fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914. São Carlos: EduFSCar, 2016. P. 520.

¹²⁹ SiGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos:** estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

¹³⁰ DABAT, Christine P. Y. Rufino. **Moradores de Engenho:** Estudos sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura e academia e os próprios atores sociais. Tese (doutorado) Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

abril de 1888. Esperava que os libertos respeitassem as regras do bem viver e permanecessem nas propriedades do Engenho.¹³¹

A ação senhorial aliada a outros fatores certamente contribuiu para permanência dos egressos da escravidão na localidade. Assim como no Calolé, identifiquei núcleos familiares geracionais vivendo no Engenho Victória a exemplo da família matrilinear de Cunegundes.



Cunegundes e suas filhas Joana e Martinha foram escravizadas do Comendador Egas Moniz, a sua neta Maria Isabel nasceu nos primeiros anos da sociedade republicana. A adoção do sobrenome do antigo senhor, diferente da população do Calolé, não foi recorrente entre os ex-escravizados do Victória. Martinha Muniz foi uma das poucas libertas que encontrei utilizando o sobrenome da classe senhorial. Em 1891, no oratório do Engenho Victória, Martinha Muniz batizou sua filha natural Maria Isabel.¹³²

Os casamentos enquanto forma de legitimar as famílias negras no contexto entre a escravidão e a liberdade no Engenho Victória se deu em menor escala, em comparação com os dados do Engenho Calolé. Os filhos das escravizadas Claudina e Izabel, Belmira Moniz e Demetrio Moniz, foram uns dos poucos casais que viviam em Victória e oficializaram o matrimônio.¹³³

Através do assento de batismos dos seus filhos legítimos de Jacintha Maria do Nascimento e Justino Manoel do Nascimento, Innocencia (1878), Isilino (1891) e Maria (1894), recuperamos outros escravizados dos Monizes que se casou legalmente. Assim como o número de casais com relações conjugais legitimadas pela Igreja Católica era menor no Engenho Victória, os laços de compadrio verticais também eram. A maioria dos escravizados no engenho ampliaram suas famílias construindo vínculos horizontais entre os seus.

¹³¹ Recuperar trajetórias de libertos no Engenho Victória se faz necessário, não somente na apreensão de outras formas de relações de vida e trabalho que foram construídas em diferentes engenhos do Iguape, mas, sobretudo, porque esse território foi palco, na década de 1940, das principais ações desenvolvidas pela Sociedade de Proteção aos Lavradores, liderada por Rufino José Costa nas lutas por terras no Vale.

¹³² **FamilySearch**. Disponível em <https://www.familysearch.org/pt/>. Acesso em :15 nov. 2022.

¹³³ A condição jurídica dos noivos não constava no registro de casamento, certamente eram forros, já as mães eram escravizadas de Egas Moniz Barreto de Aragão. Ver: Livro- 1888-1902. **FamilySearch**. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

Jacintha e Justino formavam um desses casais e seguiam na contramão do que era comum no Engenho Victória, estabelecendo laços de compadrios verticais ainda em experiência de cativo. Vivendo em liberdade, o núcleo familiar preservou a compartenidade dos filhos com sujeitos de prestígios nas fazendas de açúcar. Seu filho Isilino foi batizado por Francisco Moniz Barreto de Aragão, o administrador do engenho. Sua filha Maria foi apadrinhada por Egas Moniz Barreto de Aragão e Maria Theresa Moniz de Aragão, outros herdeiros das terras onde permaneceram após experiências de escravidão. Conexões como essas favoreciam as barganhas no mundo social rural.

Famílias de egressos da escravidão e seus descendentes vivendo nos engenhos e usinas do Iguape reforçam a tese de que esses espaços são lócus de comunidades negras que atravessaram o sistema escravista. Analisando processos crimes que envolviam trabalhadores das Usinas de Santo Amaro no Recôncavo Baiano, Walter Fraga Filho encontrou em grande escala as categorias de morador, rendeiro e diaristas, ex-escravos que ali permaneceram ou chegaram de outros lugares para se fixar ou trabalhar sazonalmente.¹³⁴

O historiador recuperou também como esses trabalhadores se relacionaram com proprietários de terras e administradores das fazendas, como lidaram com os legados do passado e buscaram refazer suas vidas através dos mais variados tipos de negociações, a exemplo da recusa em trabalhar sem remuneração em dias santos, evitando ações que remetiam ao passado escravista. Fazendo assim emergir em práticas cotidianas noções de direito e cidadania.

Utilizando a mesma tipologia documental de Fraga Filho, consegui acessar, a partir do processo crime de lesão corporal, outros núcleos familiares no Engenho Victória no pós-abolição.

Ao entardecer de uma sexta-feira de outubro do ano de 1891, no Engenho Victória, Jacinto Muniz teria deixado sua casa para resolver uma questão pessoal com Euzébio de Tal, seu vizinho, e os dois acabaram entrando em uma luta corporal, ocasião que apareceu Tacião de Tal lançou mão de uma faca e o atingiu, fugindo logo em seguida¹³⁵.

Jacinto era um jovem lavrador de 21 anos, solteiro, filho de Maria da Conceição, natural e morador do Engenho Victória. De acordo com os autos do processo, Tacião e Jacinto trabalhavam juntos na Olaria da família Moniz Barreto de Aragão e a lesão teria sido

¹³⁴ FRAGA FILHO, Walter. “Porque não eram escravos: trabalhadores rurais do Recôncavo Baiano no Pós-abolição (1888-1920)”. In: GLADYS, Sabina Ribeiro. (orgs). **Escravidão e cultural afro-brasileira: temas e problemas em torno da obra de Robert Slenes**. São Paulo: Editora Unicamp, 2016.

¹³⁵ APMC. Judiciário. Autos Crimes. 1891-1893. Documentos avulsos.

motivada por uma aposta entre os envolvidos, a derrota despertou em Tacião um sentimento revanchista.

Ao entrar em contato com o referido processo esperava encontrar designativos de cor dos envolvidos, em especial, por se tratar de uma ocorrência com sujeitos naturais e moradores de um importante engenho de açúcar nos primeiros anos da abolição. A não discriminação da cor estava relacionada à necessidade da sociedade se adaptar as rupturas entre estatutos sociais vigentes na escravidão.

O que não significa dizer que outros elementos de racialização das relações não eram utilizados, o sufixo tal, alocado após o nome do indivíduo, é um forte indicativo desse processo. Novas classificações sociais povoaram documentos, processos, registros estatísticos, cartas e relatórios, que inseriram sujeitos até então qualificados como escravos, ingênuos, libertos, tutelados, desordeiros e vadios no universo burocrático e na linguagem jurídica do Estado republicano.¹³⁶

As testemunhas Julieta de Tal, Manoel de Santo'Anna, Jeronimo de Tal, Franklin de Tal, Alcebides do Espírito Santo, quando intimadas a depor, não compareceram no primeiro momento. No entanto, quanto foi possível colher os depoimentos, outros personagens da comunidade de libertos surgiram nas diferentes anedotas narradas.

Alcebides narrou que estava sentado na janela da sua casa, quando Custodio da Hora passou correndo a toda pressa para comunicar ao feitor do engenho, Ezelino do Nascimento, que Jacinto havia recebido uma facada. Nessas comunidades, a relação entre trabalhadores e proprietários de engenhos ainda era configurada a partir de alguns códigos escravistas.

A figura do feitor como mediador de conflitos era um exemplo da manutenção desses códigos. Ezelino precisava ser informado, pois certamente cabia a ele encaminhar os feridos para os hospitais e buscar soluções para as contendas. Neste testemunho apareceu também a figura de Umbelina, mãe de Euzebio, outro envolvido no conflito, demonstrando que o mesmo tinha uma família que poderia ampará-lo.

A presença da mulher negra como protagonista dos lares no Vale do Iguape foi empiricamente comprovada no primeiro capítulo. Essas mães tinham conhecimento da importância da família no contexto de conflitos judiciais, numa sociedade de pós-abolição. Dentro de experiências de opressão e racialização essas redes de sociabilidades entre os

¹³⁶ CUNHA, Olívia Maria Gomes e GOMES, Flávio dos Santos. **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

libertos eram, sobretudo, utilizadas como estratégias de autorrepresentação diante da justiça.¹³⁷

Maria Julieta da Conceição, de dezenove anos, solteira, profissão oleira, natural e moradora do Engenho Victória também apareceu para depor, declarando que era irmã paterna do acusado Tacião de Tal e que no momento do conflito estava em casa banhando sua filha.

Estava em casa banhando minha filha quando vi Manoel de Santo'Anna aparecer para tocar um cavaquinho, nesse momento Jacinto e Euzebio trocavam palavrões. Quando voltei a olhar pela janela de casa, Jacinto já tinha sido golpeado e estava no chão, nesse momento junto com Ernestina e outras pessoas saímos em direção ao local para apaziguar a questão.¹³⁸

A relação de parentesco entre Julieta e Tacião evidencia como os sentidos de famílias negras ultrapassavam os lares nucleares formados através das uniões matrimoniais legitimadas pela Igreja Católica. Esses laços representavam possibilidade de apoio mútuo em momentos de dificuldade. O depoimento da irmã do acusado faz lembrar as experiências de mulheres trabalhadoras de Feira de Santana frente à justiça recuperadas por Karine Teixeira Damasceno a partir da análise de processos crimes.¹³⁹

Ao descortinar o cotidiano dessas mulheres, a historiadora demonstrou como as trabalhadoras faziam uma leitura acerca dos valores sociais e os utilizavam quando conveniente ao seu favor, sabiam o que dizer à justiça para se aproximar do papel social admitido as mulheres na primeira década republicana. Maria Julieta, mãe e não casada, utilizou os cuidados com sua filha na sua narrativa, possivelmente como tática para se aproximar do modelo de honra aceito no período.

As outras testemunhas arroladas no processo não compareceram, afinal, evitar a associação da imagem a conflitos era uma regra importante para indivíduos que experimentaram uma trajetória de vida marcada pela subjugação. Talvez essa regra tenha influenciado a fuga de Tacião do Engenho Victória após a contenda, ainda assim ele foi condenado a cumprir pena em regime fechado.

Cruzando as informações contidas no processo crime com o inventário do Comendador Egas de Aragão, proprietário do Engenho Victória, aliado aos assentamentos de batismo da paróquia da Freguesia de São Thiago do Iguape, foi possível recuperar o

¹³⁷Karine Damasceno aborda essas questões ao refletir sobre mulheres trabalhadoras em Feira de Santana. Ver: DAMASCENO. Karine Teixeira. Labuta, sociabilidade, solidariedade e conflito: mulheres pobres, trabalhadoras e negras em Feira de Santana, 1890-1920. **Revista Mundos do Trabalho**. v.8, n. 16. Jul. dez, 2016.

¹³⁸APMC. Judiciário. Autos Crimes. 1891-1893. Documentos avulsos.P.17

¹³⁹Idem. P.5.

passado escravista dos envolvidos na contenda. Cruzando os seus nomes e idades com os dados do inventário do Comendador, iniciado em 1871, algumas relações familiares e de solidariedade dos tempos de cativo foram apreendidas.

Jacinto era descrito como crioulinho, tinha 2 anos, sem especialização, filho natural de Maria crioula, 40 anos, do serviço da lavoura, irmão de Fortunato e Margarida, escravos, e Valério, ingênuo. Ele foi batizado em 1869, no Oratório do Engenho Victória, com dois meses de idade tendo como padrinhos Austero e Felizarda, escravos do mesmo engenho. No pós-abolição, o ex-escravizado assumiu o sobrenome Muniz e passou a se apresentar como Jacinto Muniz. A utilização dos nomes do antigo senhor por parte do liberto revela um exercício comum em regiões de passado escravista, muitos deles adotaram essa prática como tática de compadrio, patronagem e proteção.

Tacião de Tal, 1 ano, crioulinho, sem especialização, filho de Esméria, 30 anos, do serviço da lavoura, irmão de Epifânia, mulata natural da Villa de São Francisco, pertencente à freguesia do Iguape, foi batizado em 18 de setembro de 1870, no oratório do Engenho Victória. Teve como padrinhos Manoel e Laurentina, ambos escravos do comendador Egas de Aragão, demonstrando como as comunidades de escravizados estavam entrelaçadas por relações recíprocas e convívios efetivos.

O núcleo familiar de Tacião evidencia o trânsito de escravizados entre os Engenhos do Recôncavo. Uma vez que, os filhos de Esméria eram naturais de localidades diferentes, Iguape e São Francisco do Conde, embora o itinerário dos membros dessa família tenha se dado em propriedades do mesmo senhor.

Umbelina e Euzebio, à época da construção do inventário, tinham 35 e 6 anos respectivamente. Ernestina, a amiga de Maria Julieta, também fazia parte da população escravizada de Egas Moniz de Aragão, a mesma era mãe de uma menina chamada Florência. A família de Custódio era composta por sua mãe Tranquelina, ex-cativa do serviço da lavoura, seu irmão Porfirio e Julita que nasceram livres por força da Lei de 28 de setembro de 1871.

O fato de as testemunhas não terem comparecido à delegacia na primeira intimação feita justifica-se, pois, os libertos na sociedade de pós-abolição, eram alvos do olhar repressivo das autoridades locais. Diante disso, estudar como se apresentar à justiça era fundamental. As narrativas giravam em torno da afirmação de que eram trabalhadores e trabalhadoras, com famílias, em que os diferentes aspectos das suas vidas privadas ganhavam destaque.

A contenda envolvendo Jacinto Muniz e Tacião de Tal me possibilitou apreender algumas trajetórias individuais e coletivas de sujeitos que tiveram que lidar com relações sociais onde novas hierarquias se formaram. Viver em comunidade e desenvolver o campesinato negro eram uma forma de experienciar a liberdade. Para Fraga Filho, a primeira geração nascida após o fim do cativeiro enfrentou maior dificuldade em acessar terras, devido à precarização das condições de sobrevivência e as chances cada vez mais reduzidas de contratos de morada e arrendamento. O projeto de vida camponês tornou-se uma arena ainda mais intensa de lutas.

II. 3 Outros Sentidos de Liberdade: Lutas pela participação na política institucional.

Os diferentes graus de liberdade na evolução das sociedades após a escravidão é também objeto de análise de Rebecca Scottque. A autora, ao comparar Louisiana e Cuba, nos convidou à reflexão acerca dos esforços dos libertos e seus descendentes para dar sentido e substância às suas vidas na sociedade republicana, contribuindo assim para redefinição dos limites dessa liberdade, moldando seu mundo e seus semelhantes.¹⁴⁰

É nesse sentido que a inclusão de Euzebio, ex-escravizado do Engenho Victória, morador da comunidade de libertos, aqui recuperada, como eleitor na qualificação de votantes de 1893 contribui para reflexão acerca de outros graus de liberdade gestados no Iguape.¹⁴¹ A reivindicação do exercício da voz política, assim como a legitimação dos laços familiares e negociação em torno dos contratos de trabalho, foram caminhos percorridos pela população negra para atribuir significado amplo e duradouro à cidadania.

Euzebio de Argollo, filho de Umbelinda de Argollo, à época com 24 anos, reivindicou sua inclusão no sistema eleitoral no momento de menor participação popular nas eleições, devido à reforma política causada pela Lei Saraiva. Ao contrário do que se costuma pensar, as eleições no Brasil Imperial, em especial no Segundo Reinado, eram eventos grandiosos, Felipe Azevedo e Souza pontuou que em média 10% da população total

¹⁴⁰ SCOTT, Rebecca. **Degrees of Freedom: Louisiana and Cuba After Slavery.** Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2005.

¹⁴¹APMC. Judiciário. Livro de alistamento dos eleitores Federais do Distrito do Iguape (1893-1894). Documentos Avulsos.

votavam em pleitos que aconteciam regularmente, um número considerável em comparação com outros países congêneres.¹⁴²

Com a reforma de 1881 foram promovidas mudanças devastadoras no formato das eleições e no perfil do eleitorado. O processo que antes era indireto, disputado em duas fases, passou a ser direto e com a participação de uma irrisória fração que correspondia a menos de 1% da população brasileira.¹⁴³

A Lei Saraiva ficou conhecida por afastar das urnas a população que não tinha como comprovar renda, bem como, a parcela analfabeta. As discussões giram em torno das razões parlamentares e civis para barrar os direitos políticos no contexto emancipacionista de perda de credibilidade da instituição escravidão.

Souza destacou ainda que, a média de iletrados, que já eram eleitores pós 1881, reduziu drasticamente. Da reforma não atingiria, por exemplo, grande número de analfabetos que já eram votantes, nem a população economicamente ativa. Uma vez que, a renda necessária para se alistar geralmente era compatível com a renda dos trabalhadores livres da época.

Os aspectos burocráticos para o historiador favoreciam o aumento do número de participantes ligados ao governo, um eleitorado hegemônico, visando excluir do processo, sobretudo, os libertos por força da Lei Áurea, renunciada nos debates acalorados da elite política imperial. Os parlamentares justificavam que a referida mudança seria essencial para qualificar o eleitorado, composto até 1881 por indivíduos sem independência e sem civilização, comprometendo o sistema eleitoral.

Na luta por serem compreendidos como parte da sociedade que não os reconheciam como sujeitos históricos, outros filhos de ex-escravizadas do Vale do Iguape reivindicaram a inclusão no sistema representativo através do alistamento eleitoral entre anos de 1893 e 1894.

¹⁴²APMC. Judiciário. Livro de alistamento dos eleitores Federais do Distrito do Iguape (1893-1894). Documentos Avulsos.

¹⁴³SOUZA. Felipe Azevedo e. A Lei Saraiva e o novo perfil do eleitorado no Império. **Clio-Revista de Pesquisa Histórica**. p.10.

Tabela XVI- Ex-escravizados incluídos na qualificação de votante 1893-1894.

Nome	Filiação	Profissão Domicílio
Euzébio de Argollo	Umbelinda de Argollo	Artista\ Engenho Victória
Landulpho de Almeida	Catharina de Almeida	Agricultor\ Calolé
Chryzanto de Almeida	Nympha de Almeida e João Pires Góes	Agricultor\ Calolé
Fiel de Almeida	Lestina de Carvalho	Agricultor\ Calolé
José de Almeida	Melania de Almeida	Agricultor\ Calolé
Moyzes Elpidio de Almeida	Galdina de Almeida	Agricultor\ Calolé
Barnabé d’Utra	Brasilia d’Utra	Agricultor\ Cruz ¹⁴⁴
Victor Bulcão	Aguida Bulcão	Agricultor\ Acutinga
Pedro Bulcão	Cordolina Bulcão	Agricultor\ Acutinga

¹⁴⁴ Fraga Filho investigando o Engenho da Cruz, de propriedade de Ignácio Rodrigues Dutra, genro do Barão do Iguape, recuperou dados fundamentais para compreensão das relações de trabalho no pós-abolição. Ao cruzar as anotações das receitas e despesas do engenho com os registros de batismos da freguesia, constatou que a maioria dos trabalhadores que continuaram na localidade após a abolição legal da escravidão eram escravos do Velho Barão do Iguape, dados que dialogam com os que levantei para outros engenhos da Região. Ver: FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006.

Fonte: Livro de alistamento dos eleitores Federais do Distrito do Iguape (1893-1894). Disponível no Arquivo Público Municipal de Cachoeira-Bahia.

Outro núcleo familiar apresentado anteriormente, Nympha de Almeida e João Pires e Chryzanto de Almeida foi recuperado a partir da possibilidade de acesso ao voto. Além de Euzébio, somente Victor Bulcão, morador do Engenho Acutinga, foi escravizado. Ele e sua mãe Aguida foram escravizados do Barão de São Francisco.

Todos os outros nasceram após a Lei do Ventre Livre, no contexto em que a reforma eleitoral estava sendo pautada, foi essa geração que majoritariamente reivindicou a participação política institucional através do direito ao voto nos anos que se seguiram à abolição. Eram filhos letrados de mulheres ex-escravizadas.

Os projetos educacionais populares de alfabetização, como o defendido pelo professor negro e abolicionista Cincinato França, ganharam centralidade na sociedade do pós-abolição, que tinha a alfabetização como critério para cidadania.¹⁴⁵ Seguramente, a política voltada a instrução de crianças ingênuas, ainda no período escravista, contribuiu para a presença significativa dos nascidos de ventre livre inscritos na qualificação de votantes.

A educação era uma forma (ação/estratégia) desses sujeitos não se curvarem à criação de novas formas racializadas de distinção social. Professores e professoras negros e negras tiveram papel fundamental na constituição e fortalecimento de comunidades de libertos e seus descendentes nas Américas. Não à toa, os projetos nesse sentido foram duramente atacados, como demonstram Alexandro e La Fuente e Ariela Gross ao analisar comunidades livres de cor em Cuba e nos Estados Unidos.¹⁴⁶ Uma vez que, tanto os ex-senhores quanto os egressos do cativo enxergavam o letramento como uma via de acesso à cidadania.

O advento da República não pode ser compreendido dissociado do campo analítico do pós-abolição. Os debates acerca do pacto coronelista, do clientelismo precisam ser feitos a partir da compreensão de quais eram esses sujeitos. Estes eram egressos do cativo, seus descendentes e livres pobres lidando com fazendeiros, muitos deles em decadência devido à

¹⁴⁵ Ver: SHUELER Alessandra Frota Martinez de e Magaldi, Ana Maria Bandeira de Mello. “Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa” In: GOMES, Ângela e ABREU, Martha (org.). Dossier A Nova Velha república. **Revista Tempo**, v.13, n. 26, 2009.

¹⁴⁶ DE LA FUENTE, Alexandro e GROSS, Ariela. **Becoming Free, Becoming Black: Race, Freedom, and Law in Cuba, Virginia and Louisiana**. Cambridge University Press, 2020. SILVA, Luara dos Santos. Experiências negras no Atlântico: relações raciais de gênero e classe. Diálogos possíveis entre Norte e Sul (1900-1920). **Revista eletrônica da ANPLHAC**. n.27. Ago\dez, 2009.

crise do açúcar, que viram na aliança com o governo, uma ligação com o poder político local. Eram, sobretudo, herdeiros senhoriais resistindo ao fim do *modus operandi* senhorial.

Para Mattos esses fazendeiros que recebiam a alcunha de coronel após a abolição precisavam administrar as benesses e o poder representativo do Estado, não apenas para atrair eleitores, mas para conseguir trabalhadores e para firmar laços de fidelidade.¹⁴⁷ Nesse sentido, a eleição cumpria um papel muito importante de mobilização dessas elites e constante o aprendizado político. O jogo político experienciado na primeira república se deu a partir da representação de interesses, como categorizou Surama Pinto, onde se relacionam elite, cidadão comum e Estado. Nesse cenário, em que sujeitos como Euzébio de Argollo, Chryzanto de Almeida e Victor Bulcão estavam longe de serem atores políticos desprovidos de vontades, sonhos de liberdade e projetos de vida.

Outra tese clássica para compreender o período foi cunhada por José Murilo de Carvalho em “Os Bestializados”. Interessa-me em especial para essa análise a constatação do intelectual referente à República que não foi. Ao trazer para o centro do debate o pós-abolição enquanto categoria analítica, é possível repensar o debate em torno da anomia social da população negra proposto por Florestan Fernandes, quanto à tese da cidadania que não foi desenvolvida por Carvalho.¹⁴⁸

Apesar de localizar as relações verticais de poder, a recriação das relações de dominação, as vicissitudes experimentadas por muitos libertos em diferentes realidades, defendo que os libertos da Freguesia de São Thiago do Iguape, no Recôncavo da Bahia, disputaram espaços de alargamento de direitos e desfrutaram da cidadania possível para o imediato pós-abolição.

As lutas por melhores condições de vida, mobilidade social, participação nos projetos da nação agenciados por livres e libertos de cor no Iguape foram essenciais para a gestação de uma cultura política negra na região. Uma interação da cultura e da ação política, que, quando apreendida a partir do comportamento de atores individuais e coletivos em suas

¹⁴⁷Ver: LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-ômega, 1975. PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias. 1889-1934**. A Bahia na Primeira República Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. LESSA, Renato. **A invenção republicana**. São Paulo: Vértice, 1987. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias: uma revisão da política do café com leite**. Belo Horizonte: C\Arte, 2001. MATTOS, Hebe. Trabalho, voto e guerra civil: algumas considerações interpretativas sobre o pós-abolição e coronelismo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH**. São Paulo, 2011. PINTO, Surama Conde Sá. Revisitando “Velhas” Questões: Coronelismo e Clientelismo na Primeira República. In: **VIII Encontro Regional de História**, 1998, Vassouras - RJ. V. I. pp. 62-63.

¹⁴⁸ FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978. CARVAHO, José Murilo de. **Os bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

sensibilidades, auxilia na articulação de ideias, valores, crenças e símbolos usados para legitimar regimes resistências cotidianos e construção de identidades.¹⁴⁹

No bojo das discussões sobre a desorganização do trabalho após a abolição legal da escravidão, a permanência dos egressos do cativo em importantes engenhos da Freguesia de São Thiago do Iguape, se evidencia, sobretudo, que no momento de construção de novas hierarquias sociais, os ex-senhores tinham dificuldade de compreender as expectativas de liberdade dos ex-escravizados. Responsabilizando-os pelo declínio material da cultura de cana-de-açúcar e minimizando suas participações na construção social do mundo rural.¹⁵⁰

Estudos que seguiram a linha analítica da substituição da mão de obra negra nas grandes lavouras açucareiras excluíram essa parcela da sociedade da história social do trabalho no Brasil. Nesses debates, a abolição era tida como marco separador de “dois brasis”, de um lado estava os negros que eram associados à ideia da incapacidade para o trabalho, e do outro, o novo sujeito que ganhou as páginas dos estudos históricos eram os imigrantes brancos.¹⁵¹

Pesquisas mais de perto, tanto no Caribe Britânico quanto no Brasil, enfatizaram a dimensão das lutas dos libertos em torno de um projeto camponês, mesmo em regiões de fronteiras fechadas, demonstrando que, paralelamente a formação de um campesinato negro, mantinha-se a centralidade desses sujeitos enquanto força de trabalho nas décadas que se seguiram imediatamente a escravidão.¹⁵²

As relações de trabalho que foram se estabelecendo no pós-abolição devem ser consideradas como fruto de conflitos sociais no qual os libertos têm uma participação ativa.

¹⁴⁹ ABREU, Martha, SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca (orgs.) **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹⁵⁰ No Sudeste não foi muito diferente, os discursos de decadência e crise do café estava diretamente ligado ao fim da escravidão e saída dos ex-cativos das propriedades, desconsiderando a participação desses sujeitos nas origens do sistema de colonato. Ver: DEZEMONE, Marcus. **Do cativo à Reforma Agrária: Colonato, Direitos e Conflitos (1872-1987)** Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

¹⁵¹ Ver: LARA, S. **Escravidão, cidadania e História do trabalho no Brasil**. Projeto História, São Paulo, nº 16, 1998; CHALHOUB, S. **O primeiro capítulo da história do movimento operário no Brasil**. Livro de Resumo- XXI Simpósio Nacional de História, Niterói: UFF, 2001; NASCIMENTO, A. P. **Trabalhadores Negros e o “Paradigma da Ausência”**: Contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. Estudos Históricos, v. 29, n. 59, 2016. p 607-626.

¹⁵² Caribe Britânico demonstram que uma das teses para o declínio da produção açucareira da Jamaica após a abolição da escravidão em contraste com a continuidade sem quebras expressivas desta indústria em Trinidad, foi o fato da fronteira na Jamaica ser considerada aberta, com extensões de terras inúteis para os canaviais que poderiam ser ocupadas pelos egressos da escravidão, evitando que os mesmos se submetessem as condições de trabalho impostas pelos empregadores. Ver: FONER, Eric. **Nada Além da Liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1983. SCOTT, Rebecca J., **Emancipação Escrava em Cuba**. São Paulo: Paz e Terra, 1991. HOLT, Thomas. **The Problem of Freedom: Race, Labor, and Politics in Jamaica and Britain, 1832-1938**. London: Johns Hopkins University Press, 1992.

Ana Maria Lugão Rios, em crítica às teorias que associam a herança da escravidão à exclusão dos ex-escravizados da sociedade, considerou que a família, a comunidade, os valores culturais e de relacionamento social, a visão de mundo e a ideia de liberdade que construíram enquanto escravos foram fundamentais na definição de suas aspirações enquanto livres. Se tais aspirações puderam ou não se realizar é outra história, mas elas não necessariamente correspondiam aos desejos da elite senhorial.¹⁵³

As histórias de grupos de libertos convivendo em comunidades aqui recuperadas ajudam a compreender, não só os sentidos de liberdade vivenciados por esses sujeitos, mas, sobretudo, o processo de definição e extensão dos direitos de cidadania, bem como, a definição e o alcance destes e o quanto estiveram relacionados com uma contínua produção social e política de identidades, hierarquias e categorias raciais.

¹⁵³ RIOS, Ana Maria Lugão. **Família e Transição**: Famílias Negras em Paraíba do Sul, 1872-1920. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense: Niterói, 1990.

CAPÍTULO III

“As Famílias Camponesas só faltam a terra”:¹⁵⁴ novos personagens, velhas disputas.

III.1 Conflitos entre fazendeiros e rendeiros.

Os camponeses do Iguape protestaram exigindo punição aos assassinos que foram presos e depois liberados. Eles estiveram no túmulo do companheiro assassinado, acendendo várias velas, o que despertou a curiosidade de grande parte da população. Genesio era sócio da Sociedade dos Trabalhadores da Lavoura da Terra Vermelha e do Iguape, deixou uma viúva e seis filhos menores, a sociedade conseguiu um advogado para família.¹⁵⁵

No dia 25 de novembro de 1946, quinze lavradores residentes na Fazenda Desterro do Termo do Iguape fizeram um abaixo assinado para requerer assistência judiciária gratuita, para efeito de defenderem seu pequeno patrimônio.¹⁵⁶ Genesio de Jesus era um dentre os camponeses que recorram à justiça, a fim de impetrar uma ação de manutenção de posse contra Arturildo Adami Amorim e sua mãe Hilda Adami Amorim, que residiam no Sítio Panorama na Fazenda Desterro, estavam invadindo a área em que os suplicantes possuíam suas lavouras e casas residenciais.¹⁵⁷

No século XIX, o Engenho Desterro pertencia ao Comendador Tenente Coronel Francisco Vicente Vianna e fazia divisa com o Engenho da Praia, Engenhoca e Cabonha. Subindo a serra para a cidade de Cachoeira tinha fronteira com terras do Engenho Rozario, Tororó e o Engenho Conceição dos Monizes.¹⁵⁸

No século XX, período destacado no processo de manutenção de posse citado acima, grande parte desse território pertencia a Manoel Neri Brandão.

Em resposta à acusação, o fazendeiro informou que não criava animais e os que estavam destruindo a plantação do reneiro pertenciam a Hilda Amorim e seu filho. Afirmou

¹⁵⁴Frase adaptada de uma reportagem do Jornal o momento. Ver: O Momento. 05 de março de 1948\BPEB.

¹⁵⁵O Momento\ 02 de outubro de 1947\ BPEB.

¹⁵⁶Durante esse texto utilizarei as categorias: camponeses, rendeiros, lavradores e lavradores pobres, que são como as fontes privilegiadas por essa abordagem classificam os trabalhadores do campo, produtores de pequenas roças.

¹⁵⁷APMC. Setor Judiciário. Ação de manutenção de posse. Fazenda Panorama. Acervo: Documentos Avulsos.

¹⁵⁸APEB. Seção Colonial Provincial. Registros Eclesiástico de terras 1858-1865\Nº4712.

ainda que, sua entrada nas terras para retirada das lenhas era um direito assegurado no contrato, uma vez que, arrendou um terreno de massapê para plantação, mas não as matas e capoeiras que compunham o território.

Esta contenda me chamou atenção por dois motivos. O primeiro foi o fato de a família Amorim ter sido citada, no mesmo ano, em dois processos pela prática de não respeitar o direito de propriedade de outrem. O segundo foi o fato da família do rendeiro Zeferino recorrer à justiça buscando conservar o seu exercício de propriedade.¹⁵⁹ Assim como, o fato da família questionar até que ponto era legítimo o direito de propriedade contestado pelo fazendeiro, que o concedia poder para retirar as lenhas do território arrendado.

Foi justamente por se entenderem como sujeitos que gozam de direitos, enquanto locatários do terreno, que o casal Ferreira recorreu à justiça. Essa mesma iniciativa foi tomada por outros homens e mulheres que não possuíam o título legal da terra, mas compreendiam que a justiça era um caminho possível para solucionar os seus problemas diante da arbitrariedade de famílias que guardava em si os resquícios senhoriais de quem, no passado, foi proprietário não só de terra, mas de gente.¹⁶⁰

Retomemos agora a primeira ação de manutenção de posse citada, o caso dos quinze lavradores que se revoltavam na Fazenda Panorama. Na disputa, os Amorins foram acusados pelos trabalhadores e testemunhas de atos de violência e danos morais, por soltarem animais nas suas plantações. Consta no processo que Arturildo Amorim ameaçou os suplicantes Genesio de Jesus e Marcolino Aragão de expulsá-los à força das suas casas, caso estes não as desocupassem em cinco dias.

Diante disto, Genesio de Jesus juntou-se com Nelson de Jesus, Elisaldo de Jesus, Josias Celestino dos Santos, Zeferino de Jesus, José Costa, Angelo Martins, José Alves Marcolino Aragão e Arsenio Aragão, outros lavradores ameaçados, e juntos entraram com

¹⁵⁹O campo da História Social da propriedade nos ajuda a pensar sobre as condições de realização da propriedade privada historicizando as ações de diferentes sujeitos sociais. A propriedade é compreendida como um feixe de direitos sujeitos a contestações e transformações. Ver: CONGOST, Rosa. **Tierras, Leyes, Historia**: estúdios sobre lagran obra de la propiedad. Barcelona: Crítica, 2007. PEDROZA, Manoela. **Por trás dos senhorios**: senhores e camponeses em disputa por terras, corpos e almas na América portuguesa (1500-1759). São Paulo: Pacto Editorial, 2020.

¹⁶⁰Não posso afirmar que Manoel Brandão foi herdeiro de ex-senhores de engenho, principalmente porque no final da década de 1930 e início de 1940 houve um processo de desmembramento dos antigos engenhos do Vale do Iguape. No período colonial e imperial existiu no Iguape um engenho com o nome Brandão, mas para saber a relação desse engenho açucareiro com Manoel, precisaríamos de uma pesquisa mais aprofundada acerca da sua genealogia familiar. No entanto, levando em consideração que o Iguape é marcado pela concentração legal de terras nas mãos de herdeiros senhoriais, na maioria das vezes, essas tensões envolvem a ideia cristalizada de propriedade enquanto monopólio da classe senhorial.

uma ação, para que pudessem permanecer nas terras da fazenda Panorama, residindo e produzindo suas roças.

Em dezembro de 1946, Arturildo e Hilda foram intimados a depor e prestar esclarecimentos acerca das referidas práticas de violência. Ao analisar os argumentos expostos pelos envolvidos, a justiça deu ganho de causa aos lavradores, e os Amorins foram condenados a pagar uma multa de Cr\$ 500,00 por perdas e danos.¹⁶¹

Manoela Pedroza nos convida a pensar que as transformações dos direitos de propriedade devem ajudar na compreensão das mudanças dos sistemas econômicos brasileiros, pois definem possibilidades de exploração do trabalho e acesso aos meios de produção.¹⁶² A prática de destruição das roças dos rendeiros por fazendeiros locais demonstra essa relação entre direito de propriedade e aspecto econômico. Uma vez que essa ação dificultava o modo de vida camponês, gestado dentro das possibilidades concretas e materiais das famílias do Vale do Iguape. Por outro lado, como reação a essas práticas arbitrárias eram criadas e recriadas formas alternativas à construção de autonomia.

Quase um ano depois do resultado favorável aos rendeiros, em agosto de 1947, compareceu ao Cartório de Registro Civil do Distrito Sede deste Termo de Cachoeira¹⁶³ o comerciante João Figueiredo, residente em Cachoeira, para declarar o óbito do lavrador Genesio de Jesus por hemorragia interna, em consequência de dois ferimentos produzidos por arma de fogo. O lavrador, que faleceu no dia dois de agosto de 1947, era natural e residente do Desterro, tinha 43 anos de idade, cor parda, casado com Avelina de Jesus, filho natural de Joana de Jesus, também residente do Desterro. Ele morreu deixando oito filhos legítimos.

Segundo os autos do processo-crime, na manhã do dia 02 de agosto de 1947, no lugar denominado Ladeira do Padre Inácio, no distrito do Iguape, Genesio de Jesus vestindo uma calça de tecido brim azul e uma blusa de algodão branca, montado no lombo do boi caminhava com destino a feira livre na cidade de Cachoeira, quando surgiu em sua frente os irmãos Arturildo e Artur Amorim, seus desafetos, montados a cavalo. Após o acusado alegar que a vítima andava falando mal dele, resolveram ir à casa de Arlindo Nobre, apontado como testemunha na comprovação das alegações.

Não encontrando Arlindo, Arturildo se voltou para Genesio dizendo que o mesmo só continuava morando no Desterro, porque não tinha homem de coragem na localidade, e que

¹⁶¹APMC..Setor Judiciário. Ação de manutenção de posse. Fazenda Panorama Acervo: Documentos Avulsos.

¹⁶² PEDROZA, 2018

¹⁶³Cartório Civil da Cidade de Cachoeira. Livro 43. Número do Registro 3473.

todos que viviam no Desterro eram descarados. No que o lavrador lhe respondeu pontuando que ele mesmo, Arturildo, também morava na localidade. Isso foi o suficiente para que o acusado arremessasse arrumou o chicote que trazia na mão no rosto de Genesio, causando-lhe assim um ferimento.

Em vista disso, todos saltaram dos seus animais. Genesio de Jesus puxou o facão, que na luta alcançou a mão esquerda de Arturildo ferindo-o também. Vitor dos Reis, que estava presente no momento, interveio na luta para separá-los, e informou que o fazendeiro, aproveitando que a vítima, que estava dominada por seu irmão Artur, disparou um tiro contra o reideiro, que caiu arquejante. Logo em seguida, Artur tomou o revólver das mãos de seu irmão dando mais um tiro na altura do peito.

Vitor destacou ainda que, não satisfeito com o crime que cometeu, Arturildo pegou o facão para retalhar o corpo do falecido, mas foi impedido. Segundo parte das testemunhas arroladas no processo, os acusados não foram presos em flagrante delito porque estavam armados e ameaçaram todos – dizendo-lhes que já haviam matado um e que mataria outro. O Jornal *O Momento* noticiou que após assassinar o lavrador Genesio, os acusados dirigiram-se à cidade de Cachoeira para tomar cerveja e comemorar o feito.¹⁶⁴

As informações contidas nos jornais da época, bem como no processo crime instaurado para apurar as causas da morte do lavrador,¹⁶⁵ relacionam a motivação do crime com tensões ligadas à propriedade de terras. Genesio de Jesus era reideiro do Sítio Panorama, onde residia a família Amorim. As terras que trabalhavam não eram cercadas, em consequência disso os animais invadiam suas roças e as destruíam. O trabalhador rural costumava reclamar com o administrador Arturildo Amorim, mas nenhuma providência foi tomada, pelo contrário, Genesio passou a ser perseguido pelos fazendeiros.

A querela entre os envolvidos não foi solucionada e as perseguições ao lavrador aumentaram, fazendo com que Genesio mudasse para a fazenda de outro proprietário, sem haver recebido dos irmãos Amorim nenhuma indenização pelas benfeitorias que deixou em suas terras. A mobilidade estabelecida pelo lavrador no contexto de pós-abolição é análoga ao que Sheila Faria classificou de “andarilhos da sobrevivência”.¹⁶⁶ Ao pesquisar os homens

¹⁶⁴Idem

¹⁶⁵Sobre esse caso ver: **Diário de Notícias**. 04 de agosto de 1946. Anexo ao processo crime que se encontra no APMC. Setor Judiciário. Processo-crime: Homicídio. Acervo: Documentos Avulsos. Além do referido periódico o jornal **O Momento**. 05 de março de 1948. BPEB também noticiou o crime.

¹⁶⁶ FARIA, Sheila Siqueira de Castro. **A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

livres e pobres no século XVIII, a historiadora destacou que, em nome de um projeto camponês, esses sujeitos movimentavam-se constantemente.

No Brasil republicano, Ana Maria Rios e Hebe Mattos descreveram essa experiência como campesinato itinerante, acessando a memória do cativo ao recuperaram a trajetória de famílias do vale da Paraíba, que passaram por diferentes fazendas até conseguir se fixar.¹⁶⁷ Na maior parte dos casos, a violência era motivadora desse tipo de migração. Os conceitos de mobilidade e permanência são fundamentais para compreensão dos sentidos de liberdade que as populações negras agenciavam nas suas lutas cotidianas por cidadania.

Genesio de Jesus se fixou durante anos no sítio Panorama, lá exercia direitos de propriedade. No entanto, quando viu esses direitos ameaçados por meio da destruição de roças e agressões físicas, elementos simbólicos que remetiam a um passado escravista, ele e sua família, mesmo estando enraizados no local, movimentaram-se no interior do Vale do Iguape em busca do projeto camponês.

A partir da análise do referido processo crime é possível recuperar práticas cotidianas das comunidades de trabalhadores rurais que viviam em terras do antigo engenho Desterro. Vitor Silvestre dos Reis, testemunha central dos autos, uma vez que, o crime ocorreu em sua porta, se declarou como um lavrador de cor preta, analfabeto, filho de Manoel dos Reis e Firmina de Jesus, com 60 anos de idade, natural e residente da Ladeira do Padre Inácio, no Iguape, um território limítrofe com a Fazenda Desterro.

De acordo com a idade de Vitor, ele teria nascido quando no Engenho Desterro ainda vigorava o sistema escravista e permaneceu nesse espaço durante a primeira metade do século XX, estabelecendo laços de parentesco e solidariedade. Vitor e Genesio eram compadres.

Além de lavrador, Vitor Reis também trabalhava no açougue e foi justamente em frente ao estabelecimento que ocorreu o assassinato. Em seu depoimento apareceu o nome de outra fazenda que ficava dentro dos limites do Desterro: “estava cortando boi quando chegaram os irmãos Amorim e Crispiniano Ferreira Sales, filho do administrador da Fazenda Rosário, perto da minha casa, enquanto Genesio ficou afastado montado no boi.”¹⁶⁸

Vicente Severiano, tio da vítima, foi testemunha do caso. Vicente era um homem pardo, que também teria nascido no período escravista. Sua trajetória de vida permite supor

¹⁶⁷ MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Maria Lugão. **Memórias do Cativo**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

¹⁶⁸ **APMC**. Setor Judiciário. Processo-crime: Homicídio. Acervo: Documentos Avulsos.

a permanência da família de Genesio de Jesus nesse território desde os tempos do cativo, ressignificando os usos das terras e contribuindo para mudanças nas noções de propriedade.

A terceira e última testemunha de acusação foi Inácio Aniceto, lavrador, analfabeto, com 52 anos, de cor preta, casado, residente em Feira de Santana. O mesmo estava acompanhado de Vicente, no momento que aconteceu o crime. Se, por um lado, a permanência de sujeitos negros nos territórios onde suas famílias possivelmente viveram experiências de escravidão foi uma prática bastante comum no Vale do Iguape. Por outro, o trânsito/migração/êxodo também marcou a vida dessas famílias negras.

Na sociedade de pós-abolição, Mayara Silva mapeou um fluxo migratório considerável para a cidade de Feira de Santana na Bahia.¹⁶⁹ Este contingente populacional também se deu por conta dos itinerários de homens e mulheres do Recôncavo da Bahia, que saíam em busca de melhores condições de vida, trabalho e acesso à terra. A presença de Inácio nas terras do Desterro pode ter ligação com esse trânsito entre o Recôncavo e o Sertão da Bahia.

Os perfis dos acusados e das testemunhas de defesa, tanto o econômico, quanto racial, demonstram as relações desiguais que se estabeleciam no ambiente rural. Haja vista que, de um lado estavam os rendeiros pretos e pardos e do outro pessoas em sua maioria declaradas como brancas, com instruções escolares primárias, e reivindicando relações de poder baseadas numa noção liberal de propriedade, uma vez que detinham o título legal das terras ou eram administradores das fazendas.

Artur Adami Amorim, de cor branca, estudante do ginásio de instrução secundária, informou que sempre recebia ameaças do lavrador Genesio de Jesus e que não atirou na vítima. Afirmou ainda que seu irmão só fez uso do revólver para se defender. Outros três indivíduos¹⁷⁰ confirmaram a versão dos irmãos Amorim, que inocentava Artur e atribuía a Arturildo crime de homicídio em legítima defesa.

¹⁶⁹ SILVA, Mayara Plácido. **“Revolução sem sangue” na “decantada pátria de Lucas”**: Experiências de Trabalhadores (as)- negros e migrantes no Pós-abolição. Feira de Santana (1890-1930). Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, 2017.

¹⁷⁰ Manoel Marinho Figueiredo, solteiro, 44 anos, lavrador, com instruções primárias, natural do distrito de Belém, residente da fazenda Rosário no Iguape; Astero de Freitas Barros, 58 anos, pardo, natural de Santo Amaro, também residente na Fazenda Rosário; Crispiniano Ferreira Sales, solteiro, motorista, 19 anos, com instrução primária, cor branca, residente na fazenda Cabonha, filho de Justiniano Ferreira Sales, administrador da Fazenda Rosário. Ver: **APMC**. Setor Judiciário. Processo-crime: Homicídio\Acervo: Documentos Avulsos. Os dados acerca das testemunhas de defesa contribuem também para compreensão do processo migratório dentro do próprio Recôncavo, assim como, o itinerário no interior Vale do Iguape.

Arturildo declarou-se branco, agricultor, com 20 anos, natural do Espírito Santo e residente na fazenda Panorama, Iguape. No seu depoimento, o acusado narrou que Genesio de Jesus já morou e trabalhou na fazenda Panorama, a qual seus pais detinham o título legal, informou ainda que seu desafeto com a vítima começou quando ele na função de administrador fez queixas ao reideiro, pois seu filho estava machucando os animais atirando-lhes pedras.

Destacou que devido às constantes queixas, o reideiro decidiu não continuar morando nas terras dos Amorins. No entanto, o mesmo permaneceu na propriedade, cultivando suas roças. Quando lhe foi cobrada a renda semanal, que era costume dos moradores nessa zona, o lavrador informou que não pagaria, então fora estipulado um prazo de seis meses para que ele deixasse a fazenda junto com sua família.

Os relatos dão conta dos acordos existentes entre fazendeiros e reideiros demonstrando que, em momentos de tensão, os contratos implícitos legitimados pela força do costume eram questionados por ambas as partes. Os reideiros poderiam negar-se a pagar o aluguel das terras quando percebiam que o seu exercício de propriedade estava ameaçado.

O principal acusado construiu toda sua narrativa alegando legítima defesa, mas o delegado titular do caso, através dos elementos reunidos no inquérito policial, considerou que não existiam fundamentos que habilitassem o reconhecimento da figura de legítima defesa, ao contrário, teria ficado posto a evidência de que, o primeiro contato existiu quando o indiciado Arturildo Amorim arrumou o chicote na cara de Genesio, ferindo-o bastante. Dessa forma, em abril de 1948 a prisão preventiva dos irmãos Amorim foi decretada considerando que ambos tiveram responsabilidade pelo crime. Eles não foram encontrados e em maio do mesmo ano os advogados de defesa conseguiram um “habeas corpus” para os indiciados.

Em abril de 1949, Artur e Arturildo tiveram seus nomes lançados no rol de culpados, como autores do homicídio de Genesio de Jesus. Vários mandados de prisão foram expedidos até o dia 09 de abril de 1950, quando os irmãos se apresentaram na delegacia de Cachoeira e foram submetidos a julgamento com júri popular. Por maioria, o júri absolveu os réus acatando a tese de legítima defesa, rejeitando também a denúncia de que Artur teria participado diretamente do crime.

A reportagem do jornal *O Momento*, datado de outubro de 1947, usada para iniciar esse capítulo, demonstra a insatisfação dos lavradores com a liberação dos irmãos Amorins, quando estes conseguiram o “habeas corpus” no início do inquérito. O papel da Sociedade

dos Trabalhadores da Lavoura do Iguape e da Terra Vermelha (S.T.L), (associações civis com caráter mutualista), através de seus protestos e negociações com advogados, possivelmente foi combustível para o prosseguimento do caso. A ação desses grupos também na foram para que lavradores pobres e negros do Iguape fossem reconhecidos como sujeitos de direitos.

A querela entre rendeiros e fazendeiros, que culminou na morte do lavrador sócio da S.T.L, foi fundamental na compreensão das diferentes táticas agenciadas por trabalhadores rurais para defender o exercício de propriedade, para demonstrar as ações da associação civil recém-fundada e como a organização estava alcançando lavradores de diferentes fazendas dos Iguape. Além disso, foi essencial para seguir os passos caminhados pela família da ex-escravizada Lydia de Almeida Costa e seu esposo José Rufino Costa, pois o presidente e fundador da Sociedade dos Trabalhadores da Lavoura era o seu filho Rufino José da Costa.

III.1.1 O Associativismo como tática de luta: caminhos para fundação da Sociedade dos Trabalhadores da Lavoura da Terra Vermelha e do Iguape.

A comunidade de trabalhadores rurais que se formou nas terras do antigo Engenho Desterro, recuperada a partir do caso de Genésio de Jesus, revela como na sociedade do pós-abolição, numa perspectiva estendida, os contratos de trabalho se mantiveram. [...] os envolvidos no processo-crime eram majoritariamente rendeiros e o acesso a terras a partir do arrendamento ocupava espaço central na vida das famílias negras da região.¹⁷¹

Nessa conjuntura, muitos engenhos de açúcar foram reduzidos a engenhos de “fogo morto”, favorecendo ao desmembramento de terras e ao aluguel destas mediante pagamento da renda. A informação acerca das diferentes fazendas que se formaram no Desterro aponta para o processo de desmembramento por qual os grandes plantéis açucareiros passaram, sobretudo após 1930.

A primeira metade do século XX foi um período bastante conturbado no que tange ao mundo rural brasileiro. A crise de 1929 foi um dos fatores para gerar/criar/aumentar as tensões no campo. Marcus Dezemone, ao investigar o sistema de colonato na fazenda cafeeira Santo Inácio, no município de Trajano de Moraes, na região Serrana do estado do

¹⁷¹ Categorizar o pós-abolição enquanto um problema de pesquisa permite compreender as relações sociais de comunidades que tiveram que lidar com os desafios do fim da escravidão a longo prazo. Ver: MATTOS, Hebe Maria e RIOS, Ana Maria. O Pós-abolição como um problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**. v. 5, n. 8. Rio de Janeiro, 2004.

Rio de Janeiro, colocou que a crise gerou uma acentuada queda no preço dos gêneros agrícolas em escala mundial. No Brasil as áreas voltadas à lavoura de exportação foram duramente atingidas.¹⁷²

Nesse período, ao contrário do que se costuma afirmar, os trabalhadores do campo aproximaram-se da legislação social. O historiador Dezemone apresentou alguns impactos materiais e simbólicos conquistados pela classe trabalhadora na Era Vargas e como estes contribuíram para a construção de direitos no mundo rural brasileiro.

As interpretações que destacavam essas intervenções governamentais nas relações de trabalho como um substrato da dominação burguesa, bem como, as visões centradas na manipulação pura e simples das massas pelo líder populista passaram a ser relativizadas, abrindo espaço para análises que compreendiam os trabalhadores enquanto agentes da luta, como sujeitos que acessavam as leis também em favor próprio. Fernando Silva e Hélio Costa chamaram atenção para o fato das legislações trabalhistas contribuírem à organização e mobilização dos operários.¹⁷³ Para os autores a mediação legal podia limitar assim como oportunizar ações a classe.

Já Dezemone destacou alguns decretos-lei assinados nesse período, que desmontaram a existência de políticas para o mundo rural. Com destaque para o decreto 24.606 de 1934 que, dentre outras medidas, passou a cobrar o título de propriedade para legalizar a posse de terras consideradas públicas, além da autorização de desapropriação mediante quitação de quarenta vezes do valor pago pelo último foro. Em 1941, decreto-lei foi reformulado e o valor da indenização foi reduzido para dez ou vinte vezes.

No mesmo ano de 1941, o decreto 3855 de 21 de novembro regularizava as relações entre fornecedores e proprietários de Usinas de açúcar, ao estipular pagamento de multas e sanções diante de fraude contra fornecedores. As questões trabalhistas referentes à produção açucareira ganharam mais força com a assinatura do decreto-lei 6929, em 1944.

Garantias de salários, moradia, assistência médica e educacional foram sancionadas para os indivíduos que viviam em sistema de colonato, parceria ou renda. Ainda nesse texto legislativo, outra medida de extrema importância foi estabelecida, o direito aos trabalhadores

¹⁷² DEZEMONE, Marcus. **Do cativo à Reforma Agrária: Colonato, Direitos e Conflitos (1872-1987)**. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

¹⁷³ SILVA, Fernando Teixeira; COSTA, Hélio. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In: FERREIRA, Jorge (org.) **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

com mais de um ano de moradia no Engenho a uma área para cultivos de subsistência, sem custos.

A extensão do direito de sindicalização aos trabalhadores se deu em 1944, com o decreto de número 7.038, que foi um marco no processo de organização política da classe trabalhadora rural. Em 1945, os decretos-lei de número 18.809 e 7916 davam direito a cobertura de acidentes de trabalho na agricultura e na pecuária. Bem como promoviam avanços nas discussões acerca das distribuições de terras devolutas nos territórios federais.¹⁷⁴

No entanto, não se pode esquecer que existe um fosso permanente entre a existência da lei e sua aplicação real. O decreto acerca da sindicalização rural não foi regulamentado e no governo de Eurico Gaspar Dutra foi restringido somente a categoria dos empregados rurais, ou seja, funcionários das usinas de açúcar, deixando de fora colonos, meeiros, posseiros, foreiros, arrendatários, dentre outros.

A família Costa agenciou outras táticas de acesso à terra, a partir desse contexto. Na década de 1940, alguns anos antes da fundação da Sociedade dos Trabalhadores da Lavoura, Rufino José da Costa e seu irmão Israel Costa de Almeida tornaram-se proprietários de terras no Distrito de Terra Vermelha. Os desmembramentos dos antigos engenhos de açúcar no Vale do Iguape, na primeira metade do século XX, certamente contribuíram para que os irmãos Costa pudessem comprar quatrocentos e quarenta metros de terras, a qual fazia divisa com a Fazenda Vitória, dos Monizes. O sítio denominado São José tornou-se ao longo do tempo espaço privilegiado para organização política dos lavradores da região.¹⁷⁵

Rufino, assim como vários contemporâneos seus, sujeitos marcados pela sociedade do pós-abolição, trazia na sua trajetória de vida os signos dos itinerários que traçou. Carlos Eduardo Costa, ao refletir sobre os processos migratórios no Rio de Janeiro destacou que numa perspectiva de estágios, a segunda geração de descendentes diretos ou indiretos de ex-escravizados optou por migrar para regiões consideradas prósperas, em comparação como a primeira geração, que residia e trabalhava nos mesmos locais onde foram cativos.¹⁷⁶

¹⁷⁴Sobre a discussão acerca da legislação para os trabalhadores no campo, ver: DEZEMONE, Marcus. **Do cativo à Reforma Agrária: Colonato, Direitos e Conflitos. (1872-1987)**. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

¹⁷⁵ Cartório de Registros de Imóveis da cidade de Cachoeira. Livro 3F 1942.n. 309.

¹⁷⁶ COSTA, Carlos Eduardo Coutinho da. **“Faltam braços nos campos e sobram pernas na cidade”**: famílias, migrações e sociabilidades negras no pós-abolição do Rio de Janeiro (1888-1940). Curitiba: Appris, 2020.

O movimento e a esperança de mobilidade social fizeram parte da vida de Rufino José da Costa.

Então comprou esse pedaço de terra aqui, ele tava no Rio, veio do Rio, por questão de política entendeu, e não podia ficar no Rio mais, ai ele veio embora pra aqui. Ele estudou no Rio em modernagem antes de ter família, quando ele veio os pais dele tinha um terreno, mas ele não ficou mais lá morando no Calolé, já foi fazer casa aqui, ali em cima onde eu moro.¹⁷⁷

Na lógica liberal de modernização do país em meio ao avanço da industrialização, os processos migratórios eram explicados justamente pelo movimento dos trabalhadores em busca de trabalho. No entanto, esses sujeitos para além de motivações econômicas, migravam simbolizando suas escolhas e projetos de vida, que perpassava por acesso a trabalho, mas também a educação e a fuga dos estigmas ligados à escravidão.

A informação de que Rufino antes de casar-se vivia no Rio de Janeiro foi passada por seu filho, num sábado nublado de outono quando estive na Terra Vermelha, local o qual Rufino viveu os seus últimos anos. Encontrei Aguinaldo da Costa trabalhando nas terras do Sítio São José. Seu Nadinho, como é conhecido na localidade, estava limpando uma roça de quiabo. Ele seguiu os passos do seu pai, tornou-se lavrador e mesmo aposentado continuava comercializando os produtos da terra na feira livre de Cachoeira.

Seu Nadinho me recebeu com grande entusiasmo frente à oportunidade de falar sobre o seu pai. O entusiasmo era recíproco, frente à oportunidade de escutá-lo. Dentro de uma relação dialética, para mim, encontrar com ele, era estar diante da quarta geração dos Almeida Costa. Certamente na família Costa as memórias relacionadas ao título das terras são fortes, demarcadora de mudanças. Prova disso é o fato de que a conquista do Sítio São José em 1942 através da compra foi rememorada por Aginaldo Costa, mesmo sem ele ter vivenciado o evento.

A memória se alimenta de lembranças particulares e coletivas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. Parentelas de egressos do cativo ao reverberar sobre a importância de acessar terras numa região de *plantation* demonstram essa particularidade do lembrar, de retornar a um lugar sensível para uma família ou comunidade.¹⁷⁸

¹⁷⁷ Entrevista realizada no dia 01/05/2021 com Aguinaldo Silva Costa, morador da Comunidade Quilombola Terra Vermelha.

¹⁷⁸ NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. n. 10, São Paulo, 1993.

Lydia e José Rufino, avós de Seu Aguinaldo, continuaram na antiga fazenda escravista – “Os pais dele tinha um terreno, mas ele não ficou mais lá morando no Calolé”.¹⁷⁹ A permanência nesses espaços, para não renunciar os ganhos simbólicos e efetivos, no imediato pós-abolição garantiu o acesso à terra para os pais de Rufino. No entanto, os seus descendentes utilizaram outras táticas na defesa do modo de vida camponês. Táticas estas agenciadas na tentativa de romper com laços ligados a acordos paternalistas com ex-senhores de engenho.

Outro ponto de referência na memória de Seu Nadinho sobre a trajetória do seu pai insere-se na memória da coletividade a qual ele pertencia – os trabalhadores rurais envolvidos na política institucional junto ao Partido. Rufino José da Costa, militante comunista, até o início da década de 1940 morava e estudava no Rio de Janeiro locus de fundação e efervescência do Partido Comunista do Brasil, possivelmente vivenciou forte repressão no contexto de ilegalidade e fortalecimento do anticomunismo durante a ditadura do Estado Novo.

Dessa forma, era mais seguro para os militantes como Rufino José migrar ou retornar para o campo, contribuindo para organização e mobilização da luta camponesa em outras frentes. A ponderação feita por Seu Nadinho, de que o pai precisou voltar para o Iguape por questões políticas, deve estar intercalada a essa conjuntura histórica, que provavelmente fazia parte da construção da memória acerca do líder, no seio familiar e na associação civil.

¹⁷⁹ Entrevista realizada no dia 01/05/2021 com Aguinaldo Silva Costa, morador da Comunidade Quilombola Terra Vermelha.

Árvore Genealógica

Maria Victória Almeida (ex-escravizada) **Rufino de Jesus Costa e Basília de Jesus Costa**

Filhos

Lydia Almeida Costa (ex-escravizada)

José Rufino Costa

Prisciano(Nascido Livre)

Adelaide (Nascida Livre)

Lydia Almeida Costa e José Rufino Costa

Filhos

Belisa (1875)

Minias (1877)

Messias (1880)

Rufino José (1896)

Jaime (1882)

Belisa
Filhos

Maria Anna (1902)

Anna Maria (1902)

Rufino José da Costa e Maria da Glória Silva Costa

Aguinaldo Costa
(1945)

As transformações sociais aqui destacadas contribuíram para o estabelecimento de novas formas de organizar a luta pela terra. Na década de 1940, onde funcionou o antigo Engenho Victória, passou a funcionar uma usina de açúcar. A possibilidade de trabalho advinda com a modernização da indústria açucareira favoreceu o fluxo de indivíduos para essa localidade, os quais se fixaram e estabeleceram relações com famílias que ali estavam

há tempos, construindo novas redes de apoio fundamentais na defesa do campesinato negro.

180

As fazendas do Iguape, compreendidas aqui não somente como um dado geográfico com limites definidos, mas como espaços vivos resultado dos constantes confrontos pela posse da terra, continuavam sendo uma arena de conflitos onde a população negra reivindicava o alargamento da cidadania no pós-abolição. As lutas por terras se davam nas mais diferentes vertentes, acionando novas identidades e estabelecendo novas alianças.¹⁸¹

O Partido Comunista do Brasil, que passaria a ser um importante aliado dos lavradores do Iguape, nesse cenário marcado pela desagregação da Primeira República, foi posto na ilegalidade. Visando fortalecer suas bases, o PCB investiu capital político no Bloco Operário-Camponês para conquistar o apoio da população rural, sobretudo, através de agendas pautadas na ausência de incentivos à formação de cooperativas e à condição de moradia e trabalho do camponês.

O Partido defendia a tese de que o Brasil era uma sociedade semifeudal e que somente através da revolução democrático-burguesa se tornaria capitalista, e, a partir das contradições e crises geradas por este sistema, poderia instaurar o socialismo. A visão etapista do processo fez com que o PCB voltasse o seu olhar para o campo e não somente para os trabalhadores urbanos.

No entanto, o campo exercia uma função bem definida no referido projeto revolucionário pecebista, que era o estímulo à formação de um mercado interno forte, o qual deveria impulsionar o capitalismo industrial, para tanto, as terras deveriam ser redistribuídas. Somente em 1946, após a III conferência nacional, que o PCB passou a atuar de forma sistemática no campo, com críticas severas ao latifúndio e a continuidade de trabalhos análogos a escravidão. A ampliação das organizações camponesas contribuiu para esta virada tática.

A busca dos trabalhadores rurais por seus direitos e por se afirmação de uma identidade política foram fundamentais no processo de construção das leis, a exemplo do decreto-lei nº 8.127\45,¹⁸² que versava sobre a fundação de associações e núcleos rurais registradas em cartório, mas que não estavam diretamente sujeitas a autoridade reguladora do Estado, como os sindicatos. Nesse cenário de avanços da jurisprudência e ampliação das

¹⁸⁰ A Fazenda Victória foi o território marcado pelas ações da Sociedade dos Trabalhadores da Lavoura.

¹⁸¹ MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas Fronteiras do Poder: conflito de terra e direito a terra no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

¹⁸² BRASIL. Decreto n. 8.127\45 Ver: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8127-24-outubro-1945-417195-publicacaooriginal-1-pe.html>

lutas camponesas, a Sociedade dos Trabalhadores do Iguape e da Terra Vermelha foi fundada.

III.2- Os lavradores do Iguape e o PCB- novos repertórios de lutas.

O PCB seção do Brasil da Internacional Comunista foi fundado em 1922 no Rio de Janeiro numa forte ligação com os operários oriundos do movimento anarquista. No estado da Bahia, segundo Marcelo Lins, as primeiras notícias encontradas a respeito dos indivíduos filiados ao Partido são de 1925 e surgiram após o II congresso.¹⁸³

Existia grande intencionalidade dos militantes de montar células nas cidades de São Felix, Muritiba e Cachoeira, visando agregar as mobilizações dos operários do Recôncavo, sobretudo, da indústria do açúcar e do fumo. Mobilização que surtiu efeito, pois de acordo com o historiador, até os anos 1930, parte das atividades do PCB estavam concentradas nessa região.

Em pesquisas sobre as trabalhadoras do fumo do Recôncavo da Bahia, Carlos Augusto Braga operacionalizou a categoria analítica de comunismo fumageiro, para destacar a relação das charuteiras com o PCB. Suas análises apontam para participação intensa destas trabalhadoras nas atividades do Partido na região, bem como a inserção dos militantes pecebistas nos sindicatos locais, a exemplo da Sociedade União Defesa Operária de Muritiba e Sociedade de Resistência Protetora dos operários.¹⁸⁴

Braga ponderou que o programa político do PCB intencionava alcançar a capilaridade social do proletariado fumageiro, mas a classe trabalhadora não abria mão de suas próprias agências. As vozes das charuteiras passaram a ecoar, dentre outras instâncias, também nas pautas comunistas.

Nas décadas que se seguiram à construção das células comunistas na Bahia, o jornal *O Momento* notificou várias ações ligadas ao Partido na cidade de Cachoeira, desde reivindicações dos trabalhadores do fumo até solenidades e comícios.

Cachoeira realizou-se domingo último à noite, uma importante reunião na sede do comitê municipal do P.S.B, perante numerosa assistência. Nessa solenidade durante a qual prestaram juramento mais dez novos membros para o Partido de Prestes, falou o secretário do comitê estadual Giocondo

¹⁸³LINS, Marcelo da Silva. **Os vermelhos nas terras do cacau: a presença comunista no Sul da Bahia. (1935-1936)** Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Pg. 117-120.

¹⁸⁴BRAGA, Carlos Augusto Santos Neri. **Operarias Negras: Lutas e controle patronal na CIA Charutos Dannemann e na Santos Costa Penna & CIA. (1910-1950)**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia, 2021

Alves Dias, que abordou os mais importantes problemas políticos do momento.¹⁸⁵

A publicação referente à filiação de novos membros ao PCB, bem como, a reunião de comemoração do aniversário de Luís Carlos Prestes na sede do Partido, tinha a função pedagógica de evidenciar a força do comitê regional, assim como, os usos que a classe trabalhadora poderia fazer da imprensa comunista para denunciar suas mazelas.

Figura 6: Aniversário de Prestes em Cachoeira.



Fonte: O Momento. 21 de janeiro de 1946. n. BPEB

A fotografia acima acompanhava uma nota com expressões que destacavam a importância de Prestes para o Partido: “Data gloriosa”, “O grande cavaleiro da esperança” e “dirigente do proletariado e do povo brasileiro”. De acordo com a reportagem do periódico, a comemoração foi um sucesso e contou com uma sessão solene na sede do comitê municipal do PCB em Cachoeira.¹⁸⁶

No período que PCB viveu uma experiência de legalidade, surgiram diversos periódicos comunistas, a exemplo da *Tribuna Popular* no Rio de Janeiro, *O Jornal Hoje* em São Paulo e a *Folha do Povo* em Pernambuco, todos com o intuito de se tornarem jornais políticos de massa. O jornal *O Momento* fazia parte do que podemos chamar de imprensa

¹⁸⁵ O Momento. 21 de janeiro de 1946. n. BPEB

¹⁸⁶ O Momento. 28 de janeiro de 1946. n. BPEB.

popular, foi editado pelo Partido Comunista do Brasil, no estado da Bahia de abril de 1945 a novembro de 1957. Através dele recuperamos as ações da S.T.L no Vale do Iguape.

No âmbito do jornalismo político, Sônia Serra analisou *O Momento* e destacou que, o mesmo tinha uma orientação marxista-leninista¹⁸⁷ e seu objetivo era a publicização das ideias do Partido, a formação de quadros, a transformação social e a tomada de poder, que deveriam ser traduzidas nas funções de organização, agitação e propaganda.¹⁸⁸

Ao investigar a organização política de trabalhadores do açúcar na Bahia, Joaci Cunha chamou atenção para o fato de o periódico ser um importante veículo de mobilizações e denúncias, além de porta-voz da militância comunista. *O Momento* confrontava cotidianamente na interpretação dos fatos com os periódicos estaduais dos grupos dominantes, como *Diário de Notícias*, *A Tarde* e *Estado da Bahia*.¹⁸⁹

O final da Segunda Guerra Mundial e desagregação do Estado Novo no Brasil redimensionaram a participação política das classes trabalhadoras, contribuindo para um maior tensionamento perante as ações das Delegacias Regionais do Trabalho (DTRs), intensificando os debates em torno da consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e Estrutura Sindical Corporativista.¹⁹⁰

O Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) foi criado nessas circunstâncias, muito influenciado pelo PCB e na perspectiva da política de União Nacional, visando concretizar a junção da classe trabalhadora em torno de um programa comum de luta pela democracia, pelo progresso, emancipação da pátria e luta pela liberdade sindical. Na Bahia, o MUT marcou presença em diversas ações reivindicatórias, em especial, denunciando a interferência da polícia e da DRT na vida dos sindicatos baianos.

Na Bahia, em março de 1946, os trabalhadores das 19 usinas da cidade de Santo Amaro no recôncavo baiano entraram em greve por conta de descontos ilegais nos seus salários:

¹⁸⁷A Orientação leninista do marxismo apoiava-se nas teses da III Internacional e seus principais teóricos acreditavam que devido o caráter atrasado de nossa realidade, o Brasil deveria passar por uma Revolução Democrático-Burguesa que eliminaria os “restos feudais”. Ver: MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Caindo por terra: um debate historiográfico sobre o universo rural do oitocentos. Lutas & Resistências*. Londrina, v.1, 2006. P.42-43.

¹⁸⁸SERRA, Sônia. **O Momento**: história de um jornal militante. Dissertação de Mestrado. Salvador, UFBA, 1987.

¹⁸⁹CUNHA, Joaci de Sousa. **Amargo Açúcar**: aspectos da história do trabalho e do capital no Recôncavo da Bahia. (1945-1964) Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 1995. p. 107.

¹⁹⁰Ver: SOUZA, Edinaldo Antonio Oliveira. **Trabalho, Política e Cidadania**: Trabalhadores, Sindicatos e Luta por Direitos (Bahia, 1945-1950). Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 2015.

É sobre cerca de 10 mil operários das usinas e sobre a incalculável massa de trabalhadores do campo, assalariados agrícolas dos canaviais que escrevemos essa reportagem, 4 dessas usinas são propriedade da S\A Lavoura e Industria Reunidas (L.I.R), um dos ramos do monopólio S.A Magalhaes que controla a economia açucareira e boa parte da vida comercial do nosso estado. (...) E é justamente uma empresa como essa a maior firma industrial da Bahia que não respeita as leis trabalhistas e durante quase dois anos faz descontos ilegais sobre os salários dos seus operários, obrigando a usar todos os recursos legais para reaver o seu dinheiro abocanhado pela L.I.R inclusive ir a greve.¹⁹¹

A reclamação feita pelos trabalhadores das usinas referia-se às leis trabalhistas que estavam sendo burladas pela empresa Lavoura e Indústria Reunidas. O articulista também destacou na reportagem, dados sobre a realidade desses sujeitos no campo, com ênfase para exploração a que eram submetidos os cortadores e carregadores, que ganhavam Cr\$ 2,5 por tonelada de cana cortada e transportada. Bem como, as crianças que realizavam trabalhos pesados ganhando salários ainda menores.

A verdade é que não existem leis de trabalho para esta grande massa que labuta nos canaviais. Somente agora essas estão começando a organizar-se no seu sindicato, para lutar por uma vida melhor. Mas até pouco tempo viviam à margem das conquistas sociais, como os antigos escravos do eito dos barões de Santo Amaro. Eles têm consciência disto e começaram a despertar para a luta¹⁹².

O Sindicato dos Operários do Assucar e Anexos que foi fundado em 1935 sob a presidência de Manoel Braga no município de Santo Amaro, e com sede no Distrito de Terra Nova, demarcou o princípio da organização sindical dos trabalhadores do açúcar. Segundo Joaci Cunha, em 1942, a instituição foi reconhecida oficialmente pelo Ministério do Trabalho, tendo a carta sindical expedida em 1943, período que contava com 400 filiados. No ano de 1946, a adesão às suas propostas aumentou devido à eclosão da greve de 15 dias.

O enraizamento do Sindicato nas usinas pode ser constatado pelo nível de adesão e mobilização verificados durante a greve dos 15 dias, entre fevereiro e março de 1946. Evidencia este enraizamento o fato das negociações com os patrões, na Delegacia Regional do Trabalho, terem contado com uma ampla comissão de representantes dos trabalhadores de várias usinas, além dos dirigentes do Sindicato.¹⁹³

¹⁹¹ O Momento. 4 de março de 1946. BPEB.

¹⁹² Idem.

¹⁹³ CUNHA, Joaci de Sousa. **Amargo Açúcar**: aspectos da história do trabalho e do capital no Recôncavo da Bahia. (1945-1964). Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 1995.p. 120

Figura 7: Operários de Santo Amaro na sede do Sindicato dos operários do Assucar e Anexos.



Fonte: Jornal O Momento. 21 de janeiro de 1946. n. BPEB

A imagem acima, dos trabalhadores do Recôncavo da Bahia em frente à sede do sindicato no ano de 1946 é bastante reveladora do que Cunha refletiu acerca do enraizamento do sindicato nas usinas. Vários operários reuniram-se para lutar por melhores condições de trabalho, esses sujeitos, junto com representantes do PCB e dirigentes sindicais conseguiram êxito com a greve dos 15 dias.

No contexto da greve, houve a organização do III Congresso Sindical Baiano.¹⁹⁴ Este foi marcado pela posição tomada por parte do governo de colocar o MUT na ilegalidade, cancelando na prática o direito à greve e intensificando o controle sobre o movimento

¹⁹⁴ As primeiras sessões preparatórias do III Congresso Sindical começaram em fevereiro de 1946, e teve adesão imediata dos trabalhadores. Essas sessões assumiram um importante papel na medida que as ações contrárias à organização operária estavam em pleno curso, com especial atenção à caça do MUT. O processo de organização do III Congresso nessa conjuntura servia como suporte à luta dos trabalhadores, substituindo ou repartindo as atribuições do MUT. Ver: VAZQUEZ, Petilda Silva. **Intervalo Democrático e Sindicalismo. Bahia (1942-1947)**. Universidade Federal da Bahia. Dissertação (Mestrado), 1986.

sindical. Em contrapartida, os militantes começaram a adotar um discurso mais agressivo em relação ao Ministério do Trabalho e a CLT.¹⁹⁵

Em meio à efervescência de propostas e decretos acerca dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, greves, organização política e perseguição aos comunistas, se intensificaram os debates no âmbito nacional sobre extensão dos direitos obtidos pelos operários urbanos também para os trabalhadores rurais. Além do avanço na mobilização das lutas pela permanência nas terras.

Em pesquisas sobre os movimentos sociais no campo, Leonilde Medeiros destacou que, o período de democratização do Brasil teve como uma de suas características, a progressiva universalização de categorias como lavradores, trabalhadores agrícolas e camponeses como identidades políticas, produzindo consenso em torno dos seus direitos enquanto profissionais e contribuindo para as lutas sociais.¹⁹⁶

O cenário de fundação da Associação civil de trabalhadores do Iguape foi marcado por essas mobilizações da imprensa comunista. A S.T.L foi fundada em 1946, período que o PCB estava vivendo uma experiência de legalidade,¹⁹⁷ (1945-1947) o que favorecia uma maior abertura e contato com a população.¹⁹⁸ Os lavradores do Iguape estreitaram os laços com o Partido e, enquanto grupo politicamente organizado, acionaram a categoria de camponês a fim de fortalecer suas lutas.

Sou um lavrador e como tal sofro em minha própria carne as explorações a que estão sujeitos os meus companheiros. Por isso, tenho sido lutador pelos interesses dos meus companheiros, que devido ao nosso atraso, a não possuem terras próprias, vivem em grande miséria. Os lavradores de

¹⁹⁵CUNHA, Joaci de Sousa. **Amargo Açúcar**: aspectos da história do trabalho e do capital no Recôncavo da Bahia. (1945-1964) Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 1995. Pg. 99

¹⁹⁶ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Os trabalhadores do campo e desencontros nas lutas por direitos. In: CHEVITARESE, André (org.) **O Camponato na História**, Rio de Janeiro: Faperj, 2002.

¹⁹⁷ O PCB Seção do Brasil da Internacional Comunista foi fundado em 1922 no Rio de Janeiro numa forte ligação com os operários oriundos do movimento anarquista. No estado da Bahia as primeiras notícias encontradas a respeito dos indivíduos filiados ao PCB são de 1925 e surgiram após o II congresso. O Partido Comunista do Brasil passou a maior parte da sua trajetória histórica na ilegalidade, no entanto, nas curtas experiências de legalidade dava conta de construir importantes alianças com a classe trabalhadora. Ver: LINS, Marcelo da Silva. **Os vermelhos nas terras do cacau**: a presença comunista no Sul da Bahia. (1935-1936) Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, p. 117-120.

¹⁹⁸ O PCB Seção do Brasil da Internacional Comunista foi fundado em 1922 no Rio de Janeiro numa forte ligação com os operários oriundos do movimento anarquista. No estado da Bahia as primeiras notícias encontradas a respeito dos indivíduos filiados ao PCB são de 1925 e surgiram após o II congresso. O Partido Comunista do Brasil passou a maior parte da sua trajetória histórica na ilegalidade, no entanto, nas curtas experiências de legalidade dava conta de construir importantes alianças com a classe trabalhadora. Ver: LINS, Marcelo da Silva. **Os vermelhos nas terras do cacau**: a presença comunista no Sul da Bahia. (1935-1936) Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Pg. 117-120.

cachoeira já começaram a se organizar, há meses passados procurando resolver os graves problemas, esses pequenos lavradores sofrem muito, principalmente as perseguições dos senhores que soltam seus animais nas terras, pondo a perder todo um trabalho de sacrifícios. A nossa sociedade, legalmente registrada, tem lutado para acabar com certas perseguições de forma destemida.¹⁹⁹

O fragmento retirado de uma reportagem do jornal *O Momento* reflete acerca do processo de organização política dos lavradores do Iguape e Terra Vermelha em Associação Civil de caráter mutualista em busca dos seus direitos. Conjectura também acerca das suas principais demandas, o exercício da propriedade reconhecida pelo sistema de arrendamento, a defesa do modo de vida camponês, marcada pelo direito à produção de suas roças e a possibilidade de plantar e colher, sem ter que lidar com os desmandos dos fazendeiros.

No mesmo ano de sua fundação, o periódico publicou uma reportagem discorrendo acerca da importância do processo de organização política dos lavradores no enfrentamento aos problemas no campo. Ao fazer isso, citou o exemplo de fundação da S. T.L e a descreveu como uma experiência de Liga Camponesa.

Os lavradores de Cachoeira fundaram em dias deste mês uma liga camponesa de Terra Vermelha e Iguape. Em todos os municípios vêm sentindo os trabalhadores a necessidade de estarem Unidos porque resolverão seus problemas e trabalharão para o progresso da nação.²⁰⁰

Outro debate fundamental para compreensão da organização política dos trabalhadores rurais no período é a discussão acerca das Ligas Camponesas e as disputas em torno da reforma agrária no pré-64. A década de 1940 demarca o surgimento dessas organizações no Brasil, influenciadas pelo PCB visando fortalecer a aliança operário-comunista.

O *Momento* noticiou através de uma matéria escrita pelo militante e deputado Agostinho Dias de Oliveira o surgimento das Ligas Camponesas ou Ligas Comunistas em vários estados do país.

Diante da grave situação a que chegaram as populações rurais, os camponeses pobres de diversos estados estão se movimentando a fim de encontrar os meios de resolver ou pelo menos minorar a situação de penúria em que se encontram. Os camponeses de Goiás, de Minas e São Paulo vão na vanguarda do grande movimento de organização das amplas massas do campo em Ligas Camponesas. Uma liga luta para que seja assegurado o direito de plantar em terras que vinham sendo cultivadas há 10 anos e agora são proibidos e ameaçados de expulsão. Isto acontece em Suinana no

¹⁹⁹ O Momento. 20 de agosto de 1946. BPEB.

²⁰⁰ O Momento. 05 de maio de 1946. BPEB

município de Olinda. os camponeses de Suinana dão exemplo que deve ser seguido por todos os camponeses ameaçados de esbulho de suas terras.²⁰¹

De acordo com o articulista, o mesmo estava acontecendo em São Paulo. Os colonos individualmente fizeram muitas reclamações em diversas fazendas e foram expulsos em virtude de não entregarem os produtos da lavoura ao senhor a preços injustos. Dessa forma, passaram a se organizar coletivamente, dentro das Ligas Camponesas, seguindo o exemplo dos camponeses de Suinana, a fim de obter maior pagamento pelo tratamento do café, pela reforma dos contratos, pelo melhor preço de seus produtos e a liberdade de venderem o milho, o feijão, o arroz e demais produtos de suas lavouras.

As Ligas constituídas pelo PCB na década de 1940 representavam um esforço dos comunistas na ampliação de suas bases políticas e o fortalecimento da aliança operário-camponesa. O foco inicial das Ligas, que se formaram na década de 1940, era o assalariamento rural nas diversas regiões do Brasil. No entanto, em contato mais próximo com o campo e com as diversas demandas dos trabalhadores rurais, o partido passou a considerar que As Ligas eram uma opção de mobilização direcionada também aos posseiros, rendeiros, meeiros.²⁰²

A bibliografia sobre o tema destaca a necessidade de traçar uma filiação entre as Ligas Camponesa, que surgiram a partir de Pernambuco na década de 1950, e as que surgiram na década anterior. O debate versa sobre a linha de continuidade, que não estava só na utilização da mesma nomenclatura, mas, sobretudo, na trajetória de militantes que acumulavam experiências de ter atuado tanto nos movimentos da década de 1940, organizados pelo PCB, quanto nos da década de 1950\1960, liderados pelo advogado e homem público Francisco Julião.

Rufino José da Costa é um bom exemplo desse tipo de liderança, pois teve atuação nas duas experiências citadas. Isso se deve ao fato de que a S.T.L continuou em funcionamento e mobilização política ao longo das três décadas, mesmo com o PCB posto na ilegalidade a partir de 1947. Oferecendo novas evidências, surgem pesquisas que afirmaram o contrário, ou seja, que as Ligas Comunistas foram interrompidas e duramente reprimidas após o registro do Partido ter sido cassado pelo Supremo Tribunal Eleitoral.²⁰³

²⁰¹ O Momento. 05 de maio de 1946. BPEB.

²⁰² Ver: MOTTA, Márcia; ESTEVES, Carlos Leandro. Ligas Camponesas: história de uma luta (des) conhecida. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (orgs.) **Formas de Resistência Camponesa**. Vol. II, São Paulo, Unesp, 2008.

²⁰³ SANTOS, Jovelina Silva. **Círculos operários no Ceará**: Instruindo, educando, orientando e moralizando (1915-63). Dissertação (mestrado). UFC, Fortaleza, 2004.

Márcia Motta e Carlos Esteves destacaram que os trabalhadores rurais junto ao PCB lançavam mão de numerosos artifícios para burlar os obstáculos existentes no âmbito jurídico.²⁰⁴ Uma das saídas foi promover no campo formas associativistas, cuja legislação permitia desde que não ficassem evidentes fins sindicais. A Sociedade dos trabalhadores da Lavoura do Iguape e da Terra Vermelha usaram desse artifício para resistir e se reinventar ao longo do tempo.

Figura 8: Camponeses do Iguape.



Fonte: Jornal O Momento. 21 de janeiro de 1946. n. BPEB

A fotografia retrata os trabalhadores da lavoura do Iguape no momento de solidariedade ao companheiro de associação Genésio de Jesus, que foi assinado por fazendeiros do Iguape. Mesmo diante da má qualidade da imagem, desfocada e desgastada pela ação do tempo, é possível perceber a predominância de homens negros. Dado fundamental que, cruzados com outras fontes, permite refletir acerca da S.T.L enquanto uma experiência de associativismo negro.

Em diálogo com Petrônio Domingues, compreendo associativismo como um processo dinâmico e conflitivo que combina resistência, assimilação e (re) apropriação de ações coletivas para defesa dos interesses específicos do grupo. A Sociedade de Lavradores

²⁰⁴ MOTTA, Márcia; ESTEVES, Carlos Leandro. Ligas Camponesas: história de uma luta (des) conhecida. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (orgs.) **Formas de Resistência Camponesa**. Vol. II, São Paulo, Unesp, 2008. p. 3.

representava um grupo de homens e mulheres negros e negras, em sua maioria, que nasceram e construíram suas vidas em antigos engenhos de açúcar lutando para serem reconhecidos como sujeitos de direitos na sociedade de pós-abolição, marcada por relações extremamente racializadas.

Retóricas de igualdade racial foram articuladas no bojo de ações coletivas de auxílio mútuo, de plataformas no campo de direitos e cidadania, de negociações em prol de demandas sociais, políticas culturais de intervenções nas estruturas formais de poder, em suma, no âmbito de sonhos e expectativas de inclusão social, reconhecimento e plena participação na vida nacional.²⁰⁵

A população camponesa do Iguape na década de 1940 vivenciou experiências por meio das quais se sentia parte de um mesmo grupo, forjando solidariedades e estabelecendo diálogos entre si e com as agências do Estado em busca dos seus interesses. Nos espaços como a S.T.L, diretamente ligados às lutas da população negra por cidadania, as ideias circulavam, projetos políticos eram gestados e redes sociais construídas.

A figura do líder da sociedade Rufino José da Costa é fundamental para compreensão desses anseios políticos, que eram, sobretudo, uma forma de reivindicar a participação de sujeitos negros nos projetos de nação e uma maneira de criticar as relações racializadas do lugar social onde estavam inseridos.

Através do registro de óbito de Rufino datado de 1962 resgatei mais informações sobre ele. Era um homem de cor preta, nascido no imediato pós-abolição 1896, lavrador, eleitor, residente da Terra Vermelha. Rufino era casado com Maria da Glória Silva Costa, companheira de luta no movimento camponês, o líder do movimento faleceu aos 66 anos sua esposa e filhos.²⁰⁶

O fato de Rufino da Costa ser eleitor é importante para perceber a ligação da população camponesa e negra com o Partido Comunista do Brasil para além da criação da associação, uma vez que, o presidente da S.T.L era filiado ao PCB, suplente do secretariado municipal do Partido em Cachoeira e saiu candidato pela chapa popular nas eleições de 1945. Passados dois anos, em 1947, Rufino José saiu candidato a vereador, nesse período o Partido estava na ilegalidade. O trabalhador rural e seus companheiros eram vistos como os

²⁰⁵ DOMINGUES, Petrônio. Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 34, n. 67, 2014. p. 271-272

²⁰⁶ Cartório de Registro Civil de Cachoeira. Registro de óbito. Livro 43. n. do óbito 7137. Rufino da Costa morreu na década de 1960, após o processo de ocupação e loteamento de parte das terras da Fazenda Nossa Senhora da Vitória, o movimento político de acesso às terras devolutas liderado por ele.

candidatos de Prestes no Município de Cachoeira, representantes da força política do PCB, mesmo com intensa perseguição do Governo Dutra.²⁰⁷

Não foi possível encontrar mais informações acerca das suas candidaturas, mas saber que elas existiram possibilita perceber a relação de um trabalhador rural negro com a política institucional. Caminhos pavimentados desde o imediato pós-abolição, quando ex-escravizados se alistaram na qualificação de votantes. A trajetória de Rufino José contribui na compreensão de diferentes atuações dos negros em movimentos de esquerda no Brasil.

Saber dessa questão permite refletir acerca de visões consolidadas na historiografia sobre a participação da população negra e pobre na vida pública ao longo da história do Brasil Republicano. Esses casos abrem espaço para pensar até que ponto essa camada da sociedade não buscou a representação política como forma de contestação da cidadania, como estratégia legítima de resolução dos problemas coletivos.

A conjuntura das eleições de 1945 foi o momento em que as discussões raciais dentro do Partido Comunista do Brasil sofreram alguns avanços, fato que pode ter contribuído para o desenvolvimento de ações pautadas na intersecção entre classe e raça. O debate em torno de como o PCB tratou as reflexões acerca da questão racial é bastante complexo, uma vez que, na década de 1920 essas discussões não eram colocadas no bojo das teses e resoluções do Partido.

A história da escravidão não se apresentava como central para compreensão do PCB acerca das mudanças históricas e desigualdades sociais. Quando começaram a aparecer foram enviesadas pelos movimentos negros dos Estados Unidos, sem focar nas especificidades do racismo à brasileira, uma sociedade marcada pelo mito da harmonia entre as raças e a democracia racial.

Para Pedro Chadarevian é possível distinguir duas fases radicalmente opostas na abordagem comunista da questão racial.²⁰⁸ Até meados da década de 1930, a tendência do PCB era negar a existência de um problema racial, concentrando suas análises nas teses econômicas, numa perspectiva classista. Posterior a esse período, sua linha teórica começou a apontar críticas à condição de negros e indígenas na sociedade brasileira, amparadas nas ideias de raça e racismo.

Edilza Sotero considerou que na década de 1930 as questões do Partido com as relações raciais tornaram-se mais evidentes devido à criação da Frente Negra Brasileira

²⁰⁷ Ver: O Momento. 20 de agosto 1946 e 21 de dezembro de 1947. BPEB

²⁰⁸ CHADAREVIAN, Pedro. Raça Classe e revolução no Partido Comunista Brasileiro (1922-1964). **Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 20, 2012.

(FNB) e as mudanças dentro da estrutura do PCB, com uma linha voltada à stalinização. Na resolução de 1930 da Internacional Comunista, um dos temas tratados foi a realização de sistemáticos trabalhos entre as raças oprimidas (negros e índios). Para os dirigentes comunistas, esse trabalho possibilitaria ao Partido a extensão da sua influência entre as massas no processo de organização das lutas pela autodeterminação, liquidação dos privilégios dos brancos e a devolução das terras roubadas pelos colonizadores.

A socióloga ainda destacou que, no final da década de 1930, com a realização do congresso Afro-Brasileiro sob a liderança de Édison Carneiro, os temas da questão negra foram reinterpretados no PCB. O discurso sobre o negro como nacionalidade oprimida foi se transformando no debate sobre o negro como formador da nação e o Partido precisava desenvolver trabalhos sérios e sistemáticos junto a essa população.²⁰⁹

No estado da Bahia, cuja população era predominantemente preta e parda, dados dos censos demográficos de 1940 e 1950, a principal evidência do entrelaçamento das relações trabalhistas e sindicais com as questões de raça e classe eram através das práticas de racismo contra os trabalhadores e sindicalistas negros. O preconceito racial nesse período passou a ser tema recorrente nas páginas das edições de jornais comunista.²¹⁰

As experiências de Rufino José da Costa enquanto líder político e as demandas do grupo que ele representava — trabalhadores rurais, em sua maioria negros, moradores dos antigos engenhos de açúcar, região marcadamente escravista —, podem contribuir para percepção de como militantes negros mobilizaram ideias de esquerda para avançar nas agendas de classe e raça, disputando na prática projetos políticos do Partido. Esse caso também pode ser usado para debater até que ponto a esquerda se envolveu de forma ampla com a luta antirracista.

III.3- Ações da Sociedade dos trabalhadores da Lavoura nos antigos engenhos do Iguape.

Os lavradores que se reuniram na casa de Alfredo José da Hora, no mês de julho de 1946, para aprovar o estatuto e a diretoria da Sociedade dos Trabalhadores da Lavoura da Terra Vermelha e do Iguape. Fizeram a leitura do contexto social que estavam inseridos e

²⁰⁹ SOTERO, Edilza Correria. **Representação Política Negra no Brasil Pós-Estado Novo**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2015. Pp.209-214.

²¹⁰ Ver: SOUZA, Edinaldo Antonio Oliveira. **Trabalho, Política e Cidadania: Trabalhadores, Sindicatos e Luta por Direitos (Bahia, 1945-1950)** Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 2015. p. 81-85.

perceberam que a organização política via associativismo era uma forma de fortalecer as resistências históricas e cotidianas nas disputas pelo acesso e permanência nas terras.

Aos quatorze dias do mez de julho de mil novecentos e quarenta e seis as quinze horas na residência do senhor Alfredo José da Hora no Distrito de Terra Vermelha, Município de Cachoeira Estado da Bahia reuniram-se com o fito especial de fundar a Sociedade dos Trabalhadores da Lavoura no Distrito de Terra Vermelha, abrangendo o Valle do Iguape as pessoas que assinaram nos estatutos foi aclamada para presidir o trabalhos da Assembleia, o senhor Marcos Ferreira Lucas que aceitando a incumbência convidou assim José Toscano de Britto para secretaria-la e lavrar a presente ata, ficando assim constituída a mesa. (...)Em seguida o presidente determinou que fosse proferida a eleição para os cargos sociais verificando os seguintes resultados por aclamação. Presidente Rufino José da Costa, Vice-Presidente Lucio Reis da Silveira- Secretário Ignacio Ferreira-Tesoureiro Alfredo José da Hora, Comissão Fiscal Marcos Ferreira Lucas, Elisaldo de Jesus, Estevam Invenção das Chagas. Suplentes da diretoria executiva Genésio de Jesus, Alberto de Sant'Ana, Arlindo José da Hora-Erotildes da Hora. Suplentes da Comissão Fiscal- Nelson de Jesus, Renato Purificação dos Santos, Otacilio Aragão²¹¹.

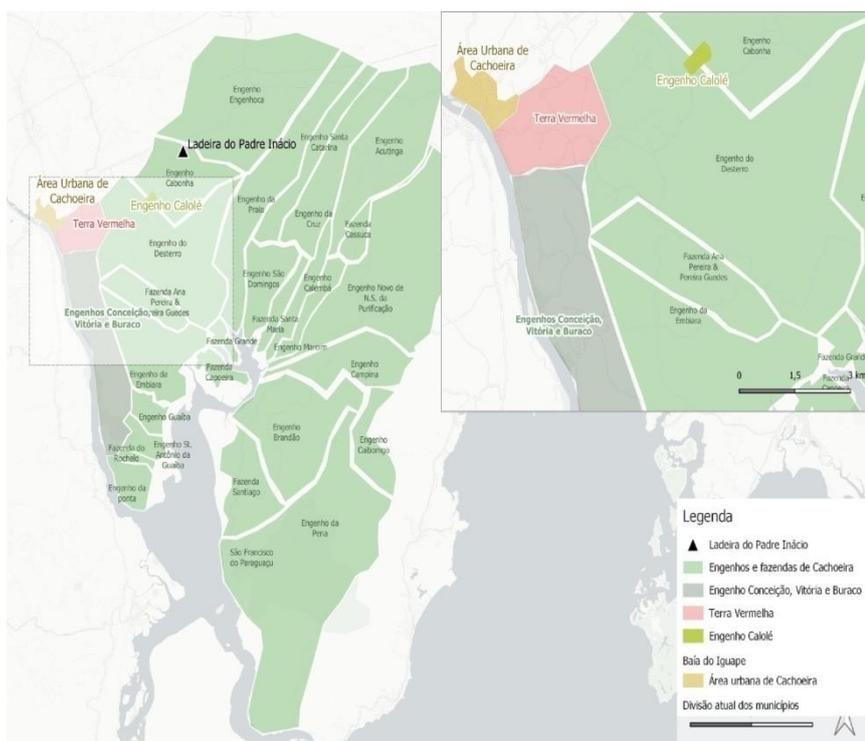
O Distrito da Terra Vermelha, onde aconteceu a reunião fundamental, estava localizado numa zona que interligava os Engenhos Victória, Buraco, Conceição, Calolé e Desterro, área de circulação dos sujeitos aqui acompanhados.

O fato das reuniões ocorrerem nos locais de moradia dos associados, as grandes fazendas, áreas de litigio, era uma forma de reivindicar questões ligadas à sua imediata sobrevivência, contestando em lutas concretas os espaços de poder dos grandes proprietários. Isso justificava também estas organizações manterem o nome da localidade em que surgiram.²¹²

²¹¹ Fórum da cidade de Cachoeira-Ba. Cartório de Registro de Imóveis. Livro de Registro de Títulos B.1946.

²¹² Ver: O'DWYER, Eliane Cantarino. **Da proletarização renovada à reinvenção do campesinato**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 1988. E GRYSZPAN, Mário. **Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.

Figura 9- Zona Terra Vermelha.



Fonte: produzido a partir dos registros de terras eclesiásticas e inventários da região.

Enquanto lutavam para acessar e/ou permanecer nas terras, e, sobretudo, pelo direito à produção de roças, a população campesina organizaram-se em associações que coletivamente recorriam às autoridades, promoviam manifestações públicas e denunciavam os desmandos dos fazendeiros na imprensa popular.

A Sociedade dos Trabalhadores da Lavoura da Terra Vermelha e Iguape buscaram em suas reivindicações resgatar argumentos relacionados à quantidade de tempo que seus associados ocupavam o território como justificativa para novas situações de lutas. As tradições não estavam presas a um lugar de memória imóvel, elas poderiam ser inventadas e reinventadas, e assim foram nas mobilizações políticas dos lavradores da região.²¹³

Manoela Pedroza, ao investigar as disputas por terras dos posseiros nos sertões cariocas e na Baixada Fluminense, fez uma análise do conceito de cultura. A autora destacou que os movimentos sociais adquiriam sentido quando analisados em seus próprios contextos, a partir de suas vivências e possibilidades onde as forças dos camponeses eram polarizadas

²¹³ Ver: NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, nº 10, São Paulo, 1993; HOBBSAWN, Eric. Introdução. In: HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A Invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

para o enfrentamento das explorações dos dominantes. Para a pesquisadora, a resistência camponesa no Brasil representa uma herança cultural que reafirma na prática cotidiana, a capacidade de pensar e agir dos trabalhadores.

A historiadora operacionalizou o conceito de tática de Michel de Certeau, no qual “os mais fracos se organizariam para responder sempre a situações novas e o caráter tático seria a marca de ações num sistema dominado por interesses dos mais fortes”. Ela considerou que as batalhas dos camponeses para se manterem em suas posses era uma forma de resistência tática, pois é sempre uma ação no território do outro.;²¹⁴

Dessa forma, o processo de lutas por terras da população negra do Vale do Iguape, tanto o passado mais remoto, evidenciada pela permanência dos egressos do cativo nos espaços onde viveram experiências de escravidão, construindo laços familiares e de solidariedades, quanto na década de 1940, quando reivindicaram a identidade camponesa e se organizam politicamente para continuar vivendo e produzindo no território ocupado historicamente, pode ser compreendido como uma resistência tática. Uma vez que, os conflitos se dão entre os trabalhadores rurais e os herdeiros senhoriais pelo direito ao exercício de propriedade. Através dessas disputas, a noção de propriedade privada em sua orientação liberal é contestada.

No ano de 1946, o presidente da S. T. L Rufino José da Costa esteve no Rio de Janeiro, capital da República, onde tratou de assuntos ligados à associação com outras organizações camponesas da Capital Federal. Em entrevista ao jornal *O Momento*, Rufino relatou as causas das suas lutas.

Os problemas dos camponeses daqui- Iniciou o Sr. Rufino- tanto dos rendeiros como dos pequenos proprietários são vários. Temos muitas reivindicações a conquistar. Não é possível que uma tarefa de terras seja arrendada por cem cruzeiros e os rendeiros vejam suas roças invadidas pelos latifundiários, conforme se deu outro dia com o tesoureiro da sociedade, Alfredo, vítima dos homens mais reacionários daqui os latifundiários José e Francisco Muniz que mandaram arrancar tarefa e meia de aipim, com cinco meses de plantada. Toda solidariedade, como é natural a S.T.L tem dado a Alfredo na sua luta contra os Munizes, Já constituímos advogado, falamos com as autoridades, para que sejam derrotados os homens mais reacionários daqui²¹⁵.

A principal pauta política da Sociedade era a conquista de terras para os seus associados. Os altos preços do arrendamento e as perseguições dos proprietários das

²¹⁴ PEDROZA, Manoela. Sanear, Despejar, Resistir: revisitando o debate sobre a luta pela terra nos sertões cariocas e na Baixada Fluminense nas décadas de 1940 e 1960. *Ruris*, v.4, n. 2, 2010. p.5

²¹⁵ O Momento. 05 de março de 1948.BPEB.

fazendas, onde estes sujeitos possuíam roças apareciam como problemas cotidianos nas tensões enfrentadas.

Uma prática comum utilizada pelos herdeiros dos senhores de engenhos, como forma de retaliação aos pequenos lavradores, era soltar os animais nas suas plantações, destruindo seus projetos de vida e manutenção da família no campo.

Uma ação nesse sentido aconteceu nas terras arrendadas por Alfredo. De acordo com Rufino José, os responsáveis foram os Monizes, que além de invadirem a roça, destruíram uma tarefa e meia de aipim plantada pelo lavrador.

Não é possível que uma tarefa de terras seja arrendada por cem cruzeiros e os rendeiros vejam suas roças invadidas pelos latifundiários, conforme se deu outro dia com o tesoureiro da sociedade, Alfredo, vítima dos homens mais reacionários daqui os latifundiários José e Francisco Muniz que mandaram arrancar tarefa e meia de aipim, com cinco meses de plantada²¹⁶.

José e Francisco Moniz, que aparecem na reportagem como os homens reacionários que perseguiram trabalhadores rurais, são bisnetos do ex-senhor de Engenho Egas Moniz Barreto de Aragão. Os descendentes da família permaneceram nesse território, sendo caracterizados como elite do Recôncavo açucareiro.

Até 1943, a então Usina Vitória do Paraguaçu Ltda era administrada por Francisco Júnior, pai dos fazendeiros citados na entrevista. Referente à transformação do engenho em usina, Jôsy Miranda, em estudos na área das ciências sociais sobre a Fazenda Nossa Senhora da Vitória, destacou que Francisco Moniz Barreto de Aragão, nos primeiros anos do século XX, já idealizava essa mudança. Nas décadas seguintes, Francisco de Aragão Júnior prosseguiu com o projeto inovador.

Durante a administração de Francisco Aragão Júnior houve uma retomada no processo de mecanização da produção na então Usina Vitória do Paraguaçu, incluindo a instalação de gerador de energia movido a gás, expansão do calçamento no largo do casarão e da Usina, criação do posto ambulatório para atendimentos aos moradores e funcionários da Usina, cujo atendimento era realizado por dois de seus filhos que se formaram em medicina, José e Francisco. Francisco atuava em sua área e na administração da Usina juntamente como o pai.²¹⁷

²¹⁶ O Momento. 05 de março de 1948. BPEB.

²¹⁷ MIRANDA, Jôsy Barcellos. “**E não se ouviu mais o apito da Usina**”. Aspectos da formação histórica da Comunidade Remanescente de Quilombos do Engenho da Vitória, em Cachoeira-Ba. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2014. Pg. 43.

A pesquisadora destacou ainda que, em 1936, no seu primeiro testamento, Francisco de Aragão Júnior ordenou que seu filho comprasse equipamentos rumo à modernização nas suas terras.

As tensões envolvendo os Monizes e as terras que administram secularmente se davam devido à contestação de direitos das famílias de lavradores adquiridos pela força do costume, reafirmada através de contratos de arrendamentos.

Na vitória as jacas, cajus e lenha ficam se perdendo, sem ter o povo nenhum direito de tocar. Quem é doido? Outro dia quando Alfredo foi tomar as providências para receber a indenização na roça dele invadida pelo Senhor Francisco Muniz, este disse que na sua fazenda a lei é a bala e disse que Alfredo está querendo é ir presos com esse negócio de falar com o juiz.²¹⁸

“O principal conjunto de infrações era a caça ou pesca clandestina de veados, coelhos, lebres e peixes. Eram passíveis de morte se os infratores estivessem armados e disfarçados (...) outros delitos se referiam a derrubada de árvores, pomar ou plantações”.²¹⁹ O trecho acima se refere a alguns delitos da chamada Lei Negra, que vigorava no século XVIII na Inglaterra, mas a ideia de punir com a morte a ações consideradas como crimes contra a propriedade, continuaram sendo acionadas por proprietários rurais ao longo do tempo e em diferentes recortes espaciais.

Na primeira metade do século XX, os Monizes em práticas mandonistas, se valendo das estruturas oligárquicas que os colocavam enquanto proprietários legais da terra, ameaçavam usar da violência para o controle do seu território. Território compreendido aqui não como a terra somente, mas também, o que era produzido nela, como as frutas e as madeiras, que auxiliavam na consolidação de um projeto de vida camponês dos lavradores do Iguape.²²⁰

Diante da violência experienciada por Alfredo, tesoureiro da S.T.L, a associação contratou um advogado para resolver o problema. De acordo com Rufino, esse era o dever da Sociedade, lutar pelo fim das perseguições de forma destemida. A atitude dos lavradores em contratar um advogado para que os Monizes pudessem indenizar Alfredo, pela perda da sua plantação de aipim, além de demonstrar o caráter mutualista da associação, revela que esses homens reconheciam o âmbito jurídico como uma possibilidade de resolução dos problemas.

²¹⁸ O Momento. 05 de março de 1948. BPEB.

²¹⁹ THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e Caçadores**: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Pg. 22

²²⁰ Sobre o conceito de mandonismo ver: CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, vol. 40, nº2, Rio de Janeiro, 1997.

Edward Palmer Thompson, através do estudo da Lei Negra, nos ajuda a entender que a lei é uma arena de disputa, onde conflitos são travados. Esta não deve ser vista como uma simples imposição sobre os homens, e sim, como um campo das relações sociais, que penetra todos os níveis da sociedade. As leis teriam o poder de mediar relações de classes existentes para proveito dos dominantes, mas, por outro lado, essa mediação se dava através de mecanismos legais que, continuamente, impunham restrições às ações dominantes, abrindo brechas para que os destituídos de poder pudessem atuar.²²¹

O fato da direção da associação, em suas reivindicações, enfatizar que a Sociedade era legalmente registrada, contribui para compreensão das leituras que esses trabalhadores faziam da esfera jurídica. Em especial, por serem militantes ligados ao PCB, Partido recorrentemente posto na ilegalidade.

Os irmãos Domingos e Edésio do Monte também apareceram na referida reportagem, como vítimas dos desmandos dos Monizes. Edésio concedeu uma entrevista ao Jornal *O Momento* explicando a contenda:

Eu e meu irmão também estamos sendo perseguidos pelo senhor Francisco-começa Edésio, ele me botou para fora de um terreno, o seu administrador chegou uma vez lá em casa com um chicote na mão me ameaçando. Eu que não queria apanhar resolvi pedir na Cachoeira a uns dos amigos dos Muniz para pedir a seu Francisco que não me botasse pra forra. Nada disso resolveu, o único jeito foi sair do terreno da fazenda Vitória, se eu não fosse trabalhador estava era pedindo esmolos na rua. Eu espero que eu venço a questão. Se Deus quiser!²²²

A fala do lavrador apresenta querelas cotidianas que demonstram a linha tênue que separavam as experiências vividas na Fazenda Vitória no contexto da escravidão, e da liberdade. O fato de o administrador chegar com o chicote na mão é característico de como a elite açucareira do Recôncavo não conseguia superar as relações estabelecidas no período escravocrata.

No entanto, nessa luta de classe, onde, de um lado estavam os herdeiros de senhores de engenhos, e do outro, os lavradores descendentes de indivíduos escravizados, aqueles que não detinham o direito legal da terra, ou seja, o título da propriedade, buscavam por meio jurídico questionar os usos desses espaços e lutar contra condições que os reaproximavam de um passado escravista.

²²¹THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e Caçadores:** a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Pg.356.

²²²O Momento. 05 de março de 1946. BPEB.

Nesse sentido, a lei aparece como um componente intrínseco ao conflito que se caracteriza, não como uma luta contra a propriedade, mas entre definições distintas de propriedade. As ações dos lavradores nas terras da Fazenda Vitória podem ser vistas como resistência contra a definição de propriedade que não compreendia as famílias negras estabelecidas neste território enquanto sujeitos de direitos.

Essas arbitrariedades contra famílias negras de lavradores aconteciam em outras fazendas do Vale do Iguape, a exemplo do caso exposto ao *O Momento*, por Antônio Souza, filho do lavrador Oscar de Jesus:

O seu pai é o velho lavrador Oscar de Jesus, este trabalhou durante 30 anos para Jorge Augusto Novis, no Engenho Campina, município de Cachoeira. Decorrido todo este tempo, adoecendo, o velho camponês arrendou ele um pedaço de terra do engenho, por 600 cruzeiros anuais, fez a sua plantação de legumes e cana na esperança de poder levar uma vida descansada cuidando de sua roça. Mas o latifundiário Jorge Novis lançou os olhos sobre o lavrador que já possuía um boi. E o “coronel” mandou plantar capim nas terras do velho Oscar e meteu gado nas canas, antes da safra, desde aquela época vem o camponês sofrendo perseguições que pioram com a sua recusa de trabalhar de graça “botando cana para latifundiário” sem nenhuma explicação o proprietário mandou o camponês retirar-se das terras do engenho. Este tem quatro casinhas construídas sobre a terra, mas nenhuma indenização querem lhe pagar²²³.

Antônio narrou ao jornal que, Jorge Novis não consentia que ninguém possuísse gado nas suas terras, e ainda exigia que na época de colheita das safras de cana os moradores trabalhassem para ele sem receber nada. Quem não aceitasse o ditame, tinha o mesmo destino que seu pai, era expulso sem negociação. Principalmente porque os rendeiros não costumavam ter os recibos das quantias que pagavam pelas terras, ficando assim sem direito assegurado.

Essa prática era bastante recorrente na região, pois a maioria dos contratos entre fazendeiros e pequenos lavradores era implícito, baseava-se na força da palavra e em práticas costumeiras. No entanto, quando percebiam a ameaça ao seu direito à propriedade, a exemplo da criação de gados e construção de mais de uma casa pelo rendeiro, estes fazendeiros não reconheciam os contratos e agiam de forma arbitrária.

²²³ O Momento. 08 de maio de 1946.BPEB.

Figura 10: Lavrador Oscar de Jesus e sua família



Fonte: O Momento. 21 de janeiro de 1946. n. BPEB

Os Novis eram proprietários de um extenso território, na região do Iguape, as terras do antigo Engenho Campina, pertencente no século XIX ao Barão de Alagoinhas. De acordo com Antônio Souza, seu pai trabalhava nessa localidade há mais de trinta anos.

Através livros de batismo da Freguesia de São Thiago do Iguape, recuperei Emília, escravizada de Francisco Pereira Sodré, O Barão de Alagoinhas, batizando seu filho Oscar, no ano de 1872, tendo como compadres o Frei João do Carmo e D. Cora Coutinho Sodré Pereira.²²⁴ É possível que seja o mesmo Oscar da reportagem que tenha permanecido no antigo engenho Campina. Mas, ainda que não se trate da mesma pessoa, a família de Oscar de Jesus ocupava essas terras há trinta anos, de acordo com a reportagem, desde a primeira década da abolição legal da escravidão, e mesmo depois de se tornar rendeiro, o senhor Oscar teve o seu direito de posse ameaçado.

O articulista ponderou que Antônio Souza compreendia que o problema não se resolveria indenizando as casinhas e a roça do seu pai, uma vez que, a luta desses trabalhadores não era somente pelas benfeitorias, era, sobretudo, uma peleja contra os latifúndios de 1.800 tarefas, como o dos Novis. A alternativa seria a distribuição dessas

²²⁴Livro (1871-1884). **FamilySearch**. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

terras entre os camponeses, possibilitando o cultivo e a colheita segura. Ao finalizar a reportagem, o papel das associações como a S.T.L nas lutas camponesas de forma coletiva foi novamente reforçado pela imprensa comunista.

O arrendamento é uma forma secular de acesso à terra por parte do pequeno produtor, no Vale do Iguape essa era a prática mais comum. No entanto, outras maneiras de acessar um espaço para plantação foram desenvolvidas na região. O depoimento de Seu José Conceição é revelador dessa diversidade:

Lá no Iguape eu tenho duas e meia tarefas de terra, que trabalho desde 60 anos atrás. Logo quando eu fui trabalhava três dias de graça para o dono da fazenda, depois ele passou a cobrar cinquenta mil tarefas de terra, e agora o proprietário falou que vai aumentar para cem mil reis, se pagando cinquenta não dá, agora veja o senhor como não vai ser quando passar para cem.²²⁵

Seu José conseguiu acessar terras no Iguape, no primeiro momento utilizando sua força de trabalho como forma de barganha. Posteriormente passou a ser renteiro, e, assim como a maioria dos seus companheiros, reclamava acerca do preço injusto do foro. Outro camponês informou que tinha uma roça de três tarefas na fazenda Cassinum, desde 1927, e pagava trezentos cruzeiros, mas o proprietário iria aumentar para seiscentos cruzeiros. Tendo ele doze filhos, não daria para pagar esse valor.²²⁶

O lavrador Agnelo, aproveitou a entrevista e fez uma convocatória a todos os trabalhadores que, assim como ele, cultivavam roças em terreno foreiro, a se unirem na Sociedade dos Trabalhadores da Lavoura da Terra Vermelha e do Iguape, a qual Agnelo classificou com um importante instrumento de luta.

O articulista aproveitou para destacar que devido às reivindicações da associação, uma escola primária foi instalada na região e atendia cinquenta alunos, filhos de camponeses da Terra Vermelha. Informação fundamental na apreensão dos projetos de vida da população negra no pós-abolição. As demandas da S.T.L ultrapassam o debate do acesso à terra, esses sujeitos reivindicavam cidadania também a partir do letramento.

Aquele prédio ali é o mais velho da antiguidade dessa aliança, meu pai não construiu um instituto para arranjar aquele prédio. Porque a escola foi no tempo do meu pai mais moderno. Quem veio ensinar aqui foi dona Anita ela vinha a pé, papai deu a casa para ensinar prevendo isso ai tinha aqueles políticos, muito deputado em Salvador, ai papai conversando dizia: “sabe Rufino, vou fazer a sua vontade”, papai dizia: “não, fazer minha vontade não, vai fazer a vontade dos pais das crianças que tá precisando de

²²⁵ O Momento. 20 de julho de 1949.BPEB.

²²⁶ Idem.

colégio”. Escola São Paulo, ai mudaram o nome, ai depois botou Rufino, depois mudaram o nome novamente.²²⁷

As memórias do filho de Rufino José, Seu Aguinaldo Costa, corroboram com as informações divulgadas no periódico *O Momento*. Seguindo a linha dos movimentos sociais de trabalhadores do campo que compreendiam a importância da educação na luta pela ampliação dos direitos, a construção de uma escola para os filhos da classe trabalhadora foi um projeto disputado pela Associação Civil.

Figura 11: Prédio da Antiga Escola São Paulo.



Fonte: Acervo de pesquisa de campo.

O prédio onde funcionou durante um período longo a Escola Primária São Paulo representa para Seu Aguinaldo da Costa um lugar de memória, atravessado por sentimentos de conquistas e expropriação. Uma vez que, por questões políticas contemporâneas, a Unidade de Ensino deixou de funcionar cedendo espaço para um posto de saúde.

Rufino José da Costa, um militante comunista, à frente da S.T.L foi fundamental para conexão desse grupo com outros setores sociais, a exemplo do PCB como importante agente mobilizador das lutas da classe trabalhadora no período. Na figura desse importante personagem centrava-se o trabalhador rural e o político.

²²⁷Entrevista realizada no dia 01\05\2021 com Aguinaldo Silva Costa, morador da Comunidade Quilombola Terra Vermelha.

As lutas dos lavradores da região não eram mediadas por um líder externo, ao contrário, era um lavrador que falava para outros, em condições próximas a dele. Esse é um fato fundamental para reflexão acerca dos espaços de autonomia desses sujeitos, ao incorporar novas identidades e ações políticas, que não eram moldados em suas realidades de fora para dentro.

Os trabalhadores rurais, compreendidos neste estudo dentro da sua diversidade, não abarcavam somente os funcionários fixos das usinas de açúcar, mas também, os jornaleiros, os avulsos, rendeiros e pequenos proprietários, classe social que experienciou diversas formas de violências. Diante disso, suas próprias demandas respaldavam o apoio às diretrizes do Partido, às investidas na criação de comissões democráticas e outras demandas populares.

CAPÍTULO IV

Entre esperanças de vida e conquistas efetivas: famílias de posseiros do Iguape e o direito às terras devolutas.

A Liga Camponesa de Terra Vermelha e Iguape, município de Cachoeira-Bahia lança através de V Excia, Deputado Pedro Pomar, o seu enérgico protesto contra a chamada Lei de Segurança do Estado, pois sabemos que essa Lei vem oprimir ainda mais nós camponeses que labutamos de Sol a Sol, no cabo de uma enxada, num pedacinho de terra, arrendando pela hora da morte, sem qualquer assistência, vendo os nossos filhos crescerem sem ao menos o direito de assinar o nome na mais completa ignorância.

(O Momento, 1949)

A transição da década de 1940 para 1950 foi bastante agitada para os trabalhadores da lavoura do Iguape e da Terra Vermelha. O trecho do documento contra a Lei de Segurança do Estado foi assinado pelo presidente da Liga, Manoel Ferreira e demais líderes, dentre eles Rufino José Costa, fundador da Associação, e parte da família Costa, sua companheira Maria da Glória Costa e suas filhas Romilda Silva Costa e Valdelice Silva Costa.

A Sociedade dos Trabalhadores da Lavoura da Terra Vermelha e do Iguape (doravante STL) sempre esteve atenta às ações direcionadas pelo Partido Comunista do Brasil e assim como outras organizações de trabalhadores, se posicionou contrária à Lei de Segurança do Estado, que em novembro de 1949 tramitava no Congresso e prenunciava o estabelecimento de asfixia da opinião e manifestação popular.

Vários artigos tecendo críticas ao Projeto de Lei foram publicados no jornal *O Momento*, importante veículo de circulação das linhas políticas e ações comunistas. A insatisfação da S.T.L, expressada através do abaixo assinado encaminhado ao deputado pecebista Pedro Pomar, certamente tinha relação com as orientações do Partido. Mas diante da conjuntura socioeconômica, pela qual passava o Iguape no referido período, não era interessante para a Associação dos trabalhadores rurais ter seus direitos a reivindicação cerceados.

Ao recuperar a resistência do trabalhador negro frente ao processo de proletarização nas sociedades de pós-emancipação, Eric Foner defendeu que a classe de libertos relativamente autônomos emergiu tanto das articulações políticas deste grupo, quanto dos conflitos travados entre fazendeiros e ex-escrivizados. Thomas Holt considerou que a maior

parte dos ex-escravos constituiu um proletariado rural por volta do século XX e a variedade de trabalho alternativo era a chave de acesso à terra, na qual os trabalhadores puderam estabelecer uma propriedade livre.

Como já foi destacado em outro momento nesse texto, a transformação do Engenho Victória em Usina aconteceu no início do século XX, como resposta a uma das crises enfrentadas pelo setor açucareiro no imediato pós-abolição. Essa foi uma estratégia bastante comum na região: herdeiros senhoriais investiram na modernização dos antigos engenhos, na tentativa de se manterem no mercado que suas famílias ocuparam secularmente.

Figura 12: Fazenda Nossa Senhora da Vitória



Fonte: Acervo digital do IPHAN.

A fotografia acima é datada de 1943,²²⁸ quando parte da fazenda foi inscrita no livro de tomo histórico.²²⁹ A imagem retrata, mesmo que sem a exatidão dos detalhes, as condições materiais da casa de residência da fazenda Vitória e das instalações onde possivelmente funcionavam a usina de açúcar e o alambique. Relatos de Otílio Moniz,²³⁰ gerente administrativo da Usina no período, dão conta de que as safras de 1942 e 1943 haviam sido satisfatórias, sendo produzidas na Vitória do Paraguaçu 24 mil sacas de açúcar.

²²⁸ Ver: IPHAN. Livro do tomo histórico. Inscrição: 206.23 de março de 1943.

²²⁹ Ver: IPHAN. Livro do tomo histórico. Inscrição: 206.23 de março de 1943.

²³⁰ APEB\Setor Judiciário\Processo Civil de Falência da Usina Victória do Paraguaçu\Notação: 186-03-07.

No entanto, no ano seguinte essa realidade foi bem diferente e a Vitória entrou em decadência.

O Recôncavo da Bahia estava vivenciando o agravamento da crise no setor de produção voltada para exportação, algumas usinas de açúcar e fábricas de charutos decretaram paulatinamente falência. Em uma escala de análise mais ampla, alguns fatores são fundamentais para compreensão da crise que assolava a Usina Vitória do Paraguaçu,²³¹ no Iguape, a partir do final da década de 1940.

A economia da Bahia sofreu influência negativa após a eclosão das duas guerras mundiais, em especial por se manter centrada numa base agroexportadora. O setor fumageiro, por exemplo, era controlado por firmas alemãs. Os conflitos entre nacionais e estrangeiros causaram tensionamentos sérios, gerando, sobretudo, uma onda de demissão dos empregados originários dos países do eixo.²³² O setor açucareiro não escapou dessa realidade.

Os fatores elencados pelos Monizes para a falência da Usina Vitória foram: as dificuldades e a concorrência enfrentadas pelo açúcar brasileiro no mercado externo no período pós-guerra, os vários empréstimos feitos para reformar o maquinário, o aumento da mão de obra, a não intervenção do Instituto do Açúcar e Alcool frente à crise,²³³ bem como, os fenômenos naturais – inverno antecipado e enchentes do Paraguaçu.

Em meio ao contexto de declínio da Usina Vitória do Paraguaçu, começam a surgir algumas ações trabalhistas impetradas contra a empresa.

Diz Tito Francisco da Cruz, brasileiro, casado operário, ora residente nesta cidade que sendo empregado da Usina Vitória desde começo do ano de 1917, ali exercia o seu mister de mecânico até o dia 04 de agosto de 1950 data em que foi injustamente despedido pelo Dr. Otílio Moniz Barreto de Aragão, que se achava como ainda agora se acha na direção da referida Usina. (...). Pede o reclamante a sua reintegração, condenando-se a

²³¹ A Usina Vitória do Paraguaçu localizava-se no território da Fazenda Vitória que na década de 1940 era composta por três antigos engenhos de açúcar: O Engenho Victória, o Engenho do Buraco e o Engenho Conceição.

²³² BRAGA, Carlos Augusto Santos Neri. **Operarias Negras: Lutas e controle patronal na CIA Charutos Dannemann e na Santos Costa Penna & CIA. (1910-1950).** Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia, 2021.

²³³ O Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) foi criado através do Decreto N. 22.789\1933 com a responsabilidade de fomentar a indústria açucareira em parceria com a União e os estados, dentre as medidas, estavam cotas de produção, impostos e taxas. A não intervenção do IAA apareceu no depoimento de Otílio Moniz, gerente da Usina, como uma das causas da falência da empresa: “No final da década de 1940 a Usina ficou 30 dias sem funcionar, devido às enchentes do Rio Paraguaçu. Diante desta situação, recorri ao IAA apelando que o Instituto aproveitasse a enorme safra existente no campo, cerca de 45 mil toneladas, mas o órgão não interviu e isso contribuiu para que a Usina entrasse em decadência”.Ver: APEB.Setor Judiciário.Processo Civil de Falência da Usina Victória do Paraguaçu.Notação: 186-03-07.

reclamada ao pagamento de todo o tempo do seu afastamento do emprego e mais pronúncias de direito.²³⁴

A principal reclamação apresentada era demissão sem justa causa. Além de Tito da Cruz que foi demitido após 34 anos de serviços prestados à Usina, foi possível recuperar outros dois processos trabalhistas, sendo um deles coletivo, onde Constantino Alves Barbosa, Edgard Pereira da Costa e José Sacramento questionavam a demissão após inúmeros anos de trabalho.²³⁵

Dois anos após a eclosão desses processos, a Usina Vitória do Paraguaçu decretou falência. Em vista disso, as alegações dos trabalhadores caminharam para outra direção, uma vez que, não fazia mais sentido solicitar reintegração aos seus cargos, a disputa judicial travou-se para que o tempo de serviço fosse pago.

No entanto, a indústria não entregou para perícia os livros contábeis obrigatórios de empregados, dificultando a obtenção de elementos concretos a respeito do objeto de reclamação. Ao findar todos os processos, inclusive o de falência da usina, nenhum desses livros foram encontrados. Mesmo assim, a Vitória do Paraguaçu Ltda foi condenada a arcar com os auxílios necessários aos trabalhadores da organização falimentar.

Na transição da década de 1940 para 1950 várias usinas fecharam – a Santa Luzia, Pitanga, Capanema e Murungu, outras como a Vitória do Paraguaçu, a Acutinga e a D. João passaram por reformas tentando vencer a crise. A família Moniz, que sempre foi categorizada como a elite do açúcar, nesse período viu o título ameaçado. Diante disso, as pressões frente aos trabalhadores da lavoura aumentaram na tentativa de expropriá-los das terras onde cultivavam, ou na busca pela proletarização desses sujeitos.

No enfrentamento à crise do sistema açucareiro, a busca por mão de obra barata, a ampliação da plantação e a moagem da cana foram estratégias adotadas pelos administradores da Usina. Os Monizes chegaram a arrendar terras circunvizinhas para aumentar a safra. Dessa forma, as investidas contra as possibilidades de campesinato intensificaram-se.

Ao recuperar a resistência do trabalhador negro frente ao processo de proletarização nas sociedades de pós-emancipação, Eric Foner defendeu que a classe de libertos

²³⁴APMC. Seção Judiciária. Reclamação Trabalhista. Tito Francisco da Cruz- Usina Vitória do Paraguaçu Ltda (1951-1954). Acervo: Documentos Avulsos.

²³⁵ Ver também: APMC. Seção Judiciária. Reclamação Trabalhista. Francisco Honorato dos Santos- Usina Vitória do Paraguaçu Ltda (1946-1947). Acervo: Documentos Avulsos. E APMC. Seção Judiciária. Reclamação Trabalhista. Constantino Alves Barbosa Filho, José Cupertino do Sacramento e outro- Usina Vitória do Paraguaçu Ltda (1950-1952). Acervo: Documentos Avulsos.

relativamente autônomos emergiu tanto das articulações políticas deste grupo, quanto dos conflitos travados entre fazendeiros, em torno do direito à propriedade. Holt apresentou que a maior parte dos ex-escravos constituiu o proletariado rural por volta do século XX, evidenciando as diversas atividades desenvolvidas no campo, sobretudo, as de caráter alternativo, como o caminho possível para acessar terras no pós-emancipação.²³⁶

A defesa do modo de vida camponês no Iguape foi permeada pela tentativa de perpetuação das relações atreladas ao passado escravista. Os conflitos envolviam a ideia cristalizada de propriedade enquanto monopólio da classe senhorial. Nesse sentido, as identidades acionadas ao longo do processo se estabeleceram de forma relacional, numa ponta da corda estavam os filhos e os netos de senhores de engenho e, na outra, os trabalhadores rurais descendentes de ex-escravizados.

Nas disputas contra as tentativas de esbulho e do cerceamento do direito de viver sobre si, a classe social de camponeses foi se constituindo dentro da diversidade que compunha o grupo de trabalhadores rurais, a partir de experiências compartilhadas nos espaços de lutas locais e através da ação e reflexão do que acontecia no contexto mais amplo.²³⁷ O processo de organização política com espaços autônomos de decisão fazia parte da realidade dos lavradores do Iguape, os quais em determinados momentos partilharam de bases político-ideológicas globais.

Diante disso, o abaixo assinado contra a Lei de Segurança Pública direcionado ao deputado pecebista Pedro Pomar, em 1949, não é somente um indicativo de que a Sociedade dos Trabalhadores da Lavoura da Terra Vermelha e do Iguape seguia as orientações do Partido Comunista do Brasil, mas, sobretudo, demonstra que as decisões eram tomadas respeitando os conflitos vivenciados na prática cotidiana de disputas pelo direito ao exercício de propriedade. A trajetória de lutas por terras travadas historicamente por famílias negras no Iguape, a exemplo da de Rufino José da Costa, contribuiu para que, na segunda metade do século XX, a região fosse lócus de intensas mobilizações camponesas.

²³⁶ Ver: FONER, Eric. **O Significado da Liberdade**. Revista Brasileira de História. São Paulo. Vol. 8 nº 16, 1988. HOLT, Thomas. **The Problem of Freedom: Race, Labor, and Politics in Jamaica and Britain, 1832-1938**. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 1992.

²³⁷ THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum Estudos Sobre a Cultura Popular Tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Árvore Genealógica

Maria Victória Almeida (ex-escravizada) **Rufino de Jesus Costa e Basília de Jesus Costa**

Filhos

Lydia Almeida Costa (ex-escravizada)

José Rufino Costa

Prisciano(Nascido Livre)

Adelaide (Nascida Livre)

Lydia Almeida Costa e José Rufino Costa
Filhos

Belisa (1875)

Minias (1877)

Messias (1880)

Rufino José (1896)

Jaime (1882)

Belisa
Filhos

Maria Anna (1902)

Anna Maria (1902)

Rufino José da Costa e Maria da Glória Silva Costa

Romilda Silva Costa (?)

Valdelice Silva Costa (?)

Aguinaldo Costa
(1945)

Destacar o papel ativo das famílias negras rurais na participação dos projetos políticos do país é fundamental para reafirmar que a classe trabalhadora não é composta somente da parcela branca, europeia, fabril, masculina e urbana. Álvaro Pereira Nascimento, ao refletir sobre o “paradigma da ausência” na historiografia, fez uma crítica acerca da falta de visibilidade dos sujeitos negros – mulheres, crianças e homens – nas pesquisas sobre os trabalhadores e trabalhadoras, em especial na Primeira República. O autor reforçou ainda a

necessidade das pesquisas explorarem o designativo da cor no exercício da consolidação de uma História Social do Trabalho vibrante.²³⁸

O diálogo entre os estudos da escravidão e pós-abolição e os mundos dos trabalhadores é fundamental para inclusão de africanos, escravizados e libertos na formação da classe trabalhadora brasileira, que de forma alguma era somente uniformizada, de carteira assinada e industrial.²³⁹ As experiências dos lavradores do Iguape nos permitem ampliar o conceito de classe operária, contestando a tese da passividade dos trabalhadores rurais. Suas reivindicações, por vezes marcadas pelos costumes, tornaram-se pautas legítimas nos projetos políticos do país.

Assim aconteceu quando a Sociedade dos Trabalhadores da Lavoura da Terra Vermelha e do Iguape acompanhou as orientações do PCdoB, no que tange a virada tática expressada no Manifesto de agosto de 1950. Momento de grandes tensões com os Munizes, representantes da massa falida da Usina Vitória do Paraguaçu, era fundamental para os lavradores da região demonstrarem o descontentamento com o governo de Dutra e com a Lei de Segurança do Estado.

TRABALHADORES DO CAMPO! Assalariados, peões, meeiros, parceiros, colonos, arrendatários, trabalhadores do eito! Organizai-vos nas fazendas e nas aldeias. Lutai pelos vossos interesses econômicos, por maiores salários, pelo pagamento do salário em dinheiro e quinzenalmente, contra o vale e os preços extorsivos do armazém ou barracão. Lutai pela completa liberdade de organização e de locomoção dentro do latifúndio, contra a expulsão da terra, pelo direito de prorrogação de todos os contratos, por uma menor taxa de arrendamento, pela liberdade para a venda no mercado de toda a produção. Lutai contra a guerra imperialista, em defesa da paz e pela posse da terra; por um governo democrático popular que vos ajude a tomar a terra dos latifundiários e a distribuí-la sem indenização entre os trabalhadores do campo.²⁴⁰

Estudos sobre esse período apontam para insatisfação de parte das bases políticas do PCdoB frente às orientações do Manifesto de 1950, pois a partir do manifesto, o comitê

²³⁸NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores Negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**, Vol. 29, nº 59, P 607-626, setembro-dezembro, 2016.

²³⁹NEGRO, Antonio Luigi e GOMES, Flávio. Além de Senzalas e Fábricas: uma história social do trabalho. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, V.18, nº 01, junho 2006.

²⁴⁰Voz Operária. 05 de agosto de 1950. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154512&pesq=TRABALHADORES%20DO%20CAMPO!%20Assalariados,%20pe%C3%B5es,%20meeiros,%20parceiros,%20colonos,%20arrendat%C3%A1rios,%20trabalhadores%20do%20eito&pagfis=1512&pesq=TRABALHADORES%20DO%20CAMPO!%20Assalariados,%20pe%C3%B5es,%20meeiros,%20parceiros,%20colonos,%20arrendat%C3%A1rios,%20trabalhadores%20do%20eito&pagfis=1> Acesso em: 31 out 2023

central do Partido passou a orientar os militantes a abandonarem a via eleitoral e os sindicatos oficiais, além da criação de associações paralelas.

Pesquisas centradas nos espaços de autonomia dos comitês locais desvendam como a materialização das teses políticas do PCdoB enfrentou obstáculos. Ede Ricardo Soares, ao estudar o Comitê Municipal de Alagoinhas, cidade do interior da Bahia, percebeu que seus membros mantiveram a linha voltada para as alianças *nacionais*, orientação próxima à praticada no período de legalidade, por considerarem que a virada tática não se aplicava à realidade local do município.²⁴¹ Para Soares, essa decisão se deve, sobretudo, à manutenção do capital político conquistado nos últimos anos no campo institucional.

Muito se discute na historiografia sobre a precipitação do Partido ao assumir a clandestinidade, em especial, numa perspectiva de radicalização que teria levado ao distanciamento dos trabalhadores.²⁴² No entanto, para os trabalhadores da Terra Vermelha e do Iguape, os quais não eram sindicalizados, não trabalhavam na Usina e estavam envolvidos em contendas com fazendeiros pelo uso da terra, houve uma aproximação com as teses do PCdoB no referido cenário político, pois fazia sentido defender a luta contra o latifúndio e toda forma de opressão aos trabalhadores do campo proposta no Manifesto de Agosto de 1950.

Ante o exposto, cinco meses após o lançamento do manifesto, o Jornal *O Momento* noticiou a fundação do Comitê de Libertação dos Camponeses na região da Terra Vermelha.

No último domingo, dia 28 do mês de janeiro de 1951 os camponeses da Terra Vermelha formaram o primeiro Comitê na Frente Democrática de Libertação Nacional do Recôncavo Baiano. A direção do comitê foi construída por um presidente, um secretário e um tesoureiro, participando do mesmo, dezenas de camponeses que assistiram a reunião da estruturação. Na tarde desse mesmo domingo os camponeses comemoraram a fundação do comitê com uma animada festa com pau-de-sebo e quebra-potes.²⁴³

A trajetória duradoura da S.T.L em 1946 é o lócus privilegiado para análise das estratégias utilizadas pelo Partido, visando a ampliação da base fora dos organismos formais. A associação civil de lavradores era bastante ativa no bojo das movimentações do jogo

²⁴¹ SOARES, Ede Ricardo de Assis. Insubordinação das bases do PCB frente às orientações dos Manifestos de Janeiro de 1948 e agosto de 1950. In: JÚNIOR SENA, Carlos Zacarias de. (Organizador). **Capítulos de história dos comunistas no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2016.

²⁴² PRESTES, Anita Leocádia. **Os comunistas brasileiros (1945-1956/58): Luiz Carlos Prestes e a política do PCB**. São Paulo: Brasiliense, 2010. SILVA, F.T.; SANTANA, M.A. O equilibrista e a política: O partido da Classe Operária (PCB) na democratização (1945-1964). In: FERREIRA, J.; REIS FILHO, D.A (Org.) **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)** as esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

²⁴³O Momento.16 de fevereiro de 1951. Arquivo BPEB.

político comunista, sendo no Recôncavo da Bahia a primeira experiência do Comitê de Libertação Nacional (C.L.N).

Dispostos a adotar o caminho revolucionário, esse grupo discutia política ao passo que reforçava os laços de solidariedade em espaços de sociabilidade, como a festa realizada após a assembleia de fundação do Comitê, onde as identidades fortaleciam-se e os sentimentos e aspectos dos trabalhadores emergiam para além da insurreição contra a exploração.

O programa do C.L.N do Recôncavo, ao passo que dialogava com a virada tática do PCdoB, incluía de forma prioritária as principais demandas dos lavradores do Iguape, a exemplo da luta imediata contra o latifundiário Otilio Moniz, um dos herdeiros do Antigo Engenho Victória cujo gado estava destruindo as roças dos camponeses. Entre os prejudicados, a reportagem destacou: Laudelino Manuel Silva, Domingos de Jesus, Paulinho Joaquim e Manoel Vieira, além de Francisco Almeida, Francisco Silva e Ramiro Silva que estariam ameaçados de verem suas rocinhas destruídas.

O jornal *O Momento* destacou ainda o caso de espancamento do camponês Laudelino Silva:

Laudelino foi reclamar na Fazenda Vitória contra a destruição de sua roça pelo Otilio Moniz que além de se recusar a ouvir suas reclamações mandou que seus quebra-facas o espancassem. A brutal violência provocou indignação dos camponeses que não estão mais tolerando essas arbitrariedades (...) Que se organizou na base da luta por essa reivindicação contra as violências do tatuíra Otilio Muniz, marchando para as grandes lutas pela libertação definitiva da exploração do latifúndio e pela conquista da terra, pela paz e a libertação nacional²⁴⁴.

A revolução para os lavradores do Iguape era um caminho possível para consolidação do modo de vida camponês, com a conquista da terra, e isso se daria também a partir da libertação nacional. O projeto camponês defendido pela população negra da região não estava somente associado ao fato de evitar o êxodo rural, mas, sobretudo, a busca por condições concretas de manutenção das relações de trabalho. Isto é, a produção de suas roças, o direito de plantar e de colher, o direito de viver sobre si.

Mais de dez roças destruídas pela Usina Vitória, o tatuíra procura enganar os camponeses, porém reunidos no Comitê de Libertação lutarão em defesa dos seus direitos. O tatuíra manda soltar o gado nas roças dos camponeses,

²⁴⁴O Momento.16 de fevereiro de 1951. Arquivo BPEB

procurando destruí-las ao tempo em que convida-os a transformarem-se em assalariados da Usina, sujeitos ao vale e ao cacete-armado.²⁴⁵

A análise dos registros sobre os acossamentos sofridos pelos lavradores abre espaço para o diálogo com pesquisadores que compreendem as lutas por terras na sociedade de pós-abolição também como uma recusa à proletarização indesejada.²⁴⁶ Evitando a manutenção da exploração exercida pelos descendentes de antigos senhores de engenhos, que traziam consigo vestígios do modo de vida senhorial ligado a um passado escravista, recusando os mecanismos de controle que o trabalho nas usinas de açúcar representava.

Os lavradores organizados em comissões reivindicavam a indenização das suas benfeitorias, se valendo do direito costumeiro na arena de disputa em torno do campesinato negro.²⁴⁷

Reunidos em seu Comité de Libertação Nacional, estão dispostos a não cederem ao tatuíra, ao contrário, defenderiam suas terras e não abandonarão e declararam que estão decididos a derrotar a Usina e conquistar a terra que lhes pertence.²⁴⁸

A imprensa comunista veiculou massivamente notícias sobre os caminhos para luta revolucionária em torno do poder democrático popular, apontados no chamado “Manifesto de Carlos Prestes”. O Jornal carioca a *Voz Operária*, na edição de 05 de agosto de 1950, convocou os trabalhadores apresentando alguns pontos fundamentais do documento.

Este chamado à união e à ação em torno do programa da Frente Democrática de Libertação Nacional, que consubstancia as mais profundas reivindicações de todos os setores progressistas, acende em nosso povo oprimido pela infame tirania de Dutra, miseravelmente explorado por todos os politíqueiros das classes dominantes, as suas melhores esperanças e não pode deixar de mobilizá-lo mais intensamente para a luta em defesa da paz, pela independência nacional por pão terra e liberdade.²⁴⁹

Nas edições que se seguiram havia reservado na *Voz Operária* um espaço para apresentar as mudanças táticas do PCB. Os periódicos eram importantes espaços na

²⁴⁵O Momento. 10 de março de 1951. Arquivo BPEB.

²⁴⁶FONER, Eric. **Nada Além da Liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1983. ANDREWS, George Reid. **América Afro-Latina, 1800-2000**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

²⁴⁷ SOARES, Ede Ricardo de Assis. Insubordinação das bases do PCB frente às orientações dos Manifestos de Janeiro de 1948 e agosto de 1950. In: JÚNIOR SENA, Carlos Zacarias de. (Organizador). **Capítulos de história dos comunistas no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2016.

²⁴⁸ O Momento. 10 mar 1951. Arquivo BPEB.

²⁴⁹ A Voz Operária. Hemeroteca Nacional. 05 ago 1950. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=717614&pesq=Club%20Carig%C3%A9&pagfis=223>. Acesso em: 31 out 2023

articulação dos projetos de lutas, ideias e valores camponeses, a partir de uma linguagem de classe.

A presença de lideranças comunistas no campo nessa conjuntura representava uma possibilidade concreta de legitimação das lutas armadas e revolução, ou seja, era um investimento político. No entanto, esses conflitos devem ser compreendidos, sobretudo, a partir dos significados que os lavradores deram para essa aliança, de como produziram reconhecimento socio identitário e político, a partir das suas concepções de direito à terra, em consonância com questões mais amplas pelas quais o país necessitava passar.²⁵⁰

IV.1- De terras de engenho a terras do IAA: as disputas que não cessam.

A década de 1950 foi deveras movimentada na região do antigo Engenho Victória. A crise pela qual passava a Usina de Açúcar dos Monizes se agravou culminando na sua falência. O processo da massa falida estendeu-se até 1956 e, no decorrer da contenda judicial, outras ações foram impetradas contra a família: trabalhistas, hipotecárias e de desapropriação.

A Prefeitura Municipal de Cachoeira vem apoiada no Decreto-Lei Federal número 3.365 de 1941, propor a presente ação de desapropriação contra D. Amália Miranda Moniz de Aragão e seus filhos. (...) A desapropriação refere-se as terras dos antigos engenhos Victória e Conceição e não estão incluídos uma destilaria, máquinas da Usina, seus pertences e utensílios.²⁵¹

Nos idos de setembro de 1951, o ex-administrador da usina, Armando Goes de Araújo, iniciou uma ação executiva hipotecária referente à Fazenda Vitória. Aliada a esta ação, a Prefeitura Municipal, um ano depois, requereu a desapropriação dessas terras para instalação da Escola Rural Ana Nery,²⁵² destinada à educação de menores de ambos os sexos, ministrando-lhes curso primário de disciplinas agroindustriais, higiene e enfermagem.

A propriedade rural foi avaliada em 631.000,00 cruzeiros, e a expropriação se daria sob o argumento da utilidade pública e exploração racional dos produtos do imóvel em benefício do município. Esses fatores foram contestados pelo advogado de Amália Moniz,

²⁵⁰ MOTTA, Márcia Maria Menendes; ESTEVES, Carlos Leandro Silva. Ligas Camponesas: história de uma luta (des) conhecida. **Tempo**. Niterói. v. 24, n. 2, maio/Ago. 2018.

²⁵¹ APMC. Setor Judiciário. Ação de Desapropriação Fazenda Vitória. Acervo: Documentos Avulsos.

²⁵² A proposta da Escola Rural não se consolidou, porém, uma Unidade de Ensino denominada Ana Nery foi construída no centro urbano de Cachoeira.

que direcionou duras críticas a Armando de Araújo e Otílio Moniz, acusando-os de fazerem uso das suas influências políticas para ficarem com as terras.

A desapropriação em causa V. Exa. bem sabe é ardil arquitetado e levado à efeito pelo Dr. Armando Goes e Otílio Moniz, sócios que entenderam apropriar-se das terras, por qualquer meio ou forma, não desistiram do intuito ilícito e apelaram, finalmente, para política que a tudo serve neste país. A Prefeitura está funcionando como pseudônimo jurídico daquela sociedade de fato. Uma vês [sic] alcançado o objetivo, a prefeitura que da propriedade não precisa, nem está em condições de adquiri-la, a transferirá aqueles interessados.²⁵³

Devido à falta de acordo entre as partes, o processo de desapropriação tramitou durante dois anos na justiça. Foi necessário a intervenção do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), uma autarquia do governo federal, responsável pelas interferências do Estado na agroindústria canavieira do país, que arrematou a Fazenda Vitória por Cr. 2.000.000.00 dois milhões de cruzeiros. A qual, a partir de abril de 1954, deveria ser considerada terras devolutas, administrada pelo IAA, mas na verdade, passou a integrar o patrimônio particular da autarquia.

O desenho territorial secular na região do Iguape se transformou, a família Moniz Barreto de Aragão deixou de ser proprietária legal da Fazenda Vitória do Paraguaçu, e velhas disputas pelo direito as terras ganharam novos contornos. Diante disso, os lavradores avivaram as reivindicações, pressionando o Estado a reconhecê-los como sujeitos de direitos, aqueles que sempre viveram e trabalharam no chão da Vitória, os que detinham o acúmulo da experiência construída a partir de valores compartilhados ao longo do processo.²⁵⁴

Nesse período as lutas dos trabalhadores do campo por todo país intensificaram-se, tanto em áreas de fronteiras abertas, como a experiência de Formoso e Trombas em Goiás, quanto nas áreas de ocupações mais longínquas, a exemplo do conflito entre foreiros e fazendeiros no Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, no estado de Pernambuco. Essas mobilizações balançaram as estruturas das relações tradicionais de dominação, diante da organização política desses lavradores e da imprensa comunista, que noticiava o cenário nacional da situação camponesa.

²⁵³ A proposta da Escola Rural não se consolidou, porém, uma Unidade de Ensino denominada Ana Nery foi construída no centro urbano de Cachoeira. p. 23.

²⁵⁴ Sobre a categoria analítica de experiência ver: THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1891.

É chegado o momento de realizarmos a II conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas. Nós acreditamos que somente por meio da nossa união e do nosso esforço coletivo é que poderemos melhorar as atuais condições de vida dos trabalhadores das fazendas e das usinas de açúcar e garantir para os nossos filhos um futuro feliz. [...] Irmãos trabalhadores realizai em cada fazenda ou usina em cada local de trabalho nos patrimônios, nas povoações, nas posses, nas vilas, nos córregos, nas águas, nas feiras e nas terras de arrendamento, reuniões para debater a vossa atuação. Como fruto dessas discussões será elaborada pela II Conferência a Carta dos Direitos e das Reivindicações dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil.²⁵⁵

O manifesto de convocação para II Conferência de Trabalhadores, publicado pelo jornal *Terra Livre*,²⁵⁶ reforça a necessidade de inserção dos trabalhadores rurais em uma rede ampla de situações próximas às suas, para que no coletivo fosse possível a construção de alternativas ao enfrentamento do latifúndio, relações de trabalho pautadas na exploração, transformações sociais no campo brasileiro.

Dentro dessa perspectiva de organização nacional, os trabalhadores que participaram da II Conferência optaram pela fundação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), sob a liderança de Lindolfo Silva, militante do PCB. A instituição foi criada para coordenar as associações rurais já existentes, no contexto em que o PCB defendia a sindicalização dos agrícolas assalariados e a ULTAB se apresentava como uma possibilidade para coordenar esse projeto.²⁵⁷

A crítica ao latifúndio enquanto grande problema da nação foi aprofundada, se intensificaram os debates que relacionavam o monopólio da terra à falta de desenvolvimento dos países latino-americanos.²⁵⁸ Várias concepções de reforma agrária foram gestadas,

²⁵⁵Terra Livre, julho de 1954. Hemeroteca Digital.

²⁵⁶ O Jornal teve sua produção inicial em 1949 com o nome de Nossa Terra, em 1954 passou a ser chamado de Terra Livre: a terra para os que nela trabalham. PORPHIRIO, Max Fellipe Cezario. **Terra Livre, Liga e o Nordeste: O papel dos periódicos na organização política dos trabalhadores rurais, 1961-64.** Dissertação (Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Sociais Programa de Pós-graduação em História da Rural, Rio de Janeiro, 2016.

²⁵⁷ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Lavradores, Trabalhadores Agrícolas, Camponeses: Os comunistas e a Constituição de Classe no Campo.** Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais- Unicamp, 1955.

²⁵⁸A questão da concentração de terras foi bastante discutida ao logo da história da social brasileira. Nelson Sodré defendia que problemas do campo decorria de causas econômicas e sociais, sendo a principal delas a concentração de terras na mão de latifundiários, disto resultava a exclusão e dependência dos camponeses. Para Otávio Ianni a vida econômica do Brasil estava organizada segundo o modelo “exportador”, com predomínio da cafeicultura. Com a crise do modelo oligárquico agrário-exportador e o advento da chamada “Era Vargas”, um novo modelo se configura, sem romper, no entanto, as relações de dependência com o capital estrangeiro. Ver: GRESPLAN, Jorge Luis da Silva. **Nelson Werneck Sodré: O marxismo de Nelson Werneck Sodré.** Bauru: Edusc, 2001.; IANNI, Otávio. **Origens agrária do Estado Brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1984.; CAMARGO, Aspasia de Alcântara. **A Questão Agrária: Crise de poder e Reformas de Base (1930-1964).** In: FAUSTO, Boris. (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira.** Bertrand Brasil, 1991.

amparadas na ligação entre as reformas estruturais e os eixos nacionalista econômico e nacional desenvolvimentista. Esses grupos divergiam quanto ao papel político e social do capitalismo, mas acreditavam que a superação do sistema agroexportador era essencial para formação de uma economia voltada para o mercado interno e aumento do poder aquisitivo da população rural.

O avanço no processo de formação do camponês enquanto uma classe social possibilitou a ampliação das associações e noções de direitos. As pressões desse grupo foram fundamentais para que o Estado criasse órgãos como a Comissão Nacional de Política Agrária e o Serviço Social Rural, voltados a melhorias nas condições de vida da população do campo. Os trabalhadores rurais organizados inventaram e reinventaram um repertório de respostas contra o latifúndio que não era somente uma propriedade, mas, antes de tudo, um conjunto de normas e atitudes dos fazendeiros respaldados pelo poder local.²⁵⁹

Na Região do Iguape, a trajetória da Sociedade dos Trabalhadores da Lavoura (STL) em sua longevidade coloca em xeque a tese bastante difundida de que a consciência de classe desse grupo tem seu marco temporal nas décadas de 1950 e 60, quando vários atores sociais voltaram o seu olhar para os problemas do campo. As lutas pelo direito às terras travadas no Vale do Iguape demonstram que, na tentativa de consolidação do campesinato negro, esses sujeitos, ao longo do tempo, acionaram diferentes identidades e categorias políticas. Nesse contato com elementos externos foi possível ampliar as táticas de permanência no território.

Nessa conjuntura algumas sociedades civis importantes para o movimento camponês nacional estavam sendo inauguradas, a exemplo da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), fundada no Engenho Galileia em Vitória de Santo Antão. Essa era uma associação de trabalhadores símbolos das Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião. A SLT a essa época já tinha uma década de implementação e estava realizando uma eleição para sua nova diretoria.

Os lavradores da Terra Vermelha e Vale do Iguape empossaram solenemente a nova diretoria da S.T.L. As eleições para a renovação da diretoria foram realizadas no dia do primeiro aniversário de fundação da Sociedade dos Trabalhadores da Lavoura da Terra Vermelha e do Iguape. (...) Enaltecendo o progresso e o êxito da sociedade, falaram diversos oradores, sobre a necessidade do fortalecimento da mesma para enfrentar os diversos problemas de todos.²⁶⁰

²⁵⁹ NOVAES, Regina Reyes. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: MEDEIROS, L.; BARBOSA, M.V.; FRANCO, M.P. (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Unesp, 1994.

²⁶⁰O Momento. 21 de agosto de 1957. Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

O articulista do jornal *O Momento* informou que a posse dos novos membros da diretoria foi comemorada com uma missa na Capela de São Roque e um grande almoço, típico dos espaços de sociabilidade, onde as crenças eram compartilhadas e contribuíam para o fortalecimento da identidade do grupo.

Eurico de Melo foi eleito presidente da SLT. O seu fundador, Rufino José da Costa, continuou fazendo parte da diretoria, ocupando o cargo de primeiro secretário, a segunda secretária era sua filha Romilda Costa. A chapa para o biênio 1957\58 era composta por mais de um membro da mesma família – os irmãos Romão Mota e Roberto Mota e o primeiro tesoureiro Reinaldo Melo, irmão do presidente. Essa era uma característica muito comum, e evidencia a importância da estrutura familiar para o fortalecimento do projeto de vida camponês.

Os caminhos do movimento campesino no Iguape cruzavam-se com os trilhados em outras regiões do país. Durante muito tempo foi interessante para os lavradores organizados na Sociedade de Proteção partilhar das estratégias do Partido Comunista na luta contra o latifúndio. No final da década de 1950, os trabalhadores do Iguape teceram novos diálogos, e outras alianças foram firmadas, já que projetos diferentes de reforma agrária estavam sendo disputados.

IV.1.1 Novos repertórios de luta: Aproximações entre a STL e as Ligas Camponesas de Julião.

Em 1958 o PCB, em uma nova virada tática, abandonou o caráter insurrecional, voltando a apostar nas vias institucionais. Se afastou do programa radical com ênfase na reforma agrária e focou no debate referente à necessidade de uma legislação trabalhista rural para a regularização dos contratos de arrendamento e a inibição da prática de grilagem na luta pela posse da terra.

A Declaração de março foi o documento utilizado pelo Partido para apresentar as novas fases da Revolução nacional democrática, que se daria através do caminho eleitoral. O PCdoB passou a defender um projeto moderado capaz de articular uma frente única, composta pelo proletariado, camponeses, burguesia nacional e setores de latifundiários anti-imperialista, com base na ideologia nacional desenvolvimentista.

Em análise sobre o texto da Declaração, Anita Prestes destacou que era forte a ilusão nas possibilidades de conquistar, através da pressão de massas, uma correlação de forças dentro do Governo, que permitisse a adoção de medidas capazes de assegurar o desenvolvimento de um capitalismo autônomo no Brasil. O que alimentava a falsa ideia de que a burguesia e o proletariado tinham um inimigo comum, não se dando conta da relação de subordinação existente entre a classe industrial e os grupos estrangeiros.²⁶¹

Depois de encarecer a importância das eleições de 08 de outubro e mostrar que a situação política brasileira é a luta entre duas correntes a que comumente se chama de nacionalistas e entreguistas, o Sr. Luiz Carlos Prestes, definiu a posição dos comunistas da seguinte maneira: nós comunistas que lutamos pela unificação de todas as forças patrióticas, nacionalistas e democráticas.²⁶²

O PCB continuava impedido de apresentar candidaturas próprias, pois seu registro havia sido cassado. No entanto, o apoio eleitoral a Leonel Brizola (PTB) no Rio Grande do Sul, Ademar de Barros (PSP) em São Paulo e Cid Sampaio (UDN) em Pernambuco fazia parte dos novos rumos traçados para chegar à Revolução democrática defendida pelo Partido. Nos discursos de Prestes, a proposta de unificação das “forças patrióticas” tornou-se parte do projeto político.

Dentro do repertório de táticas agenciadas pelos camponeses do Iguape na luta pelas terras, o recuo da via radical orquestrado pelo Partido Comunista não comungava com as aspirações dos trabalhadores rurais da região, sobretudo, quando as terras secularmente administradas por uma família da elite do açúcar tornavam-se devolutas. Esses sujeitos sociais sabiam que, no processo de redistribuição de terras, os terrenos devolutos deveriam ser dos que nele viviam e produziam, logo, atender às novas táticas do PCdoB não fazia sentido para essas famílias. As pressões sobre os órgãos responsáveis haviam de continuar.

Nessa conjuntura, outras propostas de Reforma Agrária foram ganhando espaço entre os membros da Sociedade dos Trabalhadores da Lavoura da Terra Vermelha e do Iguape. No país, além das diretrizes comunistas para acessar terras, estavam em disputa as orientações das Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião e setores progressistas da Igreja Católica. Esses grupos incrementaram as mobilizações, e algumas de suas retóricas foram apropriadas por esses lavradores na busca pela solução das suas demandas.

²⁶¹ PRESTES, Anita Leocádia. Da Declaração de março de 1958 à renúncia de Jânio Quadros: as vicissitudes do PCB na luta por um governo nacionalista e democrático. **Crítica Marxista**, n. 32, p. 147-174, 2011.

²⁶² Terra Livre. Outubro de 1958. Hemeroteca Digital. Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/814261/8> Acesso em:31 out 2023.

Já na década de 1940, o episcopado discutia as bases para ação da Igreja no campo, defendendo a superação dos problemas rurais a partir da articulação dos lavradores com grandes proprietários de terra. A aposta era na conciliação de classes, que transformaria o campo em um lugar harmonioso, sem espaço para a sindicalização dos trabalhadores rurais.

A proposta era uma Reforma Agrária assistida pelos proprietários e o Estado, em contrapartida, a eles cederia recursos técnicos ou crédito conforme as terras fossem cedidas aos trabalhadores. As melhores condições de vida no campo se dariam através da facilitação do acesso à terra para cultivo, assistência médica, humanização do trabalho, formação de lideranças, incentivo ao ensino técnico.

Nos anos 1960, a igreja passou por um processo de reorganização e sistematizou suas formas de atuação no campo, investindo na educação e sindicalização dos lavradores, muito influenciada pelo avanço do PCB e das Ligas Camponesas junto às lutas dos camponeses brasileiros. A mudança relacionava-se tanto com o controle da expansão socialista, ancorada na vitória dos revolucionários cubanos, quanto na tentativa de garantir a propagação de suas doutrinas sobre a população latino-americana.²⁶³

O Movimento de Educação de Base (MEB) surgiu após a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) como forte estímulo à virada progressista da Igreja Católica, que tinha como pressupostos a crítica ao imperialismo, a desigualdade socioeconômica e a concentração fundiária.

O projeto de educação por meio de escolas radiofônicas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste implementado através do MEB,²⁶⁴ reforçava a ideia de que, antes de se organizar politicamente, a população rural deveria estar consciente das formas de dominação a que estava submetida. Assim sendo, a alfabetização assumiria importante papel na construção da cultura política dos trabalhadores rurais.

No que tange as Ligas Camponesas, lideradas por Fernando Julião, organizaram-se em decorrência de conflitos entre arrendatários e fazendeiros no Engenho Galiléia, em Pernambuco, no final da década de 1950. Julião fazia parte de um grupo de políticos e

²⁶³As vitórias da Revolução Chinesa (1946) e cubana (1959) contribuíram para propagação do campesinato no mundo. A influência dessas revoluções está na base da percepção pelos movimentos de esquerda de que o homem do campo é um importante agente na implementação das transformações sociais desse período. Ver: DEZEMONE, Marcus. Apropriação da legislação social e ações políticas coletiva: Vargas e o mundo rural. **Anais do XV Encontro Regional de História**, Rio de Janeiro, 2012. CABRAL, Bruna Marques. A Igreja Católica e os mecanismos de atuação no meio rural brasileiro (1955-1964). *Escritas*, n. 1, p-1965-184, 2014.

²⁶⁴ PORPHIRIO, Max Fellipe Cezario. **Entre a Teologia do Desenvolvimento e o Reformismo Cristão: O movimento de educação de base como agente da modernização do campo brasileiro (1961-1966)** Tese (Doutorado). Instituto de Ciências Humanas e Sociais Programa de Pós-graduação em História da Rural, Rio de Janeiro, 2021

profissionais liberais que se constituiu, devido ao seu empenho, com vistas a oferecer respaldo legal à organização dos camponeses na Região. Ele atuava em favor dos foreiros na justiça, por meio da lei do inquilinato, e na assembleia legislativa criando formas de inibir ameaças aos galileus. O advogado e deputado do PSB foi elevado ao posto de presidente de honra das Ligas.

Há muito vinha prestando assistência jurídica, como advogado, aos camponeses, porque conhecia de perto os problemas referentes à vida rural e também porque sua família é ligada ao campo onde tem propriedade no município de Bom Jardim, em Pernambuco; nunca pertencei ao Partido Comunista, em que pese ser um marxista puro; sempre atuei em defesa dos camponeses em faixa própria e o fiz em caráter pessoal, aceitando, entretanto, a ajuda de quem quer que fosse, desde que seguisse sua diretriz. Visitei várias cidades do interior especialmente em campanhas eleitorais onde nos meus discursos o principal tema era a reforma agrária;²⁶⁵

A entrevista concedida por Julião a *Revista Fatos & Fotos*, em outubro de 1964, após o golpe civil militar, demonstra a relação estreita entre o advogado e os camponeses na defesa dos seus direitos e lutas pela Reforma Agrária. O líder das Ligas fez questão de pontuar que não pertencia ao Partido Comunista, buscando romper com a visão cristalizada na historiografia de que o PCB era propositor das Ligas Camponesas, o lugar de gênese para analisar esse tipo de organização.²⁶⁶

As novas Ligas, atreladas a Julião, muitas vezes aparecem como um ressurgimento das Ligas Comunistas, não só por conta da denominação, mas, sobretudo, pela atuação de importantes militantes que acumularam experiências de ter atuado nas associações de 1940.

No I Congresso dos Lavradores, que aconteceu em novembro de 1961, na cidade de Belo Horizonte, a divergência entre Francisco Julião e o Partido tornou-se pública, em especial, pelo fato dos líderes das Ligas Camponesas, influenciados pela revolução cubana, acreditarem que as grandes mudanças só aconteceriam por meio da Reforma Agrária Radical.

A maneira como se encaminhou a desapropriação do Engenho Galiléia também contribuiu para fortalecer essa visão. De acordo com os critérios da Campanha da Revenda e Colonização, o engenho só poderia ser do foreiro quando todos pagassem os lotes, além do

²⁶⁵ Revista Fatos & Fotos. Entrevista com Fernando Julião\ Ano IV\ Brasília, 1964. p. 64 a 65.

²⁶⁶ Ver: MOTTA, Márcia Maria Menendes; ESTEVES, Carlos Leandro Silva. Ligas Camponesas: história de uma luta (des) conhecida. **Tempo**. Niterói. v. 24, n. 2, maio/ago. 2018. RANGEL, Maria do Socorro. **Medo da morte: esperança de vida**. A História das Ligas Camponesas na Paraíba. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História-Unicamp, 2000.

fato de que para conseguir um pedaço de terra era necessário não ter doença ou defeito físico.²⁶⁷

Essas condições foram essenciais para os líderes das Ligas perceberem que, pelas vias constitucionais, como defendia o PCB, a luta seria desmobilizada.

Terra ou Morte, Terra para quem trabalha, Reforma Agrária na Lei ou na Marra, estas foram as faixas e cartazes que o Presidente João Goulart e o Primeiro Ministro Tancredo Neves viram se levantar do plenário nas mãos dos legítimos representantes dos camponeses pobres do Brasil. O documento aprovado por 1.800 delegados camponeses e 7.000 pessoas defendia a radical transformação da atual estrutura agrária do país com liquidação do monopólio da terra exercido pelo latifúndio, com a desapropriação pelo Governo Federal.²⁶⁸

O Congresso Camponês foi palco de disputas entre representantes das Ligas e militantes do Partido Comunista através da ULTAB. O lema defendido pelas Ligas – “Reforma Agrária na Lei ou na Marra” – saiu vencedor e a radicalização passou a figurar o imaginário dos trabalhadores rurais a nível estadual sob influência do Conselho Regional das Ligas Camponesas, que fornecia assistência jurídica e política ao movimento.

O governo federal não ficou alheio a essas transformações. A participação do Presidente João Goulart e seu Primeiro-ministro no congresso demonstra como esses sujeitos construíram uma nova visão sobre o campo e sua potência enquanto chave para o desenvolvimento do país.

As Reformas de Bases foram pautas exaustivamente discutidas no Governo Jango. Caio Navarro de Toledo caracterizou esse período como uma democracia populista e o fez a partir da análise de suas próprias contradições.²⁶⁹ Uma vez que, na administração de Goulart, a política começou a deixar de ser um privilégio do governo e do parlamento para alcançar de forma intensa a fábrica, o campo, as ruas. A Reforma agrária era percebida nessa conjuntura como fundamental para desenvolver o capitalismo industrial brasileiro e a dominação social burguesa, mas também para evitar uma convulsão social. Diante disso, o Estado reforçou a ação sindical em detrimento da liderança das Ligas Camponesas.

²⁶⁷ O Jornal teve sua produção inicial em 1949 com o nome de Nossa Terra, em 1954 passou a ser chamado de Terra Livre: a terra para os que nela trabalham. PORPHIRIO, Max Fellipe Cezario. **Terra Livre, Liga e o Nordeste: O papel dos periódicos na organização política dos trabalhadores rurais, 1961-64.** Dissertação (Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Sociais Programa de Pós-graduação em História da Rural, Rio de Janeiro, 2016.

²⁶⁸ Terra Livre. novembro de 1961. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/814261/8>. Acesso em: 31 out 2023

²⁶⁹ TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: **Golpismo e democracia.** As falácias do revisionismo. v.1, n.19 São Paulo: Crítica Marxista, 2004, p.27-48.

Sempre atentos aos projetos políticos do país, os líderes da Sociedade dos Trabalhadores da Lavoura da Terra Vermelha e do Iguape (S.T.L) encaminharam o seu representante para o Congresso de Belo Horizonte.

Em todo Estado da Bahia a animação é muito grande com a notícia publicada por Terra Livre, informando sobre a realização do I Congresso Nacional pela Reforma Agrária. A Bahia já conta com dez organizações de camponeses, dispostas a enviar representantes ao grande encontro na Capital mineira para ajudar na elaboração de um programa de ação para o campo. Entre as Associações de camponeses existentes em todo Estado, já se destacaram as de Terra Vermelha Cachoeira, Paripe Salvador, Limoeiro Feira de Santana, Cangula Alagoinhas, Caravelas, Ipirá, Cruz das Almas e São Francisco do Conde.²⁷⁰

Eurico Venâncio de Melo, Maninho, o então presidente da S.T.L, acompanhou de perto as discussões sobre os rumos da luta por acesso à terra a partir da década de 1960.

Diante da nova configuração da Fazenda Vitória, território disputado pelos camponeses da região, fazia muito sentido para os trabalhadores rurais um projeto de reforma agrária mais incisivo, que entregasse para eles as então terras devolutas. Havia sido terras de engenho, de usinas, mas também, com as quais criaram laços de pertencimento, que deveriam estar garantidas para seus descendentes.

Uma população como a do Iguape marcada pelas tensões de lidar com a defesa do modo de vida camponês, fazendo uso de várias táticas ao longo do tempo, viu nas propostas das Ligas Camponesas uma possibilidade concreta de conseguir as terras que sempre ocuparam, onde as relações tradicionais amparadas pela patronagem e *modus operandi* senhorial estavam em falência.

Os atores sociais envolvidos com as demandas campesinas utilizavam dos vários espaços de poder para disseminar suas ideologias. Como já mencionado, a imprensa comunista era o lócus privilegiado para construção e fortalecimento de uma linguagem política. As edições dos jornais travaram uma verdadeira batalha com o intuito de convencer os camponeses sobre os caminhos que deveriam seguir para conquistar seus direitos. Era, sobretudo, uma disputa para se constituírem enquanto mediadores das lutas no campo.

O Jornal *Terra Livre* representava a linha política da ULTAB e do Partido Comunista e adotou quatro pontos argumentativos:²⁷¹ demonstração da grilagem como prática ligadas a políticos; associação da carestia e da fome às ações do Governo Federal;

²⁷⁰Terra Livre. julho de 1961. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/814261/8> . Acesso em: 31 out 2023

²⁷¹Terra Livre. julho de 1961. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/814261/8> . Acesso em: 31 out 2023 p. 39.

apresentação das instituições que aparelhavam os atos dos grileiros e divulgação do panorama nacional das lutas camponesas.²⁷² Dessa forma, demarcando os inimigos dos trabalhadores rurais, o periódico visava construir uma linguagem de classe entre os camponeses.

A coluna “Conheça os seus direitos” era um importante espaço para veiculação da linha política do PCB, em especial, após a virada tática de março de 1958, quando os comunistas voltaram a investir nos caminhos institucionais. Mesmo compreendendo a justiça enquanto um instrumento de ação dos latifundiários, o *Terra Livre* passou a fazer campanha para que os lavradores utilizassem esse espaço a seu favor. Os artigos do jornal passaram a destacar a importância da sindicalização rural, das greves, da Lei do Inquilinato, da regularização dos contratos de arrendamento, das disputas eleitorais.

Já o jornal *A Liga* surgiu somente em 1962, organizado pelo Conselho Nacional das Ligas quando este órgão estava composto por um grupo de intelectuais que não eram diretamente ligados ao campesinato –, mas sim, setores progressistas da medicina, do direito, estudantes. Nas suas primeiras tiragens, por conta dessa configuração, a linha editorial estava muito preocupada em assegurar o apoio do movimento operário urbano e dos estudantes.

A coluna intitulada “Os camponeses escrevem a Julião”, nos primeiros exemplares do periódico, ficou responsável por revelar as demandas dos trabalhadores rurais, bem como, apontar que muitos deles acreditavam que a luta insurrecional era um caminho, senão o único, para provocar mudanças sociais.

Sr. Deputado, Francisco Julião.

Faço votos a Deus para que esta lhe encontre com saúde e felicidade juntamente com os seus companheiros de luta. Faz muito tempo que penso escrever à Vossa Excelência que sempre o rádio fala. E só fala falando mal, dizem que o senhor é comunista, que é contra as leis e as tradições religiosas. Isso não espanta mais a gente que vive perseguida neste Mato Grosso de tanto latifundiário desalmado. Sou mineiro, filho de nordestino e estou cansado de ver chegar aqui caminhões carregados de nordestinos que são vendidos ao preço de vinte contos para trabalhar na lavoura. Aqui em Poxoréu há muitos baianos que morreram perseguidos, Francisco preciso do senhor para fundar uma Liga camponesa aqui, os donos das terras têm medo que a Liga descubra os seus crimes.

Do seu criado e amigo admirador etc. N.R.²⁷³

²⁷²Terra Livre. julho de 1961. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/814261/8> . Acesso em: 31 out 2023 p. 39.

²⁷³A LIGA. 9 de outubro de 1962. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=165328&pesq=&pagfis=1> Acesso em: 31 out. 2023

O trecho acima é revelador das principais demandas reivindicadas pelos trabalhadores que tinham suas cartas publicadas no jornal *A Liga*. A referida coluna buscava demonstrar que os camponeses desejam fundar ligas como alternativas aos problemas enfrentados. Era, sobretudo, uma forma de atribuir legitimidade ao movimento camponês liderado por Francisco Julião, mesmo diante de uma campanha pesada contra a figura do deputado nas rádios do país.

O periódico *A Liga*, aproveitando-se dessa agitação, passou a publicar trechos do livro de Julião “Que são Ligas Camponesas?”, que, de forma didática, explicava como organizar uma liga:

Os camponeses de um município de uma grande fazenda devem reunir 40 ou 50 companheiros de trabalho em uma casa ou mesmo debaixo de uma árvore e entre si escolher um presidente, um secretário, e um tesoureiro por aclamação. O Estatuto deve ser aprovado em outra reunião, como a sociedade não vive sem dinheiro, que seja marcada uma contribuição de 10 e 20 cruzeiros, dependendo da situação de cada sócio.²⁷⁴

Muitos trabalhadores rurais, antes mesmo do surgimento das ligas camponesas, já estavam organizados em associações e lutando contra o sistema de vale, cambão, o valor exacerbado do arrendamento, o esbulho, dentre outras práticas utilizadas para impedir o modo de vida camponês. Interessava para alguns destes sujeitos, muito mais que aprender a organizar a luta em coletividade, a dialogar com as ideologias das Ligas, a fim de pavimentar um novo caminho que permitisse a permanência nas terras que viviam e trabalhavam. Portanto, um caminho no qual os trabalhadores rurais dialogavam entre si e com outros agentes na construção dos seus repertórios contra ações dos fazendeiros.

Diante disso, os grupos políticos disputavam a representação dessas lutas, tendo a imprensa como uma grande aliada na mobilização e propaganda das diferentes ideologias e estratégias. Era muito comum no desenrolar dessa disputa simbólica o mesmo tema sendo abordado de forma diferente nos jornais direcionado aos camponeses.

O grande exemplo disso foi o tratamento dado às eleições de 1962, o *Terra Livre*, seguindo as orientações da virada tática do PCB, após a declaração de março de 1958, comemorou a vitória dos candidatos populares, pois acreditava que acessar à política institucional era necessário para fazer a Revolução Nacional Democrática.

²⁷⁴A LIGA. 06 de novembro de 1962. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=165328&pesq=&pagfis=1> Acesso em: 31 out 2023.

Enquanto o jornal *A Liga*, cujos articulistas adotaram a revolução cubana como referencial, divulgou artigos destacando que as eleições não mudaram o Congresso. Mesmo tendo o seu principal líder, Francisco Julião, ocupando uma cadeira como deputado, o periódico fez questão de criticar a via institucional e fortalecer as reivindicações sociais: “Pelos resultados já conhecidos pode-se afirmar, portanto, que a composição do congresso não alterou substancialmente, tendo apenas trocado algumas figuras. É certo que as reivindicações populares irão se acentuar”.²⁷⁵

No jogo travado nos espaços de comunicação, o *Terra Livre* passou a publicar com grande intensidade artigos incentivando a sindicalização dos trabalhadores rurais assalariados, reportagens com foco na negociação entre associações civis e lideranças políticas. Seguindo essa linha, em fevereiro de 1962, a reunião dos lavradores Sociedade de Proteção da Terra Vermelha e do Iguape com o então Prefeito de Cachoeira, Julião Gomes, foi noticiada nas páginas do periódico.

Uma comissão de 40 camponeses, homens e mulheres da Associação dos Lavradores e Trabalhadores de Terra Vermelha e Vale do Iguape, tiveram encontro na Prefeitura com o Prefeito Julião Gomes dos Santos, apresentando os problemas imediatos ligados ao Município. A Comissão reclamava a posse de 3.000 tarefas de terras administrada pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, cujo funcionário Waldir de Almeida explora a venda de madeira, além de explorar, com a ajuda da polícia local, o trabalho de pequenos camponeses, as irregularidades são gritantes, talvez a alta direção do IAA desconheça.²⁷⁶

O articulista fazia questão de evidenciar que o Prefeito defendia a Reforma Agrária como necessária para o fim da miséria dos trabalhadores rurais, e avanço do município de Cachoeira. Destacou também que o poder público se comprometeu com a construção de uma sede própria para a S.T.L e de uma escola para combater o analfabetismo entre os associados.

Intencionalmente, a edição do jornal buscava passar para seus leitores que os acordos com políticos no âmbito local poderiam ser uma importante tática na luta por terras. No entanto, os lavradores do Iguape fizeram a leitura da configuração territorial do antigo Engenho Vitória, que estava sob administração do Instituto do Açúcar e Alcool, e decidiram

²⁷⁵A LIGA. 16 de outubro de 1962. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=165328&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 31 out. 2023

²⁷⁶Terra Livre. fevereiro de 1962. Terra Livre. julho de 1961. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/814261/8>. Acesso em: 31 out 2023 p. 39.

que era um momento propício para tensionar as agências do Estado em torno do título das terras.

IV.2 “Reforma Agrária Nasceu Aqui²⁷⁷”: Memórias da Ocupação e Desapropriação de Parte da Usina Victória do Paraguaçu.

“A Reforma Agrária nasceu aqui” foi uma frase proferida por Reinaldo Melo, primeiro tesoureiro da Sociedade dos Trabalhadores da Lavoura da Terra Vermelha e do Iguape, numa manhã de maio de 2021, quando o encontrei sentado na barraca montada em frente à sua casa onde junto com seus netos comercializava diversos produtos. Seu Reinaldo, com 98 anos de idade, empenhado em compartilhar sua atuação no movimento camponês e a trajetória da associação, abriu a porta da sua casa, suas memórias e álbuns de fotografias.

Os fios cruzados que me levaram ao endereço do antigo tesoureiro da Sociedade foram recuperados através da entrevista concedida por Agnaldo Costa, filho de Rufino José, principal líder dos trabalhadores rurais da região. A partir desses fios cheguei à rua onde funciona a feira livre da cidade de Cachoeira, espaço de trabalho dos referidos sujeitos, interlocutores importantes desta pesquisa. Trabalhadores fundamentais, em especial, por acreditarem na potência que o descortinar da trajetória histórica da S.T.L representa face às necessidades contemporâneas mais urgentes dos quilombolas do Vale do Iguape.

Figura 13: Seu Reinaldo Melo antigo tesoureiro da STL.



Fonte: Acervo de pesquisa de campo.

²⁷⁷Entrevista realizada no dia 08\05\2021 com Reinaldo Melo, morador da Cidade de Cachoeira.

Ao destacar o pioneirismo do movimento por terras na região, Seu Reinaldo nos chama atenção, não só para articulação deste, com demandas nacionais mais amplas, a exemplo da Reforma Agrária, mas também para uma luta ancestral que possibilitou conquistas concretas, que contribuíram para construção de outra ordem social.

A gente criou aqui a raiz disso aqui foi, veio de Pernambuco, Miguel Arraes e Francisco Julião, foi a primeira liga camponesa, da liga camponesa criou a lei de reforma agrária e a aposentadoria do campo. Aqui é uma associação que naquele tempo que Pernambuco, Francisco Julião tinha a liga camponesa, então lá nós pegamos uma aproximação com ele. Nesse tempo é João Goulart, o presidente, e o governador daqui da Bahia é o muito ruim, sobrinho de Antônio Carlos Magalhães, Juraci Magalhães.²⁷⁸

Os fenômenos recuperados através da história de vida do Seu Reinaldo relacionam-se com a memória sociopolítica do país. Com as suas lembranças íntimas e pessoais, mas com marcos invariantes, mesmo quando a ordem cronológica não está sendo necessariamente obedecida. Ele retorna várias vezes ao período de criação das Ligas Camponesas, lideradas por Fernando Julião e sua importância para conquistas efetivas da população do campo. Há nessas voltas acontecimentos específicos, o que Maurice Halbwachs²⁷⁹ classificou de pontos imutáveis da memória, esses são capazes de projetar uma identificação coletiva com um determinado passado.²⁸⁰

Esses pontos evidenciam demandas reivindicadas no período, as reformas de bases e igualdade de direitos entre trabalhadores urbanos e rurais, demonstram também os sujeitos considerados aliados das lutas camponesas – Miguel Arraes, governador de Pernambuco, e Francisco Julião, deputado estadual do mesmo estado. Já o Juraci Magalhães, o então governador da Bahia, era visto como inimigo a ser combatido. A imprensa comunista divulgava de maneira exaustiva ações contra lavradores realizadas com apoio de Juraci.²⁸¹ Era uma estratégia comum do *Terra Livre* nomear os apoiadores dos latifundiários como forma de destacar quem não representava a classe camponesa e deveria ser combatido.

Ao situar o movimento rural do Iguape nos processos políticos mais amplos, diálogo com autores que compreenderam que o governo de João Goulart foi marcado por crises econômico-financeiras, políticas e institucionais. Contudo, foi um momento de

²⁷⁸Op. cit., p. 48.

²⁷⁹HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

²⁸⁰HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

²⁸¹ Um exemplo dessas notícias é possível se acessado na edição de dezembro de 1962 do periódico *Terra Livre*. O Jornal noticiou a ação que estava ocorrendo em Tuiti as margens do Jequitinhonha, denunciando que os grileiros contavam com a anuência do governador da Bahia, uma vez que, contavam com soldados da Polícia Militar. Ver: Terra Livre. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/814261/8> . Acesso em: 31 out 2023 p. 39.

fortalecimento das mobilizações das classes populares. Lucília Delgado apontou que os trabalhadores passaram a tecer críticas aos projetos de modernização da década de 1950, propondo um modelo de desenvolvimento nacional com participação efetiva da luta operária-camponesa.²⁸²

Argumento utilizado por Caio Navarro Toledo para justificar que nos anos que, antecederam o golpe de 1964, a classe trabalhadora experimentou um avanço político e ideológico sem precedentes, foi nesse momento em que a política começou a deixar de ser privilégio do governo e do parlamento para alcançar as fábricas, o campo, o quartel e as ruas. Para Navarro, os trabalhadores forçaram os limites de uma democracia social.²⁸³

Dentro da dinâmica sociopolítica do período, as articulações feitas pela Sociedade dos Trabalhadores da Lavoura da Terra Vermelha e do Iguape, lembradas por seu Reinaldo, demonstram como, em defesa do projeto de vida camponês, a associação ampliou as suas redes e noções de direitos.

Quem era mais atuante de todos desse aí da associação era Rufino José da Costa. Ele era um preto velho, a vida dele foi lutar em defesa do próximo. Então a terra da Vitória, o terreno da vitória ficou em débito quando a usina abriu falência, ficou em débito de instituto de álcool e açúcar, mas não é alguém que não entendia considerava como invasão, mas não foi invasão. Invasão é quando tem dono. Instituto de álcool e açúcar era um Órgão Federal que pertencia o povo. Nós unimos 62 duas famílias sem um sequer um palmo de terra com posse e passamos um telegrama, nesses tempos era mais difícil a comunicação, para João Goulart, ele mandou, demos todos detalhes que a gente ocupasse.²⁸⁴

O papel do líder Rufino José da Costa à frente do movimento camponês no Iguape teve lugar de destaque nas memórias dos seus companheiros: “Meu pai, nessa data, comprou a passagem de navio para ir para Salvador mais minha irmã num congresso lá com o pessoal para ir nessas lutas. Diziam que ele queria tomar a terra, mas tomar não, as terra é pros trabalhador quem dependia da terra, ai pegou essa luta”.²⁸⁵

²⁸²DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 (O Brasil Republicano)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

²⁸³Idem, p. 41.

²⁸⁴Idem, p. 48.

²⁸⁵Entrevista realizada no dia 01\05\2021 com Aguinaldo Silva Costa, morador da Comunidade Quilombola Terra Vermelha.

Figura 14: Seu Aguinaldo Costa, filho de Rufino José da Costa.



Fonte: Acervo de pesquisa de campo.

Seu filho Aginaldo Costa, Nadinho, agricultor e feirante, também foi membro da associação de lavradores desde muito cedo, aos 17 anos. Ele lembrou a participação do seu pai e sua irmã mais velha, Romilda Costa, nos congressos de trabalhadores na capital da Bahia. Tanto a sua fala, quanto a de Seu Reinaldo demonstram a noção de direito que os lavradores tinham, uma vez que exerciam a realização da propriedade da terra ao cultivá-la.

O envio do telegrama para o então Presidente João Goulart aparece na narrativa do primeiro tesoureiro, como forma de demonstrar os caminhos trilhados pela S.T.L ao estreitar o diálogo com as Ligas. Jango, que recebia as cartas dos cidadãos, passava uma imagem de interventor, mediador dos conflitos. Sabendo disso, os trabalhadores usavam esse espaço simbólico para apontar injustiças e atuar politicamente nos projetos políticos do país.

Outro ponto modal na narrativa do lavrador refere-se à noção de direito ao território, que, no referido contexto, era administrado por agentes do Estado. O argumento de que a Fazenda Vitória não pertencia ao Instituto do Açúcar e Alcool ganhou maior sentido quando entrei em contato com um processo de reintegração de posse, impetrado pelo IAA contra Rufino, sua esposa Maria da Glória e outros companheiros.

O processo civil continha vários recortes de notícias midiáticas sobre o ocorrido na Fazenda, os quais alinhavam-se com a perspectiva do Instituto do Açúcar e Alcool de que os

lavradores estavam organizados em Ligas Camponesas, desrespeitando o direito de propriedade.

Já solicitei providências à polícia, a fim de que sejam resguardados os terrenos da Fazenda Vitória do Paraguaçu, pertencente ao Instituto do Açúcar e do Alcool que foram invadidos por colonos- informou-nos o novo delegado do IAA na Bahia, Sr. João Alves dos Santos.²⁸⁶

Acima podemos ler um trecho da reportagem feita pelo periódico *DN-Salvador* acerca da ação liderada pela Sociedade dos Trabalhadores da Lavoura, reforçando a noção liberal de propriedade e a tese da invasão.

As memórias subalternas do primeiro tesoureiro da associação solidificada e transmitida durante décadas são essenciais na construção de uma contra-argumentação dos trabalhadores rurais – “Invasão é quando tem dono. Instituto de álcool e açúcar era um Órgão Federal que pertencia o povo”.²⁸⁷ Ao rejeitar a memória oficial, seus relatos orais fazem reviver a versão marginalizada da História da retomada das terras do antigo Engenho Victória.²⁸⁸

Os relatos estão em diálogo, dentro das conexões e limites possíveis, com a bibliografia especializada que versa sobre o processo de retomada das terras indígenas para analisar as agências das famílias negras do Iguape em defesa do modo de vida camponês.²⁸⁹ Dessa forma, compreendo o que a imprensa caracterizou de invasão as terras do IAA, como recuperação territorial de áreas tradicionalmente ocupadas por egressos da escravidão e seus descendentes.

A ocupação nas terras do antigo Engenho Victória foi, sobretudo, uma forma de questionar os próprios dirigentes do IAA acerca da sua função. Toda essa contenda aponta para o que Leonilde Sérvalo de Medeiros chamou de descaracterização dos órgãos federais com relação aos propósitos iniciais. Cabia ao IAA uma intervenção na cultura

²⁸⁶APMC. Setor Judiciário-Processo-civil: Reintegração de Posse Contra Rufino José da Costa e Outros\Acervo: Documentos Avulsos.

²⁸⁷ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3. 3-15, 1989.

²⁸⁸ Idem, p. 48.

²⁸⁹ Compreendo que ocupações camponesas e retomadas de terras indígena diferem em muitos sentidos em especial no que tange as categorias jurídicas e processos administrativos. Alarcon chamou atenção para o fato de que o processo de recuperação territorial levado a cabo pelos indígenas converge razões históricas, políticas e cosmológicas, onde as crenças nos seres encantados são fundamentais para resguardar os envolvidos. Ocupação dos trabalhadores rurais e as retomadas indígenas tinham inúmeras motivações, no entanto, pressionar o Estado frente a conclusão do processo de desapropriação ou demarcação era uma justificativa recorrente. Ver: ALARCON, Daniela Fernandes. **O retorno da terra:** as retomadas na aldeia tupinambá da Serra do Padeiro, Sul da Bahia. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Universidade de Brasília, 2013.

açucareira.²⁹⁰A experiência da Fazenda Vitória demonstra que esse órgão se valendo do seu papel de mediador das tensões existentes nas usinas do país começou a acumular e explorar terras adquiridas a partir da crise enfrentada pela indústria da cana nos anos 1960.

Os lavradores do Iguape não reconheciam o direito de propriedade do IAA, a noção de que as terras disputas eram devolutas ficou evidente nos depoimentos dos representantes da STL. Embaixo de uma ossatura rígida e formal construída através da legislação, existem relações cotidianas que legitimam ou não os direitos de propriedade.

Ao refletir sobre o “mito das datas mágicas”, Rosa Congost²⁹¹ pontua que, acreditar que o Estado sabe, manda e é plenamente obedecido, é acreditar que a promulgação de uma lei foi instaura, como um passe de mágicas, uma nova realidade social. Os comportamentos sociopolíticos dos trabalhadores do Iguape, reivindicando os seus direitos de propriedade, demonstram que, no trato cotidiano, o Instituto do Açúcar e Álcool não era visto como um proprietário legítimo pelos sujeitos que disputavam o território da Fazenda Vitória.

As ações da Sociedade de Proteção aos Lavradores no Iguape, visando à recuperação do território da Fazenda Vitória, tiveram início em fevereiro de 1962, quando vários núcleos familiares de trabalhadores rurais tomaram posse de aproximadamente 800 tarefas do antigo engenho de açúcar, uma área improdutiva como sugere alguns trechos da ação civil:

O funcionário do Suplicante, Sr. Waldir Almeida Fernandes, administrador da fazenda, no dia dois do corrente, constatou a existência de ato de turbação da posse, como derrubada de matas, queimadas, na parte da fazenda próxima à povoação Terra Vermelha e tendo comunicado estes fatos à Polícia, no dia 05, pela madrugada, mais de oitenta camponeses invadiram parte da propriedade, ocupando aproximadamente 800 tarefas, e aí passaram a habitar, construindo ranchos, preparando roças e devastando matas, fatos estes que constituem um verdadeiro esbulho parcial da propriedade, pois o suplicante ainda está de posse de partes das terras, inclusive a sede, receando assim que o processo se esbulho se alargue.²⁹²

Em termos de localização o Engenho Conceição estava mais próximo da Terra Vermelha, considerada a parte mais alta da fazenda, próximo às matas e recursos naturais, o que o tornava um espaço estratégico para uma ocupação.

²⁹⁰MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

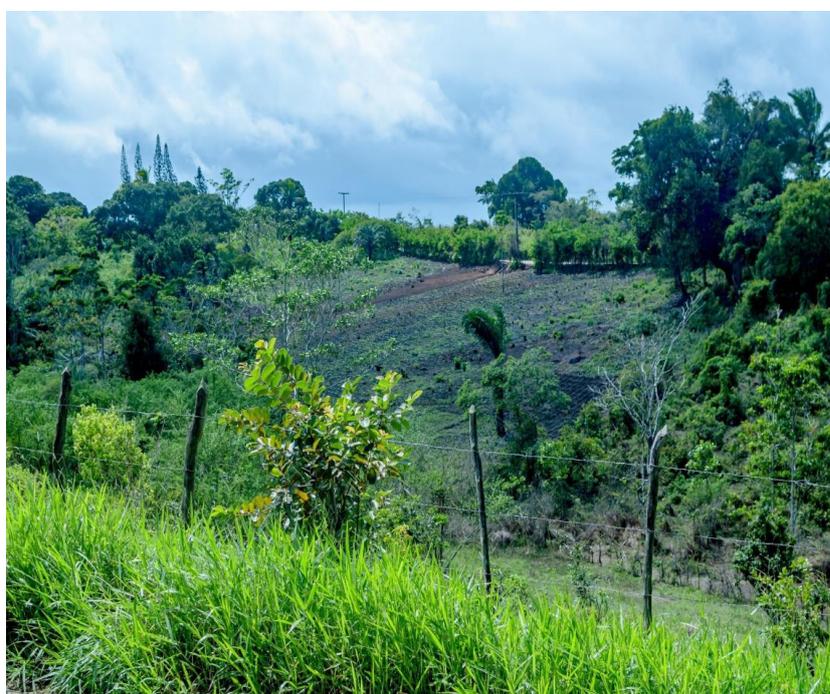
²⁹¹ Ver: CONGOST, Rosa. **Tierras, Leyes, Historia**: estúdios sobre la gran obra de la propiedad. Barcelona: Crítica, 2007. PEDROZA, Manoela. **Por trás dos senhorios**: senhores e camponeses em disputa por terras, corpos e almas na América portuguesa (1500-1759). São Paulo: Pacto Editorial, 2020.

²⁹²Idem, p.56.

O periódico *DN- Salvador*, edição de fevereiro de 1962 publicou informações sobre a ocupação, destacando que os lavradores promoveram um evento festivo e hastearam as bandeiras do Brasil e da Associação Camponesa da Terra Vermelha e Vale do Iguape.²⁹³ Um manifesto teria sido divulgado na cidade de Cachoeira solicitando apoio aos camponeses.

A ocupação vista de outro prisma, a partir das narrativas de Seu Reinaldo Melo, sócio da Sociedade dos Trabalhadores da Lavoura, revela outros aspectos etnográficos da ocupação: “Na terra vermelha, tinha duas ou três casas. Aí a gente criou uns barracozinho, primeira coisa que eu fiz foi fazer os barracos, que para depois então que legalizasse, fazer a morada em cima do terreno”.²⁹⁴

Figura 15: Plantação no Sítio São José- Terra Vermelha.



Fonte: Acervo de pesquisa de campo.

A descrição do povoado, feita pelo tesoureiro da Associação, mostra que a Terra Vermelha na década de 1960 tinha poucas casas de moradas, uma dessas residências era da família de José Rufino da Costa, que migrou do Engenho Calolé no Iguape, sobretudo, pela possibilidade de adquirir terras para si e para os seus. A fotografia acima, fruto de uma pesquisa de campo na Terra Vermelha, mostra parte do território do sítio São José que na contemporaneidade é administrado por Seu Nadinho, filho de Rufino.

²⁹³Idem.

²⁹⁴Idem., p. 48.

A plantação em curvas de nível no terreno íngreme da família Costa, é fundamental para compreendermos como era a região ocupada pelos lavradores da região, o Engenho Conceição, a parte que compunha a Fazenda Vitória e que foi retomada pelos trabalhadores, localiza-se ao lado da Terra Vermelha. Uma área próxima às matas, na parte alta da fazenda, junto aos rios estrategicamente pensada pelo grupo para montagem dos barracos.

Os trabalhadores rurais do Iguape desenvolveram no contexto que antecedeu o golpe civil militar, o que Lygia Sigaud classificou de “Forma Acampamento”. Ao estudar as ocupações da Zona da Mata pernambucana entre as décadas de 1980 e 1990, a intelectual observou a recorrência de elementos e arranjos que caracterizavam os acampamentos da região.

Os elementos elencados por Sigaud foram: barracos constituídos de madeiras e cobertos por uma lona. As bandeiras do Movimento sem-terra (MST) ou da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (FETAPE) eram hasteadas. As barracas eram sempre montadas em locais altos, próximos às matas, aos cursos dos rios e visíveis a alguns quilômetros de distância. As ruas eram paralelas, cada barraca pertencia a uma família de trabalhador ou um indivíduo só.

Outra característica comum dos acampamentos destacados foi o fato das ocupações terem sido realizadas, em engenhos considerados improdutivos, onde havia uma mudança no modo como os proprietários legais se relacionavam com seus domínios, em uma relativa perda de poder.

Mesmo a Zona da Mata Pernambucana sendo um espaço marcado pelo desenvolvimento onde os dos trabalhadores de engenho valiam-se da força da tradição para disputar o exercício da propriedade, Sigaud defendeu que a estrutura de ocupação era exógena e datada.

A forma acampamento, o modelo não é endógeno. Tudo leva a crer que foi engendrado no Sul do país, ao longo do processo de ocupações que se desembocou na constituição do MST. Foram seus militantes, deslocados para o Nordeste, que ali implantaram, certamente com ajustes às condições da mata pernambucana.²⁹⁵

A análise empírica da ocupação realizada no Vale do Iguape em 1962 demonstra que vários símbolos elencados por Sigaud fizeram parte da ação dos lavradores.

²⁹⁵ SIGAUD, Lygia. A forma acampamento: Notas a partir da versão pernambucana. **Novos Estudos**, n.58, São Paulo, 2000. p.85.

Certamente a relação estreita com as Ligas Camponesas de Pernambuco no contexto da ação desenvolvida na Fazenda Vitória foi essencial para traçar as estratégias e montar o acampamento. Ao lembrar a atuação do seu irmão, Reinaldo descortinou elementos da relação entre as Ligas Camponesas e a Sociedade de Proteção aos Lavradores do Iguape: “Melinho direto ia pra Pernambuco, direto pra Salvador, quase toda semana ele ia pra Salvador, ia pra Pernambuco. Da luta quem mais viajava era ele e Rufino. (...). Não lembro quem veio de Pernambuco para treinar a gente, mas veio, deu a orientação e depois foi embora”.²⁹⁶

A referência aos líderes das Ligas ficou evidente também nos nomes das ruas abertas pelos trabalhadores durante a ocupação: “Fomos ainda informados de que, no local onde os posseiros pretendiam construir suas casas, foram demarcadas as ruas. Várias artérias foram traçadas e levando os nomes de: Getúlio Vargas, Augusto Púbio, Governador Leonel Brizola, Francisco Julião e outros”.²⁹⁷

Julião foi um dos homenageados, demarcando a influência das Ligas Camponesas no repertório de ações políticas da S.T.L. A nível local, o político Augusto Púbio também foi lembrado. Leonel Brizola, um dos fundadores do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), líder da esquerda no país, tinha grande representatividade junto aos trabalhadores, por esse motivo deve ter recebido a homenagem.

A presença do Ex-presidente da República entre os nomes das ruas abre espaço para uma reflexão importante acerca do que a figura de Getúlio Vargas representava para o trabalhador do campo. É fundamental refletir Getúlio também como um líder carismático capaz de conjugar o tripé necessário para firmar o “pacto populista”²⁹⁸ – a repressão, manipulação e satisfação. Um presidente que defendeu o populismo como um estilo de governo e uma política de massas.

Os impactos da Era Vargas contribuíram para a construção de uma memória social em torno do presidente por parte dos trabalhadores rurais. Marcus Dezemone,²⁹⁹ em suas pesquisas sobre o sistema de colonato na região sudeste, chamou atenção para o fato de que existem visões historiográficas consolidadas acerca do período que reafirmam a tese do esquecimento do mundo rural durante a Era Vargas. No entanto, a partir de depoimentos de

²⁹⁶Idem, p. 48.

²⁹⁷Idem, p.56.

²⁹⁸ Ver: GOMES, Angela de Castro. O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. **Tempo**. Rio de Janeiro, v. 1, n.2, 1996. p. 31-58.; WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

²⁹⁹ DEZEMONE, Marcus. **Do cativo à Reforma Agrária: Colonato, Direitos e Conflitos (1872-1987)** Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

camponeses e análises da produção legislativa para o mundo rural, o historiador contesta algumas dessas teses.

A possibilidade de criação de sindicatos rurais, associações civis, assim como, a criação da CLT no período do Estado Novo, foram marcos no processo de proletarização dos trabalhadores na sociedade moderna. As promessas do Presidente da República de ampliação dos direitos presentes na CLT aos trabalhadores do campo ajudaram Vargas a nacionalizar a crença de que na sua pessoa, o humilde encontraria um aliado e protetor, como afirmou Antônio Luigi Negro.³⁰⁰ O então Presidente da República, ao prometer o zelo dos direitos do trabalho, carimbou uma ampla demanda, garantindo inclusive mais do que podia efetivar através da lei.

As ruas divididas e nomeadas, as bandeiras do movimento hasteadas, a escolha estratégica do local, evidenciam como alguns marcos historicamente consolidados podem ser desfeitos. Não no sentido de construir novos pontos de partidas, mas de demonstrar que ações identificadas como exógenas, orquestradas de fora para dentro, por vezes inéditas podem ter ligação com lutas ancestrais.

A recorrência dos símbolos do que Sigaud classificou de “Forma Acampamento” na ocupação no Vale do Iguape antes da década de 1980, aliada à ligação do movimento camponês da região com as Ligas Camponesas de Pernambuco são importantes sinais de que, entre os anos de 1950 e 1960, trabalhadores rurais, em sua maioria nascidos e criados nos territórios que reivindicam o direito, construíram repertórios de respostas às tentativas de espoliação, muitos destes ressignificados e reproduzidos ao longo do tempo.

Além do acampamento, os líderes da ocupação buscaram apoio de outros setores sociais.

Os ocupantes da referida fazenda agem ainda no sentido de conseguir o apoio dos sindicatos de trabalhadores, a fim de que a ocupação seja efetivada. Nesse sentido, já se mobilizam vários sindicatos. O dos oficiais eletricitistas, já aprovou uma resolução em assembleia geral de apoio aos camponeses. Aguarda-se para dentro de poucas horas resoluções semelhantes de outros sindicatos.³⁰¹

Em meio às disputas de narrativas acerca das lutas pelas terras da Vitória, era importante para os lavradores o apoio da população local. Devido à relação com as ligas

³⁰⁰NEGRO, Antônio Luigi. Ignorantes, sujos e grosseiros: Uma Reinvenção da História do Trabalhismo. **Trajeto, Revista de História UFC**. Fortaleza, v.2, n.4, 2003.

³⁰¹ Idem, 56.

camponesas, o presidente da Associação do Iguape, Eurico Venâncio de Melo, foi investigado pela polícia política.

Figura 16: Eurico Venâncio de Melo e Família.



Fonte: Acervo Particular de Reinaldo de Melo.

A fotografia acima faz parte do acervo familiar de Eurico de Melo,³⁰² nos permite conhecer o rosto de um dos líderes da S.T.L. A imagem é dos idos de 1990 e o ex-presidente da Associação está vestindo uma blusa de campanha eleitoral do candidato a Deputado Federal no Estado da Bahia, Nelson Pelegrino, representante do Partido dos Trabalhadores.

Retornemos ao contexto pré-64, quando a repressão ao comunismo se intensificou, ao passo que núcleos camponeses lutando contra a espoliação de terras também aumentaram. A classe trabalhadora no sentido abrangente, rendeiros, meeiros, posseiros, recusando a tutela e vigilância paternalista e defendendo o uso costumeiro dos territórios organizaram-se em associações civis.

³⁰² Na entrevista realizada com Reinaldo Melo, irmão de Eurico, fui informada que o ex-presidente da Associação de Lavradores faleceu no início dos anos 2000, devido a um infarto sofrido após tomar conhecimento da vitória do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para Presidente da República. Ver: Entrevista realizada no dia 08 mai 2021 com Reinaldo Melo, morador da Cidade de Cachoeira.

A Sociedade União Camponesa de Maragogipe teve sua fundação nessa conjuntura. Os rendeiros da Fazenda Palmar, após a venda das terras para um novo proprietário, decidiram instalar um acampamento classificado pela polícia local como “acampamento já conhecido das ligas”.³⁰³ Eurico de Melo apareceu no Relatório da Polícia política como agitador dos trabalhadores de Maragogipe. A ação da União Camponesa da cidade sofreu dura repressão policial com a justificativa de que era preciso destruir os focos comunistas, uma forma de mandar o recado para as demais associações.

A ocupação da Fazenda Vitória estava acontecendo no mesmo período e também sofreu pressão “em nome da manutenção da ordem”.

Um choque de cinco soldados da polícia militar, sob o comando de um oficial partirá hoje para a Fazenda Vitória do Paraguaçu que foi invadida por camponeses a fim de manter a ordem. A decisão foi tomada pelo Secretário de Segurança Pública, Rafael Cincurá, após a reunião que manteve ontem à tarde, com os dirigentes do IAA que é proprietário da terra ocupada.³⁰⁴

Era interessante para os fazendeiros, bem como, setores da segurança, ter a opinião pública ao seu lado, justificando as ações de reintegração de posse contra famílias que reivindicavam o direito de permanecer nos seus territórios de pertencimento. Em contrapartida, líderes da Associação de Lavradores também buscavam o apoio da população.

Dona Norberta, uma das moradoras mais antigas da Vitória, ao recordar sua trajetória na Fazenda, apresentou elementos essenciais para percepção de como o acampamento da Sociedade de Proteção aos Lavradores era visto por uma moradora e sua família.

Aqui na minha infância eu arancei a Usina, aí cortava cana, aí muia e fazia açúcar, fazia cachaça, tinha a usina e tinha alambique. Arcancei a Usina movimentando, o pessoal todo mundo trabalhando. Todos aqui plantava cana, meu pai plantava cana, meu pai e minha mãe. Era na Conceição. Meu pai plantava, cortava cana e conduzia para Usina. (...) Aqui é uma fazenda, os trabalhadores era arrendado, antigamente todo mundo pagava renda, tinha a carteira, ninguém morava de graça não.³⁰⁵

Norberta Ferreira Pereira, com 95 anos a época, que me concedeu a entrevista, informou que nasceu e foi criada na Fazenda Vitória, filha de Maria José Nunes oriunda do

³⁰³: Entrevista realizada no dia 08 mai 2021 com Reinaldo Melo, morador da Cidade de Cachoeira. , p. 70.

³⁰⁴ : Entrevista realizada no dia 08 mai 2021 com Reinaldo Melo, morador da Cidade de Cachoeira.p.56.

³⁰⁵ Entrevista realizada no dia 01 mai 2021 com Norberta Pereira, moradora da comunidade Quilombola Engenho Vitória.

Engenho Sinunga, que ficava como destacou Dona Norberta do outro lado do Rio,³⁰⁶ e João Ferreira, que havia migrado de Serrinha, região de Feira de Santana sertão baiano.

Figura 17: Quatro Gerações da Família de Noberta Pereira.



Fonte: Acervo de pesquisa de campo.

No registro, fruto da pesquisa de campo na Fazenda Vitória, temos quatro gerações da família de Maria Nunes e João Ferreira. Dona Norberta, sua filha Carmem Lúcia de Jesus, sua neta Milena de Jesus e seu bisneto Matheus. Chegamos até Dona Norberta por intermédio de Milena, Presidente da Associação Quilombola da Vitória, articuladora política na localidade. A casa onde vive uma das moradoras mais antigas da Fazenda fica próximo ao casarão que pertencia à família Moniz Barreto de Aragão, espaço que não foi ocupado pelos lavradores da região.

³⁰⁶ O Engenho Sinunga localizava-se às margens do Rio que recebia o mesmo nome, na Freguesia do Outeiro Redondo, pertencente no século XIX ao Termo da Comarca da Cachoeira. O proprietário do referido engenho era José de Queiroz, a propriedade estava numa área de fronteira entre São Felix, Maragogipe e São Felipe. Ver: CARMO, João Paulo Pinto. **Um lugar chamado Quilombo: cativo e liberdade em um engenho do Recôncavo Baiano. (1870-1930).** Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação mestrado Profissional em História da África da Diáspora e dos povos indígenas, UFRB, 2016.

Eu trabalhava na casa dos Munizes. Trabalhei sendo cozinheira de Francisco Muniz, aí nesse sobrado. Dr. Francisquinho mesmo morreu aí, morava muita empregada, eles eram seis: quatro filhos homem e duas moças, a mulher dele chamava Amália, quando eu fui trabalhar lá o dono já tinha morrido, eu trabalhei com a viúva. Ele morreu, eu ainda tava meninota, ele morreu no dia da festa daqui, no dia primeiro de janeiro.³⁰⁷

Nas memórias de Dona Norberta a sua trajetória de vida tem como marcadores de tempo fatos importantes da vida dos Monizes e do período que trabalhou no sobrado. Suas vivências junto a família conhecida com a elite do açúcar no Recôncavo influenciaram os seus modos de fazer e viver, suas crenças. Assim como os Monizes, Dona Norberta era devota de Nossa Senhora da Conceição, e rememorou com saudosismos os tempos em que a usina estava em pleno vapor e existia vida no casarão.

O sobrado em ruínas é uma imagem que Dona Norberta disse evitar ver, mesmo morando bem próximo, ela destacou que não vai ao largo, pois está tudo acabado. O Casarão localiza-se em posição estratégica, comum aos casarios do período colonial, de frente para o mar. Nesse caso específico, para o lagamar do Iguape, atualmente é utilizado pelos pescadores da região para guardar os seus apetrechos de trabalho, um espaço de apoio para as famílias que permaneceram nesse território.

O fato de Dona Norberta ter trabalhado na Casa Grande durante muitos anos, talvez pudesse ter contribuído para que ela arrendasse terras próximas à Usina, onde tinha grande movimentação sociocultural, econômica e religiosa. Marcada pela presença da capela, onde realizavam-se as missas a Nossa Senhora da Conceição, que era um importante espaço de sociabilidade entre os trabalhadores. Assim como a feira local, montada nessas intermediações – comércio que juntava lavradores dos engenhos e fazendas do Vale do Iguape, a fim de vender cana e itens de subsistência.

O processo de formação da família de Dona Norberta e sua relação com a Fazenda Vitória é um excelente exemplo das migrações individuais e coletivas que ocorreram sob motivações diversas na conjuntura da redefinição das relações de trabalho no pós-abolição. Dona Maria Nunes, sua mãe, nascida no Engenho Sinunga, atravessou o Rio na década de 1920, momento que a Usina Vitória do Paraguaçu começou a funcionar e atraiu os olhares dos trabalhadores e trabalhadoras que buscavam mobilidade social.

³⁰⁷CARMO, João Paulo Pinto. **Um lugar chamado Quilombo**: cativo e liberdade em um engenho do Recôncavo Baiano. (1870-1930). Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação mestrado Profissional em História da África da Diáspora e dos povos indígenas, UFRB, 2016. p. 75.

Figura 18: Retrato de Família- Maria Nunes, a matriarca da família Pereira.



Fonte: Acervo Particular de Norbeta Pereira.

Na sala da casa de Dona Norberta estava o porta-retrato com a foto de Dona Maria Nunes, a senhora com vestido preto estampado, junto à sua irmã. A matriarca de uma família de rendeiros da Fazenda Vitória, Maria Nunes, ao contrário de sua filha, não morava próximo ao sobrado, ela vivia na Conceição terras ocupadas e loteadas pelos trabalhadores rurais. Visualizar sua imagem, ouvir narrativas sobre sua vida e itinerário me ajudou a traçar o perfil dos rendeiros e rendeiras que disputaram, ou receberam um lote de terras ocupadas historicamente.

Dona Norberta, ao lembrar sobre a ocupação, destacou que já viveu no Engenho Conceição com sua mãe antes do nascimento dos seus filhos.

Eu já morei na Conceição com minha mãe. Teve uma ocupação aí, mas não teve nada demais, foi mais enxame do que tomava conta, o administrador, as terras era lá para o lado da Conceição, loteou, mas não teve problema nenhum, quem estava morando permaneceu, porque queria ficar com a roça, aí ficou na roça.³⁰⁸

³⁰⁸CARMO, João Paulo Pinto. **Um lugar chamado Quilombo:** cativo e liberdade em um engenho do Recôncavo Baiano. (1870-1930). Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação mestrado Profissional em História da África da Diáspora e dos povos indígenas, UFRB, 2016. p.75.

As memórias de Dona Norberta sobre o acampamento evidenciam outro lado da ação, o lado dos que reivindicavam o direito ao campesinato negro, a manutenção das suas roças, quando ela enfatizou: “Foi tudo enxame do administrador”. Enxame na tradição popular significa exagero. Dessa forma, Dona Norberta se colocou contrária a queixa feita por Waldir Fernandes à polícia, principalmente porque as terras da Conceição não eram cultivadas pelo Instituto do Açúcar e Alcool, e quem a loteou foram os moradores e tinham plantações no território.

Dona Catarina Conceição, 50 anos, oriunda de uma família de lavradores, nasceu e foi criada nas terras que compunham a Fazenda Vitória. Trabalha produzindo roça de cana de açúcar nas terras que seu pai, Antônio Fernandes deixou na Vitória, e comercializando flores e cana na feira livre. Assim como Dona Norberta, apresentou uma versão diferente das publicadas nos documentos policiais.

Figura 19: Dona Catarina Conceição



Fonte: Acervo de pesquisa de campo.

Dona Catarina, numa manhã chuvosa de maio, abriu as portas da sua casa na Terra Vermelha e rememorou as trajetórias de lutas dos trabalhadores rurais da região, as quais também são suas memórias familiares. A fotografia de Dona Catarina foi retirada em um dos lugares que ela revelou gostar mais, onde a escutei por horas. No seu quintal, lócus de flores e plantas diversas, é possível encontrar até cana de açúcar em meio ao jardim.

Nas memórias familiares de Dona Catarina, a relação com a Usina Vitória do Paraguaçu se estreita através dos trabalhos prestados por sua avó a indústria. “*Quem trabalhou na usina da Vitória foi meu pai. Meu pai quando criança trabalhou junto com*

minha avó, minha avó se chamava Merentina, ela fazia o alimento e ele levava pá o pessoal, ele entregava".³⁰⁹(grifos nosso) O seu pai na fase adulta tornou-se lavrador e vendia cana na Feira Livre. Ofício este herdado por Dona Catarina que além do "saber fazer",³¹⁰ herdou as terras onde seu Antônio desenvolvia o seu campesinato.

A facilidade com a qual Dona Catarina lembrou os nomes dos líderes da Associação dos Trabalhadores da Lavoura do Iguape e da Terra Vermelha, assim como seus núcleos familiares, demonstra a relação próxima entre os envolvidos na ocupação, "os filhos da terra"³¹¹ eram em sua maioria vizinhos, parentes e compadres.

Reinaldo Melo é o único dos irmãos Melo vivo, ele mora em Cachoeira, Mario Melo e Antônio Melo irmãos dele tinha terra aqui. A mulher de Rufino, Maria da Glória já falecida, tem o filho dele que mora aqui em frente o nome dele é Agnaldo Costa, Romilda Costa deve ser irmã dele, não tenho certeza. Romão Mota? Eita Jesus, já falecido, mas era daqui também, quando vai pegando a descida da ladeira é a casa da família toda, os netos bisnetos, tudo vive ali. Roberto Mota é filho de Romão, já falecido também, era vizinho da gente no terreno lá embaixo na Vitória.³¹²

Nas entrevistas que realizo com meus interlocutores costumo utilizar algumas perguntas norteadoras e os deixo discorrer sobre elas livremente. Dona Catarina foi a primeira pessoa que entrevistei na Terra Vermelha, partindo das suas lembranças, busquei seguir o rastro dos líderes políticos locais. Por esse motivo, lancei os nomes dos indivíduos que compunha a chapa eleita para diretoria da S.T.L em 1957 como eixos estratégicos, a fim de fazer emergir memórias coletivas sobre a ação da Sociedade na Região.

Dentro das suas memórias familiares do trabalho e cotidiano, Dona Catarina destacou o processo de disputa pelo direito ao campesinato negro.

Pessoas apanhava na roça, tava de costas e quando via era lapada nas costas. O pai do meu esposo mesmo foi assim, é minha filha, era verdade, pra ter ganhar um pedaço de terra, só por espancamento. Esse seu Nadinho, Agnaldo, ele sabe contar, e minha sogra. É os maridos iam trabalhar e as mulheres ficava escondida no mato prestando atenção. Porque na hora que observasse que os homens vinha, ai já sabiam o sinal. Ou assobiava ou tinha algum sinal a dá, porque quando ele ou a pessoa que tivesse trabalhando, ouvisse aquele sinal, largava o trabalho e se escondia.³¹³

³⁰⁹Entrevista realizada no dia 01 mai 2021 com Catarina Conceição, moradora da comunidade Quilombola Terra Vermelha.

³¹⁰Conceito categorizado por Michel de Certeau. Ver: CERTEAU, Michel: **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2008.

³¹¹ Expressão utilizada constantemente pelos interlocutores da pesquisa para destacar quem é nascido e criado na região.

³¹²CERTEAU, Op. cit. p.79.

³¹³ CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 79.

Chamou-me atenção o fato de Dona Catarina ter nascido na década de 1970, quase dez anos após a ocupação liderada pela S.T.L, e ainda assim lembrou com facilidade os nomes dos envolvidos, bem como, as estratégias utilizadas para manutenção das plantações no acampamento e o papel das mulheres nesse processo. As trajetórias de lutas dos lavradores e lavradoras do Iguape certamente foi repassada entre as gerações de filhos, netos, bisnetos que continuam vivendo nesse território. São lembranças ancestrais convergentes, uma Memória social do movimento camponês que questiona a oficial.

Oficialmente os lavradores foram intimados a deixar as terras ocupadas, mas resistiram, sobretudo, por não reconhecer o direito de propriedade o IAA.

Aos quinze dias do mês de fevereiro de mil novecentos e sessenta e dois, no lugar Terra Vermelha, em uma área pertencente à Fazenda Vitória do Paraguaçu neste termo propriedade do Instituto do Açúcar e Alcool, onde fomos vindo nós oficiais de justiça, abaixo assinados para cumprirmos o mandado de reintegração de posse em favor do IAA, o que deixamos de cumprir em virtude de resistência imposta pelos réus invasores da área aludida.³¹⁴

Nos autos do processo de reintegração de posse, consta a informação de que os oficiais encontraram no lugar ocupado não só os réus do processo, mas aproximadamente 60 lavradores e lavradoras trabalhando no preparo da terra. Todos foram nominalmente listados, de acordo com o termo de resistência, o qual impossibilitou a execução do mandado de reintegração de posse. Os trabalhadores recusaram-se a assinar a intimação, e informaram que não sairiam do local, nem retirariam suas ferramentas de trabalho.

A defesa feita em prol dos trabalhadores rurais se deu acionando o direito à vida e o direito de não morrer de fome, condições fundamentais para conferir à terra a sua destinação social. Utilizando do mesmo argumento, os advogados dos líderes da ocupação questionaram o direito de propriedade do IAA: “O Instituto do Açúcar e Alcool jamais procurou dar a Fazenda Vitória uma função social, são inúmeras tarefas de terras improdutivas e acarretando prejuízo à comunidade, pois paga servidores públicos para guardar a propriedade”. Diante dos argumentos utilizados, o acampamento permaneceu reivindicando a desapropriação e os títulos da terra.

Memória viva, a oralidade dos líderes da Sociedade de Proteção aos Lavradores da Terra Vermelha e do Iguape indica que o acampamento perdurou por aproximadamente um ano, sob forte pressão policial.

³¹⁴ CERTEU, Op. cit., p. 56.

Ai Juraci Magalhães, o que ele fez, botou 10 soldados, um tenente e um sargento. Sargento Hugo, tenente Bazilo, levou um ano ai perseguindo a gente, até tiro em alguém teve. O velho Francisco perdeu o pé com essa luta. Esse velho já morreu.³¹⁵

Seu Reinaldo Melo destacou as tensões que os lavradores enfrentaram durante o processo de ocupação, com ênfase para momentos em que a violência se agravou. Além da disputa por terras, os trabalhadores rurais enfrentavam ataques à sua organização política devido à ligação com setores de esquerda e o Partido Comunista.

“Padre Fernando era um puxa-saco da polícia, invadia casa de família, a gente ocupando a terra e ele invadindo, ele e a turma da Igreja. Chamava a gente de comunista invasor”, narrou o tesoureiro da S.T.L ao rememorar a participação de outros setores da sociedade no período. Seu Reinaldo informou que suas reuniões eram vigiadas e denunciadas à polícia, sobretudo, pela participação de líderes do PCB, a exemplo de João Gevásio que era representante do partido na cidade de Cachoeira.

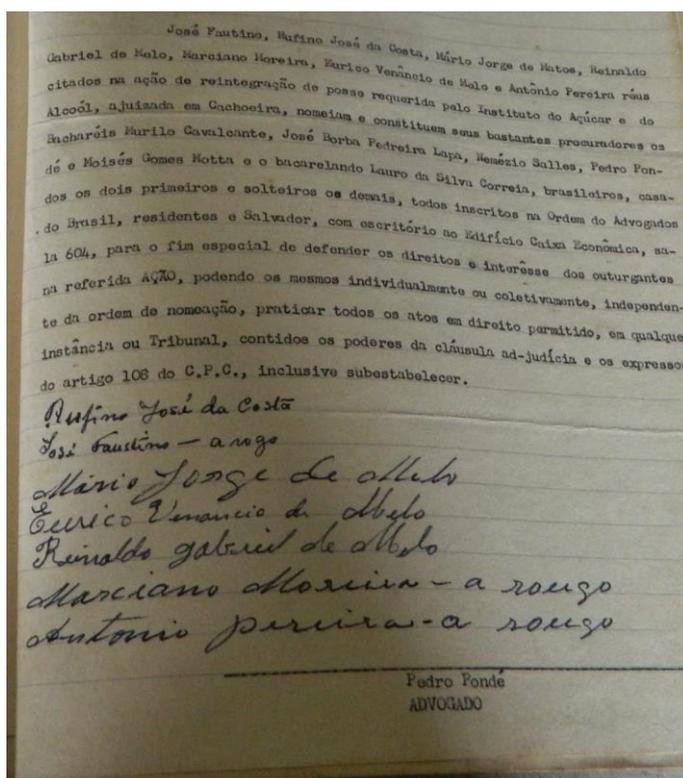
Na conjuntura de maior tensionamento, o principal líder da Associação, Rufino da Costa faleceu – “Os policiais morava lá embaixo, arranjava cavalo com pessoal lá e subia prá cá. Enquanto meu pai foi vivo ele não veio cá em cima, com 7 dias que meu pai morreu ele vem”.³¹⁶ Rufino morreu em julho de 1962, como consta no seu registro de óbito, foi sepultado no cemitério da Terra Vermelha, cujas terras foram doadas pela família Costa.

O discurso de Seu Nadinho colocava no centro o papel do seu pai no movimento campestre da região, era motivo de orgulho a sua atuação política. Rufino sofria de problemas no coração, o que causou sua morte no auge da ocupação – “Meu pai antes de morrer explicou a eles, eu posso morrer de uma hora para outro fulano vocês tomam a conta desse ai não deixa cair não”. O desejo do fundador da Sociedade dos Trabalhadores da Lavoura era que a luta não cessasse e o direito à terra fosse garantido.

³¹⁵ Idem, p.48.

³¹⁶ Idem, p.55.

Figura 20: Procuração assinada por Rufino José da Costa.



Fonte: Processo civil de reintegração de posse impetrado pelo Instituto do Açúcar e Álcool.

Não consegui encontrar uma fotografia de Rufino José da Costa. Seu Nadinho informou que suas características físicas lembram o pai. Trago como uma forma simbólica de concretizar a figura do líder da Associação Civil de Lavradores, a imagem da sua assinatura, recuperada através de uma procuração presente nos autos do processo de reintegração de posse. Um momento crucial na luta por terras no Iguape foi quando os trabalhadores rurais liderados por Rufino, homem negro, filho de ex-escravizada, nascido no Engenho de Açúcar da Região, não reconheceram o direito de propriedade do IAA, uma Autarquia Federal, e recusaram-se a deixar o seu território, o seu campo negro historicamente ocupado.

O ato de permanecer nas terras com suas ferramentas de trabalho culminou na desapropriação de parte da Fazenda Vitória, em 1963, para efeitos da Reforma Agrária. O campesinato negro sempre foi uma arena de disputa. Plantar e ter o direito de colher era uma força motriz das lutas do trabalhador rural.

Um engenheiro veio e regularizou os lotes, todo mundo que estava na lista 62 famílias todos eles têm um lote já legalizado e com documentos. Ganharam o título e a posse pelo INCRA. Não tinha condição de plantar

nada de durabilidade, depois disso todo mundo tem uma areazinha de plantar banana.³¹⁷

Na verdade, foi tudo loteado. Não, expulsaram mais não, aí nesse tempo quando a polícia atirou nos homens, aí Maninho como não podia viajar, viajou o irmão de Maninho e minha irmã, foi no tempo que Lomanto era governador, a menina foi direto a Lomanto, minha irmã teve a capacidade de botar a mão em cima dele, aí Lomanto falou “oh minha filha pode ir embora que amanhã 24 horas a polícia vai sair da Vitória”. Também aí depois veio um engenheiro que veio lotear o engenho da Vitória, a terra é pro posseiro.³¹⁸

Os tempos da memória dos interlocutores da minha pesquisa são, em grande parte, marcos políticos. Antônio Lomanto Júnior passou a governar o estado da Bahia no ano de 1963. Nesse sentido, é possível que a desapropriação tenha acontecido quase um ano após o início da ocupação, no contexto do pré-golpe civil militar, antes da promulgação do Estatuto da Terra que regulava os direitos e obrigações referentes aos bens imóveis rurais para fins da reforma agrária e política agrícola. Infelizmente, Rufino da Costa não pôde vivenciar esse momento, mas recuperar sua trajetória de luta junto aos trabalhadores rurais do Iguape é uma forma da “deusa clio” recompensá-lo.

³¹⁷ Idem, p. 48.

³¹⁸ Idem, p. 55.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nós somos o começo, o meio e o começo...

Nossas trajetórias nos movem,

Nossa ancestralidade nos guia.³¹⁹

(Nêgo Bispo. Começo, meio e começo)

Em 2006 o movimento quilombola ocupou e loteou as terras da Fazenda Brandão, próximo ao antigo Engenho Campina no Iguape, local que passou a ser chamado de “Quilombo”. Nesse mesmo período chegaram caminhões com cestas básicas e sementes que foram distribuídas para as famílias que começaram a cultivar as referidas terras. Esse evento histórico fez com que as discussões sobre direitos para a população dos quilombos contemporâneos ganhassem as ruas da minha comunidade, Santiago do Iguape, de forma mais intensa e democrática.

Dentro de uma análise geracional, certamente muitos dos quilombolas mais novos da região reconhecerão a “formação do quilombo na contemporaneidade” como o evento demarcador do início das lutas por direitos e cidadania no Iguape. Direitos como acesso à terra, legitimado no dispositivo jurídico, oportunidade de ingressar nas universidades públicas a partir de cotas quilombolas, desenvolvimento de uma educação escolar quilombola, acesso à energia e água tratada, foram pontos que ajudaram no enquadramento dessa memória e fortalecimento da identidade desse grupo em torno da categoria de remanescente de quilombos.

O evento supracitado influenciou as minhas escolhas acadêmicas de tal forma, que as minhas primeiras pesquisas sobre o Vale do Iguape tiveram como recorte temporal o *presente*, onde experiências e memória sociais se inter cruzam. Memórias essas que utilizei como a principal fonte. Acessadas através da oralidade, recorri aos meus mais velhos, onde a noção de pertencimento ao território relacionava com outras formas de politizações. Esse diálogo entre os tempos orientou o desenvolvimento da presente tese e as histórias aqui apresentadas trazem contribuições para História Social da escravidão e pós-abolição.

O desenvolvimento de uma cultura política negra por parte do grupo estudado, norteou as minhas preocupações e as considerações por hora apresentadas. Nesse sentido, as

³¹⁹ BISPO, Nêgo. Começo, meio e começo. **Revista Revestres**. Disponível em: <<https://revistarevestres.com.br/edicaoonline/revestres50/>>. Acesso em: 16 nov.2022.

famílias de escravizados historicizadas no primeiro capítulo aparecem como uma das primeiras formas de sobrevivência nas diásporas. São tecidos familiares majoritariamente matrilineares, construídos a partir da incidência do tráfico transatlântico e reprodução endógena nos plantéis de açúcar do Recôncavo da Bahia. Essas famílias são espaços privilegiados de análise da capacidade de indivíduos escravizados, sobretudo mulheres, de refazer laços no além-mar, de vivenciar a maternidade, de reivindicar direitos para si e para os seus.

A possibilidade de recuperar um número considerável de africanos vivendo em comunidade no Iguape nas duas últimas décadas da escravidão, é demonstrativo da influência do tráfico de escravos na região. Em contrapartida, a permanência de famílias negras extensivas por gerações no mesmo engenho aponta para o fato de que o Vale do Iguape sofreu menos com a influência do tráfico interprovincial do que outras localidades. Os impactos das leis emancipacionistas, em especial a Lei do Ventre Livre e criação do Fundo de Emancipação Provincial, também foram fundamentais para ampliação, legitimação e preservação das famílias negras.

Dentro do contexto de dominação senhorial, as famílias negras constituídas no Iguape no período da escravidão e pós-abolição eram lócus onde as negociações e conflitos se estabeleciam em torno de espaços de autonomia. Os núcleos familiares formados a partir de laços consanguíneos e de solidariedade contribuíram para que culturas políticas fossem gestadas e transmitidas. Projetos de vida e sonhos de liberdade em comum foram fundamentais na rearticulação de valores identitários nas diásporas, nas politizações ancestrais.

A forma como ex-senhores e ex-escravizados vivenciaram a crise e a desarticulação do escravismo nos plantéis do Iguape favoreceu à compreensão das estratégias senhorias e os sentidos de liberdades agenciados pelos egressos do cativeiro. A postura da classe senhorial do Recôncavo da Bahia pode ser classificada paradoxalmente como a vanguarda da retaguarda, pois classificava-se como emancipadores, mas buscava adiar ao máximo a abolição. Não conseguindo retardá-la por muito tempo, a classe senhorial lançou mão de práticas paternalistas, contratos de trabalhos diversos, ações coercitivas a fim de manter os libertos como mão-de-obra nas suas lavouras, em especial, porque na região os projetos migratórios tardios não tiveram êxitos.

As comemorações em torno da abolição refletiam as aspirações dos ex-escravizados. Diversos foram os sentidos atribuídos a liberdade pelos egressos do cativeiro no Iguape,

desde migrações, lutas por participação na política institucional, a permanência nos antigos engenhos, sendo esta última o foco desta abordagem. O ato das famílias negras permanecerem nas fazendas não significava consonância com as condições de trabalho do período escravista. Como puder demonstrar, representava sonhos de melhores condições de vida, mobilidade social, possibilidade de cultivo, participação na república recém-inaugurada, alargamento de direitos e acesso à cidadania.

A partir da trajetória de Rufino José da Costa, principal líder do movimento campesino no Iguape, foi possível recuperar ao longo do pós-abolição outros sentidos de liberdade acionados, a migração para cidade do Rio de Janeiro e o campesinato itinerante no próprio Recôncavo da Bahia. Rufino juntamente com seu irmão Israel tornaram-se proprietários de terras no ano de 1942, no distrito da Terra Vermelha, localidade circunvizinha ao engenho Caolé onde havia nascido. Os filhos de ex-escravizada adquiriram legalmente terras no contexto de crise das usinas açucareiras e marcado por desmembramentos de grandes fazendas escravistas da região.

A população campesina do Iguape na década de 1940 organizou as experiências por meio das quais se sentia parte de um mesmo grupo e reforçou os laços de solidariedades, estabelecendo diálogos entre si e com as agências do Estado em busca dos seus interesses através da fundação da associação civil Sociedade dos Trabalhadores da Lavoura da Terra Vermelha e do Iguape. Nesta, presidida por Rufino José da Costa, circulavam ideias em torno dos projetos políticos e críticas às relações racializadas dos lugares sociais onde estavam inseridos.

À frente da S.T.L. estava a figura de Rufino, homem negro, eleitor, militante e filiado ao PCB, suplente do secretariado municipal do Partido em Cachoeira e candidato pela chapa popular nas eleições de 1945. Sua trajetória abre espaço para questionar acerca de visões consolidadas na historiografia sobre a participação da população negra e pobre e campesina na vida pública ao longo da história do Brasil Republicano, refletindo até que ponto essa camada da sociedade não buscou a representação política institucional. Caminhos pavimentados desde o imediato pós-abolição quando ex-escravizados se alistaram na qualificação de votantes.

A trajetória de Rufino José contribui para a compreensão de diferentes atuações dos negros nos projetos de nação. Assim como a Sociedade dos Trabalhadores da Lavoura, classificada na imprensa comunista como Ligas Camponesas, uma associação de trabalhadores rurais, em sua maioria negros, moradores dos antigos engenhos de açúcar, em

suas ações, contribui para percepção de como militantes negros mobilizaram ideias de esquerda para avançar nas agendas de lutas por terras. Essas demandas também buscava o rompimento do “modus operandi” senhorial, uma arena de luta entre desentendidos de egressos da escravidão e herdeiros senhoriais.

A existência duradoura da S.T.L, por vezes classificada nos periódicos populares como ligas camponesas do PCB, outras como ligas associadas a Pernambuco e Francisco Julião, contribui na apreensão das estratégias utilizadas por partidos de esquerda na ampliação da base fora dos sindicatos. A associação civil de lavradores era bastante ativa no bojo das movimentações do jogo político, no Recôncavo da Bahia foi a primeira experiência de Comitê de Libertação Nacional (C.L.N). Ao passo que também colabora na compreensão de como os lavradores dialogaram com diferentes setores sociais a fim de aumentar o seu repertório de lutas pelo direito a terras.

A intenção não foi seguir periodizações rígidas, pré-estabelecidas, longe disso. Os eventos foram sendo evidenciados a partir das culturas e ações sociopolíticas dos sujeitos acompanhados por essa pesquisa em relação aos processos mais amplos. A década de 1950 foi deveras movimentada na região do antigo Engenho Vitória, não só pela criação do C.L.N, mas também pelo agravamento da crise em que passava a Usina de Açúcar dos Monizes, culminando na sua falência.

O desenho territorial secular na região do Iguape se transformou, a família Moniz Barreto de Aragão deixou de ser proprietária legal da Fazenda Vitória do Paraguaçu, e velhas disputas pelo direito às terras ganharam novos contornos. Diante disso, os lavradores avivaram as reivindicações pressionando o Estado a reconhecê-los como sujeitos de direitos. Aqueles que sempre viveram e trabalharam no chão da Vitória, os que detinham o acúmulo da experiência construída a partir de valores compartilhados ao longo do processo, ocuparam parte da Fazenda.

A ocupação foi mais uma das expressões de resistência cotidiana agenciadas pela população negra e camponesa do Iguape em defesa do modo de vida camponês, em defesa da possibilidade de se fortalecer na comunidade. “A Reforma Agrária nasceu aqui”, afirmação reverberada por Seu Reinaldo Melo, antigo tesoureiro da S.T.L, ao recordar o fato de que parte da Fazenda foi desapropriada para fins de redistribuição entre os posseiros – categoria político-identitária acionada pelos trabalhadores do Iguape na década de 1960 a fim de demarcar suas trajetórias históricas de posse e uso das terras. As experiências e memória social desses trabalhadores com suas durações e ritmos próprios, permitem a revisão e

reconstituição de periodizações, pois evidenciam como eventos macrossociais ganham sentidos a partir dos seus próprios atores.

As famílias de posseiros ficaram acampadas por aproximadamente um ano, resistindo às tentativas de esbulho, e em busca de viver com dignidade, poder cultivar produtos duradouros, aipim, banana, laranjas. A possibilidade da população negra egressa do cativeiro e seus descendentes experienciar o campesinato negro sempre foi marcado por uma arena de conflitos. Plantar e ter o direito de colher foi e continua sendo a força motriz das lutas dos trabalhadores rurais do Iguape.

As formas de resistências cotidianas engendradas historicamente pela população negra no Vale do Iguape construíram politizações, que são acionadas em tempos de crise.

Nós foi lutou, depois a primeira invasão, luta de terra foi aqui na Terra Vermelha, primeiro sindicato dessa na região aqui de Cachoeira. Ai teve a invasão quando veio o estatuto para sindicato, ai não tinha sindicato, fundaram o sindicato em Cachoeira. Hoje é sindicato, naquele tempo do meu era sociedade.³²⁰

As memórias de Seu Aguinaldo, filho de Rufino José da Costa, traz para superfície da história a articulação entre a cultura política negra gestada no Vale do Iguape e as ações dos trabalhadores rurais de Cachoeira em torno da sindicalização. As aproximações feitas entre as lutas da Sociedade dos Trabalhadores com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural e sindicalização no Recôncavo evidenciam como as reivindicações e as politizações históricas dos lavradores do Iguape contribuíram para conquistas efetivas para população campesina da região.

A ata de fundação do Sindicato Rural de Cachoeira é datada do ano de 1981, momento que o país passava por um processo de democratização, após anos vivenciando uma ditadura civil-militar. O presidente do sindicato era morador do Engenho Victória, Durvalino Pimentel, o primeiro Secretário, Mario Jorge de Melo, a época residente na Terra Vermelha, era irmão de Venâncio de Melo, e Seu Reinaldo compuseram a diretoria da Sociedade dos Trabalhadores da Lavoura da Terra Vermelha e do Iguape. Vários sócios da S.T.L sindicalizaram-se, fato que evidencia o diálogo entre essas culturas políticas, reconheço que os silêncios acerca dessas politizações no período ditatorial necessitam ser investigados. No entanto, evidenciar empiricamente o diálogo entre ações políticas históricas gestadas pela população negra é, sobretudo, uma forma de demonstrar que em

³²⁰Entrevista realizada no dia 01/05/2021 com Aguinaldo Silva Costa, morador da Comunidade Quilombola Terra Vermelha.

uma sociedade de pós-abolição, marcada por velhas e renovadas formas de exclusão racial, as referidas expressões de lutas cotidianas não cessam, se recriam.

Nesse sentido, recuperar as lutas de egressos do cativo e seus descendentes no Vale do Iguape, é uma forma de contribuir com a História Social da Escravidão e Pós-abolição, mas é também um manifesto as novas gerações de quilombolas que, assim como eu, vivenciam os conflitos e tensões em torno da titularização dos territórios na região formada. Desejo que essa nova geração seja a principal leitora dessas páginas e que possa ser movida e guiada pelas trajetórias dos nossos ancestrais na afirmação de direitos e justiça sociorracial.

FONTES

ARQUIVO

APEB\ Terras Pública, 4850 (1876-1891) \ Relatório do inspetor especial de terras públicas.

APEB\Setor Judiciário\Processo Civil de Falência da Usina Vitória do Paraguaçu\ Notação: 186-03-07.

APEB\Seção Colonial Provincial\Registros Eclesiástico de terras- 1858-1865\Nº4712.

APMC\Setor Judiciário\Processo-crime: Homicídio\Acervo: Documentos Avulsos.

APMC\Judiciário\02\158\1544

APMC\ Setor Judiciário\ Ação de Desapropriação Fazenda Vitória\ Acervo: Documentos Avulsos.

APMC\Setor Judiciário\ Ação de manutenção de posse\ Fazenda Panorama\Acervo: Documentos Avulsos.

APMC\Judiciário\Autos Crimes\1891-1893\Documentos avulsos.

APMC\Judiciário\Livro de alistamento dos eleitores Federais do Distrito do Iguape (1893-1894) \Documentos Avulsos.

APMC\Seção Judiciária\Reclamação Trabalhista. Tito Francisco da Cruz- Usina Vitória do Paraguaçu Ltda (1951-1954) \ Acervo: Documentos Avulsos

APMC\Setor Judiciário\ Registro das matrículas dos ganhadores (Cachoeira\São Felix, 1888-1891). Documentos Avulsos.

APMC\Seção Judiciária\Reclamação Trabalhista. Francisco Honorato dos Santos- Usina Vitória do Paraguaçu Ltda (1946-1947) \ Acervo: Documentos Avulsos

A PMC\Seção Judiciária\Reclamação Trabalhista. Constantino Alves Barbosa Filho, José Cupertino do Sacramento e outro- Usina Vitória do Paraguaçu Ltda (1950-1952) \ Acervo: Documentos Avulsos.

APMC\Setor Judiciário\Processo-civil: Reintegração de Posse Contra Rufino José da Costa e Outros\Acervo: Documentos Avulsos.

APMC\Setor Judiciário\Processo-crime: Homicídio\Acervo: Documentos Avulsos.

Arquivo Público do Estado da Bahia. Setor Judiciário colocar infos do documento 62\2226\13

Correspondência recebida da repartição fiscal dos engenhos centrais e fábricas de açúcar 1846-1888. APEB\Colonial\maço 4596.

APEB\Colonial\maço 4596.

Cartório Civil do Iguape\Registros de Nascimento\Livro I.

Cartório Civil da Cidade de Cachoeira\Livro 43\Número do Registro 3473.

Cartório de Registro Civil de Cachoeira\Registro de óbito\Livro 43\nº

Cartório de Registros de Imóveis da cidade de Cachoeira\ Livro 3F 1942\ Nº 309.

Fórum da cidade de Cachoeira-Ba\ Cartório de Registro de Imóveis\ Livro de Registro de Títulos B\ 1946.

IPHAN\Livro do tombo histórico\Inscrição: 206\23 de março de 1943.

ENTREVISTA

Entrevista realizada no dia 01\05\2021 com Aguinaldo Silva Costa

Entrevista com Ananias Nery, morador da comunidade do Caonge, situada no Vale do Iguape.

Entrevista realizada no dia 08\05\2021 com Reinaldo Melo, morador da Cidade de Cachoeira.

Entrevista realizada no dia 01\05\2021 com Norberta Pereira, moradora da comunidade Quilombola Engenho Vitória.

Entrevista realizada no dia 01\05\2021 com Catarina Conceição, moradora da comunidade Quilombola Terra Vermelha.

PERIÓDICO

A LIGA \9 de outubro de 1962\ Hemeroteca Digital.

A LIGA\ 16 de outubro de 1962\ Hemeroteca Digital.

A LIGA\ 06 de novembro de 1962\Hemeroteca Digital

O Asteroide\28 de maio de 1888\ Hemeroteca Digital.

O Asteroide\23 de maio de 1888\Hemeroteca Digital.

O Tempo\ 23 de maio de 1888\ Hemeroteca Digital.

O Momento\ 21 de janeiro de 1946\BPEB

O Momento\ 28 de janeiro de 1946\BPEB.

O Momento\ 05 de março de 1946\BPEB.

O Momento\ 08 de maio de 1946\BPEB.

O Momento\ 20 de agosto 1946

O Momento\21 de dezembro de 1947\ BPEB

O Momento\ 02 de outubro de 1947\ BPEB.

O Momento\ 4 de março de 1946\ BPEB.

O Momento\ 20 de agosto de 1946\BPEB.

O Momento\ 05 de maio de 1946\BPEB
O Momento. 05 de março de 1948\BPEB.
O Momento\ 20 de julho de 1949\BPEB.
O Momento\16 de fevereiro de 1951\BPEB.
O Momento\10 de março de 1951\BPEB
O Momento\ 21 de agosto de 1957\Biblioteca Pública do Estado da Bahia.
Periódico Diário de Notícia\ 04 de agosto de 1946\
Periódico Gazeta da Bahia\ 07 de setembro de 1884\Hemeroteca digital.
Terra Livre\ julho de 1954\ Hemeroteca Digital.
Terra Livre\outubro de 1958\Hemeroteca Digital.
Terra Livre\ julho de 1961\ Hemeroteca Digital.
Terra Livre\ novembro de 1961\ Hemeroteca Digital.
Terra Livre\ fevereiro de 1962\ Hemeroteca Digital.
Terra Livre\ dezembro de 1962\ Hemeroteca Digital.
Voz Operária\ 05 de agosto de 1950\ Hemeroteca Digital.

REVISTA

Revista Fatos & Fotos\ Entrevista com Fernando Julião\ Ano IV\ Brasília, 1964. PP 64 a 65.

SITE

<https://www.familysearch.org/pt/> (Livro- 1871-1884)

<https://www.familysearch.org/pt/> (Livro- 1886-1893)

<https://www.familysearch.org/pt/> (Livro- 1888-1902)

<https://www.familysearch.org/pt/> (Livro- 1893-1902)

BRASIL.<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8127-24-outubro-1945-417195-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL.Decreto Legislativo nº 2.687, de 6 de novembro de 1875. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2687-6-novembro-1875-549775-publicacaooriginal-65293-pl.html>>. Acesso em: 25 out 2022.

BRASIL. Lei 2040. 28 set. 1871. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm> Acesso em: 25 out. 2022.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Martha. SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca. (orgs) **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ALARCON, Daniela Fernandes. **O retorno da terra as retomadas na aldeia tupinambá da Serra do Padeiro, Sul da Bahia**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Universidade de Brasília, 2013.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)**. São Paulo: companhia das letras, 2015.

ALVES, Vinicius Bonifacio Santos. **Os Engenhos Centrais no Recôncavo Baiano: 1874-1890**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2019.

ANDREWS, George Reid. **América Afro-Latina, 1800-2000**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

ARAÚJO, Tatiana Brito de. **Os engenhos centrais e a produção açucareira no Recôncavo Baiano**. Salvador: FIEB, 2002.

ARRUTI, José Maurício. *Quilombos. Um objeto aberto*. In: SANSONE, Lívio; PINHO, Osmundo Araújo (Org.). **Raça: Novas perspectivas antropológicas**. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia, EDUFBA, 2008.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho. **Onda negra medo branco. O negro no imaginário das elites no século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARICKMAN, B. J. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 21 e 22, 1998-1999. p. 194. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21055>. Acesso em: 25 out. 2022.

_____. Se a casa-grande não fosse tão grande? Uma Freguesia Açucareira do Recôncavo Baiano em 1835. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 29-30, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21055>. Acesso em: 25 out. 2022.

BERLIN, Ira. Gerações de cativo. Uma história da escravidão nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006. In: COOPER, Frederick; HOL, Thomas C.; SCOTT, Rebecca. **Além da Escravidão investigação sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BRAGA, Carlos Augusto Santos Neri. **Operarias Negras: Lutas e controle patronal na CIA Charutos Dannemann e na Santos Costa Penna & CIA. (1910-1950)**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia, 2021.

- BRITO, Jailton Lima. **A abolição na Bahia: uma História Política. 1870-1888.** Dissertação (Mestrado de História). Universidade Federal da Bahia, 1996.
- CABRAL, Bruna Marques. **A Igreja Católica e os mecanismos de atuação no meio rural brasileiro (1955-1964).** Escritas, nº 1, p-1965-184, 2014.
- CAMARGO, Aspasia de Alcântara. *A Questão Agrária: Crise de poder e Reformas de Base (1930-1964).* In: FAUSTO, Boris. (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira.** Bertrand Brasil, 1991.
- CARMO, João Paulo Pinto. **Um lugar chamado Quilombo: cativo e liberdade em um engenho do Recôncavo Baiano. (1870-1930).** Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação mestrado Profissional em História da África da Diáspora e dos povos indígenas, UFRB, 2016.
- CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual.* **Dados**, vol. 40, nº2, Rio de Janeiro, 1997.
- _____. **Os bestializados.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- CERTEAU, Michel: **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 2008.
- CHADAREVIAN, Pedro. *Raça Classe e revolução no Partido Comunista Brasileiro (1922-1964).* **Política & Sociedade**, Florianópolis, nº 20, 2012.
- CHALHOUB, S. **O primeiro capítulo da história do movimento operário no Brasil.** Livro de Resumo- XXI Simpósio Nacional de História, Niterói: UFF, 2001
- CONGOST, Rosa. **Tierras, Leyes, Historia: estúdios sobre lagran obra de la propiedad.** Barcelona: Crítica, 2007.
- CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-188.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COSTA, Carlos Eduardo Coutinho da. **“Faltam braços nos campos e sobram pernas na cidade”: famílias, migrações e sociabilidades negras no pós-abolição do Rio de Janeiro (1888-1940).** Curitiba: Appris, 2020.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à Colônia.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- CUNHA, Joaci de Sousa. **Amargo Açúcar: aspectos da história do trabalho e do capital no Recôncavo da Bahia. (1945-1964)** Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 1995.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes e GOMES, Flávio dos Santos. **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- CUNHA, Silvio Humberto dos Passos. **Um retrato fiel da Bahia: Sociedade- Racismo- Economia Na transição para o trabalho livre no Recôncavo Açucareiro, 1871-1902.** (Tese de Doutorado) Universidade Estadual de Campinas- Instituto de Economia, 2004, p.146.

DABAT, Christine P. Y. Rufino. **Moradores de Engenho- Estudos sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura e academia e os próprios atores sociais.** Tese (doutorado) Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

DAMASCENO, Karine Teixeira. **Labuta, sociabilidade, solidariedade e conflito: mulheres pobres, trabalhadoras e negras em Feira de Santana, 1890-1920.** Revista Mundos do Trabalho, Vol.8, nº 16. Jul\dez, 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DE LA FUENTE, Alexandro e GROSS, Ariela. **Becoming Free, Becoming Black: Race, Freedom, and Law in Cuba, Virginia and Louisiana.** Cambridge University Press, 2020.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 (O Brasil Republicano).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DEZEMONE, Marcus. **Apropriação da legislação social e ações políticas coletiva: Vargas e o mundo rural.** Anais do XV Encontro Regional de História, Rio de Janeiro, 2012.

_____. **Do cativeiro à Reforma Agrária: Colonato, Direitos e Conflitos. (1872-1987)** Tese(Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

DOMINGUES, Petrônio. **Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930).** Revista Brasileira de História. São Paulo, V. 34, nº 67, 2014.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco: 1840-1910.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulher.** Belo Horizonte: Nandyala, 2011.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. **A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

FONER, Eric. **Nada Além da Liberdade.** São Paulo: Paz e Terra, 1983.

_____. **O Significado da Liberdade.** Revista Brasileira de História. São Paulo. Vol. 8 nº 16, 1988.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910).** São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006.

_____. “Porque não eram escravos: trabalhadores rurais do Recôncavo Baiano no Pós-abolição (1888-1920)”. *In*: GLADYS, Sabina Ribeiro. (orgs). **Escravidão e cultural afro-brasileira: temas e problemas em torno da obra de Robert Slenes.** São Paulo: Editora Unicamp, 2016.

- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GOMES, Angela de Castro. *O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito*. **Tempo**. Rio de Janeiro, Vol. 1, nº 2, 1996. P. 31-58.
- GONZALEZ, Lélia. *A categoria político-cultural de amefricanidade*. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, 1988. Pp. 69-82.
- GRESPLAN, Jorge Luis da Silva. **Nelson Werneck Sodré: O marxismo de Nelson Werneck Sodré**. Bauru: Edusc, 2001.
- GRYNSZPAN, Mário. **Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)** Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.
- HOBSBAWN, Eric. *Introdução*. In: HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A Invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HOLT, Thomas. **The Problem of Freedom: Race, Labor, and Politics in Jamaica and Britain, 1832-1938**. London: Johns Hopkins University Press, 1992.
- IANNI, Otávio. **Origens agrária do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação; episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LARA, S. **Escravidão, cidadania e História do trabalho no Brasil**. Projeto História, São Paulo, nº 16, 1998
- LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1996.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-ômega, 1975.
- LESSA, Renato. **A invenção republicana**. São Paulo: Vértice, 1987.
- LINS, Marcelo da Silva. **Os vermelhos nas terras do cacau: a presença comunista no Sul da Bahia. (1935-1936)** Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.
- MACHADO, Cacilda. Cor e hierarquia social no Brasil escravista: o caso do Paraná, passagem do século XVIII para o XIX. **Topoi**, v.9, n 17, 2008.
- MARX, Karl. **O capital- Livro I- Crítica da economia política: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MATA, Iacy Maia. *Libertos na Mira da Polícia: Disputas em torno do trabalho na Bahia Pós-abolição*. **História Social**. Nº 14\15. Campinas, 2008.
- MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)** São Paulo. Editora: Unicamp, 2013.

_____. Trabalho, voto e guerra civil: algumas considerações interpretativas sobre o pós-abolição e coronelismo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH**. São Paulo, 2011.

_____. Remanescente das comunidades dos quilombos: memória do cativo e políticas de reparação no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, nº 68, p. 104-111. Dezembro-Fevereiro 2005-2006.

MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Maria Lugão. **Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *O Pós-abolição como um problema histórico: balanços e perspectivas*. **Topoi**. Vol. 5, nº 8. Rio de Janeiro, 2004.

_____. “Para além das senzalas: campesinato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-abolição”. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes e GOMES, Flávio dos Santos. *Introdução-que cidadão? Retóricas da igualdade e cotidiano da diferença in: CUNHA, Olívia Maria Gomes e GOMES, Flávio dos Santos. Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia século XIX: uma província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. **Lavradores, Trabalhadores Agrícolas, Camponeses: Os comunistas e a Constituição de Classe no Campo**. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais- Unicamp, 1955.

_____. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____. *Os trabalhadores do campo e desencontros nas lutas por direitos*. In: CHEVITARESE, André (org.) **O Campesinato na História**, Rio de Janeiro: Faperj, 2002.

MEDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Entre as mãos e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil**. São Paulo: Unicamp, 1999.

MEIRA, Roberta Barros. **Banguês, engenhos centrais e usinas: o desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e sua correlação com as políticas estatais (1875-1941)**. São Paulo: USP, 2007.

MIRANDA, Jôsy Barcellos. “E não se ouviu mais o apito da Usina”. **Aspectos da formação histórica da Comunidade Remanescente de Quilombos do Engenho da Vitória, em Cachoeira-Ba**. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2014.

MONSMA, Karl. **A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914**. São Carlos: EduFSCar, 2016.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Caindo por terra: um debate historiográfico sobre o universo rural do oitocentos*. **Lutas & Resistências**. Londrina, V.1, 2006.

_____. **Nas fronteiras do poder. Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

MOTTA, Márcia; ESTEVES, Carlos Leandro. *Ligas Camponesas: história de uma luta (des) conhecida.* In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (orgs.) **Formas de Resistência Camponesa.** Vol. II, São Paulo, Unesp, 2008.

MOTTA, Marcia Mendes e GUMARÃES, Elione. *História Social da Agricultura Revisitada: Fontes e Metodologia de Pesquisa.* **Diálogos**, V.11, nº3, 2007.

NASCIMENTO, A. P. Trabalhadores Negros e o “Paradigma da Ausência”: Contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**, v. 29, nº 59, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. **Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição.** Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Luiz Cláudio. **Aspectos Históricos do Engenho Nossa Senhora da Vitória**, s/d. Disponível em: <<https://borandar.files.wordpress.com/2017/03/engenhovitoria.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

_____. **Bitedô onde moram os Nagôs: Redes de Sociabilidades Africanos na Formação do Candomblé Jêje-Nagô no Recôncavo Baiano.** CEAP: Rio de Janeiro, 2010.

NEGRO, Antônio Luigi. *Ignorantes, sujos e grosseiros: Uma Reinvenção da História do Trabalhismo.* **Trajetos, Revista de História UFC.** Fortaleza, Vol.2, nº 4, 2003.

NEGRO, Antonio Luigi e GOMES, Flávio. *Além de Senzalas e Fábricas: uma história social do trabalho.* **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, V.18, nº 01, junho 2006.

NETO, José Maia Bezerra. O Africano Indejesado: Combate ao Tráfico Segurança Pública e Reforma Civilizadora: Grão-Pará, 1850-1860. In: REIS, João José, SILVA Jr., Carlos da. (Org's) **Atlântico de dor: faces do tráfico de escravos.** EDUFRB: Cruz das Almas., 2016.

NOVAES, Regina Reyes. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: MEDEIROS, L.; BARBOSA, M.V.; FRANCO, M.P. (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar.** São Paulo: Unesp, 1994.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, nº 10, São Paulo, 1993.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Da proletarização renovada à reinvenção do campesinato.** Tese (Doutorado)- Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 1988.

OLIVEIRA, Maria Ines Cortes. Viver e morrer no meio dos seus: Nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX. **Revista USP.** São Paulo (28): 174-193, Dezembro\Fevereiro 95\96.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. **A crise açucareira do Recôncavo na segunda metade do século XIX.** Salvador: FCJA, 1999.

PANG, Eul-Soo. Coronelismo e Oligarquias. 1889-1934. **A Bahia na Primeira República Brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PARÉS, Luis Nicolau. **O processo de Crioulização no Recôncavo Baiano (1750-1800)**. Afro-Ásia. Nº33, 2005. P 87-132.

PEDROZA, Manoela. **Por trás dos senhorios: senhores e camponeses em disputa por terras, corpos e almas na América portuguesa (1500-1759)**. São Paulo: Pacto Editorial, 2020.

_____. *Sanear, Despejar, Resistir: revisitando o debate sobre a luta pela terra nos sertões cariocas e na Baixada Fluminense nas décadas de 1940 e 1960*. **Ruris**, v.4, nº2, 2010.

PERUSSATO, Melina Kleinert. **Como se de Ventre Livre Nascesse: experiências de cativo Rio Pardo-RS C. 1860- c.1888**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2010.

PESSANHA, Andréa Santos da Silva. **Da abolição da escravatura à abolição da miséria: a vida e as idéias de André Rebouças**. UNIABEU: Rio de Janeiro, 2005.

PINTO, Surama Conde Sá. *Revisitando "Velhas" Questões: Coronelismo e Clientelismo na Primeira República*. In: **VIII Encontro Regional de História**, 1998, Vassouras - RJ. V. I.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro Vol. 5. N. 10, 1999.

PORPHIRIO, Max Fellipe Cezario. **Entre a Teologia do Desenvolvimento e o Reformismo Cristão: O movimento de educação de base como agente da modernização do campo brasileiro (1961-1966)** Tese (Doutorado). Instituto de Ciências Humanas e Sociais Programa de Pós-graduação em História da Rural, Rio de Janeiro, 2021.

_____. **Terra Livre, Liga e o Nordeste: O papel dos periódicos na organização política dos trabalhadores rurais, 1961-64**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Sociais Programa de Pós-graduação em História da Rural, Rio de Janeiro, 2016.

PRESTES, Anita Leocádia. **Da Declaração de março de 1958 à renúncia de Jânio Quadros: as vicissitudes do PCB na luta por um governo nacionalista e democrático**. *Crítica Marxista*, nº 32, P. 147-174, 2011.

_____. **Os comunistas brasileiros (1945-1956\58): Luiz Carlos Prestes e a política do PCB**. São Paulo: Brasiliense, 2010. SILVA, F.T.; SANTANA, M.A. *O equilibrista e a política: O partido da Classe Operária (PCB) na democratização (1945-1964)*. In: FERREIRA, J.; REIS FILHO, D.A (Org.) **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964) as esquerdas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

RANGEL, Maria do Socorro. **Medo da morte: esperança de vida. A História das Ligas Camponesas na Paraíba**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História-Unicamp, 2000.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **A Família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888**. Tese(Doutorado em História). Unicamp. São Paulo, 2007.

REIS, João José, SILVA Jr., Carlos da. (Org's) **Atlântico de dor: faces do tráfico de escravos**. EDUFRB: Cruz das Almas. Fino Traço: Belo Horizonte, 2016.

_____. **Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia.** São Paulo: companhia das Letras, 2019.

_____. Revoltas escravas nos engenhos baianos. **Afro-Ásia**, Salvador, n.15, p. 100, 1989.

RIOS, Ana Maria Lugão. **Família e Transição: Famílias Negras em Paraíba do Sul, 1872-1920.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense: Niterói, 1990.

ROCHA, Uelton Freitas. **“Recôncavas” Fortunas: a dinâmica da riqueza no Recôncavo da Bahia: Cachoeira, 1834-1889.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2015.

SANTANA, Clíssio Santos. **Ele queria viver como se fosse homem livre: Escravidão e liberdade no Termo de Cachoeira (1850-188)** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, 2014.

SANTOS, Jovelina Silva. **Círculos operários no Ceará: Instruindo, educando, orientando e moralizando (1915-63).** Dissertação (mestrado). UFC, Fortaleza, 2004.

SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. **Trabalhadores de engenhos: composição e experiências no período abolição e pós-abolição. (Zona da Mata Sul e Pernambuco 1884-1893).** *Universitas Humanas*, Brasília, V. 11, Nº2, P 1-14. Jul-dez, 2014.

SANTOS, Milton. “A rede urbana do Recôncavo”. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição.** Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1988.

SERRA, Sônia. **O Momento: história de um jornal militante.** Dissertação de Mestrado. Salvador, UFBA, 1987.

SCOTT, Rebecca, **Emancipação Escrava em Cuba.** São Paulo: Paz e Terra, 1991.

_____. **Degrees of Freedom: Louisiana and Cuba After Slavery.** Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2005.

SHUELER, Alessandra Frota Martinez de e MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. “Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa” In: GOMES, Ângela e ABREU, Martha (org.). *Dossier A Nova Velha república.* **Revista Tempo**, Volume 13, N. 26, 2009.

SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco.** São Paulo: Duas Cidades, 1979.

_____. *A forma acampamento: Notas a partir da versão pernambucana.* **Novos Estudos**, nº58. São Paulo, 2000.

SILVA, Fernando Teixeira; COSTA, Hélio. *Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes.* In: FERREIRA, Jorge (org.) **O populismo e sua história: debate e crítica.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; LINHARES, Maria Yedda L. *Região e História Agrária.* **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro. Vol 8, nº15, 1995.

SILVA, Luara dos Santos. *Experiências negras no Atlântico: relações raciais de gênero e classe. Diálogos possíveis entre Norte e Sul (1900-1920)*. Revista eletrônica da ANPLHAC. ISSN 1679.1061. Nº27. Ago\dez, 2009.

SILVA, Mayara Plácido. “ **Revolução sem sangue**” na “ **decantada pátria de Lucas**”- **Experiências de Trabalhadores\as negros\as e migrantes no Pós-abolição. Feira de Santana (1890-1930)**. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, 2017.

SLENES, R. W. **Na senzala, uma flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX**. São Paulo: Editora Unicamp, 2011.

SOARES, Ede Ricardo de Assis. *Insubordinação das bases do PCB frente às orientações dos Manifestos de Janeiro de 1948 e agosto de 1950*. In: JÚNIOR SENA, Carlos Zacarias de. (Organizador). **Capítulos de história dos comunistas no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2016.

SOUSA, Ione Celeste Jesus de. Aceitar, Admitir e Registrar: Notas sobre ingênuos nas aulas públicas da Bahia Provincial. 1877-1890. **Revista Nordestina de História do Brasil**, Cachoeira, nº1, 2018.

_____. Porque a Ociosidade é a mãe de todos os vícios: Tutelas e soldadas de ingênuos na Bahia 1871-1899. In: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; CASTILHO, Celso (org's). **Tornando-se livre: agentes histórias e lutas sociais no processo da abolição**. São Paulo: UNESP, 2015.

SOUZA, Edinaldo Antonio Oliveira. **Trabalho, Política e Cidadania: Trabalhadores, Sindicatos e Luta por Direitos (Bahia, 1945-1950)** Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 2015.

SOUZA, Felipe Azevedo e. *A Lei Saraiva e o novo perfil do eleitorado no Império*. **Clio-Revista de Pesquisa Histórica**. ISBN 01029487.

SOUZA, Jacó dos Santos. Outros sujeitos da Abolição: itinerários de abolicionistas no Recôncavo da Bahia (Cachoeira,1880-1891). Tese (Doutorado) Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2021.

_____. *Vozes da Abolição: Escravidão e liberdade na Imprensa Abolicionista Cachoeirana. (1887-1889)* Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2010.

SOTERO, Edilza Correria. **Representação Política Negra no Brasil Pós-Estado Novo**. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2015.

TOLEDO, Caio Navarro de. *1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo*. v.1, n.19 São Paulo: **Crítica Marxista**, 2004

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1991.

_____. **Costumes em Comum: Estudos Sobre a Cultura Popular Tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras,1998.

_____. **Senhores e Caçadores: a origem da lei negra.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
FONER, Eric. **Nada Além da Liberdade.** São Paulo: Paz e Terra, 1983.

VAZQUEZ, Petilda Silva. **Intervalo Democrático e Sindicalismo. Bahia (1942-1947).** Universidade Federal da Bahia. Dissertação (Mestrado), 1986.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias: uma revisão da política do café com leite.** Belo Horizonte: C\Arte, 2001.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Felisberta e sua gente: consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-abolição rio-grandense.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.